

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

FERNANDA KAGAN MALLAK

**Trajetórias do fazer e perder a casa:**  
riscos e temporalidades nas periferias paulistas

São Carlos, 2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

FERNANDA KAGAN MALLAK

**Trajetórias do fazer e perder a casa:**

riscos e temporalidades nas periferias paulistas

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Sociologia

Orientadora: Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek

São Carlos, 2022



# UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

---

## Folha de Aprovação

---

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Fernanda Kagan Mallak, realizada em 16/12/2022.

### Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Cibele Saliba Rizek (USP)

Profa. Dra. Marcella Carvalho de Araujo Silva (UFRJ)

Profa. Dra. Márcia da Silva Pereira Leite (UERJ)

Profa. Dra. Luana Dias Motta (UFSCar)

Prof. Dr. Fábio José Bechara Sanchez (UFSCar)

*Não queremos sair de sua casa  
Não queremos destruir o fogão  
Queremos pôr a panela no fogão  
Casa, fogão e panela podem permanecer  
E você deve desaparecer como fumaça no céu  
Que ninguém segura.*

(A Cronos. BRECHT, 2000, p. 61)

## **Agradecimentos**

Essa é uma tese que nasce a partir de um conjunto de interações que tive a oportunidade de viver, trocar e experienciar. Com a compreensão de um “fazer pesquisa” completamente enlaçado com o estabelecimento de vínculos e afetos, posso afirmar que muitos são os sujeitos que estiveram comigo ao longo desse processo e a quem sou eternamente grata.

Dou início aos meus agradecimentos ressaltando o papel fundamental que os interlocutores de campo em Jundiapéba – Mogi das Cruzes tiveram para a realização dessa pesquisa, em especial Gisele, Joana, Josefa, mas também aos membros da Comissão Jundiapéba por Moradia. Sem nenhuma dúvida, a construção da tese só foi possível porque confiaram em mim e se dispuseram a contribuir com tempo de vida para os nossos encontros, reuniões e entrevistas. Com vocês aprendi sobre os sentidos da luta política por moradia e sobre as resistências cotidianas.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFSCAR) pela oportunidade de desenvolvimento da pesquisa, proporcionando um aprofundamento teórico e metodológico no campo sociológico por meio das disciplinas cursadas, seminários e eventos. A dedicação à pesquisa acadêmica também foi possibilitada graças ao financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001, tanto pela bolsa de pesquisa do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX), como também a bolsa de internacionalização do Projeto Institucional de Internacionalização (PRINT).

Agradeço à Cibele Rizek, quem eu tive o privilégio de ter como orientadora. Ser orientada por uma professora com tamanha capacidade intelectual é uma enorme responsabilidade e espero ter conseguido dar conta! Obrigada por toda a sua dedicação e generosidade ao longo deste processo, por apostar na minha capacidade (inclusive em momentos em que eu mesma duvidava) e por acreditar que juntas chegaríamos ao final dessa tese. Por todas as trocas, estruturação e reestruturação da tese, pelas indicações de leitura e pela sua companhia sempre tão agradável nos nossos almoços e cafés em São Carlos.

O doutorado também permitiu realizar o sonho de morar fora do País por seis meses, estudando na Universidade de Oxford. Sou muito grata ao professor Gabriel Feltran por ter confiado em me indicar para sua rede de pesquisadores e à professora Andreza A. dos Santos por ter aceitado me orientar neste período. Agradeço também à Andreza pelos seminários, aulas, reuniões e leituras atentas que contribuíram enormemente para o desenvolvimento da pesquisa. Agradeço

aos meus amigos e amigas com quem tive o privilégio de compartilhar a experiência de vida em Oxford, em especial aos que moraram comigo no NOOC e à Brazilian Society. Aqui deixo três agradecimentos especiais: Grazi, agradeço a sua amizade, trocas cotidianas e um cuidado de irmã. Juliana, agradeço a oportunidade de conviver cotidianamente com você, pela sua escuta fina e atenta, além da nossa sintonia de vida (e de festas). Ao Antonio, pela cumplicidade, carinho, cuidado e disponibilidade para me apoiar e contribuir com o seu conhecimento para esta pesquisa.

Agradeço às professoras Luana Motta e Thais Rosa pelas enormes contribuições na banca de qualificação e por me chamarem atenção para aspectos da pesquisa que pude desenvolver posteriormente, em especial sobre as trajetórias de vida articuladas aos conceitos de casa, risco e tempo. Aos membros da banca de defesa: Marcia Leite, Marcella Araujo, Luana Motta e Fabio Sanchez, sou extremamente grata pela leitura, pelos comentários sobre a pesquisa e esforço ímpar em colaborar com a versão final da tese. Posso afirmar que este foi um dos dias mais importantes e bonitos da minha vida.

Agradeço à Luciana e Gabriela minhas irmãs de alma, também com quem posso compartilhar a vida profissional através da Tewá. Sou muito privilegiada por ter vocês na minha vida e por todo apoio que me deram ao longo desse processo. Agradeço também a equipe que hoje faz parte dessa história: Marina, Cibele, Wally e Bia. Me considero uma pessoa de muita sorte por ter ao lado pesquisadoras tão incríveis e comprometidas.

À Flavia, minha melhor amiga, companheira e com quem compartilhei o processo de escrita final da tese. Obrigada pelo nosso encontro, pelas nossas trocas infinitas, por me apoiar com sua sabedoria e delicadeza. Também sou grata pelos seus ensinamentos de vida, especialmente a ver a melhor face do mundo, das pessoas e por me mostrar através das suas experiências o sentido de ressignificar a vida. Hoje somos doutoras e que privilégio ter você ao meu lado para celebrar a nossa conquista!

Agradeço aos meus amigos e amigas que me acompanharam ao longo da minha trajetória acadêmica e que se tornaram pessoas que levo para a vida. Em especial o pessoal da UFABC: Aramis, Pedro, Guilherme, Tati, Pati, Flavia e Talita; UFSCAR: Isa, Thalles, Tiago, Carol, Milena, Rodolfo, Bruna, Luana, Rose, Rafa, Tábata; e PUC: Luciana, Camila, Talita e Vanessa. Agradeço também aos que me acompanharam no início da minha trajetória profissional: Katia, Rafael, Catarina, Renata, Lucas e Georgia. Agradeço especialmente ao Renan, com quem

compartilhei minha trajetória pessoal, acadêmica e de luta política. Com quem aprendi sobre a nossa capacidade de transformar mundos e sociedades. Você é parte nesse processo e serei eternamente grata por isso.

Por fim, agradeço à minha família pelo apoio incondicional frente às escolhas que fiz e por confiarem tanto em mim. À minha mãe, minha maior inspiração e referência para a vida. Ao meu pai, que esteve ao meu lado sempre orgulhoso e disponível para o que precisasse. Aos meus irmãos Leandro, Rosana, Gustavo, Mariana e Mayara, ao meu padrasto José Adalcio, madrasta Simone e a minha gata Olga, que me ensinaram sobre redesenhos de famílias e afetos. À minha avó Marisa, com quem aprendi sobre amor, cuidado e generosidade. Aos meus avós Simon, Daniel e Rosa que hoje os levo no coração e na memória. O meu mais profundo amor por vocês.

## Resumo

Esta tese reflete sobre as experiências de vida de sujeitos que vivenciam as remoções e despejos forçados nas periferias paulistas, mobilizando e articulando três categorias analíticas: a casa, o risco e o tempo. A partir da perspectiva etnográfica, a pesquisa de campo foi realizada no bairro de Jundiapéba, um território periférico da cidade de Mogi das Cruzes (SP), onde centenas de casas foram construídas sob linhas de transmissão de energia elétrica, entre torres de alta tensão. No ano de 2018, parte das famílias foi removida por meio de uma ação de reintegração de posse solicitada pela empresa transmissora de energia elétrica, em um processo judicial pautado no ‘risco de morte dos moradores’ e no ‘risco ao fornecimento regular de energia para o coletivo’. Visando compreender os efeitos produzidos pelas remoções nas dinâmicas práticas do *fazer* e *perder* a casa, bem como na produção de territórios e cidades, a pesquisa caminha por duas frentes: a primeira trata de reconstituir as trajetórias de vida de uma família, na voz de três mulheres que vivenciaram a perda das casas; a segunda de acompanhar as ações e mobilizações por moradia que ocorreram após a reintegração de posse. Na disputa entre a permanência e a remoção, essas histórias estão articuladas pela miríade de ações legitimadas e orientadas pelo risco. No contexto da iminência de perder a casa, foi possível traçar as temporalidades na produção de documentos, nas negociações, nas relações de poder, nas infinitas esperas e na esperança. A pesquisa refletiu sobre a (re)produção dos espaços nas cidades com base no mapeamento e fusão de elementos e processos que são normalmente capturados separadamente, como as políticas urbanas e sociais, gestão e governo, financeirização e privatização. Neste sentido, propõe uma mudança de perspectiva analítica, sugerindo um diagrama de inteligibilidade dos conflitos fundiários urbanos que parte, antes, da investigação das práticas do cotidiano, das trajetórias de vida das famílias, de dentro e de perto, para então compreender os processos de transformação no ordenamento urbano.

**Palavras-chave:** Casa. Risco. Temporalidades. Remoções. Governo de Populações.



## **Abstract**

This thesis reflects on the lives of people who experience evictions and forced displacements in the outskirts of São Paulo, mobilizing and articulating three analytical categories: house, risk, and time. From an ethnographic perspective, the field research was conducted in the neighbourhood of Jundiapéba, a peripheral territory of the city of Mogi das Cruzes (SP), where hundreds of houses were built under electricity transmission lines, between high voltage towers. In the year 2018, part of the families was removed through a repossession action requested by the electricity transmission company, in a lawsuit based on 'risk of death of the residents' and the 'risk to regular power supply for the collective'. With the aim of understanding the effects produced by evictions on the practical dynamics of making and losing a house, as well as on the production of territories and cities, the study follows two pathways: the first is about reconstructing the life trajectories of a family, in the voice of three women who experienced the loss of their homes; the second is about following up the actions and mobilizations for housing that took place after the repossession. In the dispute between permanence and removal, these stories are articulated by the myriad of actions legitimated and guided by risk. In the context of imminently losing the house, it was possible to trace the temporalities in the production of documents, the negotiations, the power relations, the infinite waits, and the hope. The study reflected on the (re)production of spaces in cities based on the mapping and fusion of elements and processes that are usually captured separately, such as urban and social policies, management and government, financialization and privatization. In this sense, it proposes a change in analytical perspective, suggesting a diagram of intelligibility of urban land conflicts that starts, first, from the investigation of everyday practices, of the life trajectories of families, from inside and close, to then understand the processes of transformation in urban planning.

**Keywords:** House. Risk. Temporalities. Evictions. Government of Populations

## Lista de ilustrações

### Lista de Figuras

Figura 1 - Torres de alta tensão de energia no bairro de Jundiapéba, Mogi das Cruzes (2019) .....	62
Figura 2 - Ficha de inscrição das famílias desabrigadas - Nova Jundiapéba .....	74
Figura 3 - Foto de moradias identificadas pela empresa transmissora de energia elétrica com numerações (2014).....	115
Figura 4 - Notificação de irregularidade(s) Servidão .....	116
Figura 5 - Foto da polícia militar para a realização da reintegração de posse, 2018.....	127
Figura 6 - Os quatro problemas do risco .....	154

### Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Justificativas mobilizadas para as remoções (2017-2021) .....	38
Gráfico 2 - Quantitativo de processos no TJ-SP (1º grau) em que a CTEEP é requerente por Foros.....	42
Gráfico 3 - Número de processos no TJ-SP (1º grau) em que a CTEEP é requerente na série histórica: casos de reintegração, desapropriação, imissão na posse e posse. ....	44
Gráfico 4 – Comparativo faixa etária da população Mogi das Cruzes e removidos em Jundiapéba .....	63
Gráfico 5 - Comparativo raça/etnia Mogi das Cruzes e removidos em Jundiapéba.....	64
Gráfico 6 - Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,90 PPC e a US\$ 5,50 PPC, segundo sexo, cor ou raça e grupos de idade - Brasil – 2020 .....	65
Gráfico 7 - Participação segundo sexo do responsável pelo domicílio nos componentes e no déficit habitacional – Brasil – 2016-2019 .....	66
Gráfico 8 - Tempo de residência da população em Mogi das Cruzes - 2018.....	67

### Lista de Mapas

Mapa 1 - Remoções na Região Metropolitana de São Paulo .....	37
Mapa 2 – Quantitativo de processos no TJ-SP (1º grau) em que a CTEEP é requerente nas cidades do estado de São Paulo .....	43
Mapa 3 - Cidade de Mogi das Cruzes na Região Metropolitana de São Paulo .....	53
Mapa 4 - Localização de Jundiapéba - Mogi das Cruzes, equipamentos públicos e perímetro das linhas de transmissão de energia elétrica .....	60
Mapa 5 - Distrito de Jundiapéba, Mogi das Cruzes (SP) .....	61

## **Lista de abreviaturas e siglas**

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas  
ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental  
ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica  
AVC - Acidente Vascular Cerebral  
BM - Banco Mundial  
CADUNICO - Cadastro Único  
CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano  
CESP - Companhia Energética de São Paulo  
CNH - Carteira Nacional de Habilitação  
COMPHAP - Conselho de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico  
CPC - Código de Processo Civil  
CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz  
CPTM - Companhia Paulista de Trens Metropolitanos  
CRAS - Centro de Referência da Assistência Social  
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social  
CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Paulista  
DATASUS - O Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde  
FJP - Fundação João Pinheiro  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
GAORP - Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano  
ISA - Interconexión Eléctrica S/A  
LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social  
MP-SP - Ministério Público do estado de São Paulo  
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
ONG - Organização Não Governamental  
ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico  
OUC - Operação Urbana Consorciada  
PBF - Programa Bolsa Família  
PED - Programa Estadual de Desestatização  
PIU - Projeto de Intervenção Urbana  
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida  
PNAS - Política Nacional da Assistência Social  
PND - Programa Nacional de Desestatização  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPC - Paridade de Poder de Compra  
PPP - Parceria Público-Privada  
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade  
PT - Partido dos Trabalhadores

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RG - Registro Geral

RMSP - Região Metropolitana de São Paulo

SEADE - Sistema Estadual de Análise de Dados

SEMAE - Serviço Municipal de Águas e Esgotos

SESC - Serviço Social do Comércio

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

STF - Supremo Tribunal Federal

TAC - Termo de Ajuste de Conduta

TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo

UMM - União dos Movimentos de Moradia

UP - Unidade Popular

## Sumário

Introdução.....	15
Caminhos da pesquisa a partir das trajetórias de vida.....	20
Notas sobre o Estado nas margens.....	23
Organização da tese .....	26
Capítulo 1 – Casas e torres de energia: um olhar para as remoções a partir de uma periferia em Mogi das Cruzes .....	28
1.1 A produção do espaço urbano no contexto das remoções.....	29
1.2 As remoções no contexto da Região Metropolitana de São Paulo .....	36
1.2.1 Remoções envolvendo a CTEEP no estado de São Paulo.....	40
1.3 A privatização e financeirização do setor de energia elétrica .....	48
1.4 Aproximando o foco para o território estudado.....	52
1.4.1 O distrito e bairro de Jundiapéba.....	57
1.4.2 Breve caracterização da população .....	62
Capítulo 2 - Percorrendo trajetórias de quem perdeu a casa .....	70
2.1 A entrada em campo .....	71
2.2 Minha aproximação com Gisele.....	76
2.3 Ponto de encontro de gerações.....	78
2.4 A casa como problema e os problemas da casa .....	83
2.4.1 O Fazer a casa .....	89
2.4.2 Entre brincadeiras e responsabilidades: a infância de Joana e Gisele.....	95
2.4.3 A saída da casa dos pais.....	97
2.4.4 Mulheres no circuito do trabalho e cuidado.....	99
2.4.5 Mercados informais e negócios imobiliários.....	104
Capítulo 3 – Vão passar o trator em cima da minha casa: temporalidades e mobilizações por moradia.....	113
3.1 O tempo a partir do anúncio da remoção.....	115
3.2 O tempo da remoção.....	125
3.3 O tempo das mobilizações por moradia.....	129
3.3.1 Tornar-se liderança: a história de Márcio.....	131
3.3.2 Ato na prefeitura .....	135
3.3.3 Cadastros e o (não) atendimento habitacional.....	137
3.3.4 Mandados de intimação - a casa está em jogo.....	139
3.3.5 Constelação de novos atores .....	142
3.3.6 Desdobramentos da Audiência Pública .....	144

3.3.7 Desfile dos excluídos.....	145
3.3.8 Vamos para a porta da empresa .....	149
Capítulo 4 – Viver em risco .....	153
4.1 O risco enquanto conceito: Do que estamos falando?.....	153
4.2 Governando pelo risco – o que está em jogo?.....	156
4.3. O risco e as formas de classificação da população .....	159
4.4 A vulnerabilidade social e as famílias “em risco” e “de risco” .....	163
4.4.1 Julia.....	166
4.4.2 Larissa.....	168
Notas Finais.....	172
Referências bibliográficas .....	178

## Introdução

Esta é uma pesquisa produzida a partir de três fios: a casa, o risco e o tempo. Se pensarmos na tese como uma exposição de cordel, diríamos que as trajetórias de vida estão pregadas nessa corda de três pontas que se unem, se entrelaçam, formando um emaranhado dos diferentes mundos. Esse movimento permeou a escrita ao refletir sobre as experiências de vida de sujeitos que vivenciam as remoções<sup>1</sup> e os despejos forçados nas periferias<sup>2</sup> paulistas, buscando compreender os efeitos produzidos pelas remoções nas dinâmicas práticas do *fazer*<sup>3</sup> e *perder* a casa, bem como na produção de territórios e cidades.

Com a perspectiva etnográfica, a pesquisa se alinha teórica e metodologicamente com um modo de conhecimento que considera as alteridades e prioriza o saber experiencial, reflexivo e intersubjetivo sobre o mundo social. O ponto de partida é um bairro periférico da cidade de Mogi das Cruzes (SP), chamado Jundiapéba. Neste território centenas de famílias residem sob as linhas de transmissão de energia elétrica, entre torres de alta tensão, uma *área de risco*. No ano de 2018, 61 famílias perderam suas casas em ação de reintegração de posse solicitada pela Companhia Transmissora de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), em um processo judicial pautado no ‘risco de morte dos moradores’ e no ‘risco ao fornecimento regular de energia para o coletivo’.

Em campo, foi possível compreender que o termo ‘risco’ atravessava os cotidianos e estava incorporado na gramática dos diversos atores: moradores, apoiadores, empresa, judiciário e prefeitura. No entanto, a cada interação, ficava mais inteligível que, aos ‘riscos’, eram atribuídos diferentes sentidos e conteúdos. Passei então a me questionar: O que é risco? De quais riscos estão falando? Risco em morar nessas áreas? Risco de perder a casa? Existiria, afinal, uma ‘hierarquização’ dos riscos? Refletindo sobre essas questões, cheguei ao entendimento que, para além de discutir ou questionar se há ou não risco em morar nas áreas das *faixas de servidão* das linhas de transmissão de energia, a investigação sociológica

---

<sup>1</sup> O conceito de remoção utilizado parte da definição trazida pelo Observatório de Remoções compreendido enquanto processos coletivos de expropriação em que pessoas e/ou famílias, em geral, de baixa renda, são deslocadas forçadamente de seus locais de moradia ou de seu habitat.

<sup>2</sup> A utilização do termo periferias no plural se alinha teoricamente com a perspectiva de Gabriel Feltran (2008) na compreensão de que são “ambientes situados no tempo e no espaço, em que as pessoas se relacionam entre si e com outras esferas do mundo social, de modo plural e heterogêneo” (FELTRAN, 2008, p.15).

<sup>3</sup> As contribuições analíticas de Louis Marcelin (1999), Mariana Cavalcanti (2007), Eugênia Motta (2014) e Marcella Araujo Silva (2017) foram fundamentais para pensar o “fazer a casa”, desenvolvido nessa tese.

caminharia no sentido de analisar os efeitos produzidos pela miríade de ações legitimadas e orientadas pelo risco.

A literatura sobre risco aponta para as incertezas e inseguranças que permeiam a vida, onde a ocorrência de determinados eventos futuros passa a ser calculada com o uso de técnicas estatísticas e probabilísticas que subsidiam as formas de classificação, orientação e gestão dos riscos (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1982; O'MALLEY, 2009). A gestão de risco parte do princípio de que não haveria possibilidade de anulação ou extinção dos riscos, mas na constatação e regulação a partir da construção dos marcos aceitáveis (TEIXEIRA, 2014).

Em grandes regiões metropolitanas como São Paulo, o conflito em torno do lugar da casa tem se expressado de diferentes formas nos territórios: desde o ônus excessivo com o pagamento de aluguel e de uma propriedade privada, mas também “em função de grandes projetos de infraestrutura e renovação urbana, desastres ambientais ou conflitos armados” (ROLNIK, 2015, p.149). Segundo o Observatório de Remoções, entre os anos de 2017 e 2021 cerca de 37.278 famílias foram removidas de suas casas e 223.767 se encontram em situação de ameaça de remoção. Por vezes, remoções e despejos são processos legitimados por ações judiciais ou administrativas, com justificativas como o ‘risco iminente’.

No campo do planejamento e da gestão urbana, são consideradas ‘áreas de risco’ encostas, morros, beira de córregos, linhas de transmissão de energia, faixas de rodovias, ou seja, locais em que há conflito entre a presença de populações e eventos geológicos, ambientais ou acidentes em infraestruturas. Por vezes, são também lugares onde há grande mobilização para a execução dos projetos e obras de interesse público e/ou privados, protagonizados pelos mais variados atores políticos, econômicos e sociais. Atrelados a esta lógica, as remoções e despejos nas periferias urbanas, por vezes influenciados pelo complexo imobiliário-financeiro sobre as políticas urbanas, são marcados pela instabilidade e “transitoriedade permanente” (ROLNIK, 2015) de sujeitos, famílias e comunidades dos respectivos locais de moradia.

Mas o que fazer quando a casa está ameaçada de remoção? Ao acompanhar a rotina dos sujeitos que vivenciavam esse dilema e participavam de diversas ações relacionadas à iminência de *perder a casa* e nas disputas entre a permanência e a remoção, me deparava com o tempo da produção de documentos, formado por uma miríade de solicitações, pedidos, protocolos, assinaturas, comprovantes, carimbos, além de uma infinidade de informações materializando as múltiplas assinaturas do Estado, bem como moldando a sua relação com ele (DAS, 2020;



JARAMILLO, 2012). Olhando para as temporalidades, esses são lugares em que são moldadas as dinâmicas e condições da vida cotidiana de populações que conviviam com a ameaça de perderem as casas. Nesse tempo-espço, *a espera*, no que lhe concerne, não representava uma *inação*, mas configurava os tempos em que se estabeleciam as relações de poder, as mobilizações políticas, as negociações - também a esperança.

\*\*\*

Embora esta pesquisa tenha por objetivo, desde o princípio, compreender os efeitos das remoções na vida cotidiana de sujeitos e famílias, a leitura de trabalhos como o de Veena Das, em especial *Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário (2020)*, me trouxe o entendimento de que, até então, o meu olhar para as remoções buscou respostas a partir dos eventos, sem me atentar para o ordinário<sup>4</sup>. Veena Das nos ensina a “pensar no evento como instância sempre ligada ao ordinário, como se houvesse tentáculos que se deslocam do cotidiano e prendem a si o evento de alguns modos específicos” (DAS, 2020, p. 378).

Enquanto pesquisadora e ativista social, acompanhar situações de ameaça e remoção fez parte do meu repertório de atuação desde a graduação em Ciências Sociais. Naquela época, estagiei em uma empresa gerenciadora do trabalho social nas obras de urbanização de favelas em Paraisópolis (SP). Já no período do mestrado em Planejamento e Gestão do Território (entre os anos de 2015 e 2017), atuei como pesquisadora do Observatório de Remoções (UFABC/FAU-USP) do núcleo do ABC. Nas experiências de campo, passei a refletir sobre o significado das remoções na vida das famílias, sobretudo os cenários de incerteza e insegurança que pairam sobre o cotidiano destes sujeitos.

No ano de 2018 morei em São Carlos por conta do Doutorado em Sociologia (PPGS-UFSCar). Aos finais de semana viajava para Mogi das Cruzes (SP), pois era o lugar onde estabelecia os meus vínculos pessoais e afetivos. Lá também atuava como professora voluntária em um cursinho popular para alunos da rede pública de ensino. Naquele período, havia uma vontade compartilhada entre os professores de realizar o cursinho nas periferias, uma vez que,

---

<sup>4</sup> A noção de “vida cotidiana” fora apontada desde há muito por Lefèbvre (1991), como expressão do mundo moderno e designando as características da vida no modo capitalista de produção. De acordo com ele: “O cotidiano é o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo. E isso sem que o interessado tenha de examinar as articulações dessas partes. É, portanto, aquilo que não tem data. É o insignificante (aparentemente); ele ocupa e preocupa e, no entanto, não tem necessidade de ser dito, é uma ética subjacente ao emprego do tempo, é uma estética da decoração desse tempo empregado. É o que se une à modernidade”. (LEFEBVRE, 1991, p. 31).

até então, o projeto era realizado em uma escola no centro de Mogi das Cruzes. Foi justamente no início de 2018 que iniciamos uma turma no bairro de Jundiapéba, na Escola Estadual Cid Boucault, sendo então um bairro que comecei a frequentar.

Ainda assim, as torres de alta tensão de energia em Jundiapéba passavam quase despercebidas, eram componentes naturalizados como parte do cenário urbano. Foi só depois do evento da remoção que atribuí outro sentido à presença material e física das torres, bem como a sua representação simbólica na composição do cenário urbano. Ainda, em uma leitura territorial, a formação de um bairro hoje repleto de casas, ruas, comércios e equipamentos públicos imbricados entre as torres de alta tensão de energia, sugere que, ao longo do processo de urbanização e consolidação do arcabouço legal que visa ordenar e regular os territórios populares, novos acessos e bloqueios (TELLES, 2006) passaram a compor o quebra-cabeça dos conflitos fundiários urbanos. Nesse sentido, os conflitos e as disputas pelo território revelavam os modos de operação e negociação pelo acesso à terra. O território de Jundiapéba era como um quebra-cabeça, montado pelos que constroem os seus espaços habitáveis, buscando os *espaços vazios* onde as peças vão se encaixando, formando uma concentração aqui e ali, conectando um com o outro e formando os campos imagéticos das periferias, tais quais estão circunscritas atualmente.

A compreensão de que Jundiapéba seria o meu campo de pesquisa se definiu a partir dos elementos que apresentarei a seguir. Em um primeiro momento, o caso da reintegração de posse me chamou atenção porque, assim como em minha pesquisa de mestrado<sup>5</sup>, trata-se de um conflito fundiário urbano envolvendo uma empresa concessionária. No processo de privatização das infraestruturas, como é o caso da concessão para a transmissão e fornecimento de energia elétrica ou da administração de rodovias, as empresas tornam-se atores relevantes no planejamento e gestão destes territórios e isto tem se refletido nos processos de reintegração de posse. Em ambos os casos, as reintegrações de posse nas áreas denominadas como “não edificáveis” ou “faixas de servidão” foram solicitadas pela própria empresa concessionária, com justificativas centradas na noção de risco. No entanto, diferentemente do que acompanhei na cidade de Diadema (SP), onde a problemática girava em torno do *tipo de atendimento habitacional* que seria disponibilizado para as famílias, em Jundiapéba as famílias não foram

---

<sup>5</sup> Na minha dissertação de mestrado, realizei pesquisa de campo em uma periferia ameaçada de remoção, situada à beira da Rodovia Imigrantes, no município de Diadema-SP. Naquele momento interessava compreender o efeito da judicialização dos conflitos fundiários urbanos na interação entre os atores envolvidos (empresa concessionária de rodovias, Prefeitura, CDHU e famílias) e na elaboração de políticas públicas para habitação.

atendidas por políticas habitacionais. Esta dimensão do *não atendimento habitacional* foi o segundo ponto que, enquanto pesquisadora, me instigou para a investigação. Isto porque, até então, as minhas experiências profissionais e de pesquisa deram-se em localidades onde as famílias receberam atendimentos habitacionais após uma remoção, sejam eles provisórios como o auxílio-aluguel e/ou definitivos como unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

Após o contato inicial com o caso, realizei uma busca do processo judicial da reintegração de posse no site do TJ-SP e pude constatar que, apesar de a reintegração de posse ter se concretizado no ano de 2018, essa história não era tão recente. Desde 2014 havia, por parte da CTEEP, um pedido de retirada de parte das famílias que residem em um perímetro entre 25 e 30 metros partindo do eixo central da torre de transmissão. Diferentemente do que imaginava, as áreas *não edificáveis* estão circunscritas por onde passa o fio de alta tensão, não apenas onde estão inseridas as torres. Para que a remoção ocorresse, as principais justificativas mobilizadas no processo foram: “risco iminente de morte aos próprios ocupantes” e “possibilidade de prejuízo ao fornecimento regular de energia”. Logo percebi que a situação de Jundiapéba representava uma trama de interesses, conflitos e atores em torno da situação das moradias nas *áreas de risco*.

Ao acessar essas informações tinha a sensação de estar diante de peças soltas do quebra-cabeça que tentava cotidianamente montar. Durante a pesquisa foi possível entender que havia um esforço constante para produção de “legibilidades” (DAS, 2020; SCOTT, 1998; MOTTA, 2017) das *áreas de risco*, com a formulação de laudos, perícias, cadastramentos, sobretudo para justificar a necessidade (ou não) da remoção. Em consonância com Motta (2017), era possível verificar produção de legibilidades “por diferentes agentes estatais, em diferentes esferas e níveis” (p. 28).

Com a leitura de referenciais teóricos que se debruçam sobre o Estado nas margens (DAS e POOLE, 2008), compreendi que o caso de Jundiapéba apontava para a formação de um cenário turbulento e cinzento que envolvia *perder a casa por estarem em risco* e a atuação do Estado que, como em um jogo de sombras, oscilava em presenças e ausências. Ainda, o caso chamava atenção pela liminaridade entre a regra e exceção, o legal e ilegal (AGAMBEN, 2002; DAS e POOLE, 2008; TELLES, 2010). Em contato com os interlocutores de campo, foi possível traçar uma miríade de processos interescares e conectados (família, políticos, assistência social, empresas, religião, crime, gênero e cuidado, entre outros) e que também

dialogavam com pesquisas que vêm sendo realizadas sobre estudos urbanos e periferias (FELTRAN, 2008; CAVALCANTI, 2007; MOTTA, 2014; VIANNA, 2014; MOTTA, 2017; LEITE, 2013; ARAUJO SILVA, 2017; RIZEK, 2012b, BIRMAN e PIEROBON, 2021 e outros).

Por fim, a escolha deste campo também tem relação com os vínculos que estabeleci com os diferentes sujeitos envolvidos no caso. Desde a relação com os membros da igreja católica (SADER, 1988), que realizaram o trabalho de acolhimento temporário das famílias removidas, como também com a Comissão Jundiapéba por Moradia, formada por moradores, lideranças comunitárias, ativistas sociais, advogados populares, políticos e filiados do Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Unidade Popular (UP). Assim, a pesquisa foi realizada durante um intenso processo de luta por moradia em curso, onde eu, enquanto pesquisadora e observadora participante, estive presente em uma série de interações que envolveram as tentativas de negociação por atendimentos habitacionais e para que não houvesse novas remoções na localidade.

### ***Caminhos da pesquisa a partir das trajetórias de vida***

A reconstituição das trajetórias de vida de famílias que perderam as casas e seus desdobramentos na reconfiguração dos territórios urbanos e habitáveis torna-se uma das apostas metodológicas para esta tese. Inicialmente estive presente nas mobilizações políticas que aconteceram logo após a reintegração de posse, como as reuniões e manifestações. Foi nesse contexto que conheci e me aproximei de Gisele<sup>6</sup>, mãe solo de seis filhos, que perdeu sua casa nessa reintegração de posse. Ao acompanhar as rotinas de Gisele, me aproximei também de sua família (os Silveira) e decidimos então reconstituir as trajetórias de vida da família, cartografando tempo, espaço e eventos políticos (TELLES, 2006), na voz de três mulheres: Josefa (mãe) e as irmãs Gisele e Joana. Nas interações, busquei ter um olhar atento para o lugar que a casa assume na vida dessas pessoas, para a interdependência familiar, para as formas de trabalho e gestão da economia doméstica, para as relações do cuidado, formas de mobilidade e imobilidade, articulando os destinos pessoais e coletivos do *fazer e perder* a casa.

---

<sup>6</sup> A fim de preservar a identidade das interlocutoras e interlocutores, todos os nomes e sobrenomes foram alterados.

Neste sentido, a pesquisa busca articular as linhas narrativas que compõem a miríade de situações envolvendo os processos de remoções e reintegrações de posse. A partir da história de vida de Gisele e sua família, percorro os caminhos e trajetos de sujeitos que tiveram suas casas removidas e que por vezes se encontram e produzem efeitos na formação de novos territórios. Desde o princípio, uma questão se fez presente: como capturar as trajetórias, sobretudo a constituição da vida urbana nos espaços? Pesquisadores que trabalham com trajetórias de vida sabem que a história oral, em geral, não é relatada na ordem cronológica dos acontecimentos, tampouco seguindo uma linearidade. São repletas de pontos de turbulências, de assuntos interditados, das variadas tentativas em cumprir com as expectativas, cerceadas pelos medos e inseguranças. Foi a partir das micro-interações cotidianas, das visitas em casa, das pequenas conversas, das *andanças* no bairro, mas, sobretudo, do estabelecimento de vínculos, laços de confiança e afetos, que as interações compuseram e teceram as tramas sociais da vida, repletas de interdependências, de relações, de conflitos, de negociações e trocas que tornam os seus espaços habitáveis.

Uma investigação que parte das trajetórias de vida de sujeitos e famílias prevê articulações, cruzamentos e conexões entre tempo e espaço na dinâmica de produção e reprodução do espaço urbano. Neste sentido, podemos afirmar que a análise das trajetórias é constituída por uma espécie de cartografia das mobilidades urbanas, formada por três linhas de intensidade. A vertical trata das cronologias (tempos biográficos, geracionais e sócio-históricos), a horizontal das espacialidades (organização geral do espaço social), onde “as práticas urbanas deixam suas marcas no espaço e estas se objetivam” (TELLES, 2006, p.70). Já a terceira linha, que atravessa o tempo e espaço, são os eventos políticos (remoções, políticas habitacionais, conflitos políticos e sociais) “que ganham forma e também operam como referências práticas que compõem os territórios urbanos” (ibid.).

Compreendendo que “as práticas do espaço tecem, com efeito, as condições determinantes da vida social” (CERTEAU, 2003, p. 175), as trajetórias de vida no *fazer e perder* a casa podem nos dar pistas do que há de mais capilar nos territórios. Ao acompanhar e reconstituir as mobilidades, deslocamento e fluxo, assumindo aqui tempo e espaço dos acontecimentos, lançamos luz para as formas de intervenção e gestão das populações, assim como para a conformação das redes e relações de poder nos territórios. Nesse sentido, “o tecido urbano é costurado por um conjunto de sujeitos que se relacionam, disputam, negociam,

rompem, mas, sobretudo, criam sentido para as ações vividas”. (PINHO, BREDA e MALLAK, 2022, p. 548).

A casa ganha centralidade nas trajetórias de vida pela perspectiva da concepção da casa, ou seja, da sua “gênese” (MARCELIN, 1999), até a sua materialização, no *fazer a casa* (CAVALCANTI, 2007; MOTTA, 2014; ARAUJO SILVA, 2017). Nesse sentido, o *fazer a casa* trata de uma “operação coletiva” (MARCELIN, 1999), constituída a partir da configuração de um arranjo complexo entre pessoas, objetos e espaços (MOTTA, 2014; ARAUJO SILVA, 2017). Já a partir da noção *de perder a casa*, lançamos luz para eventos extraordinários presentes no cotidiano, na “exceção ordinária”<sup>7</sup> (PIEROBON, 2018) de centenas de milhares de famílias que residem em “áreas de risco”. Aqui nossas lentes estão voltadas para as remoções via reintegração de posse, mas o *perder a casa* pode estar também relacionado a despejos pela falta de pagamento do aluguel, acidentes geológicos e crises ambientais, entre tantos outros processos. Ainda, foi possível compreender, frente às ameaças de *perder a casa*, as mais variadas estratégias de resistência para *refazer a casa*.

O interessante deste processo é que as categorias por vezes se embaralham, ou seja, as dinâmicas que produzem os espaços urbanos não são estanques e, neste contexto, as casas vivem processos de “re-configuração” (ARAUJO SILVA, 2017). Ou seja, não são entidades isoladas em si, mas se reconfiguram de tempos em tempos, em um processo social dinâmico, tecido pelas relações sociais dentro da/entre as casas, envolvendo interdependências, solidariedades, afetos, bem como moralidades, obrigações, assimetrias e conflitos (PINHO, BREDA e MALLAK, 2022).

Por fim, ao reconstituir as trajetórias foi possível entrar em contato com as memórias das interlocutoras, parte constitutivas dos espaços praticados (CERTEAU, 2003), “embebidas” (DAS, 2020; PIEROBON, 2018) em ordinário e extraordinário, bem como em passado, presente e futuro. O cotidiano sugere múltiplas repetições que só são possíveis com o estabelecimento de vínculos. Este é um ponto central para a entrada e permanência em campo. Quais são as estratégias possíveis para acompanhar a rotina de pessoas que vivenciaram uma remoção? Como lidar com as expectativas e frustrações da agência de uma pesquisadora frente ao caso? Como explicar para pessoas que perderam suas casas que os limites da sua atuação

---

<sup>7</sup> De acordo com a autora, alinhada teoricamente com Veena Das (2015) “o cotidiano de pessoas que vivem em exceção ordinária não é o lugar do óbvio e da repetição, mas o lugar em que eventos extraordinários acontecem no dia a dia e fazem com que as pessoas precisem reabitar o mundo a cada novo acontecimento” (PIEROBON, 2018, p. 51)

estão circundados pela realização de uma pesquisa? Estas eram (e ainda são) perguntas que me acompanharam ao longo da minha trajetória de pesquisa.

### *Notas sobre o Estado nas margens*

A fim de compreender o processo de formação das cidades e produção de moradias populares, busco a partir das trajetórias de vida capturar quais são as dinâmicas que (re)definem o acesso ou bloqueio às cidades, sendo essa uma questão central para a discussão que será realizada ao longo desta tese. Isto porque, para pensar remoções e deslocamentos enquanto processos estruturais e sistemáticos, é necessário compreender como as cidades vêm sendo produzidas e os seus desdobramentos na formação dos territórios periféricos.

Para esta discussão, acredito que seja necessário dedicar algumas linhas para a concepção de estado. Isto porque haveria uma tendência nos estudos urbanos de compreender a formação das periferias enquanto resultado de uma incapacidade do Estado em se impor, uma visão alinhada à noção racional-burocrática do Estado apresentada no esquema weberiano (WEBER, 2009). Não será essa a abordagem dada para a discussão ao longo da tese. Abrindo mão da ideia de que um ente (como o Estado) teria em si a centralidade do poder, Foucault nos instiga a pensar o Estado enquanto um conjunto de práticas:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos (FOUCAULT, 2012, p.182)

No debate sobre o acesso à moradia nas cidades, colocamos então o desafio do desenvolvimento da análise na perspectiva das margens, enquanto espaços territoriais e lugares de práticas em que se redefinem constantemente os modos de ordenar e legislar. Veena Das e Deborah Poole (2008), alinhadas às noções de Estado e relações de poder de Foucault, apresentam a atuação do Estado nas margens como o centro das práticas em que há simultaneamente “promessas da garantia” e “ameaça”. Partimos então de um lugar onde as periferias são áreas reconfiguradas onde o Estado se faz presente, seja na assistência e gestão das necessidades, ou de forma militarizada, com ameaças, expulsão e exclusão (DAS e POOLE, 2008). A etnografia proposta pelas autoras trata de rastrear de maneira estratégica e analítica:

[...] distanciamos-nos da arraigada imagem do estado como uma forma administrativa racionalizada de organização política que se torna enfraquecida ou menos plenamente articulada ao longo de suas margens territoriais ou sociais. Ao invés, pedimos aos participantes do seminário para refletir sobre como as práticas e políticas da vida nessas áreas moldavam as práticas políticas, regulatórias e disciplinares que constituem, de algum modo, essa coisa que chamamos de estado” (DAS e POOLE, 2008, p.03).

Ao questionarem a ideia de que nestes espaços o Estado não foi capaz de impor a ordem, as autoras sugerem que “(...) tais margens em que um quadro diferente do bem comum é acionado, não são apenas espaços que o estado ainda terá que penetrar; ao invés, podem ser vistos como *loci* onde o estado é continuamente formado no recôndito da vida cotidiana” (DAS e POOLE, 2008, p. 23). Nesse sentido, apontam para os limites de elaborações teóricas que assumem os espaços em uma perspectiva binária, tal qual centro e periferia, público e privado, legal e ilegal.

Diante das dobras do legal-ilegal conferiremos as práticas e dispositivos de poder nestes territórios, que “oscilam entre tolerância, acordos e repressão” (TELLES, 2013, p.453), haja visto que as leis sob a ótica de Foucault “não são feitas para impedir tal ou qual comportamento, mas para diferenciar as maneiras de contornar a própria lei” (FOUCAULT, 1994, p. 716). São expostos então os desafios implicados aos que estão em constante deslocamento e as estratégias e habilidades de determinadas populações (migrantes, refugiados, populações sem teto, desempregados, trabalhadores precários), que vivem em constante batalha frente às leis impostas nas cidades.

Michel Foucault, ao analisar a função estruturante do espaço e do território, nos coloca a seguinte questão: “trata-se de marcar um território ou de conquistá-lo? Trata-se de disciplinar súditos e fazê-los produzir riquezas ou trata-se de constituir para uma população algo que seja um meio de vida, de existência, de trabalho?” (FOUCAULT, 2008a, p. 40). As reflexões trazidas por Vera Telles (2016) sobre os poemas de Bertolt Brecht trouxeram pistas importantes sobre conflitos que emergem e os “efeitos de poder” na intenção de “apagar os rastros” (ibid.). Ao fazer a leitura da cidade a partir do “guia para o habitante das cidades”, apresenta o destino do cidadão, que transita “sem deixar rastros”:

Mas podemos também nos indagar pelo que o imperativo do “apagar os rastros” sugere, pois é nisso que os efeitos do poder se inscrevem, sorrateiramente ou abertamente, nas destinações desses habitantes anônimos. Também as fricções, conflitos, embates que fazem da cidade, como diz Benjamin, “um campo de batalha”, uma batalha pela sobrevivência que se desdobra em uma batalha com ou contra as Leis da cidade. É isso que se pode apreender vivamente ao seguir os percursos desses homens e mulheres nas grandes cidades, aqui e alhures. Eles transitam por entre esses vários lugares e em cada ponto de parada-passagem, tem que lidar com os representantes da Lei, com a polícia, com os gestores urbanos, com os operadores de agências estatais, que acionam



dispositivos vários pelos quais se tenta “apagar os rastros”, limpar da cidade os sinais dessa presença indesejável (TELLES, 2016, p.05).

Essa discussão também vem de encontro com a tentativa de trazer à luz a liminaridade entre “regra e exceção, legalidade e ilegalidade, formalidade e informalidade” (RIZEK, 2012a, p.36). No interior do conflito é possível perceber que as fronteiras entre estas questões não são estanques, tampouco claras. Diante dessa cena, cabe o seguinte questionamento: na fluidez dessa liminaridade, quem decide sobre a exceção? (ibid.).

Como parte desse cenário de disputas e tensões, parece necessário indagar “de que forma as instâncias do que chamamos de ‘legal’ e ‘ilegal’ se articulam em determinados momentos e espaços, ora obscurecendo fronteiras e abrindo a possibilidade de arbitrariedades variadas, ora tecendo arranjos precários de vida?” (SILVA, 2011, p.359). Isto posto, as práticas apontam que nessa nova gramática urbana a questão está menos na fronteira do que é “legal” ou “ilegal” e mais nas forças e nos modos de operação dentro desse *continuum* (SIMMEL, 2006).

A pesquisa reflete sobre a (re)produção dos espaços nas cidades com base no mapeamento e fusão de elementos e processos que são normalmente capturados separadamente, como as políticas urbanas e sociais, gestão e governo, financeirização e privatização. Neste sentido, propõe uma mudança de perspectiva analítica, sugerindo um diagrama de inteligibilidade dos conflitos fundiários urbanos que parte, antes, da investigação das práticas do cotidiano, das trajetórias de vida das famílias, de dentro e de perto, para então compreender os processos de transformação no ordenamento urbano.

Por fim, em uma reflexão do território enquanto lócus para a produção de subjetividades, considera-se que a observação de uma situação empírica traduz a expressão de uma realidade social e que o olhar para o cotidiano seja capaz de trazer à luz análises sobre temas mais amplos. Assim, parafraseando Simmel (2006), a preocupação aqui não paira em como as coisas individuais se comportam, mas sim, a partir delas, formar uma unidade, compreendendo os indivíduos enquanto construtores de caminhos.

### ***Organização da tese***

Capítulo 1 - **Casas e torres de energia: um olhar para as remoções a partir de uma periferia em Mogi das Cruzes**: tem por objetivo apresentar o conflito urbano manifestado por remoções e desposseções enquanto fenômenos multiescalares e interconectados com uma dinâmica global de produção dos espaços. O Capítulo inicia com a discussão sobre a produção do espaço urbano no contexto das remoções na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Olhando para as remoções na RMSP busco construir um quadro analítico que conecta a perda da casa e constante transitoriedade dos lugares de vida com a dinâmica de intervenção, reestruturação urbana e constante redesenho das cidades na RMSP. Para isto, são apresentadas as informações obtidas por meio do banco de dados desenvolvido pelo Observatório de Remoções (OR). Para a presente tese, foi realizado um levantamento dos processos em 1º grau envolvendo a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) com sede no Tribunal de Justiça de São Paulo, onde são analisados uma série de dados como: a quantidade de processos de reintegração de posse no estado de São Paulo, a temporalidade dessas solicitações e a mobilização do termo “risco” para legitimar as remoções. Em seguida, apresento o processo de privatização e financeirização das infraestruturas, como a transmissão de energia elétrica, conectando com as formas de produção de territórios e cidades. Por fim, realizo uma breve contextualização histórica e sociodemográfica da cidade de Mogi das Cruzes, bem como do distrito e bairro de Jundiapéba.

Capítulo 2 - **Percorrendo trajetórias de quem perdeu a casa**: tem como intuito discutir os conflitos em torno do lugar da casa a partir do caso da reintegração de posse em Jundiapéba, Mogi das Cruzes - SP. Inicialmente apresento a minha entrada em campo, as articulações estabelecidas com os diversos interlocutores para a permanência e realização da pesquisa. Partindo da história de vida da família Silveira, o capítulo inicia com a saída do nordeste para a cidade de São Paulo, articulando a trajetória com o contexto de migração no Brasil na década de 1980. Em seguida, relato os desafios de acessar a casa própria, a necessidade de morar de favor com a família e os conflitos que emergem dessa situação. É apresentado o *fazer a casa*, processo vivenciado e interligado com outras casas e pessoas que participam da sua construção. As vozes das filhas Joana e Gisele também ecoam ao longo desta narração, articulando dimensões como casa, trabalho, gênero, infraestruturas e violências. O capítulo finaliza com o momento em que Gisele e Joana recebem a notificação de que suas casas estão

em um processo de reintegração de posse solicitado pela CTEEP, evidenciando as estratégias para se manterem nas suas casas, lidando com os riscos e as incertezas

Capítulo 3 – **Vão passar o trator em cima da minha casa: tempos e mobilizações por moradia:** tem por objetivo articular a noção de temporalidade com o conjunto de situações vivenciadas por famílias ameaçadas de remoção. O tempo da espera é relacionado aos espaços de negociação – seja na produção de documentos, como também nas mobilizações de luta por moradia - onde esperar e esperançar são dinâmicas vivenciadas. Assim, o capítulo se divide em três tempos: O primeiro trata do anúncio das remoções, ou seja, uma abertura no tempo de vida dos sujeitos que passam a lidar cotidianamente com a possibilidade de perder a casa e se lançam para a luta política a fim de reverter este processo. No segundo, os relatos de Gisele, Joana e Josefa subsidiam o entendimento sobre o tempo da remoção, o *perder a casa*. Por fim, apresento o tempo da mobilização na luta por moradia, reconstituindo os processos de formação da Comissão de moradores e apoiadores do Movimento Jundiapéba por Moradia, as ações realizadas por esses sujeitos, bem como uma constelação de atores que passaram a orbitar em torno do caso.

Capítulo 4 - **Viver em risco:** tem por objetivo lançar luz para a mobilização do conceito de risco pelos diferentes atores e agentes, bem como problematizar as formas de classificação e intervenção pelo risco. Para tanto, abordo este conceito a partir das principais correntes sociológicas do tema, seguido por uma análise sobre as formas de governo pelo risco. São articuladas as dimensões da vulnerabilidade social e do risco, evidenciando que, o risco de perder a casa, torna-se também um problema e um risco de ordem pública.

## Capítulo 1 – Casas e torres de energia: um olhar para as remoções a partir de uma periferia em Mogi das Cruzes

*“Enquanto tinha espaço nos terrenos vazios, era só chegar” (Gisele)*

A frase dita por Gisele refere-se ao processo de ocupação de um terreno para a construção de sua casa no território de Jundiapéba em Mogi das Cruzes, local onde mora desde os três anos. O que Gisele relata não é uma especificidade de Jundiapéba, ou seja, a mesma frase poderia descrever outros tantos territórios populares e periféricos nas cidades brasileiras que se formaram sob esta lógica.

A tese parte da experiência de uma reintegração de posse na periferia de Mogi das Cruzes, que atravessa corpos, cotidianos e vivências, para lançar luz às formas de (re)produção de territórios e cidades. Ao mesmo tempo, a trama complexa em torno do lugar das periferias nas cidades, ou seja, os acessos e bloqueios (TELLES, 2006), vem apontando para uma dinâmica que está em constante redefinição e disputa. Com essa compreensão, o capítulo tem por objetivo apresentar o conflito urbano manifestado por remoções e desposseções enquanto fenômenos multiescalares e interconectados com uma dinâmica global de produção dos espaços. Para tanto, a primeira seção centra os esforços em dialogar com a literatura nacional e internacional, evidenciando os modos de operação das remoções, relacionando com a dinâmica de financeirização da moradia, transitoriedade permanente, ilegalismos e a criminalização da pobreza.

Com um olhar multiescalar, onde territórios se conectam e produzem efeitos na (re)configuração do espaço urbano, é apresentado um panorama das remoções no contexto da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). A partir das informações obtidas por meio do banco de dados desenvolvido pelo Observatório de Remoções e no levantamento dos processos em 1º grau envolvendo a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) com sede no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), será possível construir um quadro analítico que conecta a perda da casa e a gestão pelo risco. Revela ainda as constantes transitoriedades dos lugares de vida, atreladas à dinâmica de intervenção e reestruturação urbana das cidades na RMSP.

Nesse sentido, a pesquisa demonstra que esses são processos que estão estruturalmente enlaçados com os fenômenos de segregação e desterritorialização dos espaços de vida da

população periférica. Na última parte do capítulo será apresentada uma contextualização histórica da produção do espaço urbano na cidade de Mogi das Cruzes, do distrito e bairro de Jundiapéba.

### ***1.1 A produção do espaço urbano no contexto das remoções***

A produção do espaço urbano atrelada aos conflitos fundiários e despossessões vem sendo tema de produções acadêmicas nas diversas áreas do conhecimento. A partir de uma revisão de literatura<sup>8</sup> dos estudos realizados principalmente nas linhas da sociologia, antropologia social, geografia e planejamento urbano, foi possível constatar a tentativa dos pesquisadores em desvendar a trama que envolve a produção dos territórios, as relações e os “jogos de poder” (TELLES, 2013) nos desenhos e re-desenhos das cidades.

Nessas pesquisas também foi possível capturar três grandes eixos norteadores que fundamentam os conflitos fundiários urbanos nas cidades da periferia do capitalismo: 1. Existência de um mecanismo estrutural que opera a miríade de deslocamentos forçados, que tem relação com a financeirização da terra e da moradia; 2. A “transitoriedade permanente” (ROLNIK, 2015) a que determinados sujeitos estão expostos no contexto das remoções e 3. Os (i)legalismos e a criminalização da pobreza, sobretudo das formas de moradia da população da periferia.

Em consonância com esse campo de estudos, nas próximas linhas será aprofundada a discussão acerca dos três eixos articulados, sem a pretensão de esgotá-los, mas pelo contrário, com a intenção de apresentar um panorama do tema que permitirá compreender as remoções e despossessões como fenômenos multiescalares e interconectados com uma dinâmica global de produção dos espaços. A partir dessa compreensão será possível avançar em uma análise que considera as periferias urbanas pontos de aglutinação e condensação de múltiplas trajetórias de vida de sujeitos em constante deslocamento dos seus espaços de vida.

---

<sup>8</sup> Conceitos como “territorialização e desterritorialização” (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2014; DELEUZE e GUATTARI, 1997), “acumulação por despossessão” (HARVEY, 2004; ROLNIK, 2015; ÇAGLAR e GLICK SCHILLER, 2018), “transitoriedade permanente” (ROLNIK, 2015), “displacement e emplacement” (ÇAGLAR e GLICK SCHILLER, 2018) e “displaceability” (YIFTACHEL, 2020) vêm sendo fortemente mobilizados. Em consonância com a perspectiva metodológica de que conceitos são uma espécie de “caixa de ferramentas analíticas”, a mobilização destes nos apoiará na compreensão de determinada realidade social.

Pensar sobre o território e as relações de poder é parte da obra *Por uma geografia do poder* (1993) de Claude Raffestin, uma importante referência teórica no campo da geografia. Nas elaborações analíticas de Raffestin, a categoria de território é compreendida enquanto resultado dos espaços modificados pelos indivíduos, onde se revelam as relações inscritas em um campo de poder. É a partir da concepção foucaultiana de “poder” enquanto relação que Raffestin se faz a crítica a geografia política clássica:

A geografia política clássica é, na verdade, uma geografia do Estado, o que seria necessário ultrapassar propondo uma problemática relacional, na qual o poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido. Exercido por quem? Por atores saídos dessa população que foi analisada antes do território. No entanto, esta prioridade não nos poupará das acusações, pois rompe uma tradição bem estabelecida em geografia política. **Mas por que a população em primeiro lugar? Porque é a fonte do poder**, o próprio fundamento do poder, por sua capacidade de inovação ligada ao seu potencial de trabalho. Assim, é por ela que passam todas as relações (RAFFESTIN, 1993, p. 07. Grifos nossos).

E o que seria então o território? Para o autor, o território é produto dos atores sociais, ou seja, partindo do “espaço” enquanto realidade inicial, ou realidade dada, os atores produzem o que categorizamos como “território”. De acordo ele: “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Por conseguinte, na produção do território real (território produzido), Raffestin chama a atenção para a construção de *tessituras-nós-redes* que delimitam os campos de poder, relações e ação nas dinâmicas territoriais.

Longe de ser uma unidade fixa ou monolítica, o território configura-se pela sua diversidade e complexidade que, de acordo com Haesbaert (2004), “desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’” (p. 95-96). Embebido da teoria de Lefèbvre (1986) sobre apropriação e dominação dos espaços, Haesbaert (2003) apresenta o território imerso nas relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, em diferentes combinações neste *continuum*, que opera entre os sentidos “funcionais” e “simbólicos”. Assim, propõe uma classificação que definiria território em três vertentes básicas: Jurídico-política, Cultural(ista) e Econômica (p. 13).

É neste território, múltiplo e diverso, que aproximamos as lentes para então compreender os efeitos produzidos pelas remoções habitacionais na reconfiguração do espaço urbano e nas cidades. Especificamente, os contextos jurídicos, políticos, culturais e econômicos na reestruturação neoliberal, globalizada e financeirizada, parecem estar completamente

conectados com as condições de transitoriedade e instabilidade da moradia, mas também das relações de trabalho e da própria precariedade da vida.

Para Deleuze e Guattari (1997), o conceito de territorialização, assim como a construção do próprio pensamento, é formado a partir do modelo de um “rizoma”, sugerindo uma espécie de “cartografia das multiplicidades”, onde os conceitos não estão hierarquizados, ou seja, não há um ponto central, mas sim “linhas de intensidade”. Sendo o território um conceito fundamental na filosofia de Deleuze e Guattari, Haesbaert e Bruce (2009) propõem a partir de uma perspectiva geográfica, olhar as mudanças de escalas: “iniciando como território etológico ou animal passamos ao território psicológico ou subjetivo e daí ao território sociológico e ao território geográfico” (HAESBAERT e BRUCE, 2009, p. 6). Assim, território também extrapolaria a ótica geográfica dos lugares fixos, sendo relativo a um espaço vivido, incluindo as relações sociais, culturais e laços de afetos:

A noção de território aqui é entendida num sentido muito amplo, que ultrapassa o uso que fazem dele a etologia e a etnologia. Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio da qual um sujeito se sente “em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p.323).

A noção de apropriação também está presente nas obras de Lefèbvre (2001;2008), vinculada à ideia de “valor de uso”. Segundo o autor, a fragmentação das cidades se dá frente à subordinação do “valor de uso” ao “valor de troca” dos espaços, que cria obstáculos entre as pessoas, entre o consumo coletivo do espaço e, sobretudo, a distinção entre os espaços. Sob a ótica do capitalismo, o desenvolvimento dos espaços urbanos está atrelado ao fetichismo da mercadoria, onde a terra se tornou um “lugar de consumo e consumo do lugar” (LEFEBVRE, 2001, p. 20).

A partir dos conceitos de “territorialização” e “desterritorialização”<sup>9</sup>, cunhados também por Deleuze e Guattari, entende-se que os processos de construção e destruição/abandono dos territórios humanos ocorrem de maneira concomitante, sendo o problema central a compreensão sobre os seus componentes, seus agenciamentos e as suas intensidades. Vale destacar que a ideia de agenciamento para os autores, sintetizada por Guattari e Rolnik (1986), trata da “noção

---

<sup>9</sup> Estes são conceitos introduzidos nas obras *O Anti-Edipo* (1972) e, posteriormente, desenvolvidos em *Mil Platôs* (1980) e *O que é a filosofia?* (1991).

mais ampla do que a de estrutura, sistema, forma etc. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto de ordem biológica, quanto social, maquínica, gnosiológica (sic), imaginária”. (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 317). É interessante notar que os autores já evidenciavam, nesta égide do capital globalizado, as conexões entre a desterritorialização do trabalho, da moradia e do próprio capital, apontando para uma dinâmica de descodificação:

(...) no *Capital*, Marx mostra o encontro de dois elementos ‘principais’: dum lado, o trabalhador desterritorializado, transformado em trabalhador livre e nu, tendo para vender a sua força de trabalho; do outro, o dinheiro descodificado, transformado em capital e capaz de a comprar. Estes dois fluxos, de produtores e de dinheiro, implicam vários processos de descodificação e de desterritorialização com origens muito diferentes. Para o trabalhador livre: desterritorialização do solo por privatização; descodificação dos instrumentos de produção por apropriação; privação dos meios de consumo por dissolução da família e da corporação; por fim, descodificação do trabalhador em proveito do próprio trabalho ou da máquina. Para o capital: desterritorialização da riqueza por abstração monetária; descodificação dos fluxos de produção pelo capital mercantil; descodificação dos Estados pelo capital financeiro e pelas dívidas públicas; descodificação dos meios de produção pela formação do capital industrial, etc. (DELEUZE e GUATTARI, 1997, p. 233-234).

Em suma, os processos estruturais e sistemáticos de “desterritorialização” podem ser lidos, “em um sentido mais amplo e analítico, como saída ou destruição de um território, e em um mais estrito, que enfatiza a desterritorialização em uma perspectiva social, associada a processos de precarização socioespacial” (HAESBAERT, 2014, p. 190). Neste sentido, compreendendo o território enquanto espaço vivido (DELEUZE e GUATTARI, 1997), determinados sujeitos estariam constantemente em movimento de “territorialização e desterritorialização” (ibid.).

\*\*\*

Em uma perspectiva diretamente relacionada ao objeto de estudo da presente pesquisa, ou seja, aos processos de remoções e despejos habitacionais nas cidades urbanizadas, Raquel Rolnik (2015) cunha o conceito de “transitoriedade permanente”. Segundo a pesquisadora, nesses territórios são constituídas “zonas de indeterminação entre o legal/ilegal, planejado/não planejado, formal/informal, dentro/fora do mercado, presença/ausência do Estado” (ROLNIK, 2015, p. 174). É justamente nas fronteiras dessas indeterminações que são construídas as condições de transitoriedade permanente, bem como “a existência de um vasto território de reserva, capaz de ser capturado ‘no momento certo’”. (ibid.).

Conforme mencionado por Rolnik (2015), a captura dos territórios “no momento certo” opera estrategicamente para fins de interesse do capital, construindo situações de



“transitoriedade permanente” e a “existência de um território de reserva”. Avançando nessa análise, é possível sugerir que a criminalização dos territórios periféricos orienta as formas de controle e gestão do espaço urbano, além de construir um imaginário do que representa o “sujeito invasor”. Ou seja, nas condições de “ilegalidade” e/ou “irregularidades” a presença dos sujeitos no território se constitui em “caráter de exceção” (AGAMBEN, 2002).

Nota-se que as elaborações analíticas de Rolnik (2015) estão em diálogo com as teorias políticas que examinam o “caráter de exceção” enquanto dispositivo de suspensão da ordem jurídica (SCHMITT, 2006) e tecnologias de governo (FOUCAULT, 2008a; AGAMBEN, 2002), que são exercidos pela decisão soberana. O paradoxo da soberania - soberano estar “dentro e fora da ordem jurídica” - é relacionado por Rolnik (2015) ao aparato legal e de planejamento urbano que “tem o poder de declarar a suspensão da ordem urbanística, determinando o que é ‘ilegal’ e o que não é, assim como quais formas de ‘ilegalidade’ poderão subsistir e quais devem desaparecer” (p. 193). Ou seja, nas “zonas de indeterminação” ou “zonas cinzentas”<sup>10</sup> (SCHMITT, 2006; AGAMBEN, 2002) parece haver uma porosidade no quadro das referências dualizadas, onde categorias como legal/ilegal, formal/informal, presença/ausência se embaralham e assumem um caráter de indistinção.

Ainda, no cerne das disputas entre a permanência e as remoções, tem-se observado a manutenção das relações de poder, especulação imobiliária e aplicação arbitrária da lei. No entanto, essa funcionalidade não reside apenas na manutenção da insegurança jurídica da posse<sup>11</sup> para a população pobre; não por acaso, determinados corpos (em sua maioria marcados pelas diferenças de raça e gênero) que habitam casas ameaçadas de remoção, também estão nos trabalhos intermitentes e de pior remuneração, assim como são privados de diversos serviços públicos e infraestruturas urbanas. Do mesmo modo, quando Oren Yiftachel (2020) analisa os casos de *displacement* em diversas cidades contemporâneas, amplia a compreensão do deslocamento enquanto um ato em si para uma condição sistêmica, através da qual o poder marginalizante é exercido por sistemas políticos e jurídicos. Nesse sentido, o autor sugere então a condição de *displaceability*:

---

<sup>10</sup> As noções de “zonas de indeterminação”, “zonas de indistinção” ou “zonas cinzentas” também foram mobilizadas nas pesquisas de RIZEK, 2012a; ROLNIK, 2015; YIFTACHEL, 2009; AZAIS, 2012 e TELLES, 2009.

<sup>11</sup> De acordo com Rolnik: “Fundamentalmente, a insegurança da posse é uma questão de economia política - leis, instituições e processos de tomada de decisão relacionados ao acesso e ao uso da moradia e da terra são atravessados pelas estruturas de poder existentes na sociedade” (ROLNIK, 2015, p. 151-152).

Empirical documentation and analysis of evictions and displacements—important as they surely are—may not be sufficient for a new critical conceptualization of the contemporary city. I suggest here that an additional step should reframe the phenomenon within the broader condition of displaceability. This concept expands the understanding of displacement from a policy act to a systemic condition through which spatial power is exerted by policy, legalities, and violence. Displaceability holds large parts of urban society in suspense, often living on borrowed time in conditions of growing vulnerability and uncertainty (YIFTACHEL, 2020, p. 10-11).

Para Yiftachel (2020) o deslocamento urbano pode ser definido como o *involuntary distancing* (distanciamento involuntário) de moradores do pleno direito aos recursos e oportunidades da sua localidade. Por conseguinte, o deslocamento pode assumir diversas formas: despejo físico e expulsão; demolição de residências e negação de serviços; suspensão de direitos e criar “espaços cinzentos” de vida temporária; ou ainda ao negar aos moradores o uso de materiais urbanos e recursos culturais. A condição de *displaceability*, se refere ao estado de estar suscetível ao *involuntary distancing* desses direitos e recursos.

Na condição de insegurança e precariedade em todas as esferas da vida, Çaglar e Schiller (2018) apontam para a dimensão de “desposseção” ou “acumulação por desposseção” (HARVEY, 2005) atrelada ao confisco dos espaços comunais e públicos, sobretudo na reestruturação do espaço urbano e das relações sociais que reproduzem as cidades contemporâneas sob a égide do capital. Para as autoras, o termo *displacement* tem relação direta com os processos de acumulação do capital em um tempo-espaço específico. De um lado, em uma perspectiva trans-histórica, a noção de *displacement* estaria relacionada à própria formação das cidades e todas as dinâmicas de despojamento dos sujeitos de suas terras (processos de escravização, colonização e hierarquia de gênero). No entanto, sugerem olhar para a noção de *displacement* ligada à acumulação de capital por espoliação, processo que tem ocorrido de diversas formas:

Sometimes the dispossession that leads to displacement occurs through neoliberal “austerity” measures and “reforms” and the restructuring and privatization of public land, housing, employment, and benefits. These transformations have led to downward social mobility as large numbers of people lose their social positions. Sometimes the dispossessive processes are violence and warfare linked to broader struggles for land and resources within geopolitical contentions, which cause people to flee their homelands. Because of these processes, the lives of increasing numbers of people around the world are becoming precarious (ÇAGLAR e GLICK SCHILLER, 2018, p. 19).

Há uma perversidade na operação de reprodução do espaço urbano, que coloca justamente os sujeitos vitimados pelas desposseções em uma condição de funcionalidade para a manutenção das desigualdades territoriais. A (não tão novidade) é que a moradia, para além

da condição de ser uma mercadoria com valor de troca, constitui-se também em um ativo financeiro. Vale também lembrar os ensinamentos de Francisco de Oliveira que, ao descrever o *Ornitorrinco* (2003), também já apontava para os efeitos da financeirização na autonomia do Estado e, conseqüentemente, na construção de antipolíticas de funcionalização da pobreza:

A financeirização das economias e principalmente dos orçamentos públicos retira autonomia do Estado; produz-se uma autonomização do mercado, que é o outro pilar da exceção. Mas a contradição está em que tornado supérfluo pela autonomização, o Estado se funcionaliza como uma máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital. E a exceção está em que as políticas sociais não têm mais o projeto de mudar a distribuição da renda (...) e se transformaram em antipolíticas de funcionalização da pobreza. O que estou descrevendo é o Ornitorrinco, com maiúsculas. (...) Capital financeiro na cabeça, informatização em todos os meios de produção e de consumo, dívida externa, altíssima informalidade, pobreza (...). (OLIVEIRA, 2003, p. 11).

De acordo com David Harvey (2005), o capitalismo tem passado por uma crise de sobreacumulação desde os anos de 1970, atrelada às condições de excedentes de trabalho (alta de desempregos) e excedentes de capital (acúmulo de mercadorias). Roy e Rolnik (2020) definem a financeirização enquanto um processo global onde o Estado assume um papel central na (des)regulamentação da terra e da moradia com políticas estratégicas (AALBERS, 2016), seja no campo habitacional, mas também nas de vigilância e criminalização. Segundo as autoras: “esse novo poder colonial, desterritorializado e abstrato, fictício e especulativo por natureza, apodera-se de cidades, capturando espaços construídos para a vida e transformando-os rapidamente em paisagens para a renda” (ROY e ROLNIK, 2020, p. 21).

Por fim, os modos de operação dos acessos e bloqueios dos locais de moradia, que operam em escala global nas cidades contemporâneas, estruturam a produção e a desigual distribuição do espaço urbano. Compreendemos que, na era das finanças globais, múltiplos dispositivos e mecanismos escalares e velozes de concentração de renda são mobilizados. Se, de um lado, é possível afirmar que a financeirização das infraestruturas e da moradia se constituem enquanto fenômeno global; do outro, sua expressão se dará de maneira distinta a depender da localidade e suas respectivas economias políticas e urbanas (ibid).

## *1.2 As remoções no contexto da Região Metropolitana de São Paulo*

Na presente seção buscaremos contribuir com o debate acerca dos conflitos fundiários urbanos na Região Metropolitana de São Paulo. Para tanto, um primeiro desafio se faz presente: a identificação e mapeamento desse tipo de fenômeno. Dados públicos que ofereçam de forma confiável as justificativas e a quantidade de pessoas removidas nas cidades brasileiras são escassos e fragmentados, dificilmente refletindo a realidade dos eventos (MARINO et al., 2020). Ou seja, a ausência de dados complexifica o cruzamento de processos interescares que permitiriam analisar os impactos dessas operações, como, por exemplo, a iminência/ameaça ou realização de remoções, relacionando-as com lugares de concentração de intervenções urbana: obras de infraestrutura público/privadas, áreas de interesse de expansão imobiliária, urbanização de favelas, entre outros.

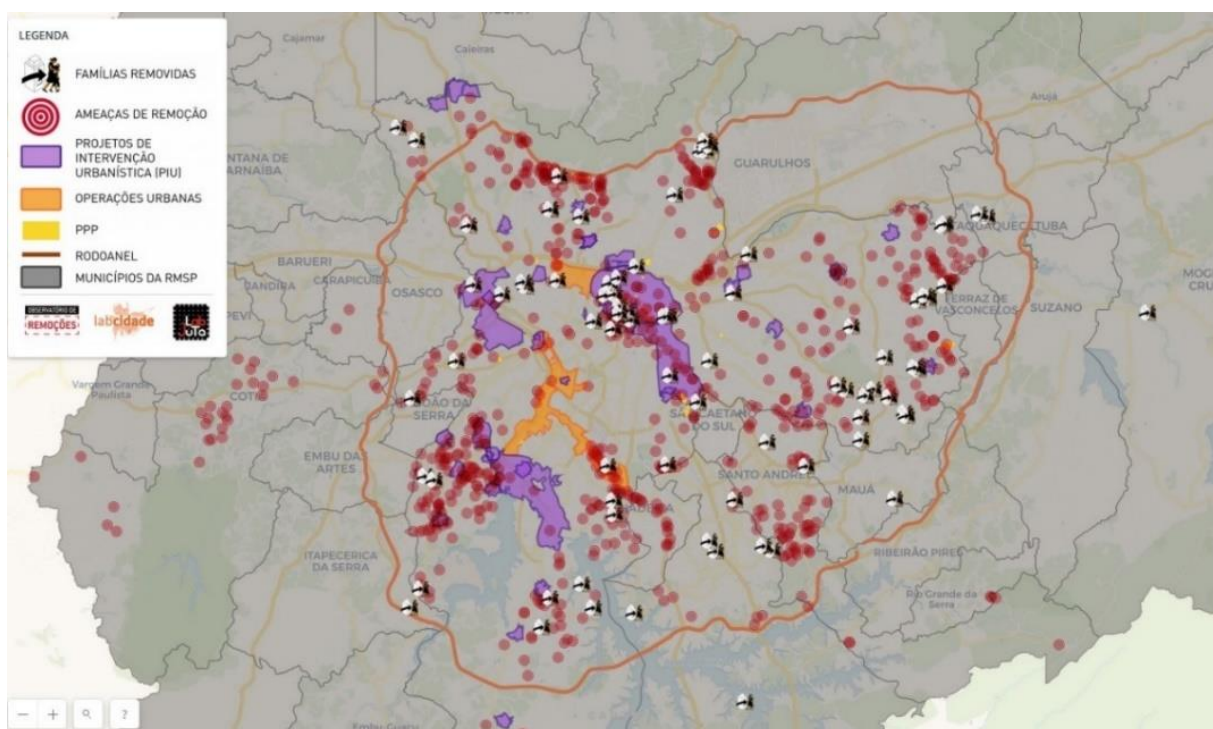
É frente ao desafio de lançar luz sobre a “geografia da invisibilidade” (ROLNIK, 2015) que o projeto do Observatório de Remoções<sup>12</sup> se origina. De acordo com Marino et. al. (2020), devido à complexidade de mapear esse tipo de informação, torna-se imprescindível recorrer a múltiplos métodos e fontes de dados. No caso do mapeamento realizado pelo Observatório de Remoções, as fontes de dados estão organizadas em quatro categorias: dados oficiais; pesquisas de campo; clipping de matérias jornalísticas; denúncias e dados colaborativos (p. 36). A partir de 2018 o projeto também passou a realizar a mineração dos dados do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) por meio do banco de sentenças em primeiro grau<sup>13</sup>. O mapeamento é atualizado trimestralmente e está disponível em formato aberto e interativo:

---

<sup>12</sup> Conforme o Observatório de Remoções, o mapeamento possui caráter colaborativo, realizado desde 2012. Os objetivos desse mapeamento são: (a) identificar e compreender, em diferentes escalas, os impactos proporcionados pelas remoções e ameaças; e (b) sistematizar e compartilhar informações para fortalecer a resistência dos atingidos contra políticas e projetos urbanos que implicam em processos de despossessão e violação de direitos. Para mais informações acessar: <http://www.labcidade.fau.usp.br/mapa-denuncias/>

<sup>13</sup> Essa estratégia metodológica também foi utilizada na presente tese para a extração dos processos em primeiro grau envolvendo a empresa transmissora de energia elétrica e os casos de reintegração de posse e os dados serão apresentados a seguir.

Mapa 1 - Remoções na Região Metropolitana de São Paulo



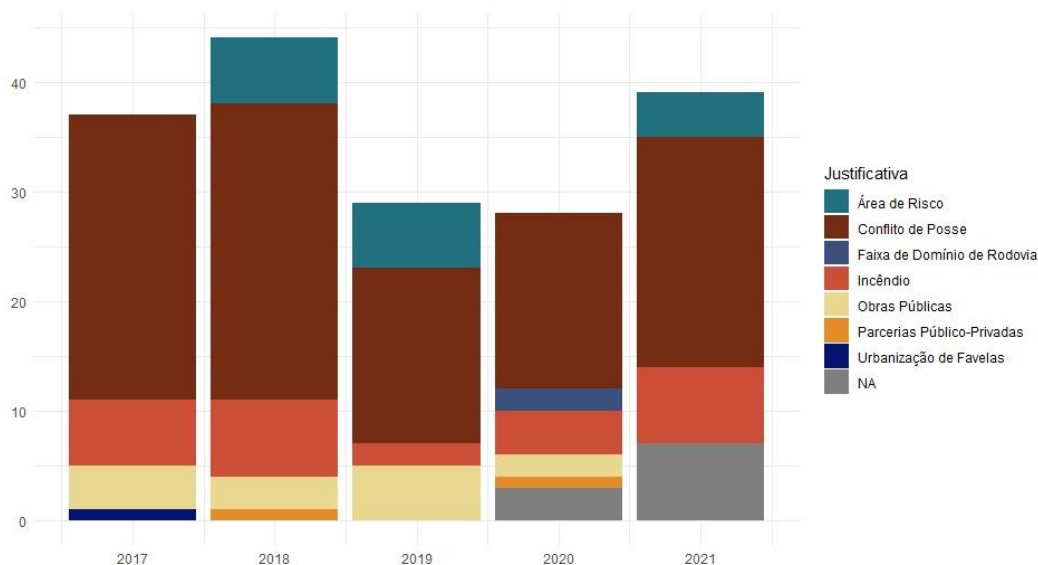
Fonte: Observatório de Remoções (2021)

A partir das informações extraídas no banco de dados do Observatório de Remoções no período entre janeiro de 2017 e dezembro de 2021, foi possível identificar que cerca de 37.278 famílias passaram por processos de remoções e 223.767 estão ameaçadas de perderem suas casas. Conforme os dados, 71% das ocupações removidas e/ou ameaçadas são propriedade pública e 29% propriedade privada; no que tange à tipologia, 86% estão situadas em terrenos vazios e 14% são edificações.

Entre as remoções que ocorreram nesse período, observa-se (gráfico 1) que o conflito de posse é a principal justificativa para as remoções. Uma possível explicação para esse fenômeno é o fato de o conflito de posse ser um grande *guarda-chuva* das demais justificativas, como, por exemplo, áreas de risco, obras públicas, parcerias público-privadas. Em outras palavras, a justificativa consiste no conflito de posse, uma vez que há nesses casos processos judiciais envolvendo famílias ocupantes e possíveis proprietários, mas os interesses e sentidos visados para que remoções aconteçam podem estar sobrepostos. A reintegração de posse que ocorreu em 2018 em Mogi das Cruzes – Jundiapéba é um caso interessante para exemplificar essa sobreposição de justificativas: embora houvesse um processo judicial em curso, onde a CTEEP questionava a posse das áreas não edificáveis, a justificativa mobilizada para a remoção

era o fato de as moradias estarem localizadas em *área de risco* e, neste sentido, o mapeamento conta com essa justificativa para o evento em específico.

Gráfico 1 - Justificativas mobilizadas para as remoções (2017-2021)



Fonte: Dados organizados pelo Observatório de Remoções entre jan/2017 e dez/2021 na Região Metropolitana de São Paulo. Elaboração própria com colaboração de Antonio Pires (UFPE)

Quando as remoções são cruzadas com as intervenções urbanas é possível constatar na cidade de São Paulo a preeminência dos Projetos de Intervenção Urbana (PIU'S), como, por exemplo, o PIU Arco do Jurubatuba na zona Sul abrangendo os distritos da Vila Andrade, Interlagos e Santo Amaro; PIU Setor Central no centro da cidade abrangendo os distritos República, Sé, Brás, Belém, Pari, Bom Retiro e Santa Cecília; Além das Operações Urbanas Consorciadas (OUC) Água Branca, Faria Lima e Água Espraiada. Os projetos de Parceria Público-Privada (PPP) habitacional também parecem estar enredados com as ocorrências de remoções e despejos, não apenas como “efeito colateral”, mas como parte estruturante do desenho de políticas urbanas alinhadas aos projetos do capital financeiro (ALMEIDA et. al., 2020).

Os projetos de requalificação urbana que, em tese, atenderiam à coletividade com melhorias na infraestrutura da cidade, como a garantia de saneamento ambiental, mobilidade e transporte público, implantação de equipamentos sociais, canalização de rios e córregos, construção de habitação de interesse social, entre outros, na prática, tem se estruturado para atender aos interesses dos diversos atores públicos e privados envolvidos. Ainda, como apontado por Almeida et. al. (2020), existe uma perversidade em projetos de moradia como a PPP da habitação, que atuam na substituição (via remoções) de população residente nas

localidades de interesse, estas que dificilmente serão atendidas pelos projetos habitacionais, uma vez que “o modelo da política demanda maior renda, além de as restrições bancárias e de crédito impedirem o acesso das camadas de mais baixa renda da população” (ibid).

Já quando olhamos para as cidades situadas na grande São Paulo, grandes obras viárias acarretaram uma série de remoções, como no caso do Rodoanel Mario Covas, especialmente na região do ABC. Verifica-se ainda que municípios como São Bernardo do Campo têm adotado a prática de remoções com mecanismos administrativos, ou seja, sem mandado judicial, executada diretamente pela gestão pública municipal. Operando na *invisibilidade*, assim como nas *ilegibilidades* como forma de governo nas margens (DAS, 2020), as remoções administrativas são marcadas por relações desproporcionais de força e poder.

Outro aspecto preocupante que os dados revelam é a ocorrência de 64 remoções e despejos no período da pandemia de COVID-19 (entre abril de 2020 e março de 2022), impactando pelo menos 6.238 famílias. Se, de um lado, a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de número 828<sup>14</sup>, deferida parcialmente pelo Ministro Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal (STF) e vigente até o dia 31 de outubro de 2022, garantiu a permanência de milhares de famílias em suas casas, de outro, parte dos casos permaneceu desprotegida pela ADPF, como as moradias em área de risco e as ocupações recentes (construídas após o início da pandemia). Neste contexto, vale refletir até que ponto a mobilização de tais justificativas incontestáveis como o “risco” foram instrumentalizadas para fins de remoção sem que houvesse alternativas habitacionais que preservasse a vida de tais sujeitos.

A Campanha Despejo Zero<sup>15</sup>, criada no contexto da pandemia de COVID-19, teve uma forte relevância na articulação dos diversos movimentos de luta por moradia, organizações sociais, moradores das periferias, pesquisadores e militantes para a aprovação da ADPF no STF.

---

<sup>14</sup> Ação que tem por objeto a tutela dos direitos à moradia e à saúde de pessoas em situação de vulnerabilidade. Pedido cautelar de suspensão imediata de todos os processos, procedimentos, medidas administrativas ou judiciais que resultem em despejos, desocupações, remoções forçadas ou reintegrações de posse enquanto perdurarem os efeitos da crise sanitária da COVID-19. Trata-se de pedido de medida cautelar incidental formulado pelo autor da ação, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em conjunto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto – MTST, o Partido dos Trabalhadores (PT), a Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares, o Centro Popular de Direitos Humanos, o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular Luiza Mahim, o Centro de Direitos Econômicos e Sociais, o Conselho Estadual dos Direitos Humanos da Paraíba, a Terra de Direito, o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, o Transforma Ministério Público, a Associação Brasileira de Juristas pela Democracia e a Associação das Advogadas e Advogados Públicos para a Democracia (STF, 2021). O processo na íntegra está disponível em:

<https://www.conjur.com.br/dl/stf-suspende-meses-desocupacoes-areas.pdf>.

<sup>15</sup> Para mais informações sobre a campanha acessar: <https://www.campanhadespejozero.org/>

Trouxe também visibilidade para a temática e para a urgência na suspensão dos despejos no contexto de uma crise sanitária frente a necessidade do isolamento social para a contenção do vírus. A campanha, que atuou em âmbito nacional, também esteve presente em Mogi das Cruzes – Jundiapéba, contribuindo na mobilização e articulação das famílias ameaçadas de remoção.

### ***1.2.1 Remoções envolvendo a CTEEP no estado de São Paulo***

A fim de compreender o impacto das remoções envolvendo linhas de transmissão de energia elétrica no estado de São Paulo, bem como o papel do judiciário ao julgar esses casos de remoções, foram analisados os processos judiciais envolvendo a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) com sede no Tribunal de Justiça de São Paulo<sup>16</sup>. Utilizando o Software R e o pacote rvest, coletou-se dados disponíveis no portal e-saj<sup>17</sup>, através das ferramentas de consulta de processos e julgados do 1º grau. As palavras-chave utilizadas no buscador foram "ctEEP", "companhia de transmissao de energia" e "cia de transmissao de energia".

A busca retornou dados sobre 2593 processos, dentre os quais 1578 contam com a CTEEP enquanto parte e 338 têm a CTEEP como requerente em casos que envolvem “reintegração/manutenção de posse”, “desapropriação”, “imissão na posse” e “posse”<sup>18</sup>. De início, é possível verificar as classes processuais dos processos em que a CTEEP atua como requerente, destacando-se a alta frequência de processos que tratam de reintegração e manutenção de posse (gráfico 2):

---

<sup>16</sup> Durante o período do doutorado-sanduiche na Universidade de Oxford fui instigada por colegas pesquisadores a olhar para os processos judiciais de processos e julgados do 1º grau envolvendo a empresa transmissora de energia elétrica. A extração dos dados, bem como a produção de gráficos e figuras, foi realizada com a colaboração de Antonio Pires, doutorando em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

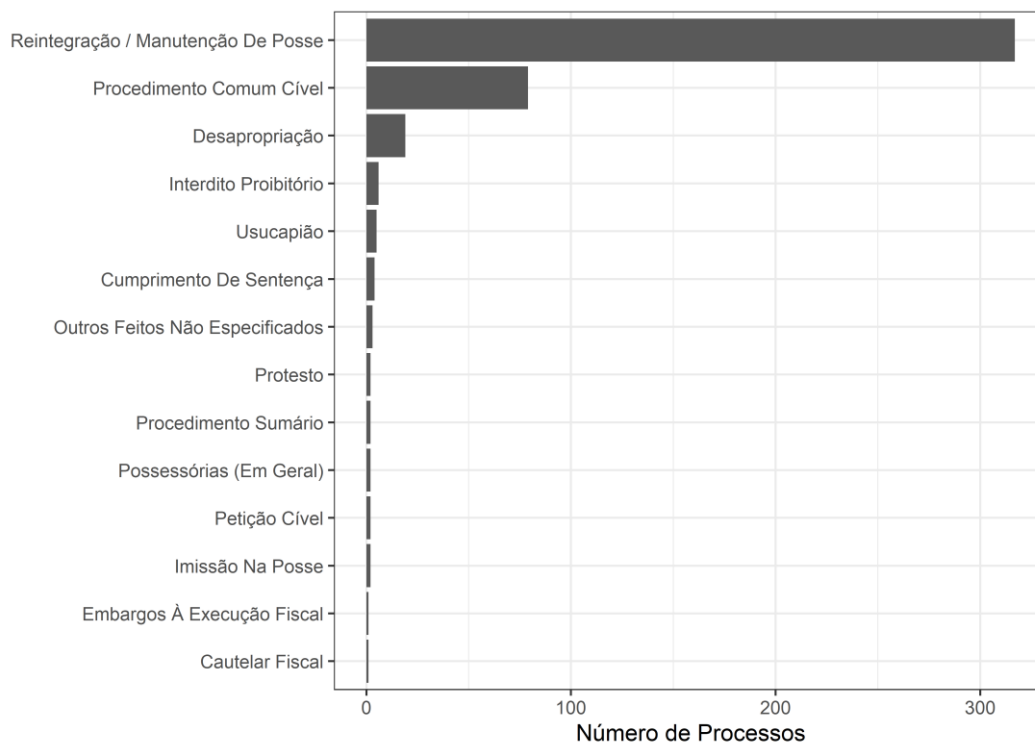
<sup>17</sup> Disponível em: (<https://esaj.tjsp.jus.br/>). Acesso em: 20 de outubro de 2022.

<sup>18</sup> A base de dados está disponível para visualização em:

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1yJf3kNM51GFS9-WO-sW7mhxEUiuAXtYw/edit?usp=sharing&ouid=116886374441299468765&rtpof=true&sd=true>



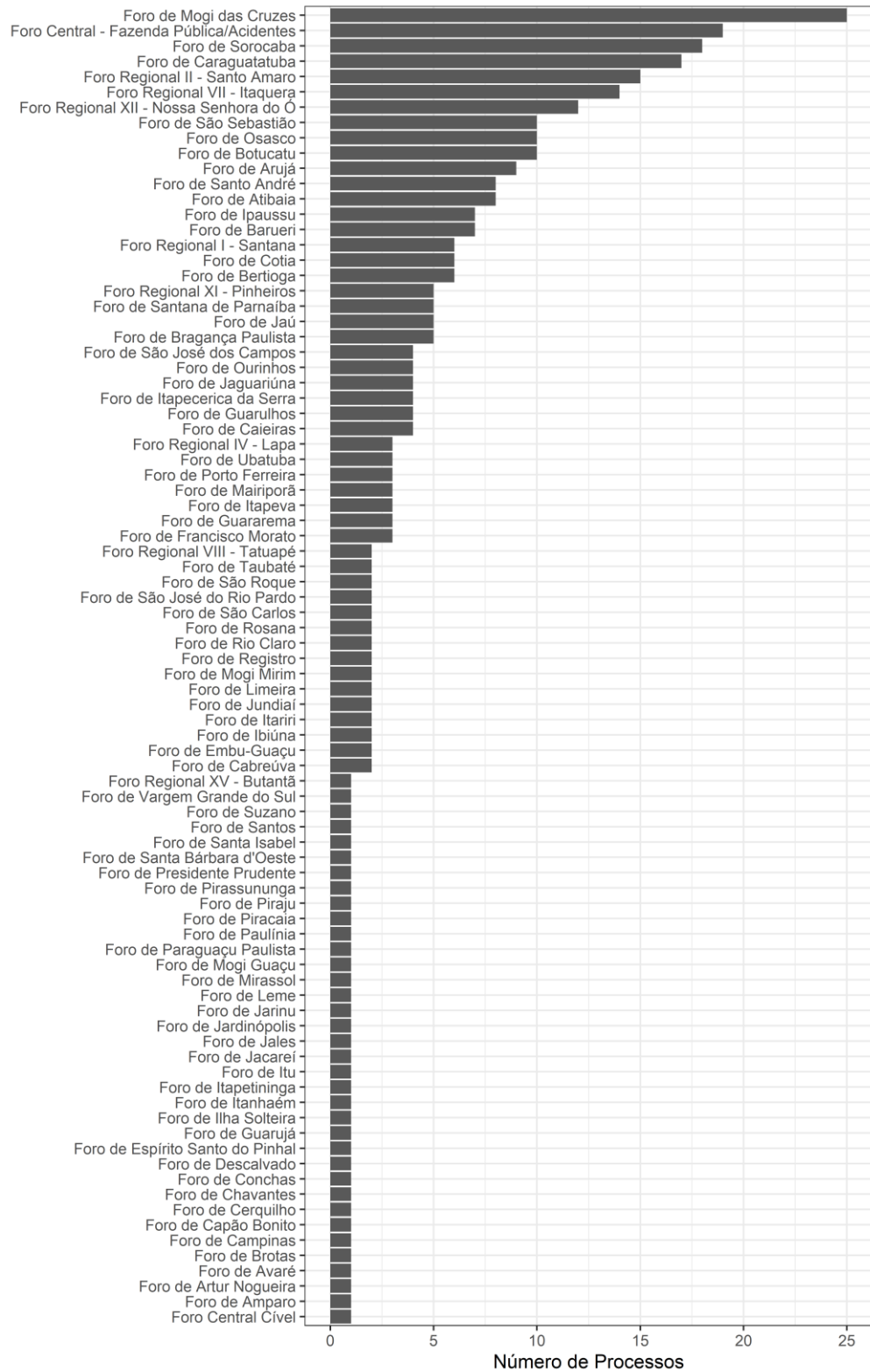
Gráfico 2 - Número de processos no TJ-SP (1º grau) em que a CTEEP é requerente por classe: casos de reintegração, desapropriação, imissão na posse e posse.



Fonte: TJ-SP. Elaboração própria com colaboração de Antonio Pires (UFPE)

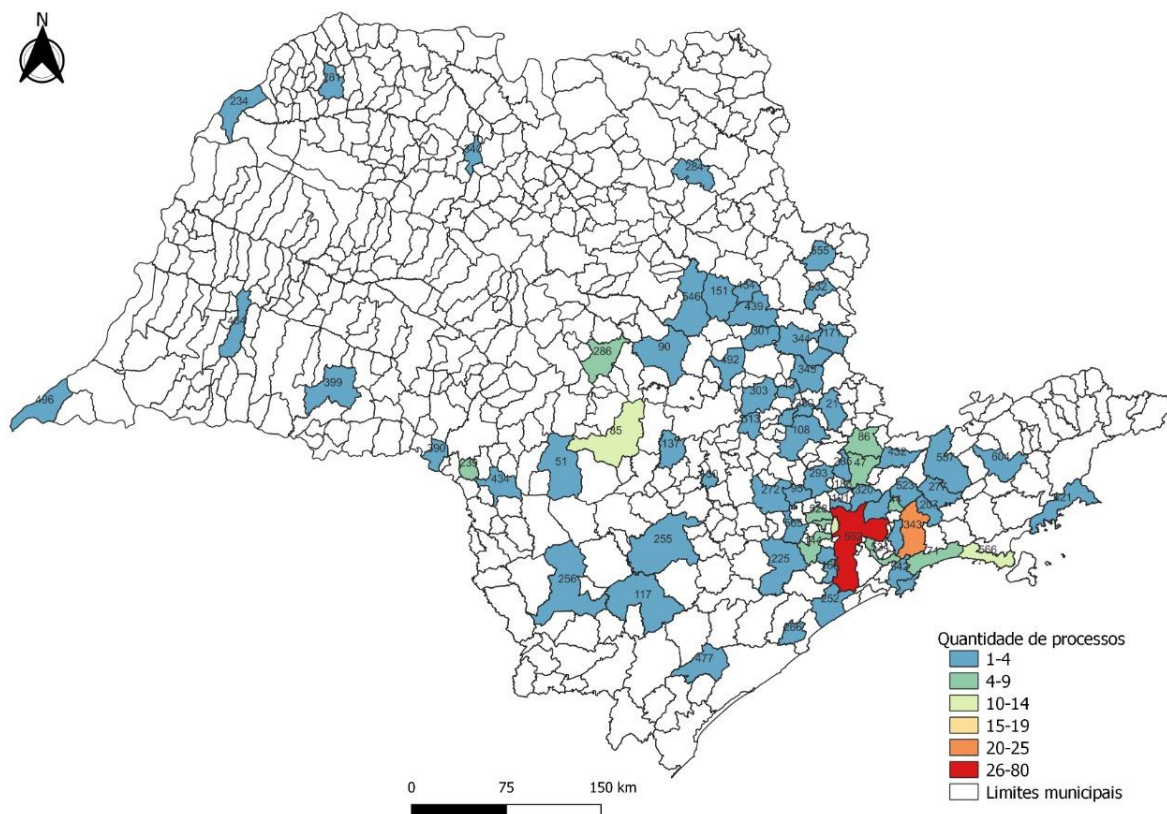
A partir dos Foros, foi possível mapear a localização dos processos. Verificamos a existência de processos judiciais em 75 cidades do estado de São Paulo. Há uma concentração de pedidos de remoção na cidade de São Paulo, contando com 78 processos, divididos em oito Regionais (Santo Amaro, Santana, Lapa, Itaquera, Tatuapé, Pinheiros, Nossa Senhora do Ó e Butantã), além do Foro Central - Fazenda Pública e do Foro Central Cível. Em seguida, Mogi das Cruzes é a segunda cidade com maior número de pedidos, apresentando 25 processos judiciais. No gráfico 2 é possível verificar os demais quantitativos nas respectivas cidades e, no mapa 2, os processos georreferenciados:

Gráfico 2 - Quantitativo de processos no TJ-SP (1º grau) em que a CTEEP é requerente por Foros



Fonte: TJ-SP. Elaboração própria com colaboração de Antonio Pires (UFPE)

Mapa 2 – Quantitativo de processos no TJ-SP (1º grau) em que a CTEEP é requerente nas cidades do estado de São Paulo



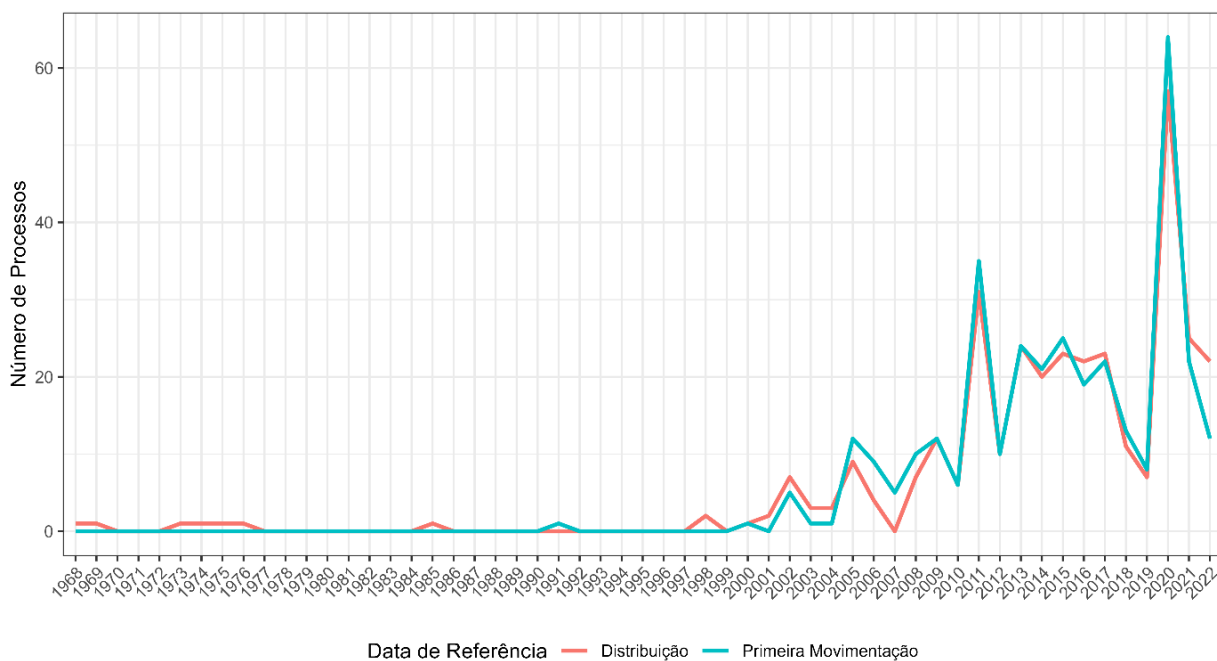
21	Amparo	186	Francisco Morato	301	Leme	523	Santa Isabel
43	Artur Nogueira	207	Guararema	303	Limeira	528	Santana de Parnaíba
44	Aruja	211	Guaruja	320	Mairipora	534	Santo André
47	Atibaia	212	Guarulhos	340	Mirassol	542	Santos
51	Avare	225	Ibiuna	343	Mogi das Cruzes	546	São Carlos
64	Barueri	234	Ilha Solteira	344	Mogi Guacu	555	São José do Rio Pardo
71	Bertioga	239	Ipaussu	345	Mogi Mirim	557	São José dos Campos
85	Botucatu	252	Itanhaém	387	Osasco	562	São Paulo
86	Bragança Paulista	254	Itapeçerica da Serra	390	Ourinhos	565	São Roque
90	Brotas	255	Itapetininga	399	Paraguacu Paulista	566	São Sebastião
95	Cabreúva	256	Itapeva	410	Paulínia	584	Suzano
101	Caieiras	266	Itariri	432	Piracaia	604	Taubaté
108	Campinas	272	Itu	434	Piraju	621	Ubatuba
117	Capão Bonito	277	Jacareí	439	Pirassununga	632	Vargem Grande do Sul
130	Cerquilha	280	Jaguariuna	454	Porto Ferreira		
137	Conchas	281	Jales	464	Presidente Prudente		
144	Cotia	284	Jardinópolis	477	Registro		
151	Descalvado	285	Jarinu	492	Rio Claro		
168	Embu-Guaçu	286	Jau	496	Rosana		
171	Espirito Santo do Pinhal	293	Jundiaí	513	Santa Bárbara d'Oeste		

Fonte: TJ-SP. Elaboração própria com colaboração de Flávia Seixas Lisboa (UFABC)

Em seguida, o gráfico 3 apresenta a evolução temporal dos processos em que a CTEEP atua como requerente em casos que envolvem reintegração/manutenção de posse, desapropriação, imissão na posse e posse. Este gráfico traz os números de processos por ano com base na data de distribuição do processo e na data da primeira movimentação processual. A primeira data trata de quando o processo *chega* ao judiciário, ou seja, quando a empresa peticionou o pedido. Já a segunda, diz respeito à primeira movimentação do juiz de 1º grau, como, por exemplo, acionar os atores envolvidos no processo.

Em primeiro lugar podemos notar um aumento expressivo das reintegrações a partir de 2006, justamente o ano em que a empresa passou por um processo de privatização (tema que será abordado a seguir). É certo que pode haver um *gap* de processos antes dos anos 2000, uma vez que estes ainda não eram digitalizados, portanto indisponíveis em formato eletrônico. No entanto, é surpreendente notar que, em ambos os casos (data de distribuição e movimentação), há um pico no número de processos no ano de 2020, aquecimento da pandemia de COVID-19.

Gráfico 3 - Número de processos no TJ-SP (1º grau) em que a CTEEP é requerente na série histórica: casos de reintegração, desapropriação, imissão na posse e posse.



Fonte: TJ-SP. Elaboração própria com colaboração de Antonio Pires (UFPE)

Se, de um lado, parece óbvio afirmar que a casa é um elemento essencial para o cumprimento das medidas de contenção e transmissão do vírus, como as políticas de isolamento social – embora não seja único e determinante<sup>19</sup>; há, do outro lado, um movimento de aceleração, por parte da empresa, dos pedidos de reintegração de posse. Uma interpretação possível para essa *corrida* da empresa ao judiciário é de que, frente às incertezas do modo como o judiciário funcionaria em um contexto de excepcionalidade, haveria uma preocupação da empresa em garantir que todos os pedidos de reintegração de posse já estivessem protocolados, buscando maior agilidade para as remoções. Não obstante, nesse momento, ainda não havia uma normativa (como a ADPF 828) que regulamentasse a suspensão das reintegrações de posse e, como mostramos na subseção anterior, milhares de famílias foram removidas no contexto de pandemia.

O portal e-saj traz informações sobre as movimentações dos processos e seu teor. Através destes dados, é possível realizar uma análise automatizada de texto para identificar padrões no conteúdo dos processos proferidos pelos juízes em 1º grau. A figura 2 traz a nuvem de palavras com um recorte para os 5 termos que aparecem antes e depois da expressão "risco"<sup>20</sup>. Nas movimentações dos processos analisados, a palavra risco aparece 526 vezes.

Buscando identificar conjuntos de sentidos para as expressões onde o “risco” é citado, podemos classificar as palavras em três categorias: a primeira está preocupada com o “risco ao fornecimento de energia elétrica”, onde palavras como “energia”, “transmissão”, “elétrica”, “fornecimento”, “regular”, “servidão”, “serviço”, “funcionamento”, “situação”, “torres” estão condensadas. A segunda categoria diz respeito ao “risco de vida (ou morte) dos ocupantes”, onde as palavras “morte”, “pessoas”, “vida”, “integridade”, “saúde”, “iminente” estão condensadas. Por fim, a terceira categoria seria a intersecção entre as duas, vindo no sentido de apresentar uma “solução para o risco”: “segurança”, “desocupação”, “bem”, “liminar”, “requeridos”, “autora”.

---

<sup>19</sup> Compreendo que a garantia da casa não resume a complexidade do debate sobre as experiências desiguais do isolamento social. Sobre isso, escrevi um artigo com Isabela Vianna Pinho e Thalles Vicchiato Breda intitulado *Ficar em casa, e agora? Experiências desiguais do isolamento social na pandemia*, onde refletimos sobre o modo como se redesenharam as experiências das mulheres pobres, em sua maioria negras, em habitar a vida ordinária em um contexto extraordinário como a pandemia de COVID-19.

Disponível em: <https://www.ppgs.ufscar.br/sociologia-na-pandemia-18/>

<sup>20</sup> A escolha pelo número 5 foi arbitrária, para que o foco seja observar o contexto no qual as palavras-chave são usadas. O tamanho de cada palavra representa a sua ocorrência no corpus textual, ou seja, a sua relevância.

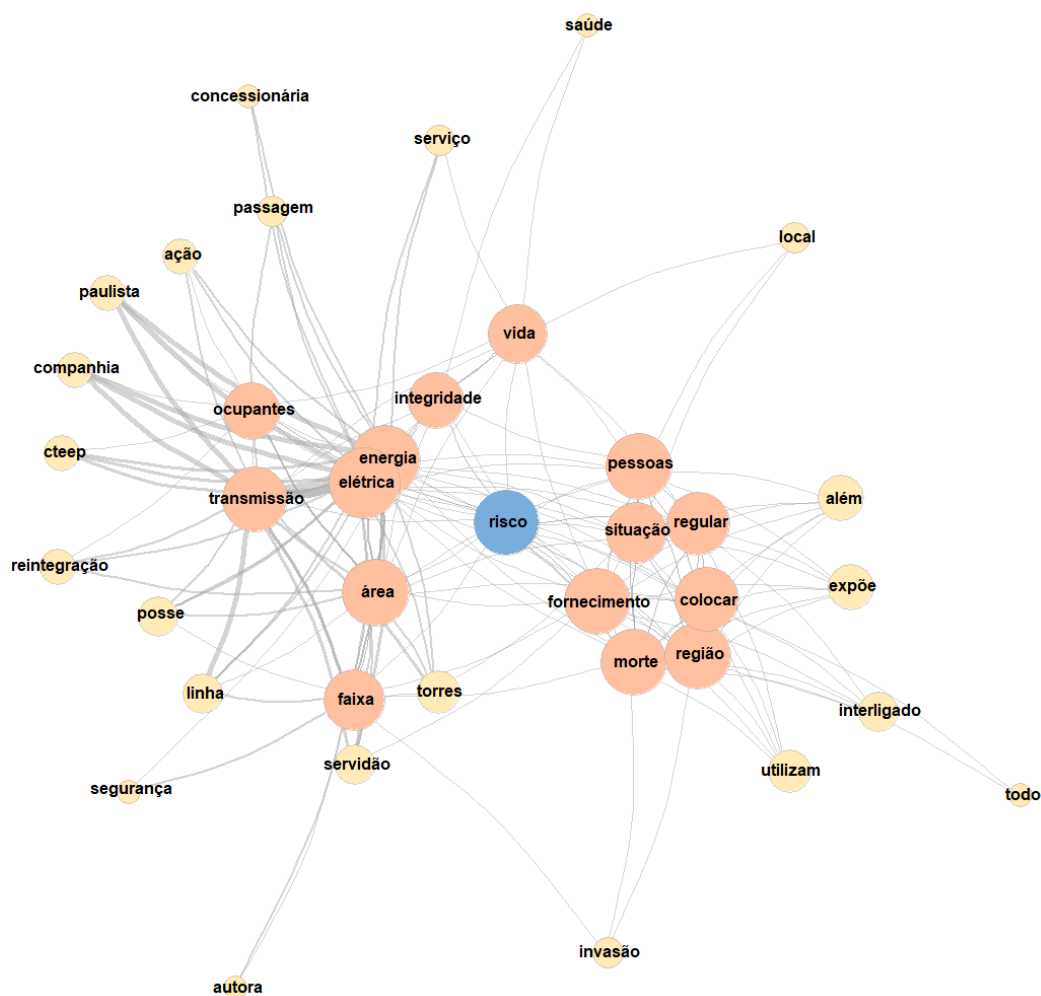
Figura 2 - Nuvem de palavras com a expressão "risco"



Fonte: TJ-SP. Elaboração própria com colaboração de Antonio Pires (UFPE)

Para aprofundar nossa análise, a figura 3 apresenta uma rede de co-ocorrências com foco na expressão “risco”. A rede traz a expressão “risco” ao centro, um primeiro conjunto de palavras formada pelos 15 termos com maior probabilidade de co-ocorrência (em laranja) e um segundo conjunto de palavras com termos com maior probabilidade de co-ocorrência com o primeiro conjunto (em amarelo). A escolha pelo número 15 foi arbitrária, para que o foco fosse observar os principais termos relacionados com a palavra-chave "risco".

Figura 3 - rede de co-ocorrências com a expressão "risco"



Fonte: TJ-SP. Elaboração própria com colaboração de Antonio Pires (UFPE)

Na rede de co-ocorrências foi possível obter uma melhor compreensão sobre a articulação do discurso do risco. Nesse sentido, as categorias se organizaram da seguinte forma: ao lado esquerdo estão principalmente presentes os termos relacionados ao “risco ao fornecimento de energia elétrica”. Já ao lado direito, estão os termos que tratam do “risco de vida (ou morte) dos ocupantes”. A categoria que denominamos como “solução para o risco” aparece no segundo conjunto dos termos com maior probabilidade de co-ocorrência (em amarelo). Esse aspecto reforça a ideia de que estas seriam palavras que estariam interseccionadas com as duas primeiras categorias.

### *1.3 A privatização e financeirização do setor de energia elétrica*

Ao longo da pesquisa foi possível compreender que os conflitos fundiários urbanos que acompanhei em Mogi das Cruzes não estão desatrelados de um contexto mais amplo de privatização e financeirização das infraestruturas. Olhando para o contexto brasileiro, Beatriz Rufino (2021) apresenta uma reestruturação nas formas como as infraestruturas são produzidas e operadas com o advento da privatização e financeirização. Para a autora, as infraestruturas, enquanto “condições gerais da valorização capitalista e da reprodução social”, passam a compor um “importante setor de negócios”, com a priorização de projetos com “maiores rentabilidades e menores riscos” (RUFINO, 2021, p. 2).

Especificamente, a privatização do setor de energia elétrica no Brasil ocorre também nesse contexto. Mas, antes de adentrar ao processo de privatização propriamente dito, é importante diferenciar as três atividades que compõem o setor elétrico: a “geração”, a “transmissão” e a “distribuição” (figura 4). O primeiro trata da geração de energia elétrica, que pode ser de fontes hidráulica, gás, biomassa, solar, eólica, carvão ou nuclear. Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Brasil conta hoje com 22 mil empreendimentos de geração de energia, sendo mais da metade (57,91%) de fonte hidráulica<sup>21</sup>. O segundo trata do sistema de transmissão, responsável pelo transporte da energia elétrica, partindo das usinas de geração de energia para as subestações, realizado por meio das linhas de alta tensão. Em 2022 o Brasil conta com mais de 170 mil km de linhas de transmissão de energia, conforme os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)<sup>22</sup>. Por fim, as distribuidoras são as responsáveis por levar a energia elétrica para os consumidores industriais, comerciais e residenciais.

---

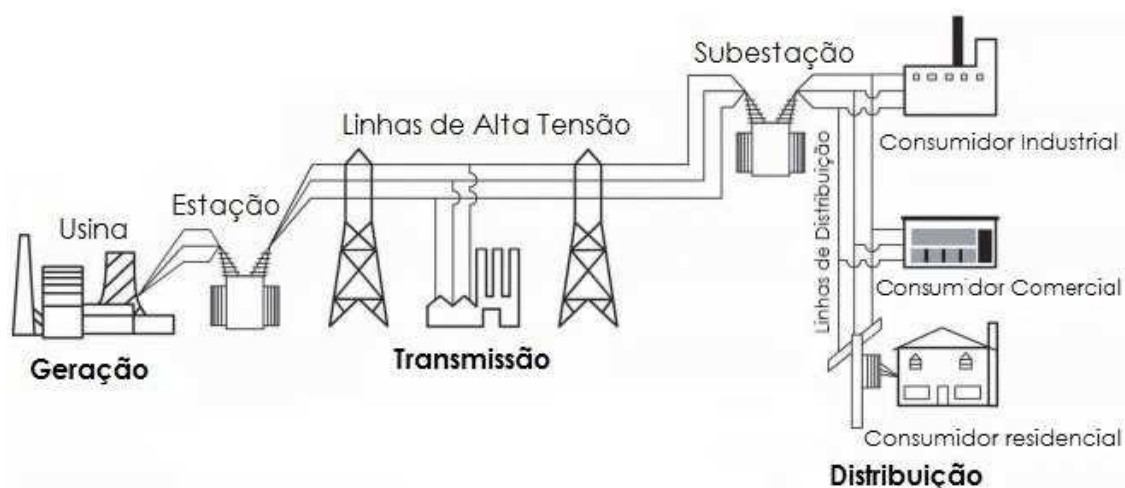
<sup>21</sup> Os dados estão disponíveis em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjc4OGYyYjQtYWZjZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTYtNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSI9ImMiOjR9>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.

<sup>22</sup> Os dados estão disponíveis em: <https://dados.ons.org.br/>. Acesso em: 10 de setembro de 2022.



Figura 4 - Sistema de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica



Fonte: SILVA, 2014. Elaborado por BLUME, 2007.

No início dos anos 1990 o processo de expansão da privatização e financeirização das infraestruturas no Brasil assumiu importância enquanto setor econômico de acumulação capitalista. Vale destacar que esse processo esteve alinhado a uma agenda neoliberal<sup>23</sup> disseminada globalmente, em movimentos como o do Consenso de Washington, orquestrados pelo Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), que pautavam o viés ideológico de Estado mínimo, bem como a suposta ineficiência das instituições públicas (ibid). Assim, os atores privados passaram a assumir um importante protagonismo na produção e operação das infraestruturas, bem como nas formas de acumulação financeira nesses setores.

Em uma perspectiva macro de privatização das infraestruturas deve-se mencionar a criação e aprovação do Programa Nacional de Desestatização (PND), Lei n. 8.031/1990. Neste sentido, as reformas econômicas em âmbito nacional foram pautadas na lógica da privatização enquanto “solução” para as crises e instabilidades macroeconômicas e políticas vividas no País. Esse movimento foi intensificado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), quando “o PND foi estendido à concessão de serviços públicos e apoio às privatizações no âmbito dos estados da federação” (RUFINO, 2021, p. 5). Com a aprovação da Lei Geral de

<sup>23</sup> Aqui partilhamos da noção foucaultiana de Dardot e Laval (2016) do “neoliberalismo” enquanto *racionalidade*, ou seja, *a razão do capitalismo contemporâneo*. Segundo os autores, o neoliberalismo é definido como “o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 17).

Concessões, Lei n. 8.987/1995 os segmentos de infraestrutura, inclusive o setor elétrico, passaram a ser distribuídos com o mecanismo das licitações.

Embora a estrutura acionária do setor elétrico fosse de propriedade pública – anteriormente à privatização - havia uma divisão entre os entes federal e estadual, sendo o primeiro o responsável majoritário pela geração e transmissão de energia e o segundo pela distribuição. Além disso, devido ao potencial hidrelétrico das bacias fluviais, o modelo brasileiro de despacho de carga elétrica é altamente centralizado e interligado pelo sistema de transmissão. Essas particularidades do setor elétrico brasileiro foram lidas pelos especialistas da época como entraves e complicadores para a privatização do setor na totalidade (FERREIRA, 2000).

Diante desse cenário, a aprovação da Lei nº 9.074/1995 estabelece uma série de normas relativas às concessões dos serviços de energia elétrica como, por exemplo, a renovação ou cessão de novas concessões após o desmembramento das atividades de distribuição, transmissão e geração. O desafio da criação de um modelo descentralizado, funcional e que atraísse o investimento privado para o setor ainda estava sendo imposto. Em âmbito federal foi contratada, por meio de licitação, a consultoria americana Coopers & Lybrand para a elaboração de um projeto de privatização para o setor elétrico. Após a realização de estudos, a empresa forneceu ao governo brasileiro uma série de orientações para a privatização dos ativos, incorporadas na Lei nº 9.648/1998 (FERREIRA, 2000).

No entanto, os governos estaduais já iniciavam o processo de privatização de suas empresas públicas, antes mesmo da promulgação desta última Lei. Em 1995, após três meses da aprovação do PND, sob o contexto de crise e um endividamento crescente das empresas do setor de energia do estado de São Paulo, o então Governador Mário Covas (PSDB) anunciou a decisão de reestruturação e privatização de suas três empresas: a Companhia Energética de São Paulo (CESP), Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e a Eletropaulo.

No Programa Estadual de Desestatização (PED) proposto por Covas, o setor elétrico passaria por três etapas: a primeira seria o desmembramento patrimonial e conseqüentemente a separação das atividades de “geração”, “transmissão” e distribuição”. Na segunda, já com as atividades separadas, haveria uma fusão das subsidiárias das áreas de transmissão, um reagrupamento em conjuntos de usinas e bacias hidrográficas e, na área de distribuição, um

compartilhamento da atividade com empresas de pequeno porte que atenderiam os municípios paulistas. Por fim, a terceira etapa trataria da abertura ao capital privado.

Especificamente sobre a atividade de transmissão, em um primeiro momento, o governo estadual concluiu que este era um setor estratégico e por isso deveria manter a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP)<sup>24</sup> sob controle do Estado. No entanto, em 2006, por pressão do próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), principal detentor das dívidas da CESP, a empresa foi privatizada (IANNONE, 2006). A vencedora do leilão realizado na Bolsa de Valores foi a colombiana Interconexión Eléctrica S/A (ISA), com uma oferta de R\$ 1,19 bilhão, um ágio de 57,69% sobre o preço mínimo de R\$ 755,6 milhões. A ISA se torna a detentora de 50,1% da CTEEP e a empresa é renomeada como ISA-CTEEP (SÃO PAULO, 2006)<sup>25</sup>.

Evidentemente, o processo de privatização das infraestruturas de energia elétrica foi muito mais complexo e envolveu particularidades que não conseguirei desenvolver aqui<sup>26</sup>. O ponto que aqui vale destacar é a articulação dos diversos setores que vão, de um lado, construindo um discurso ideológico fortemente neoliberal, de outro, sofisticando os mecanismos e instrumentos para a extração de renda por meio das infraestruturas, enquanto um setor de negócios (RUFINO, 2021). Ainda, como será possível observar ao longo dessa pesquisa, esses agentes financeiros articulados acirram as disputas e interesses no controle de territórios, no desenho das políticas, produção do espaço e nos instrumentos de ordem financeira (RUFINO et al., 2021).

Ainda, ao longo da tese, será possível compreender que os sentidos das torres e fios de energia nos territórios extrapolam a materialidade das infraestruturas. Neste sentido, para além de fazer circular energia elétrica, as torres de transmissão de energia geram repulsa e, por conseguinte, as casas construídas no entorno dessa infraestrutura passam a se configurar como um problema público.

---

<sup>24</sup> A CTEEP foi fundada no ano de 1999, fruto da cisão da CESP, em decorrência do processo de separação das atividades de “geração”, “transmissão” e distribuição”. Neste sentido, a CTEEP se torna a responsável pelos serviços de transmissão de energia elétrica.

<sup>25</sup> Informações obtidas em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/na-imprensa/colombiana-isa-compra-ctEEP-com-oferta-de-r-1-19-bilhao/>

<sup>26</sup> A tese de doutorado *Evolução do Setor Elétrico Paulista* de Roberto Antonio Iannone retrata com detalhes a trajetória do setor elétrico paulista em diálogo com o setor nacional.

### ***1.4 Aproximando o foco para o território estudado***

Ao longo das últimas décadas, as cidades contemporâneas se tornaram palco para a crise da moradia, mas como o caso estudado se conecta com esse processo? Nesta seção, aproximaremos as lentes para uma leitura de contexto acerca da dinâmica de formação e produção da cidade de Mogi das Cruzes e do bairro de Jundiapéba, no que tange os aspectos históricos e sociodemográficos, apontando as interconexões entre os processos de ocupação do espaço urbano nas variadas escalas geográficas.

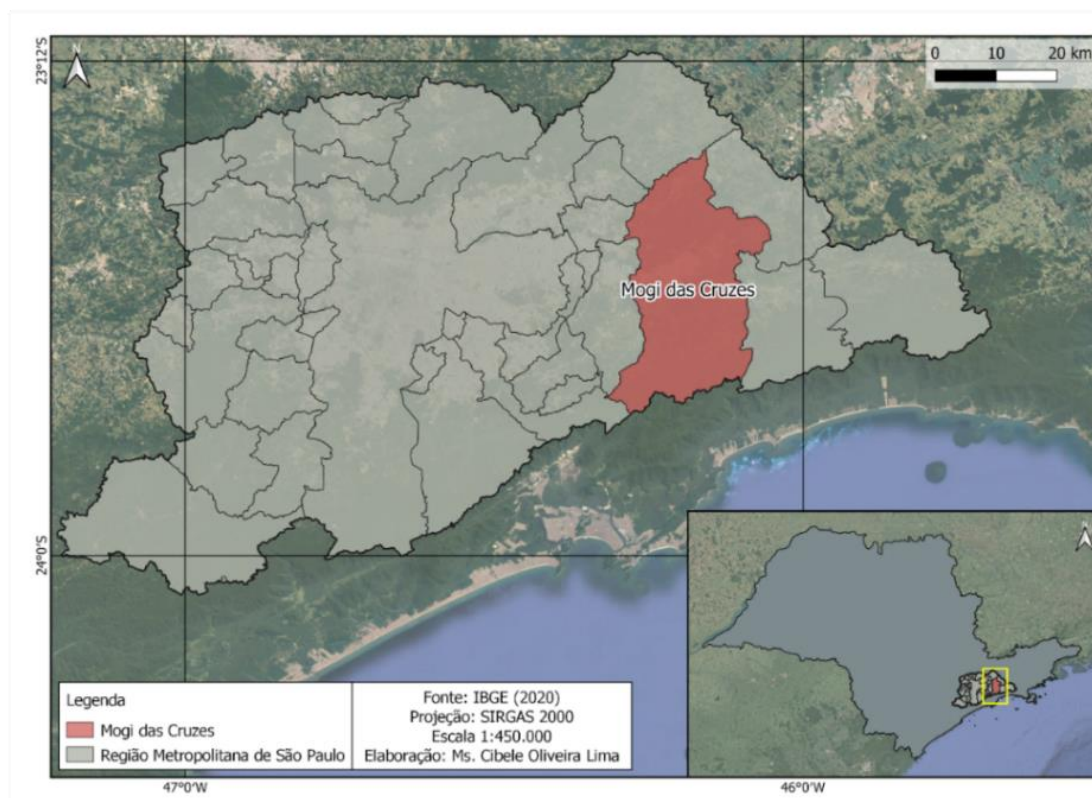
O município de Mogi das Cruzes está localizado na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)<sup>27</sup>, aproximadamente 50 km da cidade de São Paulo e 56 km de cidades como Bertioga, no litoral sul paulista. Compõe o conjunto de municípios da região geográfica denominada por Alto Tietê<sup>28</sup>, sendo considerado o maior em extensão territorial e o mais populoso: conta atualmente com uma população estimada de 455.587 pessoas e extensão territorial de 712,541 km<sup>2</sup> (IBGE, 2021). Os dados evidenciam que a cidade tem vivido um processo de intenso crescimento urbano, com um grau de urbanização de 92,8% e taxa geométrica de crescimento anual da população entre os anos de 2010 e 2021 de 1,10%, sendo a última superior à média do Estado (SEADE, 2021). Atualmente a cidade Mogi das Cruzes é formada por onze distritos, sendo estes: Sede (Centro), Braz Cubas, Jundiapéba, Cesar de Sousa, Sabaúna, Tabão, Alto Parateí, Quatinga, Biritiba Ussú, Taiapéba e Cocuera.

---

<sup>27</sup> A Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) é composta por 39 municípios, sendo considerado o maior aglomerado urbano do Brasil, com cerca de 22 milhões de habitantes em uma área total de 7.946,82 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022).

<sup>28</sup> O Alto Tietê é composto pelos seguintes municípios: Arujá, Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Guarulhos, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Santa Branca, Santa Isabel e Suzano.

Mapa 3 - Cidade de Mogi das Cruzes na Região Metropolitana de São Paulo



Fonte: IBGE (2020). Elaborado por Cibele Oliveira Lima

O processo de formação e consolidação da Região Metropolitana de São Paulo, iniciado na primeira metade do século XX, contou com uma reestruturação da sua economia urbana, com contornos específicos de grandes centros urbanos dos países situados na periferia do capitalismo. Neste sentido, constata-se um intenso movimento de substituição e reorganização da geração de riqueza e de trabalho/emprego, até então protagonizados pelas indústrias. É dado lugar às atividades terciárias de comércio e serviços, ao capital financeiro em forte interação com o mercado imobiliário e aos serviços de comunicação e informação (BOGUS e PASTERNAK, 2015).

Evidentemente, a industrialização e modernização dos lugares não ocorreu da mesma forma em todos os lugares na periferia do capitalismo e teorias como o “desenvolvimento desigual e combinado” (OLIVEIRA, 2003) e “modernização do arcaico e arcaização do moderno” (FERNANDES, 2006) nos subsidiam para essa compreensão. Ainda de acordo com Martins (2004): “o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (MARTINS, 2004, p. 19-20).

No contexto de um desenvolvimento desigual, a segregação operou enquanto estruturação do espaço urbano (VILLAÇA, 2001; KOWARICK, 1979), sendo este “um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço” (VILLAÇA, 2001, p. 150). Em outras palavras, se de um lado, a Região Metropolitana de São Paulo se destacou pela robustez de seu dinamismo econômico; do outro, é um território marcado pelas profundas desigualdades sociais e pela segregação<sup>29</sup> (VILLAÇA, 2001; MARQUES, 2014; BOGUS e PASTERNAK, 2015).

No que tange o processo de fundação e formação, é possível afirmar que Mogi das Cruzes tem suas raízes históricas enlaçadas com o processo de colonização e de extração de mineral, em especial o ouro. Adentrando ao histórico da cidade, parte da literatura (MARQUES, 1879 *apud* GRINBERG, 1979) compreende que o povoado teria se originado no ano de 1560 a partir das expedições lideradas por Braz Cubas, proprietário desta grande sesmaria que servia de ponto de parada para descanso para os exploradores que percorriam às margens do Rio Anhembi, o atual Rio Tietê. Já para o historiador Isaac Grinberg, até os anos de 1590 não haveria possibilidade da presença de homens brancos na região, sendo a partir deste ano que começam as missões dos exploradores com intuito de extermínio da população indígena hostil, em especial os denominados de “pés largos” (GRINBERG, 1979). Sérgio Buarque de Holanda em 1964 também publicou no artigo *Caminhos do Sertão* um relato sobre o povoamento de Mogi das Cruzes:

Poucos anos antes teria sido menos viável, aliás, a instalação de moradores brancos ou mamelucos no lugar, em virtude da oposição dos nativos, o "gentio de bougi", formado de parcialidades tupiniquís desgarradas de Piratininga ou de restos dos tamoiós que tivessem sobrevivido ao massacre e dispersão de seu povo. Ainda em 1593 essas tribos assaltaram, desbaratando-os, os homens de Antônio de Macedo e Domingos Luís Grou, de modo que a Câmara de São Paulo teve de forçar o capitão Jorge Correia a mover-lhes guerra, contrariando escrúpulos dos padres da Companhia. Tudo faz pensar que nos anos subsequentes, e até ao final do século, outras campanhas de extermínio ajudaram a apartar a ameaça que, procedente daquelas partes, constantemente pesara sobre os habitantes da vila de São Paulo. (HOLANDA, 1964, p. 94-95).

Ao final do século XVI são intensificadas as missões nas vilas situadas no entorno da cidade de São Paulo. Dom Francisco de Souza, o então Governador-geral em 1599, uma figura obstinada pela procura de riquezas minerais, ao ter conhecimento sobre a existência de ouro nas margens do Rio Anhembi, determina a construção de uma estrada conectando a cidade de São Paulo a Mogi das Cruzes a fim de facilitar o acesso rumo às minas, sendo esta realizada por

---

<sup>29</sup> Partilha-se da premissa ensinada por Villaça de que “nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias” (VILLAÇA, 2011, p. 37).

Gaspar Vaz. Com a construção da estrada, habitantes de São Paulo passam a transitar pela região ou mesmo optando por migrar para lá, especialmente motivados pela localidade geográfica (no caminho das minas e próximo ao litoral). Outros pela possibilidade de acesso à terra já inviabilizada em São Paulo, ou ainda na perspectiva de um “exílio voluntário”, a exemplo do influente povoador Francisco Vaz Coelho (GRINBERG, 1979; HOLANDA, 1964).

Em 18 de agosto de 1611 o então povoado de Mogy Mirim<sup>30</sup> é elevado à vila, com o nome de Sant'Anna das Cruzes de Mogi Mirim, com a oficialização em 1º de setembro, data em que se comemora o aniversário da cidade. Já em 13 de março de 1865 a vila é elevada à condição de cidade. De acordo com Langenbuch (1971), Mogi das Cruzes era considerada uma das paróquias mais populosas dos arredores paulistanos no ano de 1874, com aproximadamente 7.805 habitantes. Ainda assim, há relato de viajantes (SAINT-HILAIRE, 1938), que por ela passaram neste período, caracterizando-a como um território decadente:

Esta vilasinha apresenta mais ou menos a forma de um paralelograma. As ruas são bem largas, mas de casario pequeno, bem feio. No largo principal, que é quadrado, contam-se diversos sobrados, mas não tão bonitos do que os outros prédios. A igreja principal ocupa um dos lados da praça. É bastante grande, mas mal ornamentada. Três outras igrejinhas que não vi ainda são piores, disseram-me (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 161).

O processo de urbanização de Mogi das Cruzes teve início na região do Largo da Matriz, que hoje é compreendida como centro histórico. Na época, o território consistia em sesmarias de Gaspar Vaz e de outros primeiros moradores da cidade e, neste sentido, em um primeiro momento, o crescimento da cidade se deu em torno destas sesmarias. Vale destacar a relação intrínseca entre o processo de ocupação do território e a Igreja Católica, manifestada no território a partir da construção de capelas de devoção, bem como a instalação da Catedral de Santana e Igreja do Carmo.

Com a chegada da *linha férrea do Norte* em Mogi das Cruzes, a partir de 1875, trecho que compunha a Estrada de Ferro Central do Brasil (Estrada de Ferro Dom Pedro II), a cidade é inserida em um eixo de conectividade com São Paulo, o que posteriormente reestrutura os modos de produção com a possibilidade do escoamento e circulação de mercadorias. A partir da primeira metade do século XX, há também uma reconfiguração no processo de ocupação do espaço com a expansão dos aglomerados urbanos ao longo da linha férrea. A construção da

---

<sup>30</sup> O nome Mogi é uma alteração de Boigy que significa 'Rio das Cobras', denominação que a população indígena dava a um trecho do Rio Tietê.

Rodovia Rio-São Paulo em 1928 também impulsionará o movimento de circulação de pessoas e mercadorias entre São Paulo e Mogi das Cruzes.

De acordo com Bogus e Pasternak (2015), a expansão ferroviária ou pré-metropolitana está atrelada a primeira fase<sup>31</sup> da configuração da RMSP. É justamente nesse momento em que são instaladas indústrias ao longo das linhas férreas em municípios com características rurais, como Osasco e ABC, bem como “ocorreu a ocupação dos bairros situados a leste do município de São Paulo, para onde depois se expandiram, ao longo do eixo ferroviário da Central do Brasil, os municípios-dormitório da região leste metropolitana” (BOGUS e PASTERNAK, 2015, p. 16).

Em um primeiro momento, Mogi era uma cidade com características predominantemente rurais, com atividades agrícolas centradas especialmente nas plantações de algodão e açúcar, além da produção de frutas e hortaliças, muito impulsionada pela imigração japonesa na região, a partir dos anos de 1920. O escoamento de sua produção se dava pela linha férrea, especialmente para a cidade de São Paulo, mas também para os demais municípios de pequeno e médio porte situados no seu entorno.

Diferentemente das cidades em conurbação com São Paulo, que se formaram a partir de um processo de periferização e extensão da metrópole, Mogi das Cruzes tem raízes históricas distintas. Em outras palavras, a dinâmica territorial de Mogi das Cruzes não se configurava, em um primeiro momento, como periferia da metrópole, mas sim atuando de maneira importante no setor hortifrutigranjeiro.

Esta é uma dinâmica que se reconfigura a partir dos anos de 1940 com a fase de expansão rodoviária (BOGUS e PASTERNAK, 2015). Neste período, indústrias de grande porte se instalam no território, um processo iniciado pela Mineração Geral do Brasil, seguido de outras como a Elgin, Schwartzmann e Viscose (LANGENBUCH, 1971). Vale destacar que o processo de ocupação das indústrias também se deu em torno da malha ferroviária da cidade, sendo este um local estratégico para o escoamento da matéria-prima produzida.

---

<sup>31</sup> Segundo Bogus e Pasternak (2015) a RMSP se configurou a partir de quatro fases, sendo estas: 1. Fase de expansão ferroviária ou pré-metropolitana (entre os anos de 1930 e 1945); 2. Fase de expansão rodoviária (entre os anos de 1945 e 1960); 3. Fase do desenvolvimento da indústria automobilística (entre os anos de 1960 e 1980); 4. Fase da metrópole dos serviços (dos anos de 1980 até hoje) (BOGUS e PASTERNAK, 2015, p. 15-16).



Ao analisar as concentrações espaciais dos empregos na indústria e a busca por moradia nas localidades próximas a este emprego, Villaça (2011) destaca a predominância da população pobre nos empregos industriais, uma vez que os postos de trabalho nesse setor são formados majoritariamente por vagas de baixa qualificação, conseqüentemente, mal remunerados. No que tange a distribuição socioespacial e segregação da população pobre na RMSP, Villaça afirma que a proximidade aos empregos industriais não é disputada pelos ricos, mas sim pelos mais pobres:

Isso mostra por que a Zona Leste – que quase não tem indústrias –, do Belém/Mooça a Mogi das Cruzes, é a grande região dos mais pobres da metrópole. Servida por apenas uma linha de metrô (incompatível com suas dimensões demográficas) e por um péssimo serviço ferroviário suburbano, é a região dos “derrotados”, ou seja, dos que perderam a disputa (de pobre versus pobre) pela proximidade do emprego industrial e da maior concentração de empregos terciários da metrópole (que na época já era também sua maior concentração desses empregos dos mais pobres: o centro “velho”) (VILLAÇA, 2011, p. 52-53)

É possível compreender que, nas dobraduras da divisão social do trabalho e, conseqüentemente, na divisão territorial do trabalho (DAMIANI, 2006), a relação de complementaridade e dependência das cidades pequenas e médias com a grande metrópole se fez presente, sobretudo no modo de organização e formas de acumulação do capital na RMSP foram sendo estabelecidas.

#### ***1.4.1 O distrito e bairro de Jundiapéba***

O território onde está situado o distrito de Jundiapéba teve seu processo de ocupação atrelado à expansão agrícola no município. Neste período, a localidade também abrigou o Leprosário Asylo Colônia de Santo Ângelo (atual Hospital Dr. Arnaldo Pezzuti Cavalcanti), construído e inaugurado no ano de 1928 em um terreno cedido pela Igreja Católica (Convento do Carmo) ao Governo do Estado de São Paulo. Neste local, sujeitos com hanseníase eram internados e, de acordo com relatos, submetidos a produção de hortas enquanto atividade terapêutica (SANTANA, 2006).

Entre as décadas de 1950 e 1960, os terrenos no entorno do hospital e do Rio Jundiá foram ocupados pela expansão da atividade agrícola, com forte influência da colonização japonesa presente na localidade, bem como a presença de nordestinos em uma das áreas do bairro que foi intitulada como “Chácara dos Baianos”. Posteriormente, parte dos terrenos

passou por processo de grilagem<sup>32</sup>, processo em que os antigos ocupantes vendiam as terras para os recém-chegados no território, sem que houvesse títulos de posse e/ou escrituras. Se, em um primeiro momento, Jundiapéba era um distrito predominantemente rural, com grandes extensões de terras para o plantio, com o passar dos anos, o local passou a ser ocupado por famílias que migravam de outras cidades ou estados para Mogi das Cruzes, mas que não conseguiam adquirir terras ou imóveis na região central da cidade. Ainda, por contar com a estação de trem Santo Ângelo (posteriormente denominada como Estação Jundiapéba), o local também se tornava atrativo para a classe trabalhadora que se deslocava para a cidade de São Paulo em busca de trabalho.

É no contexto de início das ocupações, que também foram instaladas as torres de alta tensão de energia elétrica. Consoante o Decreto nº 79.212 de 07/02/1977<sup>33</sup>, declara-se de utilidade pública, para fins de servidão administrativa, faixa de terra destinada à passagem de linha de transmissão. Nesse sentido, foram demarcadas as áreas de terra situadas na faixa de 50 (cinquenta) metros de largura, tendo como eixo a linha de transmissão estabelecida entre a subestação Santo Ângelo e a estação Chaves Mogi, no Município de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo (BRASIL, 1977).

Na reconstituição da trajetória de vida da família Silveira foi relatado que as torres de energia já cortavam o bairro de Jundiapéba quando passaram a morar lá, no início da década de 1990. Os moradores não tinham conhecimento sobre a impossibilidade e risco de construir as casas embaixo das linhas de transmissão de energia e consideram que, *por sorte*, o terreno que escolheram não está na área das linhas de transmissão de energia. Ao mesmo tempo, os terrenos embaixo das torres não eram o lugar que as pessoas escolhiam para morar, até porque havia bastante terreno disponível, como conta Gisele: “Desde sempre essas torres estavam aí, mas tinha muito terreno disponível então a gente ia invadindo os terrenos fora da linha de energia, depois que foi ficando sem espaço disponível, aí o pessoal começou a ir para debaixo da torre”.

Essas torres, que teriam como *representação material* a distribuição de energia para a região, passaram a ter uma *representação simbólica* para parte dos moradores de Jundiapéba, pois residir nas proximidades das torres significaria *ameaça de remoção* e conseqüentemente a

---

<sup>32</sup> A grilagem consiste em parte significativa da construção de propriedade no Brasil. Para aprofundamento na temática sugiro as pesquisas de Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

<sup>33</sup> O decreto está disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/54595-declara-de-utilidade-publica-para-fins-de-constituicao-de-servidao-administrativa-faixa-de-terra-destinada-a-passagem-de-linha-de-transmissao-da-light-servi-uos-de-eletricidade-s-a-no-estado-de-s.html>

perda da moradia. Segundo os próprios moradores, os limites de onde seria permitido ou não construir são imprecisos. De todo modo, a construção das casas no entorno da linha de transmissão de energia elétrica não foi apenas *permitida*, mas fez parte do desenvolvimento do próprio bairro. Nesse sentido, a consolidação do bairro e implantação de infraestrutura se correlaciona diretamente ao processo de ocupação dos territórios, ou seja, a população esteve à frente das reivindicações para a instalação dos serviços de água, luz e esgoto, além da construção de equipamentos públicos. Moradores de Jundiapéba recontam esse processo, como no caso de Márcio, liderança da luta por moradia:

Hoje não tem esgoto a céu aberto. A gente conseguiu trazer calçamento, a gente falar a gente mesmo, porque a gente brigou por isso. A gente não tinha nem tinha água legalizada e a gente não tinha nada quando veio para cá. Então a gente hoje tem água legalizada, luz legalizada. Então assim, foi batalha atrás de batalha para gente chegar nisso (Márcio).

Naquela época, um dos maiores desafios era a ausência de infraestrutura urbana. A falta de asfaltamento, por exemplo, é lembrada como uma grande dificuldade para a classe trabalhadora, que colocava os *saquinhos de supermercado* nos pés para chegar na estação de trem da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) - Linha 11 Coral:

Quando a gente começou a morar aqui, no começo **era só mato**, não tinha muita casa, só barro. Daqui até a estação, quando a gente ia trabalhar, tinha que colocar um saquinho plástico no pé para poder chegar na estação. Agora aqui já tá grande, tá melhor, mas Jundiapéba naquela época era muito atrasado (Josefa).

É extremamente frequente o uso da expressão “era tudo mato” quando os moradores relembram do território de Jundiapéba até os anos 1980, ou seja, antes de se tornar uma periferia urbanizada. Conforme apresentado por Telles (2006), essa é uma dimensão compartilhada entre moradores de territórios periféricos, que viveram o “ciclo de integração urbana” e que, na rota do progresso<sup>34</sup>, teriam avançado. Hoje Jundiapéba conta com a cobertura de uma série de serviços e equipamentos públicos: escolas, postos de saúde, assistência social, delegacias, as ruas são asfaltadas, além da maior parte das moradias contar com serviço das concessionárias de infraestrutura como água e esgoto encanados e luz elétrica. Há também um contingente de domicílios que contribuem com o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

---

<sup>34</sup> Aqui estamos em consonância com a reflexão de Telles (2006) acerca do progresso: “Progresso: seta do tempo na qual os acontecimentos - eventos biográficos, eventos familiares, eventos urbanos – estão (ou parecem estar) em sincronia com o tempo social da urbanização” (TELLES, 2006, p. 77).

Mapa 4 - Localização de Jundiapéba - Mogi das Cruzes, equipamentos públicos e perímetro das linhas de transmissão de energia elétrica

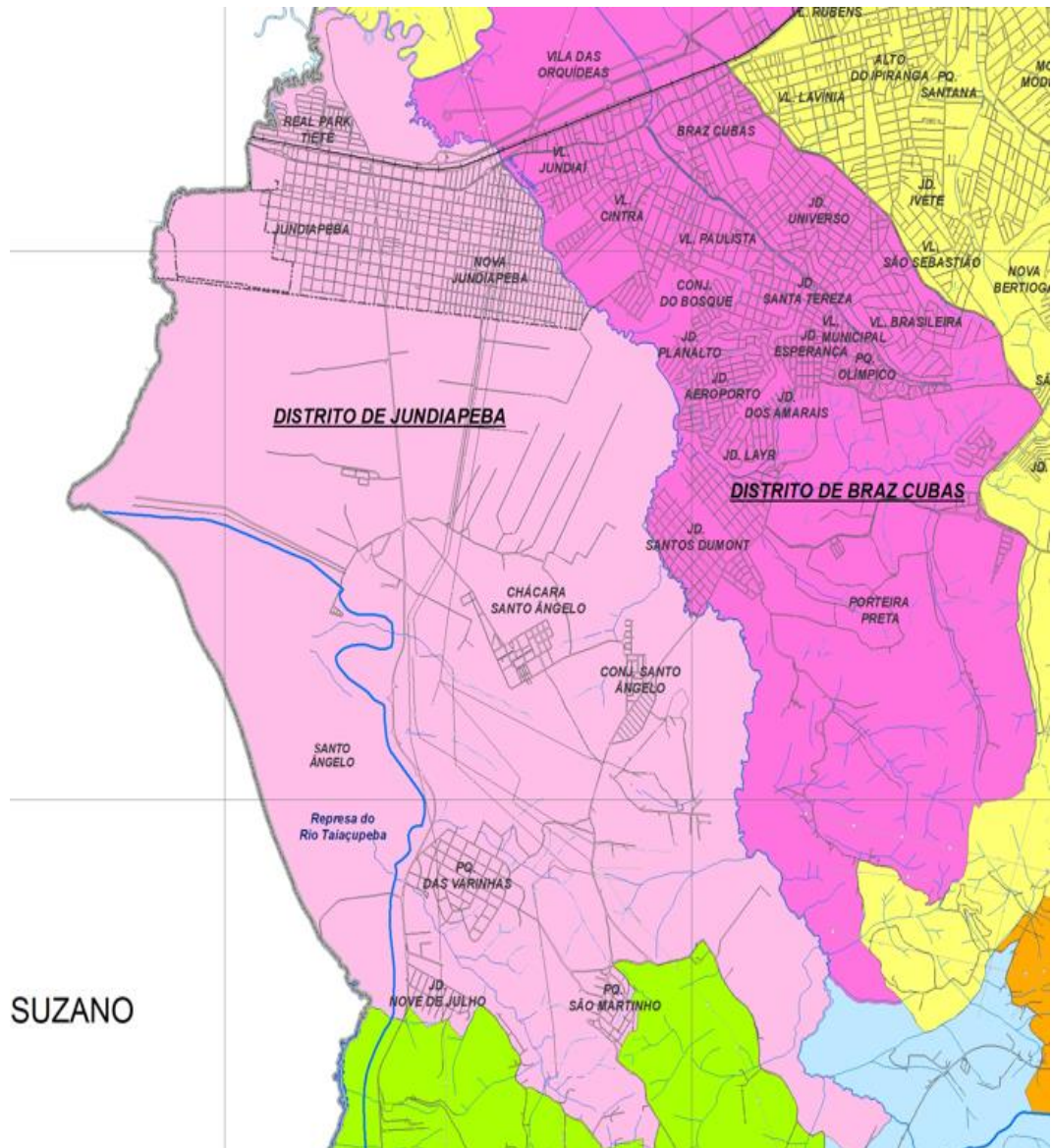


Fonte: My Maps (Google). Elaborado própria em colaboração com Flavia Seixas Lisboa.

Conforme a última contagem do Censo-IBGE, em Jundiapéba há cerca de 49.186 habitantes (IBGE, 2010), sendo considerado o 3º distrito mais populoso, após a Sede (Centro) e Braz Cubas. O distrito também se caracteriza por ser formado por uma grande extensão territorial, predominantemente rural, mas com alta concentração populacional nos bairros de Jundiapéba e Nova Jundiapéba, sendo estes considerados os bairros com maior grau de urbanização. No bairro Jundiapéba está situada também a estação de trem da CPTM - Linha 11 (Coral), contando com um elevado fluxo diário de pessoas: segundo dados da CPTM cerca de 170.736 passageiros embarcaram na Estação Jundiapéba no mês de fevereiro de 2022 (CPTM, 2022)<sup>35</sup>.

<sup>35</sup>Essas são informações que podem ser acessadas em:  
<https://www.cptm.sp.gov.br/negocios/Pages/Movimentacao-de-Passageiros.aspx>

Mapa 5 - Distrito de Jundiapéba, Mogi das Cruzes (SP)



Fonte: Plano Diretor, 2019 - Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes

É justamente nos dois bairros urbanizados onde as torres de alta tensão de energia estão localizadas, ou seja, onde ocorreu a reintegração de posse. Neste sentido, vale pontuar que em todos os momentos em que for citado “Jundiapéba” atrelado às remoções, trata-se especificamente destes dois bairros, onde as torres de energia compõem o cenário urbano, cortando o território de ponta a ponta.

*Figura 1 - Torres de alta tensão de energia no bairro de Jundiapéba, Mogi das Cruzes (2019)*



Fonte: Painel Jornalismo

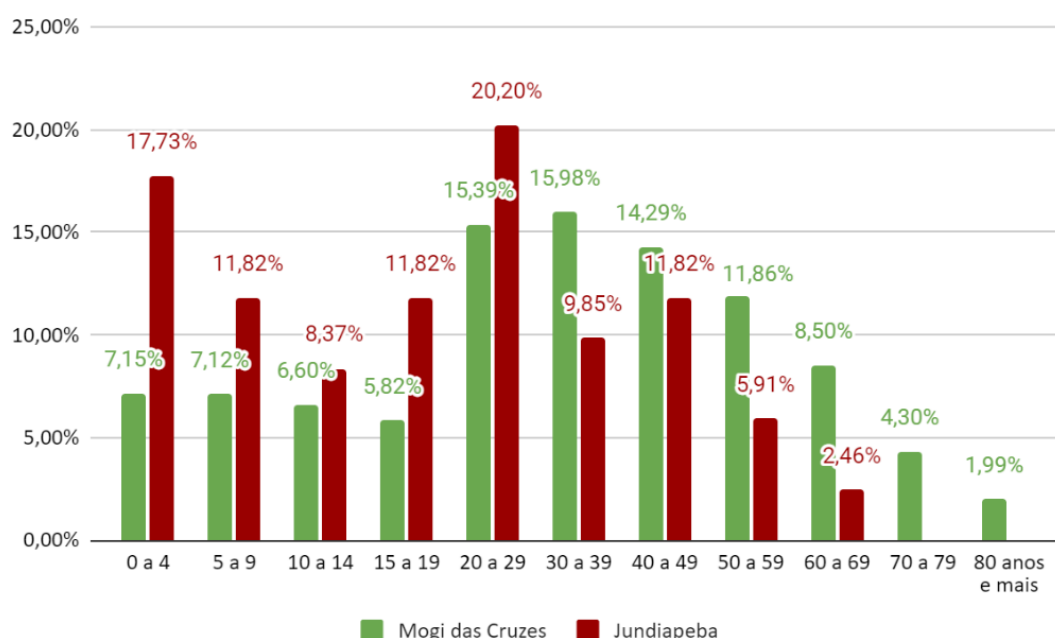
#### **1.4.2 Breve caracterização da população**

Buscando realizar uma breve caracterização sociodemográfica da população atingida pela reintegração de posse no ano de 2018 em Jundiapéba, apresentaremos um conjunto de dados coletados a partir do cadastramento das famílias, realizado pela associação que acolheu temporariamente as famílias removidas no espaço físico da igreja católica. Aqui traremos também, em perspectiva, dados secundários de fontes oficiais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) e Fundação João Pinheiro (FJP).

Inicialmente, o cadastramento foi realizado no ano de 2018, com todas as famílias removidas. Foram identificadas 61 famílias e 203 pessoas, com predominância de uma população de jovens entre 20 e 29 anos (20,20%), ligeiramente superior às taxas do Município (15,39%) (DATASUS, 2021). Em seguida, notamos a incidência de crianças que foram removidas, com 17,73% (entre 0 e 4 anos), seguido de 11,82% entre 5 e 9 anos. Essas são taxas expressivamente superiores quando comparadas às do município, que apresentam em torno de

7% para cada faixa etária. Na outra ponta, vemos a baixa incidência de população idosa (2,46%), destoando do perfil municipal, que somando a população acima de 60 anos representa 14,89%. Os dados relevam, portanto, que a população removida em Jundiapéba é marcadamente jovem, tendo em vista a comparação do município. Também é possível afirmar que a característica referente à alta presença de crianças, adolescentes e jovens, também se reflete na família Silveira, cuja trajetória de vida será analisada na presente tese.

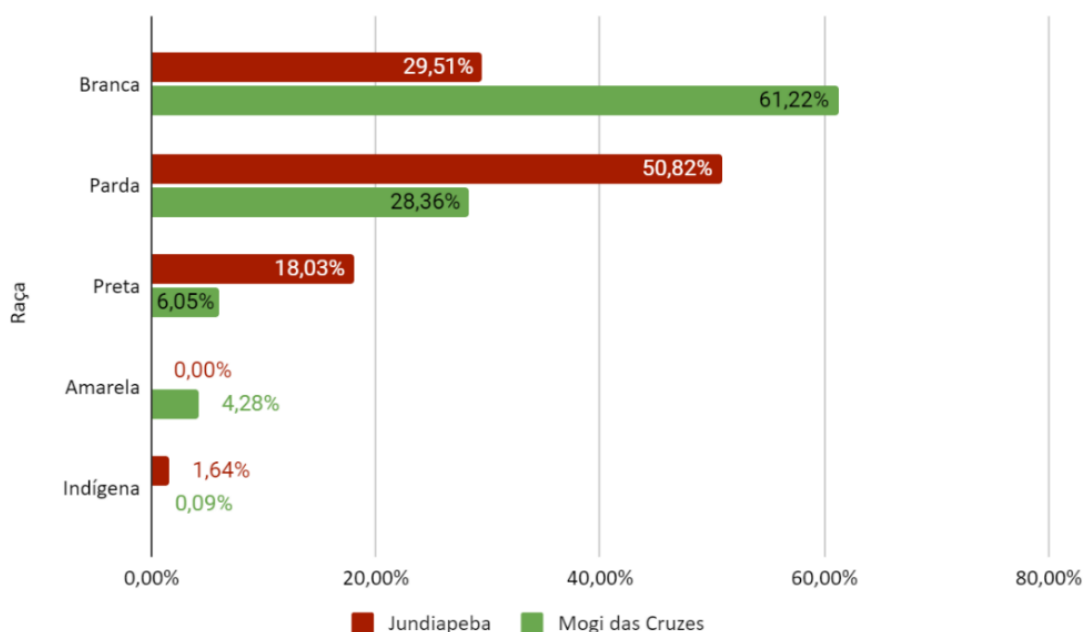
Gráfico 4 – Comparativo faixa etária da população Mogi das Cruzes e removidos em Jundiapéba



Fonte: Cadastro associação igreja católica, 2018 e DATASUS (2021). Elaboração própria.

Em relação à raça da população, ao comparar a população removida com a do município, é possível afirmar que tratava de território predominantemente habitado por pessoas negras, com 68,85% que se autodeclaram negros (soma de pretos e pardos), em um município majoritariamente branco (61,22%) (IBGE, 2010).

Gráfico 5 - Comparativo raça/etnia Mogi das Cruzes e removidos em Jundiapéba



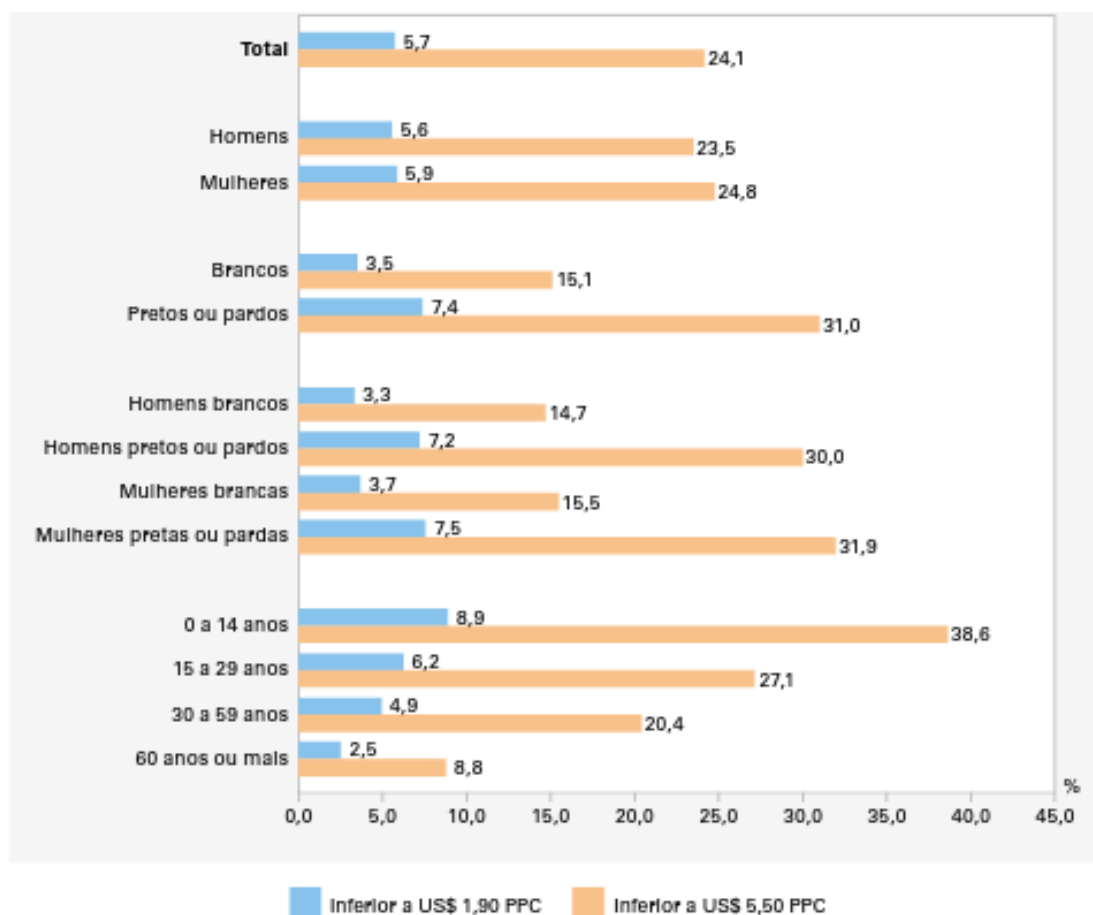
Fonte: Cadastro associação igreja católica, 2018 e CENSO-IBGE (2010). Elaboração própria.

Veremos que esses são dados que refletem a realidade nacional quando interseccionados classe, gênero e raça. A pesquisa *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*<sup>36</sup> realizada pelo IBGE em 2021 ressalta que as taxas de pobreza são expressivamente desiguais quando realizado o recorte racial. A população negra representa mais que o dobro dos brancos entre os que estão nas condições de pobreza e extrema pobreza, onde 7,4% dos negros eram extremamente pobres, contra 3,5% dos brancos e 31,0% dos negros eram pobres, contra 15,1% dos brancos. Com a intersecção de raça e gênero, as desigualdades são ainda maiores: as mulheres negras apresentaram maiores incidências de pobreza (31,9%) e extrema e pobreza (7,5%). Nota-se também a incidência de maior percentual de extrema pobreza entre as crianças de 0 a 14 anos, representado por 38,6% em condições de extrema pobreza e 8,9% de pobreza.

<sup>36</sup> Para maiores informações sobre a metodologia utilizada na pesquisa realizada pelo IBGE acessar: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>



Gráfico 6 - Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,90 PPC e a US\$ 5,50 PPC, segundo sexo, cor ou raça e grupos de idade - Brasil – 2020



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2020.

Notas: 1. Dados consolidados de quintas visitas.

2. PPC – Paridade do poder de compra. Taxa de conversão da paridade de poder de compra para consumo privado, R\$ 1,66 para US\$ 1,00 PPC 2011, valores diários tornados mensais e inflacionados pelo IPCA para anos recentes.

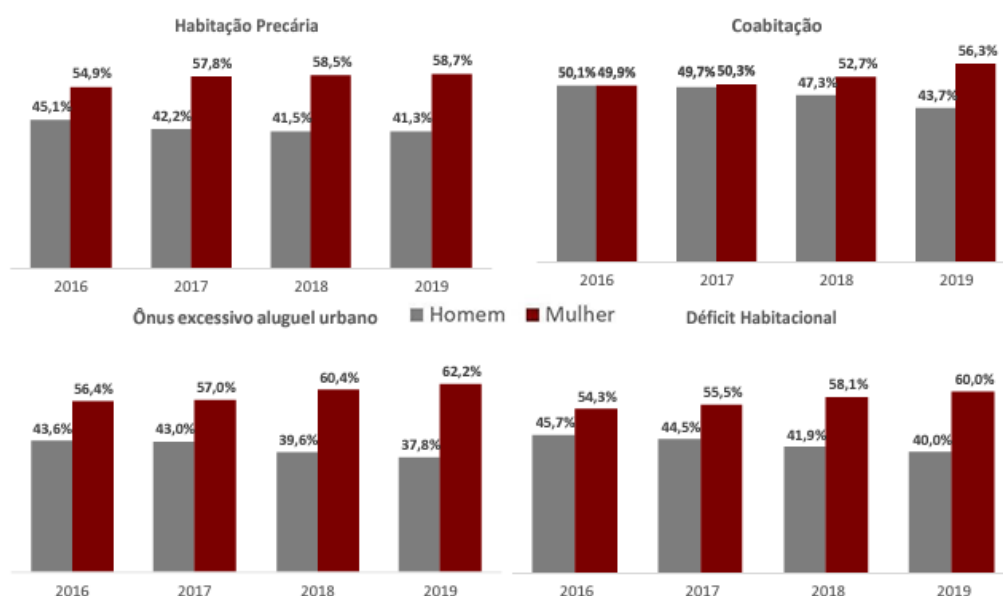
Fonte: Fonte: Elaborado pelo IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2021 (p.66). Consolidado de primeiras entrevistas.

Embora haja uma predominância do sexo masculino entre o total da população removida (54,19%), em 63,93% das casas as mulheres são identificadas como responsáveis. Os dados reforçam a tese de que as mulheres assumem a centralidade das casas, seja no interior destas, mas também na relação entre elas: são as principais responsáveis pela gestão do cotidiano e do cuidado, assumindo a responsabilidade pela garantia da economia doméstica (MOTTA, 2014), assim como são também as principais articuladoras e conectoras dos serviços públicos e dos programas sociais.

Ao mesmo tempo, os dados revelam que as mulheres são as mais impactadas pela falta de moradia nas cidades. Segundo o estudo sobre o *déficit* habitacional no Brasil 2016-2019

realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e FJP, ao comparar a participação segundo sexo do responsável pelo domicílio nos componentes (habitação precária, coabitação e ônus excessivo no aluguel urbano) e no *déficit* habitacional total (soma dos componentes), notamos a preeminência das mulheres nas condições de maior desigualdade nos componentes, com destaque o ônus excessivo com o pagamento de aluguel e a habitação precária, conforme o gráfico 6:

Gráfico 7 - Participação segundo sexo do responsável pelo domicílio nos componentes e no *déficit* habitacional – Brasil – 2016-2019



Fonte: Elaborado pela FJP com dados do IBGE.

Os dados acerca da “feminização do déficit habitacional” da FJP também foram analisados por Lacerda, Guerreiro e Santoro (2021). Segundo as autoras, o aumento expressivo do *déficit* habitacional entre mulheres chefes de família está atrelado a “processos sociais e urbanos que vão de mudanças demográficas e dos arranjos familiares à reprodução histórica de violências de gênero que atravessam as trajetórias de vida de mulheres” (LACERDA; GUERREIRO; SANTORO, 2021, p.1).

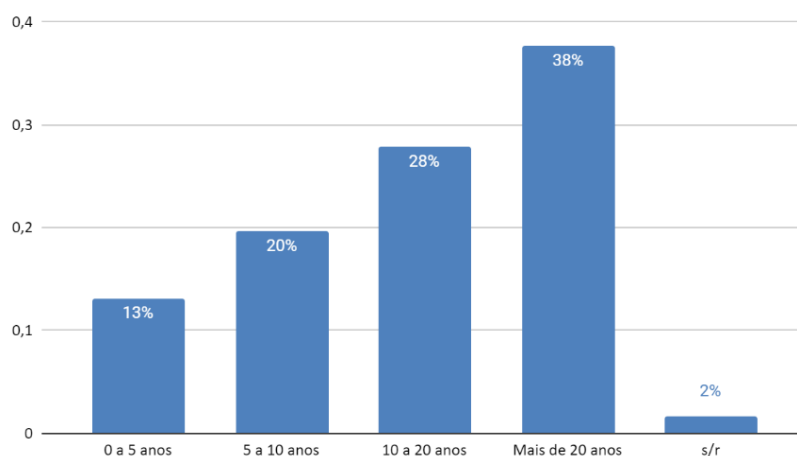
Segundo o IBGE (2021), os arranjos familiares monoparentais com filhos de até 14 anos são constituídos em sua maioria por mães solo negras, representado por 61%, seguido de 28% de mães solo brancas e 11% de mães de outras raças/cores. Ainda, é possível constatar maior incidência de pobreza entre as mães solo negras com filhos de até 14 anos: 17,3% das moradoras

nesse arranjo familiar tinham rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 1,90 de Paridade de Poder de Compra (PPC) diários e 57,9% inferior a US\$ 5,50 (IBGE, 2021).

Embora o cadastramento de Jundiapéba não contasse com perguntas sobre o rendimento per capita e/ou familiar, cerca de 62% das pessoas respondentes eram beneficiárias do programa de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF). Considerando que a elegibilidade para o recebimento do benefício são famílias com renda familiar per capita mensal de até R\$ 140,00, é possível inferir, portanto, que se trata de uma população em situação de pobreza e extrema pobreza. Em contraponto, o salário médio mensal dos trabalhadores formais em Mogi das Cruzes é de 2,5 salários mínimos (IBGE, 2020).

O cadastramento também tinha o intuito de evidenciar o tempo de residência da população em Mogi das Cruzes, bem como a localidade dos respectivos títulos de eleitores. Isto porque, ao longo das negociações com a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, houve manifestações, por parte de gestores públicos, de que a população removida era originária de outras cidades. Utilizavam esse critério para justificar o não atendimento por políticas habitacionais. Em falas públicas, profissionais proferiam frases como “essas pessoas são *de fora de Mogi*, vieram aqui só para conseguir um atendimento habitacional”. Contrapondo essas alegações, 83,6% dos respondentes afirmaram que exercem o direito de voto na cidade de Mogi das Cruzes. O cadastro revela ainda que a maioria da população removida (38%) reside em Mogi das Cruzes a mais de 20 anos, seguido de 28% que residem de 10 a 20 anos, 20% de 5 a 10 anos e 13% de 0 a 5 anos.

Gráfico 8 - Tempo de residência da população em Mogi das Cruzes - 2018



Fonte: Associação igreja católica, 2018. Elaboração própria.

A presente seção teve o intuito de apresentar um conjunto de dados primários e secundários em perspectiva a fim de evidenciar três aspectos: o primeiro se refere às especificidades do perfil da população removida em relação à cidade de Mogi das Cruzes. Informações como a faixa etária, renda e a raça da população demonstram que, em geral, a realidade da população de Mogi das Cruzes não tem uma correspondência direta com a da população removida em Jundiapéba. Neste sentido, é possível correlacionar com as características do próprio processo de formação da cidade, em que Mogi não era um município periférico/dormitório, mas passa a ter núcleos periféricos ao longo do desenvolvimento e reprodução das desigualdades no espaço urbano. Ao mesmo tempo, os dados nacionais sobre as taxas de pobreza e déficit habitacional, lançam luz para as desigualdades sociais interseccionadas com raça e gênero, realidade que se faz presente no território de Jundiapéba.

Por fim, os dados também refletem que a família de Gisele representa o perfil de famílias em condição de desigualdade social e pobreza no País, especialmente quando se trata de famílias em áreas ameaçadas de remoção, ou seja, famílias compostas por pessoas negras, mães solo de diversos filhos, principais provedoras de sustento, cuidados domésticos e beneficiárias do Programa Bolsa Família.

\*\*\*

Este capítulo teve em vista olhar para as remoções e desposseções enquanto fenômenos multiescalares e interconectados com uma dinâmica global de produção dos espaços, compreendendo as periferias urbanas como pontos de aglutinação e condensação de múltiplas trajetórias de vida de sujeitos em constante deslocamento dos seus espaços de vida. Com o intuito de evidenciar esses processos, a primeira parte do capítulo apresentou uma discussão teórica acerca do processo de formação do espaço urbano, relacionando-a com as dinâmicas de “territorialização e desterritorialização” e “transitoriedade permanente”.

Uma segunda camada foi colocada ao analisar os dados de remoções e despejos na RMSP, sugerindo que estes são processos estruturais e sistemáticos, que estão enredados com as dinâmicas de intervenções urbanas no contexto da financeirização e privatização das infraestruturas. Ao olhar para os processos judiciais em 1º grau de reintegração de posse envolvendo a CTEEP, foi possível evidenciar a escala que este tipo de remoção assume no estado de São Paulo. Identificou-se que “risco” enquanto conceito, vem sendo mobilizado nos processos de reintegração de posse, seja do ponto de vista do fornecimento de energia elétrica

ou da vida/morte dos sujeitos. Nesse sentido, a tese terá o “risco” como um fio condutor que conecta as vivências individuais e coletivas nos territórios periféricos.

Por fim, o processo de formação da cidade de Mogi das Cruzes evidencia a relação de complementaridade e dependência das cidades médias com a grande metrópole, sobretudo no modo de organização e formas de acumulação do capital na RMSP. Em Jundiapéba, no que lhe concerne, a consolidação do bairro e implantação de infraestrutura se correlaciona diretamente ao processo de ocupação dos territórios periféricos, onde a construção das casas no entorno da linha de transmissão de energia não foi apenas “permitida”, mas fez parte do desenvolvimento do próprio território.

Mas essa história não poderia ser contada apenas como um *sobrevoô*. Para tanto, apresento a reconstituição das trajetórias de vida da família Silveira, que se articula com o processo de produção do espaço urbano e que lança luz para a vida cotidiana em uma periferia ameaçada de remoção, evidenciando a luta cotidiana pelas suas casas, suas rotinas e suas vidas.

## Capítulo 2 - Percorrendo trajetórias de quem perdeu a casa

Este capítulo tem como intuito percorrer e reconstituir as trajetórias de vida (GRAFMEYER e DANSEREAU, 1998; CABANES, 2006, TELLES, 2006) de três mulheres negras: Josefa, Gisele e Joana, integrantes da família Silveira, sendo a primeira a mãe e as outras duas as filhas. Há uma escolha metodológica em trazer a trajetória de vida familiar, compreendendo que processos e mudanças sociais dependem do enlaçamento entre estrutura e indivíduos em um determinado tempo e espaço, onde os problemas cotidianos da casa se conectam com os problemas públicos da cidade.

Neste sentido, ao reconstituir as histórias da família, na voz de três mulheres, a pesquisa tem em vista trazer inteligibilidade para as estratégias do acesso à moradia nas periferias no *fazer e perder a casa*. Veremos como famílias, vizinhos, políticos, assistência social e empresa, se enlaçam nas experiências do cotidiano em constante relação e nos “jogos de poder” (TELLES, 2013). Ao privilegiar narradoras mulheres, dimensões como violência doméstica e abusos, maternidade e economia do cuidado são abordadas, bem como as relações estabelecidas com outras mulheres, vizinhas e familiares.

O meu encontro com estas mulheres ocorreu entre os anos de 2018 e 2019, quando Gisele e Joana haviam perdido as suas respectivas casas na reintegração de posse em Jundiapéba. De início, são apresentadas as estratégias para inserção em campo, até o estabelecimento dos vínculos com as três mulheres da família Silveira. A reconstituição das trajetórias de vida familiar foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, complementadas por conversas informais em campo na *varandinha*.

As entrevistas foram realizadas individualmente, de modo que as próprias histórias foram rememoradas e recontadas, sem que houvesse interferências de outros familiares. Como nos ensina Certeau, a memória, compreendida como “a arte de lembrar”, indissociável da “arte de dizer” (CERTEAU, 2003), faz-se representada pela linguagem na construção dos relatos. De acordo com Rosa (2014), “os relatos seriam, portanto, mais do que uma das condições essenciais de apreensão das trajetórias – são a própria ‘feitura dos espaços’ por onde as trajetórias fluem e se condensam” (ROSA, 2014, p.33).

Enquanto estrutura do capítulo, optei por iniciar com o relato da minha entrada de campo, em maio de 2018, em um contexto pós-reintegração de posse no bairro de Jundiapéba, Mogi das Cruzes. Descrevo este momento, como também os vínculos que estabeleci com

interlocutores e interlocutoras de campo, em especial com a assistente social que realizou o acompanhamento social das famílias abrigadas na igreja católica.

Em seguida, é apresentada a história de Josefa, a mãe, que relata sobre o seu relacionamento com Antônio, sobre a saída do Rio Grande do Norte e a chegada ao bairro de Jundiapéba, evidenciando os principais desafios e escolhas. As vozes das filhas Joana e Gisele também ecoam ao longo desta narração, especialmente com as memórias sobre o processo de construção da casa e de urbanização do bairro. Joana, “a filha mais velha”, assume um protagonismo no cuidado e na economia doméstica ao lado de Josefa. Esta história evidencia também os caminhos e descaminhos no mercado de trabalho, marcado por uma ascensão do processo de terceirização nas contratações. Já a história de Gisele lança luz para os desafios de uma mãe solo de seis filhos em “ganhar a vida” e “manter a casa” (MOTTA, 2014; ARAUJO SILVA, 2017) e para a rotinização de situações de violência no seu entorno. As histórias evidenciam as estratégias para refazerem as suas casas, lidando com os riscos e as incertezas.

O capítulo finaliza com o momento em que Gisele e Joana recebem a notificação de que suas casas estão em um processo de reintegração de posse solicitado pela empresa transmissora de energia elétrica. Neste sentido, as trajetórias individuais e familiares apresentadas neste capítulo permitem refletir sobre as mobilidades urbanas nos territórios populares, em que se articulam dimensões como moradia, trabalho, gênero e infraestrutura urbana.

### ***2.1 A entrada em campo***

Era mês de maio de 2018. Com a entrada do outono, noticiava-se o início de uma das semanas mais frias do ano. O fato de uma reintegração de posse ter acontecido neste período trouxe comoção para os habitantes da cidade de Mogi das Cruzes, que assistiam nos jornais as imagens das famílias na rua, com seus corpos e pertences espalhados entre os escombros das casas removidas. *Viralizou* nas redes sociais a foto de uma criança na rua, deitada em um colchonete, ao lado de uma fogueira. Era Gabriel, filho da Gisele. Naquele momento ainda não a conhecia, tampouco imaginava que seria uma das personagens principais desta tese.

Fazia menos de uma semana que a reintegração havia ocorrido e o que eu tinha de informação era que parte das famílias desabrigadas estava residindo provisoriamente na igreja católica do próprio bairro, espaço disponibilizado pelo padre responsável. Localizada no

mesmo bairro onde a remoção ocorreu, a instituição também se tornou um ponto de recebimento de doações de alimentos, roupas, cobertores e produtos de higiene pessoal para as famílias que haviam perdido as casas. Instigada sobre os desdobramentos desta reintegração de posse, decidi entrar em contato com um dos membros desta igreja que estava divulgando a campanha de doação pelas redes sociais. No nosso contato ele relatou que na igreja havia uma assistente social voluntária, presidente de uma associação ligada à igreja, que realizava o atendimento social às famílias aos finais de semana.

No sábado, logo cedo, fui à igreja pela primeira vez. Parei o carro na rua e logo avistei o prédio amarelo com lance de escadas na parte da frente e rampa de acesso pelo lado direito. Entrei pela porta lateral e no trajeto me deparei com crianças brincando de bola. Havia uma senhora na porta e decidi me certificar se aquela era a Igreja Santa Maria Goretti. Ela, com um sorriso no rosto, respondeu que sim. Quando adentrei o espaço da igreja me deparei com a seguinte cena: ao lado esquerdo estavam presentes algumas pessoas, principalmente mulheres, escolhendo as roupas de doação, improvisadamente amontoadas nos bancos de madeira onde as pessoas assistem à missa. Pegavam as peças, colocavam na frente de seus corpos para ver se servia, ou esticavam seus braços para olhar com uma certa distância, como quem analisa o estado da peça, ou talvez se serviria para outra pessoa. Colocavam em sacolas as roupas que queriam e, as que não queriam, voltavam para o banco de madeira.

Por conta da quantidade de doações, havia também muitas roupas e sapatos no chão. As mulheres se abaixavam e se levantavam para selecionar as peças. Era uma cena de pessoas escolhendo o que precisavam, que me lembrou a imagem de bazares beneficentes; ao lado direito, em cima do altar, havia uma mulher, que logo imaginei ser a assistente social. Sentava-se em uma cadeira escolar e parecia realizar o atendimento social de uma mulher: realizava perguntas e, em seguida, preenchia informações em papéis. Já na parte do fundo do imóvel, depois dos bancos de madeira, estavam instalados os colchões e colchonetes, com algumas pessoas sentadas, outras deitadas.

Para mim ficou evidente que a instituição religiosa havia tomado outra forma e que as práticas religiosas e cotidianas se alteraram completamente quando o espaço se tornou moradia provisória das famílias removidas. Além disso, transformou-se também em um espaço de atendimento e cadastramento, assim como um ponto de apoio na gestão das necessidades e doações. Diariamente, as pessoas que perderam suas casas se dirigiam à igreja para realizar



refeições e receber as doações de roupas e materiais de higiene pessoal. Aproveitavam a oportunidade para conversar com o padre, com a assistente social e com os voluntários da igreja.

Enquanto aguardava a assistente social, me sentei ao lado de uma senhora que lá estava morando. Apresentava aparência bastante idosa, cabelos brancos e pele avermelhada. Me apresentei e perguntei “como estão as coisas por aqui?” e ela de imediato respondeu “tá difícil, mas o que está mais difícil aqui é que a gente não aguenta mais comer salsicha. Meu cabelo também está muito seco porque não temos creme de hidratar”. Aquela interação me constrangeu, uma vez que não era a resposta que imaginava receber. No primeiro momento me questionei se a perda da moradia estava “naturalizada” e os problemas do cotidiano, como a alimentação e higiene, ganhavam maior destaque. Ao mesmo tempo, compreendi que, como a igreja estava recebendo muitas doações (e a senhora estava *me lendo* como uma pessoa de fora), talvez estivesse me indicando o que eu poderia doar. Naquele momento, apenas me solidarizei e concordei com a dificuldade relatada por ela.

Logo a assistente social terminou o atendimento e me chamou para conversar. Nos apresentamos e, ao saber sobre a minha temática de pesquisa, demonstrou interesse “você vai poder nos ajudar, estamos precisando de um suporte no tema da moradia”. A assistente social, que tinha experiência em equipamentos públicos da assistência social como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), apresentava muita preocupação pela não realização de cadastramento social das famílias: “geralmente a Prefeitura precisa realizar este tipo de cadastramento para que depois as famílias sejam encaminhadas para os atendimentos habitacionais. Mas nem a Prefeitura, nem a CTEEP que pediu a remoção realizaram o cadastro deles”. Continuou o relato sobre a atuação da Prefeitura: “eles vieram aqui ontem para trazer alimentos e cobertores, você acredita? Em uma cidade como Mogi das Cruzes não existe Secretaria de Habitação, apenas uma Coordenadoria de Habitação na Secretaria de Assistência Social”. Naquele momento fiquei impressionada com as informações trazidas pela assistente social, uma vez que o meu conhecimento sobre o caso da reintegração de posse era limitado às informações veiculadas nos jornais e nas redes sociais.

Diante da situação do não cadastramento, a assistente social decidiu organizar o cadastramento em nome da Associação, com a intenção de organizar um dossiê contendo as informações para entrar com uma ação no Ministério Público. Pedi para olhar a ficha de cadastro que estava sendo realizado e ela me entregou uma ficha em branco com a seguinte estrutura:

Figura 2 - Ficha de inscrição das famílias desabrigadas - Nova Jundiapéba

**FICHA DE INSCRIÇÃO DAS FAMÍLIAS DESABRIGADAS – NOVA JUNDIAPEBA** NÚMERO: \_\_\_\_\_

NOME DO RESPONSÁVEL FAMILIAR					
NOME DO RESPONSÁVEL FAMILIAR:			SEXO: ( ) F ( ) M		
DATA DE NASC: / /	NATURALIDADE:		UF:		
RG:	CPF:	NIS:			
GENITORA:			VOTA EM MOGI? ( ) SIM ( ) NÃO		
RAÇA: ( ) BRANCA ( ) NEGRA ( ) Parda ( ) AMARELA ( ) INDÍGENA	UBS DE REFERÊNCIA:		CRAS: ( ) 1 ( ) 2		
MORA EM MOGI HÁ QUANTO TEMPO?	PÚBLICO PRIORITÁRIO: ( ) IDOSO ( ) GESTANTE ( ) PESSOA COM DEFICIÊNCIA				
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES					
FAMÍLIA BENEFICIÁRIA PTR? ( ) PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ( ) RENDA CIDADÃ ( ) AÇÃO JOVEM ( ) BPC/LOAS ( ) NENHUM					
RELAÇÃO DE TRABALHO /RENDA:		DESEMPREGADO: ( ) NÃO ( ) SIM. QUANTO TEMPO?			
QUANTIDADES DE MORADORES NA CASA:		QUANTIDADE DE FILHOS:			
INFORMAÇÕES ENDEREÇO					
LOGRADOURO:					
Nº	COMPLEMENTO:	CEP:	BAIRRO:		
TELEFONES:		PONTO DE REFERÊNCIA:			
COMPOSIÇÃO FAMILIAR					
Nº	NOME	PARENTESCO	IDADE	SEXO	OCUPAÇÃO

Fonte: Associação igreja católica, 2018

A assistente social convidou voluntários para a aplicação do cadastro junto às famílias, no entanto, trouxe a dificuldade na tabulação dos dados e geração de gráficos e tabelas<sup>37</sup>. De imediato, pensei que essa seria uma oportunidade de inserção em campo e me disponibilizei a fazer a análise das informações do cadastramento. Ela, com muito entusiasmo, combinou de me entregar os cadastros na semana seguinte para que pudesse iniciar os trabalhos. Assim, ao final da conversa disse: “filhas da PUC são assim, envolvidas na luta”<sup>38</sup>.

É importante destacar que nem todas as famílias removidas moraram provisoriamente na igreja. Na realidade, a maioria *deu um jeito* e foi morar nas casas de parentes e amigos. Assim, frequentavam o espaço religioso apenas para as refeições e para buscarem as doações. Havia sete famílias (aproximadamente 20 pessoas) que de fato moravam na igreja.

<sup>37</sup> Os dados apresentados no capítulo 1 sobre as famílias removidas foram gerados a partir da sistematização desse cadastramento da Associação.

<sup>38</sup> Nós duas realizamos a graduação na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), ela no serviço social e eu, nas ciências sociais.

Com o advento da reintegração de posse, era possível compreender a importância da estrutura da igreja na luta política. Em primeiro lugar por disponibilizar seu espaço físico enquanto moradia provisória e garantindo alimentação e doações para toda a população removida. Em segundo lugar por estruturar uma equipe para atendimento social e a realização de um “contra-cadastro”, que buscava reverter o não atendimento habitacional às famílias removidas. Em terceiro, por também disponibilizar o espaço e as condições para as reuniões que eram realizadas para tratar do tema das remoções, grande parte organizadas pelo vereador do PT. Neste sentido, os membros da igreja, em especial a figura do Padre, assumem publicamente um “lado” em prol da população. Ao mesmo tempo, conflitos e tensões passaram a se instaurar no local. A assistente social relatava em conversas por WhatsApp, a preocupação com a falta de respostas por parte da Prefeitura sobre os atendimentos habitacionais e a insustentabilidade de manter as famílias residindo na igreja. Havia também os conflitos entre moradores, assim como com os voluntários, que se intensificavam a cada dia. Neste sentido, é interessante notar que a igreja entrou na reconfiguração de casa daquelas pessoas, onde os problemas domésticos tornam-se vividos. A convivência cotidiana de diferentes famílias em um mesmo espaço, bastante improvisado e sem privacidades, tornava problemas de *pequena ordem* em grandes discussões. Certa vez, um dos voluntários me contou sobre uma discussão entre duas senhoras que estavam residindo na igreja por uma capa de almofada doada, em que os voluntários tiveram que apartar a briga.

Havia também o fato de que parte dos fiéis frequentadores da igreja passaram a pressionar diariamente o Padre para que as famílias deixassem o local, uma vez que com essa nova configuração do espaço físico da igreja, tornava-se inviável a realização de todas as missas e encontros religiosos regulares. Em outras palavras, a abertura da igreja enquanto casa temporária das famílias removidas lança luz para as dobras dos espaços públicos e privados, bem como do doméstico e público.

Após 24 dias da reintegração ocorreu uma reunião entre representantes do Ministério Público, Prefeitura de Mogi das Cruzes (departamento de assuntos jurídicos), o vereador do Partido dos Trabalhadores (PT), assistente social e o Padre representando a Igreja Católica. Nesta reunião foi elaborado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), onde as sete famílias que residiram na igreja seriam atendidas, *em caráter de exceção*. O atendimento consistiu no auxílio aluguel no valor de R\$ 400,00 por mês, durante seis meses, seguido do cadastramento para moradia definitiva em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

O atendimento acordado, beneficiando apenas uma parte da população, acarretou uma enorme instabilidade entre *os da igreja* e os que *deram um jeito*, desencadeando uma série de conflitos e fragmentação da população. Provocou também desconfiança nos membros da igreja e da associação. Os que *deram um jeito* alegavam que a igreja estava apenas preocupada em solucionar o seu próprio problema, que consistia na retirada das famílias de seu espaço físico. Assim, a igreja encerra as atividades de gestão das necessidades e as sete famílias deixaram de residir provisoriamente no local<sup>39</sup>.

## 2.2 *Minha aproximação com Gisele*

“*Não sei porque, tenho várias amigas, mas tem coisa que só me sinto à vontade contando para você*”<sup>40</sup>. Essa foi a frase dita por Gisele em uma conversa que tivemos, em outubro de 2020. Ouvir isto após dois anos de trabalho de campo foi a confirmação de que a pesquisa de cunho etnográfico necessita de um tempo importante para a realização, de muitas interações, mas, sobretudo, da tecitura e estabelecimento dos vínculos e dos laços de confiança. Hoje Gisele se sente à vontade para compartilhar de assuntos íntimos da sua vida e de seus familiares, o que permitiu reconstituir as respectivas trajetórias para a tese.

No entanto, chegarmos a este ponto de intimidade fez parte do *caminho da pesquisa*. Em um primeiro momento, logo após a reintegração de posse, fomos apresentadas pela assistente social. Por conta do cadastramento da associação, Gisele havia assumido a função de auxiliar na identificação das famílias removidas. A identificação era uma tarefa fundamental para a realização do cadastramento após a remoção. Embora parte das famílias permaneceu provisoriamente na igreja, outra parte se dispersou e havia grande dificuldade em encontrar as pessoas removidas. Gisele conhecia todos que residiam naquele lote e foi uma das primeiras moradoras a ocupar o terreno em 2014. Ela também era uma das principais interlocutoras do vereador do Partido dos Trabalhadores, considerado uma referência política neste caso. Inclusive, foi por intermédio do vereador, que a assistente social conheceu Gisele, conforme relatado por ela:

---

<sup>39</sup> A continuidade dessa história e os desdobramentos das mobilizações por moradia serão relatados com maior profundidade no capítulo 3.

<sup>40</sup> Cibele Rizek me instigou sobre a noção de “relativo anonimato” (SIMMEL, 1971), permitindo que Gisele transitasse sobre os assuntos íntimos.

Quando o Padre decidiu abrir a igreja para acolher essas famílias, eu procurei o vereador do PT. Eu não tinha muito contato com ele, o conhecia pouco. Aí fui até o local e ele me explicou o que tinha acontecido. É bem interessante a questão da comunidade, porque foi um local que eu não fui muito bem aceita, as pessoas estavam muito desconfiadas. Lembro que cheguei lá em frente a casa da Gisele e tinha um monte de gente em volta da fogueira, um pessoal muito assustado. Estavam lá conversando perto, cuidando das coisas. Aí eu cheguei e falei que eu queria saber o que tinha acontecido e como a gente podia ajudar. O padre da paróquia me falou do que estava acontecendo e eu queria ver o que a gente poderia fazer, uma vez que eu era assistente social e o foco do serviço social é lutar pela garantia de direitos e acesso da população. Nesse primeiro momento, eu fui meio que intimidada. A comunidade não me acolheu. Eu não conhecia as pessoas que estavam nessa situação e aí um rapaz me perguntou: ‘mas quem é você? O que você está fazendo aqui? Quem te mandou aqui?’ Eu falei ‘O vereador do PT e o padre pediram que eu viesse. Ele falou: ‘Mas você de confiança mesmo, será que a gente pode confiar?’ Aí nesse momento a Gisele falou ‘O vereador falou que ela viria, pode confiar sim, ela veio aqui para ajudar a gente, ver o que a gente está precisando e tentar entender. (Assistente social)

Um primeiro aspecto que ressalto nesta interação é a desconfiança que as pessoas tiveram na figura de uma assistente social desconhecida, que chegava no território sem a presença física de interlocutores. Entretanto, a referência ao vereador e ao padre, somada à confirmação de Gisele, fizeram com que ela se tornasse uma “pessoa confiável” para o grupo. Ainda assim, é possível afirmar que as redes de confiança vão sendo tecidas pelas experiências vividas entre sujeitos e, ao longo desta história, veremos que em certos momentos esses vínculos foram estremecidos frente às tomadas de decisão dos atores externos.

Trago este relato também para evidenciar o papel de liderança de Gisele neste contexto. Ao longo das minhas incursões pude notar que, apesar de ser legitimada pelos moradores, Gisele não tem um perfil expansivo, pelo contrário, é bastante quieta e observadora, seus comentários geralmente são pontuais. Não me lembro de Gisele ter assumido o microfone em reuniões na igreja, muito menos nas audiências públicas, em que *fugia* do papel de “representante” nas mesas. Ela se considera uma *liderança do dia a dia*, das ações de mobilização, dos contatos e vínculos que aciona nos momentos necessários.

Neste contexto, as minhas primeiras interações com Gisele foram mais superficiais e centradas nas questões da Comissão Jundiapéba por Moradia. Havia também uma dificuldade da minha parte em estar presente cotidianamente no território em 2018, porque ainda cumpria as disciplinas do doutorado em São Carlos, sendo o nosso contato estabelecido aos finais de semana, nas reuniões da Comissão e, durante a semana, pelo *WhatsApp*. Pelo aplicativo, Gisele me contava sobre os *problemas* que tinha com os seus seis filhos, em especial as três mais

velhas “a de 13, 14, 15 anos”<sup>41</sup>. Compreendi que o aplicativo seria uma ferramenta para nossa aproximação e interagíamos, praticamente, em frequência diária. Às vezes, era apenas uma saudação diária ou o envio de uma mensagem motivacional. Quando era *assunto sério*, Gisele costumava me ligar ou enviar mensagens de voz.

Já no ano de 2019 estive, pelo menos, quatro vezes na semana em Mogi das Cruzes, o que me permitiu maior aproximação presencial com Gisele. Quando combinávamos de nos encontrar, geralmente ela me convidava para a casa de sua mãe, a dona Josefa, um ponto de encontro de toda a família. Foi, a partir das interações na *varandinha* da casa de Josefa, que compreendi a possibilidade da reconstituição das trajetórias de vida da família Silveira e os desdobramentos na reconfiguração dos territórios urbanos e habitáveis.

### **2.3 Ponto de encontro de gerações**

Em minhas incursões etnográficas, as questões geracionais se tornaram mais inteligíveis e evidentes com o tempo e com a reconstituição das trajetórias de vida. Comecei a pensar sobre a casa de Josefa enquanto *ponto de encontro das gerações* (MANNHEIM, 1982; DOMINGUES, 2002; SCOTT, 2010, WELLER, 2010) uma vez que, na maior parte das minhas visitas, havia filhos, netos, amigos e parentes, reunidos na *varandinha*<sup>42</sup>. Na cena, as crianças também quase sempre estavam presentes, geralmente brincando entre eles ou buscando a atenção dos adultos, que geralmente pediam para que parassem de gritar e correr. Carinhosamente, Josefa me oferecia uma cadeira de plástico branca para sentar-me na *varandinha* e um café com pedaço de bolo.

Avançando na discussão, sob a perspectiva sociológica, é possível afirmar que as gerações estariam baseadas no ritmo biológico de nascimento e morte, ainda que não se possa atribuir-lhe um caráter ontológico ou meramente natural (MANNHEIM, 1982, p. 72), erro comum nas teorias naturalistas. Sem dúvidas há uma complexidade e subjetividade na discussão

---

<sup>41</sup> Achava interessante Gisele se referir aos filhos pela idade, talvez uma prática comum em diálogos estabelecidos com as/os profissionais dos equipamentos da assistência social e saúde. Não sei até que ponto ela me lia como alguém semelhante a estas profissionais, ou se simplesmente utilizava esse recurso para facilitar o meu entendimento sobre quem ela está se referindo. Ainda assim, geralmente as histórias contadas por ela têm a idade dos filhos como referência temporal.

<sup>42</sup> Este foi um dos desafios em campo, para conversar sobre temas íntimos dificilmente havia privacidade. Muitas vezes o recurso do *WhatsApp* foi utilizado após as conversas para complementar assuntos que não poderiam ser ditos na *varandinha*.

sobre gerações enquanto fenômeno social e a teoria de Mannheim, lida por estudiosos da área como a mais completa tentativa sociológica de dar conta do tema (DOMINGUES, 2002), pode auxiliar na compreensão das relações específicas entre indivíduos que constituem uma unidade de geração.

Para Mannheim (1982), a família, enquanto organização com objetivos específicos, corresponderia a um grupo social concreto, justamente por formar concretamente um grupo, baseado em laços existenciais e vitais de proximidade (p. 69). A geração, no que lhe concerne, não se constitui enquanto grupo concreto, no sentido de uma comunidade, uma vez que pode existir sem a necessidade de ter conhecimento concreto uns dos outros. Ao mesmo tempo, a geração não pode ser comparável às associações, estas que existem a partir de objetivos específicos e que possuem instrumentos para manutenção da coesão (estatutos, organização etc.).

Para compreender a geração enquanto fenômeno social, Mannheim sugere certa semelhança com categoria social de “posição de classe” (*Klassenlage*) de um indivíduo na sociedade. Este aspecto pode ser definido enquanto “a ‘situação’ (*Lagerung*) comum que certos indivíduos suportam como sua ‘sina’ na estrutura econômica e de poder de uma determinada sociedade” (p. 70). O interesse, portanto, reside no fenômeno da situação social comum entre indivíduos em uma determinada estrutura, classificação que faria sentido tanto para as gerações, como também para a posição de classe (ibid):

A similaridade de situação somente pode ser definida através da especificação da estrutura na qual, e através da qual, os grupos situados surgem na realidade histórico-social. A posição de classe baseava-se na existência econômica e de poder de transformação na sociedade. A situação da geração está baseada na existência de um ritmo biológico da vida humana – os fatores de vida e morte, um período limitado de vida, e o envelhecimento. Os indivíduos que pertencem à mesma geração, que nasceram no mesmo ano, são dotados, nessa medida, de uma situação comum na dimensão histórica do processo social (MANNHEIM, 1982, p. 71).

Vivenciar os mesmos acontecimentos, pode caracterizar uma posição geracional partilhada aos que nascem no mesmo tempo. No entanto, há um aspecto frente a dimensão da posição geracional que trata da forma semelhante como os sujeitos processam acontecimentos e experiências (WELLER, 2010). Nesse sentido, na perspectiva mannheimiana, a geração é entendida enquanto um conjunto de relações em que os vínculos são frutos das experiências vividas pelos diferentes sujeitos na “não simultaneidade do simultâneo”, significando um “espaço de tempo” que se organiza “polifonicamente” (MANNHEIM, 1982; DOMINGUES,

2002). De acordo com Domingues (2002), a noção de “subjetividade coletiva”, torna-se fundamental para a compreensão do conceito de gerações:

A vida social é tecida e se constitui como uma rede interativa, multidimensional, na qual atores individuais e coletividades se influenciam de forma mútua causalmente. Assim as dimensões hermenêutica e material, as dimensões das relações de poder e do espaço-tempo social que conformam as subjetividades coletivas são estabelecidas sob a influência de outras coletividades (DOMINGUES, 2002, pp. 68-69).

Se considerarmos as múltiplas “subjetividades coletivas” (DOMINGUES, 2002), como gênero, raça, família, orientação sexual, etc., relacionadas e cruzadas com as diversas gerações, não há dúvidas sobre a complexidade do quadro analítico que se constrói. Ao colocar em perspectiva famílias e gerações, Scott (2010) afirma que:

Famílias são compostas de gênero, geração, conjugalidade, sentimentos de pertencimento, ideias de coresidência, cooperação solidária, autoridade, afeto e subjetividade, entre outras coisas. Gerações são compostas de pessoas entrelaçadas hierarquicamente por redes de parentesco e família, por pessoas ligadas por pertencerem a categorias etárias e por pessoas cuja referência temporal é algum evento ou ambiente histórico que unifica muitas pessoas geralmente em referência a algum evento exterior à idade e ao parentesco (SCOTT, 2010, p. 277).

Pensar a família enquanto uma “categoria nativa” é uma abordagem possível e proposta por Cynthia Sarti (2003). Assim, a família estaria em consonância com o sentido atribuído por quem a vive, um ponto de vista. Compreendendo que as experiências familiares são vividas, reproduzidas e ressignificadas, sugere que cada família terá uma compreensão e versão da história, relacionada à experiência vivida. Aqui reforço a ideia de que, para além da compreensão familiar da própria história, cada indivíduo integrante da família pode ter diferentes referenciais para contar a mesma história.

Que a noção de família tem uma importância significativa na sociedade brasileira, isto está claro. Ao conceituar família, Claudia Fonseca (2005), aborda uma bibliografia que lança luz para as diferenças das famílias entre as camadas sociais. Recorrendo ao antropólogo Luis Fernando Duarte (1994), este afirma que para a elite a família tem um sentido de “linhagem”; para as camadas médias, a noção de família nuclear se faz presente em espírito e prática; por fim, para os pobres, a família está relacionada às atividades domésticas e às redes de ajuda e apoio (FONSECA, 2005). Em consonância com essa perspectiva, Sarti afirma que “a primeira característica a ressaltar sobre as famílias pobres é a sua configuração em rede, contrariando a ideia corrente de que esta se constitui como um núcleo” (SARTI, 2003, p. 28).



Assim, buscando “desfazer a confusão entre família e unidade doméstica, a casa” (ibid.), a presente pesquisa apresentará a reconstituição das trajetórias familiares na voz de três mulheres. Enquanto estratégia metodológica, as lentes são voltadas para as famílias a partir dos seus sentidos e (i) mobilidades, das formas como se estabelecem as relações familiares, assim como as múltiplas (re)configurações com as casas.

À luz das trajetórias visamos compreender o “fazer-cidade” (CORDEIRO et. al., 2021) por parte das mulheres, que estão constantemente equilibrando as demandas da casa, da família, do trabalho e atravessadas pelas desigualdades, violências e conflitos. Na tentativa de *dar conta* de todas as jornadas, poder contar com outras mulheres da família e vizinhas é fundamental na vida cotidiana. Ainda, no cruzamento entre casa, trabalho e família é possível destacar a centralidade de mulheres como Josefa, Gisele e Joana nas resoluções cotidianas, assim como as estratégias políticas que partem do ambiente doméstico e familiar, constantemente tratado como par oposto da esfera política e pública.

\*\*\*

Era uma sexta-feira no mês de maio de 2019 e eu havia combinado de me encontrar com Gisele. Chegando em Jundiapéba, fui até a sua casa, que estava com a porta fechada. Na parte da frente da casa havia um lamaçal, que outrora Gisele me explicou tal situação em virtude de um cano de esgoto do Serviço Municipal de Águas e Esgotos (SEMAE) que havia estourado. Para não pisar no lamaçal, ela colocou uma tábua de madeira em cima. Tomando cuidado para não sujar meus sapatos, me equilibrei na madeira, bati na porta e chamei pelo nome de Gisele. Naquele instante, apareceu no portão ao lado um rapaz, que não conhecia, mas ele sabia que Gisele estava na casa de Josefa. Agradei ao rapaz pela informação, que fez questão de me acompanhar até a porta da casa de Josefa. Caminhamos juntos em uma distância de menos de um quarteirão. Na *varandinha* não havia ninguém e a porta da casa estava fechada. O rapaz prontamente bateu na porta e gritou: “Gisele, tem uma mulher querendo falar com você”. Gisele atendeu ao chamado e quando me viu disse: “É a Fernanda! Estava te esperando!”. Buscou uma cadeira de plástico branca na parte de dentro da casa e nos sentamos do lado de fora, na *varandinha*, para conversar.

Perguntei como estava, ao que respondeu: “Olha Fernanda, a vida não está fácil, morar naquele quartinho tá apertado demais, por isso eu fico aqui”. Naquele momento, após um ano da reintegração de posse ter ocorrido, as expectativas do recebimento de um atendimento

habitacional eram remotas e Gisele permanecia residindo com seus seis filhos no cômodo construído no terreno cedido pelos pais. A fala seguiu com um suspiro de esperança, “mas eu tenho fé, Deus há de ter misericórdia de nós”.

Para além dos problemas da casa enquanto estrutura física, havia também as situações de conflito no interior desta<sup>43</sup>. A sobrecarga de ter que *dar conta* de todas as questões relativas aos filhos, em uma condição de mãe solo, também foi assunto da nossa conversa: “Ter que dar conta de tudo sozinha é complicado, essas meninas não me ajudam, só dão trabalho e se envolvem com coisa errada”. Em outra ocasião, ela havia relatado que sua filha mais velha estava usando drogas e se relacionava com um rapaz *ligado ao crime*, o que gerava muita preocupação, “eu não sei o que fazer, não posso ficar correndo atrás dela na rua de madrugada porque tenho os pequenos para cuidar”.

Diante de tantas questões, confesso que, por vezes, me sentia com um baixo repertório de respostas em campo, o que frequentemente me trazia angústia. Ainda assim, Gisele demonstrava confiança em compartilhar as situações da vida cotidiana comigo e a sensação de que eu precisaria ter respostas para todas as questões trazidas por ela foi se diluindo ao longo do tempo. Ao ouvir suas histórias, compreendia que as linhas narrativas de Gisele formavam um emaranhado de questões ligadas a gênero, crime, políticas, cuidado e casa; sendo estas categorias que operam como uma espécie de *caixa de ferramentas* para quem busca, e aqui me insiro, compreender a produção do espaço urbano e a vida nas periferias.

Gisele sabia que eu estava estudando as remoções que ocorreram em Jundiapéba e que ao final do curso eu escreveria um livro<sup>44</sup>. Neste dia também entramos no assunto da minha rotina, especialmente sobre as minhas idas e vindas de São Carlos para Mogi das Cruzes: “o que você tanto faz lá em São Carlos?”. Conteí sobre a rotina de aulas, as reuniões que participava e sobre o livro que estava escrevendo. Só que, até então, minhas escritas estavam centradas nas reuniões e manifestações que participei após a reintegração. No entanto, em reuniões com Cibele, já havíamos considerado a possibilidade de reconstituir a trajetória de

---

<sup>43</sup> A leitura sobre casas dialoga com as pesquisas que a compreendem enquanto processo de configuração (MARCELIN, 1999; MOTTA, 2014; ARAUJO SILVA, 2017), extrapolando a construção física e o território local, mas considerando também as mobilidades sociais, econômicas, materiais, simbólicas que configuram a casa e o território.

<sup>44</sup> Ao longo das minhas interações com interlocutores de campo, senti que o “fazer pesquisa” não era comunicável, neste sentido, como sugerido por Cibele Rizek, tratei a tese como a escrita de um livro.

Gisele e de sua família. Fiquei animada dela ter me feito a pergunta que me trouxe a abertura para falar sobre a ideia de reconstituir a sua trajetória de vida:

Gisele, estive pensando muito sobre as nossas conversas e queria te fazer um convite. Queria que fosse uma das personagens do meu livro, porque a sua história diz muito sobre a vida de mulheres que estão na luta e que perderam suas casas em ações como a que aconteceu aqui em Jundiapéba (Fernanda).

Continuei falando sobre o compromisso de preservar a sua identidade e ela logo me interrompeu: "Claro, Fernanda! Tudo bem! Mas pode deixar meu nome também se quiser!"<sup>45</sup>. Fiquei muito entusiasmada com a receptividade, assim como com a possibilidade de ter Gisele como personagem da tese. A partir de então frequentava semanalmente a casa de Gisele, assim como a de Josefa. Na mesma época me aproximei de sua irmã Joana, que também teve a casa removida. Nessas incursões, também estabeleci contato e intimidade com os demais membros da família.

Certo dia, Josefa, Gisele e eu estávamos reunidas na *varandinha*. Enquanto conversávamos sobre as mudanças e progressos do bairro, perguntei o porquê de a família ter escolhido Jundiapéba, ao que Gisele prontamente respondeu: "meus pais nunca me contaram por que viemos para cá, acho que foi para tentar uma vida melhor, né?". Imediatamente Josefa interrompeu: "essa história é longa, venha cá tomar um café um dia só para eu te contar".

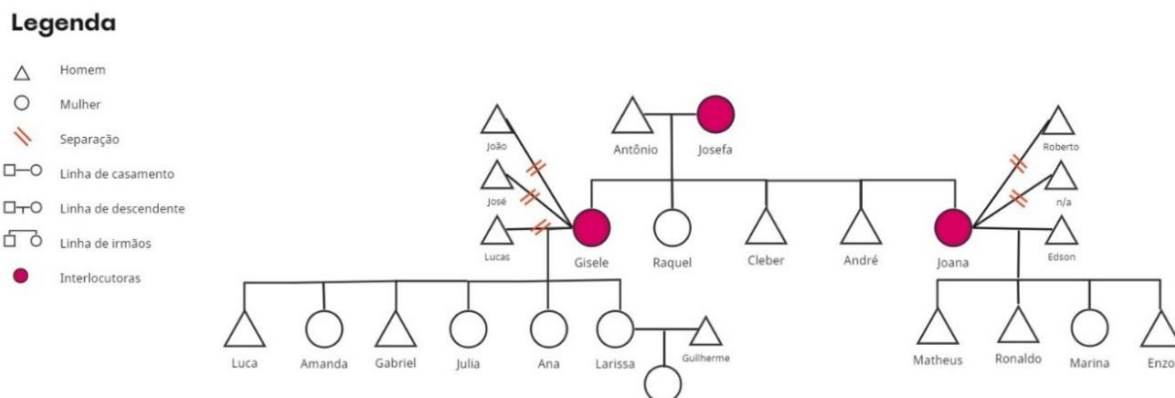
#### ***2.4 A casa como problema e os problemas da casa***

A trajetória da família Silveira é contada por Josefa, Gisele e Joana. Foi a partir das interações que tivemos na *varandinha* e em entrevistas semiestruturadas com cada uma delas, em particular, que pude acessar as memórias da família para reconstituir a história. Ao olhar para as trajetórias articulando tempo, espaço e eventos políticos, compreende-se que as trajetórias desses sujeitos estão completamente enlaçadas com a história das casas. Neste sentido, o conteúdo descrito busca articular, de um lado, os problemas cotidianos da casa, ou seja, os relacionamentos, vínculos e afetos, os desafios de fazer, manter a casa e o acesso ao mercado de trabalho, a relação com a vizinhança e com o território; de outro, a casa como um problema público, seja pela impossibilidade de construir em determinados locais, os desafios para garantir infraestrutura ou a relação com o mercado imobiliário informal.

---

<sup>45</sup> Mesmo com a sua autorização, optei por preservar a sua identidade alterando o nome de todos os familiares.

Figura 4 – Diagrama de parentesco da família Silveira



Fonte: Elaboração própria

A história da família Silveira inicia na cidade de São José de Mipibu - Rio Grande do Norte. Josefa, filha de uma canavieira negra e um negociante branco, casou-se com Antônio, um agricultor de família de negros e indígenas. Em suas lembranças sobre os pais, Josefa traz a imagem de uma mãe que trabalhava *que nem homem* no canavial<sup>46</sup>; já um pai com melhores condições financeiras: “Minha mãe trabalhava em uma fábrica que fazia açúcar, cachaça, coisas com a cana. Minha mãe cortava cana, limpava mato, minha mãe era igual um homem para trabalhar, meu pai levava uma vida melhor, era negociante”.

Josefa compreendia que as dificuldades da vida estavam relacionadas ao casamento com um *homem pobre*: “Na época do meu pai eu vivia de boa, mas depois que eu me casei, minha filha... só sofrimento!”. Após o casamento, Josefa e Antônio moraram de aluguel na cidade e trabalhavam na lavoura, especialmente nas plantações de cana-de-açúcar e no cuidado dos animais de grandes proprietários de fazenda. Josefa relembra com sofrimento desta época: “era uma vida muito difícil, porque lá o serviço é tudo brutal, né? Não é fácil. Quem enfrenta ganha alguma coisa, quem não tem coragem de enfrentar passa dificuldade”.

Era o ano de 1983 quando a mãe de Antônio faleceu, o que lhe agravou um quadro de depressão. Diante da condição de saúde, o agricultor já não conseguia trabalhar e a situação financeira da família “foi ficando cada vez mais difícil”. Sabendo das adversidades que estavam

<sup>46</sup> Sobre as condições de vida e trabalho no contexto rural vale referenciar a Profa. Dra. Maria Aparecida Moraes da Silva. Em seus trabalhos, em especial em *Errantes do Fim do Século* (1999), a pesquisadora articula dimensões de classe, gênero, raça-etnia, migração, memória e resistência ao analisar as trajetórias de trabalhadoras e trabalhadores rurais.

passando, as irmãs de Antônio, que já moravam em São Paulo, insistiram para que se mudassem para o sudeste. Com a promessa de que o casal teria um sítio para cuidar, ou seja, não morariam na *cidade grande*, a família decide ir embora do “Norte”<sup>47</sup>, para onde nunca mais puderam voltar, nem mesmo para visitar.

O casal tinha três filhos na época, Joana Gisele e Cleber, com respectivamente 5, 3 e 2 anos. Josefa conta que para migrarem para São Paulo organizaram a mudança *bem rapidinho*. Venderam alguns pertences e móveis e só avisaram o proprietário em cima da hora que estavam indo embora. Viajaram de ônibus durante dois dias, chegando na cidade de São Paulo pelo Terminal Rodoviário do Tietê. A família se dirigiu diretamente para a casa da irmã de Antônio e logo foram informados de que a promessa do sítio não era real. Na voz de Josefa: “fomos enganados pelas irmãs de Antônio. Se a gente soubesse que não tinha o sítio, a gente nem tinha vindo”.

Sem recursos para voltar para o Norte, permaneceram na casa da irmã de Antônio durante nove meses. Josefa considera esse período como o mais terrível da sua vida. Segundo ela, a casa da irmã era pequena e lá ficaram *no maior aperto*. Situações de conflitos familiares, especialmente por conta dos filhos, eram frequentes: “Tinha vez que eu passava a noite inteira acordada com meu filho no colo balançando, que era para ele não chorar, que era para não atingir o povo que ia acordar cedinho e se ele chorasse as pessoas acordavam e reclamavam”.

Finalmente, após oito meses, Josefa recebeu a visita do seu irmão, Ronaldo, que estava morando em Mogi das Cruzes, no bairro de Jundiapéba. Ela fez questão de compartilhar com o irmão a situação que estava vivendo e o desejo de ir embora, voltar para o Norte. O irmão, ao ouvir a história, sugeriu que se mudassem para Jundiapéba, na casa em que ele morava, uma vez que ele estava de mudança para outra casa. Além disso, a casa estava situada na mesma localidade que morava a outra irmã de Josefa, a Jamile, pela qual tinha muito afeto. Ronaldo deixou claro para Josefa que a casa de aluguel era bem pequena, no entanto, o valor era baixo e pelo menos a família *teria um cantinho*. Prometeu também que, caso não *desse certo* em Jundiapéba, ajudaria a irmã com dinheiro para que pudessem voltar para o Norte. Josefa não pensou duas vezes e logo aceitou a proposta<sup>48</sup>.

---

<sup>47</sup> O Rio Grande do Norte está localizado geograficamente na região nordeste, no entanto, em todas as falas eles se referem como Norte.

<sup>48</sup> Aqui fica evidente uma miríade de práticas familiares vinculadas à sobrevivência em oposição a assistência e proteção social advindas do Estado, onde as estratégias de acomodação e “viração” (RIZEK, 2006; TELLES, 2006) se fazem presentes.

Quando chegaram a Mogi das Cruzes se dirigiram para o distrito de Jundiapéba, especificamente para o bairro que também leva o mesmo nome. Desde aquela época já havia uma configuração geográfica específica no território, o que chamam de *centro de Jundiapéba*, onde havia maior concentração de serviços, comércios e equipamentos públicos, além de ser a área com maior grau de urbanização. A casa que queriam alugar estava situada nessa região central do bairro. Era uma casa de vila, formada por aproximadamente seis imóveis de alvenaria, sendo a casa da proprietária a da frente, com um corredor lateral que conectava as demais. Apesar de Ronaldo já morar na casa, havia uma situação delicada: a proprietária não alugava casas para famílias com crianças, “porque a casa era pequena demais e já tinha muita criança morando na vila”. Além disso, “quando tem criança o proprietário tem dó de mandar embora, caso a família não pague o aluguel”, comenta Josefa.

Mesmo assim, de forma estratégica, eles entraram na casa na tentativa de convencer a proprietária. Na voz de Josefa: “chegamos bem à noite, a proprietária morava na frente, mas ela não viu a gente chegar. Ficamos o dia inteiro trancados no quatinho, esperando minha irmã Jamile falar com a senhora proprietária”. Quando os irmãos foram negociar com a proprietária, esta ficou completamente compadecida ao ver a situação da família escondida dentro da casa e disse “já que estão lá, então podem ficar”.

O aceite da proprietária trouxe muito alívio para todos. Apesar da casa ser muito pequena, era *um cantinho* para a família estabelecer uma nova vida. Logo em seguida, Ronaldo indicou Antônio para trabalhar com *registro em carteira* em uma empresa de manutenção de carros, situada na cidade de São Paulo, no bairro de Vila Maria. Antônio se deslocava entre as cidades diariamente, sendo o trem da CPTM o principal meio de locomoção, com o embarque na Estação Jundiapéba. As ruas do entorno da casa eram repletas de barro e lama e, em dias de chuva, era impossível caminhar a pé sem sujar os sapatos. Por conta disso, Antônio, assim como tantos outros trabalhadores que residiam em Jundiapéba, colocava sacolinha de supermercado nos sapatos na hora de ir trabalhar.

Apesar das dificuldades, estavam felizes com a mudança, sobretudo com a localização: a casa ficava na rua de trás de onde Jamile morava, manifestado na resposta sobre a percepção de Josefa sobre Jundiapéba:

Aqui eu achei melhor porque aqui eu tinha minha irmã né? Lá em São Paulo eu tava no meio de estranhos, porque eu não tinha muita convivência com essa cunhada minha, porque ela morava aqui e eu morava no Norte. E aqui minha irmã que dava o apoio, eu

convivia mais com a minha irmã, por isso que eu gostava, porque tava perto da minha irmã (Josefa).

Quando fiz a pergunta sobre a sua percepção do bairro, pensei que fosse ressaltar aspectos positivos ou negativos no que tange à infraestrutura, aos serviços públicos, ou qualquer outro atributo relativo ao espaço físico. No entanto, a resposta de Josefa lança luz para a compreensão sobre a relação entre as casas (MARCELIN, 1999; MOTTA, 2014; ARAUJO SILVA, 2017). Alguns anos depois a irmã de Josefa, *seu alicerce*, mudou-se para o centro de Mogi das Cruzes. Josefa contou com muita tristeza e sentimento de solidão sobre esse período: “ela decidiu mudar para o centro de Mogi e eu fiquei sozinha aqui em Jundiapéba, então me senti a pior pessoa do mundo, porque eu me apoiava em tudo na minha irmã”. O principal vínculo que Josefa tinha com o território era sua irmã: “eu não tinha conhecimento, meu conhecimento era minha irmã”, e a mudança de bairro a desestabilizou completamente. Em sua concepção, ela mesma não *sabia de nada* e isso se manifestava no alto grau de dependência que Josefa tinha com Jamile.

Pagar o aluguel também passou a ser um grande problema, visto que o salário de Antônio era baixo. Josefa, que cuidava dos filhos e da casa, às vezes conseguia conciliar com serviços pontuais de faxina para complementar o dinheiro da casa. Apesar da boa relação que a família tinha com a proprietária, havia cobranças e insatisfações:

Tendo um teto para morar, as coisas se tornam mais fáceis. Difícil é você não ter um teto para morar. Porque aí você tem que pagar o aluguel, aquele dia certo você tem que pagar, quando não paga as pessoas cobram, é bem chato. Você tendo o lugar para morar, mesmo sem ter o que comer, você sabe que ali você vai dormir sossegado, sabe que ali não vai vir ninguém te cobrando (Josefa).

Após nove anos residindo na casinha de apenas um cômodo, decidiram que era a hora de *se livrar de vez* do aluguel e ter a casa própria. Na década de 1990, Jundiapéba era repleta de terrenos vazios, onde o processo de ocupação da terra se dava pela demarcação/limites do espaço e construção da casa como forma de garantir a “posse da terra”. Apesar de ser uma dinâmica em expansão, havia muitas incertezas sobre a possibilidade de permanência nos terrenos e receio de construir e investir o pouco dinheiro em um lote que poderiam perder. Josefa conta que os vizinhos indicaram um terreno onde achavam que não haveria problemas. Ainda assim, Josefa foi até a prefeitura de Mogi das Cruzes para tirar informações sobre o lote:

Tava todo mundo se apossando, a gente em crise da dona mandar a gente embora porque não tinha dinheiro para pagar o aluguel. Aí eu fui na prefeitura puxar lá para ver de quem era. Tanto que tinha um dono chamado Elias, uma coisa assim, aí o homem da prefeitura falou assim para mim **“olha senhora, já que a senhora está precisando, faça um barraco e vá morar com os seus filhos, no dia que esse homem aparecer**

**ou a senhora faz um acordo com ele, ou a senhora entrega, mas faça porque a senhora tá precisando”** (Josefa).

O relato de Josefa lança luz para a produção e gestão dos ilegalismos pelos elos da corrente da burocracia do Estado. Aqui vale retomar Das e Poole (2008) para pensar a constante redefinição dos modos de governar e legislar pelo Estado nas margens. Em diálogo com Agamben (2004), a redefinição das leis, sobretudo o que estaria dentro ou fora dos parâmetros legais e extralegais, operam em “zonas de indeterminação”, onde “a suspensão da norma não significa sua abolição e a zona de anomia por ela instaurada não é destituída de relação com a ordem jurídica” (AGAMBEN, 2004, p. 39).

É em situações como tal que compreendemos o “fazer Estado” nas margens, sobretudo as suas múltiplas “assinaturas” (DAS, 2020). Quando Veena Das apresenta o paradoxo da ilegibilidade nas assinaturas do Estado, argumenta que parte dos genealogistas se inspiraram nas formulações de Walter Benjamin sobre a fundamentação da lei e da violência, sobretudo ao descolamento do que as formas jurídicas deveriam representar. Embora reconheça a importância dessa abordagem, Das argumenta que, por vezes, esse tipo de análise “tendeu a apresentar a soberania como uma relíquia espectral de uma teologia política do passado” (DAS, 2020, posição 3586). Em lugar disso, sugere pensar as formas de regulação que oscilam entre o modo racional e mágico de ser, sobretudo ao invés de olhar para o estado de exceção apenas como “dentro ou fora da lei”. Nas palavras da autora:

Quando vemos o modo como a autoridade do Estado é tornada letra e ganha corpo nos contextos de violência dos bairros de baixa renda de Sultanpuri que descrevo, surge-nos um Estado que não se caracteriza nem como uma organização puramente racional-burocrática, nem simplesmente um fetiche, mas como uma forma de regulação que oscila entre um modo racional e um modo mágico de ser. Como entidade racional, o Estado está presente na estrutura de regras e regulamentos incorporados na lei, bem como nas instituições que a implementam (DAS, 2020, posição 3586).

Assim como argumenta Das (2020), é possível constatar a busca dos sujeitos pela lei, ou pelo menos pela autorização do Estado, muito embora reconheçam as incertezas que isto pode representar. É partindo dessa experiência que a autora argumenta a presença mágica do Estado na vida cotidiana das pessoas, o que não representará uma mera ação do Estado de “enganar as pessoas”. São quatro premissas que Das apresenta para a escolha do conceito de magia: 1. A magia é real em suas consequências; 2. A mobilização para a execução da magia não é transparente; 3. Está alinhada às forças de perigo em uma combinação de obscuridade e poder; 4. O comprometimento com a magia coloca o sujeito em condição de vulnerabilidade.



É interessante pensar as qualidades mágicas na obtenção da autorização para construir a casa, pois mesmo na ação em que se *desafia o Estado* ao construir em um local “ilegal”, esse mesmo Estado é acionado e, se valendo das palavras de Das: “é como se a comunidade tivesse sua própria existência a partir de uma leitura particular do Estado” (DAS, 2020, posição 3688). Em uma compreensão das margens enredadas às formas de governo (FOUCAULT, 2008), o desafio, portanto, reside em compreender a dupla existência do Estado, racional e mágica, existência sustentada pela sua ilegibilidade (DAS e POOLE, 2008; DAS, 2020).

#### ***2.4.1 O Fazer a casa***

As expressões *fazer a casa e perder a casa* surgiram durante as interações na pesquisa de campo e, por conta do contexto das remoções, geralmente mobilizadas como pares: “a gente *perdeu a casa* e tivemos que *fazer a casa* em outro lugar”. Em outros momentos, o *fazer a casa* surgiu como um ato de superação, de progresso e autonomia: “depois de muitos anos pagando aluguel, conseguimos *fazer a casa*”. Nesse sentido, a reflexão realizada parte dos achados empíricos em Jundiapéba, articulados com as contribuições teóricas e analíticas de pesquisadores que pensam as casas e a partir das casas para então compreender as periferias e favelas (MARCELIN, 1999; CAVALCANTI, 2007; MOTTA, 2014, ARAUJO SILVA, 2017; PINHO, 2019, e outros).

De início, essas são pesquisas vem apontando para a compreensão da casa para além de uma unidade fixa, isolada em si. Também não é apenas um bem ou propriedade privada a ser herdada de geração em geração. Para essa discussão, a pesquisa de Marcelin (1999) trouxe grandiosas contribuições ao pensar a casa enquanto prática, “uma construção estratégica na produção da domesticidade” (p. 36). A casa é vivenciada e interligada com outras casas que participam da sua construção (no sentido simbólico ou material), ou seja, “só existe no contexto de uma rede de unidades domésticas” (ibid.). Motta (2014), por sua vez, ao olhar para a economia cotidiana, apresenta as casas enquanto elementos centrais na vida social, onde diversas práticas - sejam elas de ordem material, econômica, de trabalho e familiares – estão articuladas concomitantemente no fluxo do cotidiano das pessoas: “Casas são espaços de cuidado, construções materiais, mercadorias, espaços de negócios, lugares imaginados, espaços de construção de familiaridades” (MOTTA, 2020, p. 778).

Partindo dessa compreensão, a ideia da “casa em configuração”, enquanto categoria analítica, está presente nas pesquisas de Marcelin (1999) e Motta (2014). No entanto, quando Motta (2014) apresenta a sua proposta analítica, evidencia, de um lado, a sua inspiração que parte das formulações presentes na pesquisa de Marcelin (1999), do outro, pontua também distinções em sua abordagem analítica. Para o Marcelin (1999) a proposta analítica de “casas em configuração” está relacionada a um “conjunto de posições que conectam redes de casas” (p. 37), ou ainda, “conjunto de casas estruturado por uma ideologia de família e parentesco” (p. 33). Já para Motta (2014), a relação entre as casas não está constituída necessariamente em unidades e, nem sempre, são expressões da “linguagem do parentesco” (p. 127). Em diálogo com a noção de “configuração” de Norbert Elias (1980), Motta (2014) define a categoria analítica “configuração das casas”: “as a perspective that affords a more intelligible account of the multiple and diverse relations between a house and other houses, each one of them relatively autonomous but dependent on others” (MOTTA, 2014, p. 128).

Avançando nessa discussão, podemos compreender que há uma articulação entre pessoas, casas e mundos, que estão constantemente se refazendo. Nesse sentido, as relações entre as casas não são fixas e estáticas. Araujo Silva (2017) sugere a análise da “re-configuração” das casas, ao compreender que a relação entre as casas está sujeita a mudanças e transformações. Em sua pesquisa, evidencia, pelo menos, quatro re-configurações: a) quando as casas são construídas ou *brotadas*; b) quando há alteração nos cuidados e no dinheiro da casa; c) quando fluxos de trocas entre casas são interrompidos; d) quando outras casas, de “fora da configuração” são anexadas (ARAUJO SILVA, 2017, p. 109).

Na presente pesquisa estamos olhando para o *fazer a casa*, que dialoga com a própria “gênese das casas” (MARCELIN, 1999). Nesse sentido, pensar a dimensão do tempo, do processo, desde a sua formulação e concepção nos imaginários, até a sua construção, torna-se fundamental. Assim, quando sujeitos estão fazendo suas casas, tornando-as concretas e materiais, também estão produzindo o espaço urbano, a experiência urbana, a possibilidade e efetivação do “se estar na cidade” (MOTTA, 2021). A casa, no que lhe concerne, realiza e materializa a própria domesticidade (ibid.)

Por fim, me parece que o *fazer e perder casas* está conectado com a própria *vida e morte das casas* (MOTTA, 2020), sobretudo com as temporalidades dos que habitam determinado espaço.

\*\*\*

Na história da família Silveira, após a autorização para a construção por parte do funcionário da Prefeitura, a família passou a dedicar-se ao *fazer a casa*. A casa dos Silveira foi construída aos finais de semana pelos integrantes da família *com as próprias mãos*<sup>49</sup>, com o auxílio de alguns amigos e parentes. Para as irmãs Joana e Gisele, o *fazer a casa* conjuntamente com a família é elemento vivo das suas lembranças de infância:

O meu pai trabalhava registrado em uma empresa e a minha mãe não trabalhava, ela cuidava de nós. Um dia um conhecido mostrou um terreno para o meu pai, onde eles moram até hoje. Aí ele fez das tripas corações para fazer um dos cômodos, né? A gente já estava vivendo de aluguel há muito tempo e passava muita necessidade, a gente era tudo pequeno. Aí meu pai começou a construir, **trabalhava durante semana e final de semana a gente vinha para cá para ajudar ele a construir a casinha dele. Dos filhos era mais eu que ajudei a construir, que era mais velha, né?** Aí às vezes vinha um amigo ou parente, que ficavam ajudando, mas quem fez mesmo a casa foi nós (Joana).

A gente ajudava meu pai a construir, foi a gente que levantou aquela casa. A Joana fazia a massa, eu carregava os tijolos, pegava a massa. Cleber ajudava também. Eu tinha uns 13 anos quando vim morar aqui, mas não tinha nada, era tudo mato (Gisele).

É possível afirmar que as falas das interlocutoras reforçam o sentido valorado da casa *construída com as próprias mãos*, em uma somatória de esforços compartilhados (físicos, emocionais e financeiros). Construir uma casa está relacionado ao progresso da família, que depois de muitos anos conseguiu superar o aluguel. Todavia, ter a casa própria também passou pelo cálculo de que talvez tivessem de *abrir mão* da infraestrutura já existente em certas localidades do bairro (água, luz e asfalto), como também de aspectos da infraestrutura da casa. Exemplificando, embora a casa da família Silveira tenha sido construída em alvenaria, de início não havia banheiro e para fazer a higiene de seus corpos *era no improvisado*. Já em relação à infraestrutura do entorno, Josefa conta que não havia energia elétrica, nem na rua, tampouco na casa, sendo frequente o uso de velas no período da noite. Se a localidade da casinha do centro apresentava uma série de dificuldades no que tange à infraestrutura, nesta de agora era muito pior. A máxima “era tudo mato” se fez presente nos relatos de Gisele e Josefa, quando caracterizavam o bairro:

---

<sup>49</sup> Podemos também fazer uma leitura da produção de moradias no processo de urbanização desigual a partir do procedimento de autoconstrução (OLIVEIRA, 1972) e “espoliação urbana” (KOWARICK, 1979). Neste sentido, a exclusão da moradia dos salários da classe trabalhadora representaria um rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho pela habitação no processo de expansão capitalista, colocando na conta dos trabalhadores o gasto da produção de moradia e, conseqüentemente, deprimindo os salários reais pagos pelas empresas. Para Ermínia Maricato, a autoconstrução operou enquanto “alternativa de moradia popular implementada pela dinâmica própria de produção da cidade e não pelas propostas de regulação urbanística ou de política habitacional” (MARICATO, 2000, p. 151).

Aqui **era tudo mato**, tinha uma estrada bem pequenininha, não tinha rua asfaltada... As casas frequentemente alagavam e as ruas também, então as crianças iam para a escola com sacolinha de supermercado nos pés, todo mundo que foi criado em Jundiapéba sabe o que é isso. Não tinha energia elétrica, era uma escuridão. (Gisele)

Com o passar dos anos a família acompanhou o desenvolvimento do bairro e participou ativamente das reivindicações pelas melhorias na infraestrutura no entorno, especialmente para o fornecimento de água, esgoto, luz elétrica e asfaltamento. Assim como nas experiências de pesquisa de Camila Pierobon, as mulheres em Jundiapéba também assumem um protagonismo na manutenção da vida social, sobretudo na garantia dos ritmos e a rotina da vida diária (PIEROBON, 2021). Sem dúvidas, o acesso às infraestruturas permite que a gestão dos tempos para que a realização desses trabalhos seja de outra ordem, conforme explicitado por Pierobon em relação ao problema do acesso à água enquanto construção social: “A instabilidade do fornecimento de água produz uma quebra constante de rotina que as atinge visceralmente. Tempo é um agente que importa para compreendermos como o problema do acesso à água é construído socialmente.” (PIEROBON, 2021, p. 5). Ainda na discussão sobre as infraestruturas, Pierobon (2021), em diálogo com Das (2007) evidencia as reivindicações e luta da população ao bem público e ao direito à “cidade legalizada”:

Nesse sentido, a luta pelas infraestruturas é, muitas vezes, a forma concreta com que as populações pobres reivindicam um bem como público e como um direito. Os moradores buscaram a lei e desenvolveram habilidades para lidar com as burocracias estatais e privadas, embora soubessem que seu uso é incerto e cheio de perigos (Das 2007). (PIEROBON, 2021, p. 9)

Observa-se que a regularização das infraestruturas caminha em paralelo à formalização jurídica das moradias, em ritmos bastante diferentes. No caso da casa de Josefa, embora o fornecimento de água, luz e esgoto esteja regularizado, sendo as contas pagas mensalmente com parte do *dinheiro da casa*, a moradia não passou por processos de formalização da posse até hoje.

Na busca pela inserção à vida pública, o acesso à infraestrutura na casa também assume um importante papel. Primeiro, porque é visto como o primeiro passo para a regularização da moradia, o que significaria uma maior estabilidade e garantia da segurança jurídica da posse. Segundo, porque as contas de água e luz são comprovantes de endereço, documento que é frequentemente solicitado para acessar outros direitos e bens de consumo: abrir contas em bancos, ter cadastros em lojas, ter linha telefônica, entre outros. Ou seja, ter um comprovante de residência com o próprio nome e com o endereço da casa é poder fazer parte das burocracias estatais e privadas e assim ter um maior acesso aos direitos.

Acompanhando a trajetória da família Silveira, é possível lançar luz para as formas de “ganhar a vida” e “manter a casa” (MOTTA, 2014; ARAUJO, 2017), especialmente para pensar a vida social das casas e os problemas domésticos, evidenciando a indissociabilidade dos pares-conceitos: “manter a casa só é possível se houver meios para se ganhar a vida” (ARAUJO SILVA, 2017, p. 118). Ainda, ter dinheiro para “manter a casa” assume um papel central, “pois é ele que garante uma ‘espiral de cuidados’” (ibid.). Na casa da família Silveira, o salário de Antônio era quase todo convertido em *dinheiro da casa*, especialmente no período em que ainda pagavam o aluguel. Quando decidiram construir a casa, a situação ficou *ainda mais apertada*, pois precisavam *pagar em dia* o aluguel, além dos gastos com materiais para a construção da casa nova.

Após alguns anos trabalhando na mesma empresa, Antônio sofreu um acidente de trabalho, teve o olho direito perfurado com um equipamento de ferro. Diante do ocorrido, foi levado para o hospital com urgência, onde realizou uma cirurgia para a extração do olho e colocação de uma lente de vidro, porém perdeu completamente a visão deste olho. Antônio foi afastado da empresa, mas não recebeu indenização pelo acidente de trabalho, tampouco foi aposentado. De acordo com Josefa:

Depois do acidente ficou assim, ele ficou um tempo afastado no INPS, mas depois foi mandado embora. A gente colocou na justiça, mas deu como falência a empresa, aí ele não conseguiu a indenização e nem aposentar. Ele recebe um auxílio, que não dá nem metade de um salário-mínimo, hoje uns R\$ 295,00 (Josefa).

Desde então, Antônio nunca mais conseguiu trabalhar com *registro em carteira*, e a trajetória profissional dele passa a ser marcada por trabalhos precários, intermitentes e informais. Realizava *bicos* e serviços temporários, mas por conta da saúde completamente comprometida, nem sempre conseguia finalizar os serviços contratados. A família se vê em uma situação crítica: como manter a casa?

A impossibilidade de arcar com os custos e com as necessidades mais básicas da família, trouxe muito sofrimento para todos: “Soltei muitas lágrimas ao ver os meus filhos passando fome e não tinha de onde tirar”. Até então, Josefa que era a responsável pelo trabalho doméstico e de cuidado (não remunerado). Diante da situação, teve que buscar as formas para *trazer o dinheiro para casa* e foi trabalhar em serviços de limpeza, arranjado por um vizinho. Na perspectiva de Josefa: “quando a gente chega do Norte, a gente não sabe de nada”, atribuindo a si própria, e à sua *falta de conhecimento*, a responsabilidade de ter sido mal remunerada e explorada nas formas de trabalho. Depois de alguns meses, a situação melhorou um pouco,

quando ficou *mais esperta* e conseguiu trabalhar em uma empresa terceirizada de limpeza, responsável por eventos em grandes espaços, como Expo Center Norte. Eram longas as jornadas de trabalho, fora o tempo de deslocamento de Mogi para São Paulo (aproximadamente 2 horas em um trem lotado). Por ser um trabalho que exigia do seu corpo, Josefa relata que ficava constantemente *exausta*. A rotina do trabalho doméstico, que até então estava centralizada em sua figura, passou a ser realizada por Joana, a filha mais velha, como veremos a seguir.

No início dos anos 2000, conseguiram juntar dinheiro e compraram outro terreno, situado nas *faixas de servidão* da CTEEP. O lote foi vendido por um vizinho que estava de mudança da cidade. Nesse terreno, Antônio plantava diversas árvores e alimentos e criava galinhas caipiras para venda no próprio bairro. É assim, até hoje, que Antônio consegue adquirir dinheiro, além do pequeno valor de auxílio que recebe pelo acidente que sofreu. Josefa, por sua vez, permanece com os serviços de limpeza nos eventos, assumindo o protagonismo enquanto responsável financeira e garantindo o *dinheiro da casa*.

Como foi evidenciado por Rizek (2006), as condições de moradia e modos de figuração do trabalho nas periferias na Região Metropolitana de São Paulo passaram por importantes mutações, onde se articulam novos arranjos, redes, práticas e representações, “inserindo-se em uma zona cinzenta de ‘informalidades’, ilegalidades e suas negociações com as múltiplas faces da ‘viração’” (RIZEK, 2006, p. 50). Nesse sentido, a centralidade do trabalho formal, a precarização ou desemprego, são categorias insuficientes para compreender as formas atuais de sociabilidade nas periferias:

Trata-se ao que parece de outras práticas, que conferem legitimidade a outros modos de uso do trabalho e que acaba por estender algumas das lógicas do menos pior ou do “é melhor que nada” a todo um novo conjunto de auxílios, bolsas, clientelas, filantropias ou responsabilidade social das empresas, programas de todos os tipos que com graus variáveis de sucesso acabam por redefinir velhas formas em uma nova tessitura, com um novo componente bastante transversal: as novas combinações e negociações entre ilegalidades e violências e legalidades que redesenham as formas de vida social da população pobre nas periferias das cidades (RIZEK, 2006, p. 56).

Por fim, foi em Jundiapéba que os filhos e netos de Antônio e Josefa foram criados, escolarizados, realizavam consultas no posto de saúde e eram acompanhados pelos serviços de assistência social. Se, de um lado, o signo “progresso” das condições de vida parece estar em sincronia com o “tempo social da urbanização” (TELLES, 2006), onde há uma compreensão por parte da família de que a geração seguinte conseguiu *ter uma vida melhor* do que a que Josefa e Antônio tiveram no Norte e no início da vida em Jundiapéba. Do outro, a reconfiguração das formas de trabalho de Josefa e Antônio parece se desenhar e ganhar forma

no giro apresentado por Rizek (2006), onde as experiências vividas e partilhadas por essa geração já operam na gramática da implausibilidade para seus filhos e netos. Nessa constelação, outros desafios se fazem presentes, como por exemplo: as ameaças de remoções, as outras formas de trabalho, as políticas sociais e o mundo do crime, como veremos nas histórias de Joana e Gisele.

#### ***2.4.2 Entre brincadeiras e responsabilidades: a infância de Joana e Gisele***

Joana e Gisele são as filhas mais velhas de Antônio e Josefa, com respectivamente 42 e 41 anos, idades relativas ao ano em que escrevo essa tese (2022). Desde que chegaram de São José de Mapibu para Jundiapéba, as irmãs vivem no mesmo bairro, em diversas casas situadas no próprio território. É em Jundiapéba que estabeleceram os vínculos afetivos e as relações sociais: “eu só não nasci aqui, mas fui criada aqui, então todo mundo me conhece. Se perguntar todo mundo me conhece, tenho muitas amizades aqui” (Gisele).

No que tange à infância e juventude, Joana e Gisele frequentavam as escolas do bairro e, nos horários livres, brincavam na própria rua de casa. Para as duas, era uma “infância feliz”, apesar das dificuldades financeiras. Ainda, na perspectiva de Joana, Josefa era uma mãe protetora e não gostava que os filhos saíssem, o que representou o maior tempo da sua infância e juventude dentro de casa ou, no máximo, na rua em frente à casa:

A minha mãe não deixava a gente sair. Era da escola para casa ou para a casa de parentes. No final de semana, de domingo, ela (Josefa) ia visitar as minhas tias, nós íamos. Mas sair mesmo, de festa, essas coisas de festa de escola, a gente não ia, era só em casa mesmo. Se tinha alguma brincadeira, era na rua, fazer fogueira, jogar bola, **mas era tudo debaixo dos olhos dela** (Joana).

Mesmo com as restrições colocadas por Josefa para todos os filhos, Gisele conta que “às vezes eu saía escondida. Minha mãe falava que ia me bater e eu respondia ‘tudo bem, a senhora pode me bater depois que eu voltar’”, seguido de uma singela risada. Era uma adolescente com muitas amizades e que *fazia sucesso*:

Eu sempre tive muita amizade. Tinha aquelas pessoas que não gostavam de mim, mas eu sempre tive muita amizade. Inclusive até hoje eu ainda tenho amigas da época da escola. Tem uma que sempre vem aqui. Tinha um que era meu amigo da escola que eu lembro. Até a minha amiga me falou que se eu encontrar esse amigo eu nem reconheço mais. Porque a gente muda, né? Aí eu falei que se ele me visse também não me reconheceria. Porque eu tinha o cabelão, eu era bem magra, tinha o cabelo claro. *Fazia sucesso!* (Gisele)

Joana, por sua vez, era uma criança bastante tímida, sentia vergonha em estabelecer vínculos com os colegas da escola, que atribui também à dificuldade financeira da família, “porque a gente não tinha roupa para sair, para você ter ideia se um ia para a escola, tinha que esperar o outro chegar para vestir o mesmo sapato. A gente era aquela família que passava muita necessidade”.

Com o acidente de Antônio e a necessidade de Josefa sair para trabalhar fora, Joana assumiu ainda mais as responsabilidades, especialmente no cuidado dos irmãos mais novos. Embora haja uma pequena diferença de idade entre as duas irmãs, Joana é frequentemente denominada pelos parentes como “a filha mais velha”. O atributo vem carregado de responsabilidades, uma vez que, por ser a “mais velha”, foi encarregada desde cedo a auxiliar a mãe nas tarefas domésticas e de cuidado, como limpar a casa, arrumar as camas, lavar a louça e cuidar dos irmãos mais novos. Diariamente acompanhava sua mãe no trajeto de ida e volta da escola para levar os irmãos e no final do dia “tinha que estar todos juntos de novo”. No caso de Gisele, as tarefas domésticas eram demandadas em menor intensidade: “Eu ficava mais com a louça. A Joana que fazia tudo com a minha mãe, era a mais velha né? Sobrava tudo para ela. Cuidar dos irmãos, da gente tudo”.

Passado, presente e futuro aparecem interconectados nos relatos de Gisele, como uma espécie de encadeamento lógico dos fatos ocorridos e as consequências destes acontecimentos. Ao buscar em sua memória aspectos relativos ao brincar em sua infância, Gisele faz esse exercício reflexivo, apresentando os motivos na busca de justificar o que se tornou na sua vida adulta:

Eu gostava de brincadeira de bola, de rua. Eu era um *machão*. Eu não era menina de brincar de boneca. Acho que até por isso eu não sou muito amorosa com meus filhos, minha infância não foi de brincar com boneca. Sabe, tem criança como a Amanda (filha), eu vejo que ela é muito carinhosa, ela tem aquele instinto de mãe, ela cuida. Eu cuido também dos meus filhos, mas eu não tenho aquele *paperico* que tem mãe que tem, sabe? Ficar arrumando cabelo, fazer *xuxinha*, ficar *papericando* a criança. Eu faço o básico. Tipo assim, eu cuido, dou banho, põe para ir para a escola, lavar roupa, cuido deles, dou comida, tudo. Mas não sou aquela mãe de ficar beijando, sou igual à minha mãe, ela também era seca. Minha mãe não era de abraçar, de beijar (Gisele).

Dentro de uma estrutura social que opera sob a divisão sexual das brincadeiras de meninos e meninas, Gisele se autodenomina como *um machão*. Em contraponto, traz como exemplo a filha, uma criança que responde “corretamente” a esta estrutura, por ser afetuosa e gostar de bonecas. Já ela faz apenas *o básico* pelos filhos, elencando todas as tarefas de cuidado, no entanto, sem *papericos*, beijos e abraços. Compara-se com a sua mãe, que também tratava



os filhos do mesmo modo. Essas são dimensões que evidenciam a construção de gênero que atrela feminilidade a um padrão de maternidade que se reflete no modo como ela se relaciona com seus filhos, especialmente na demonstração de afetos e carinho.

#### **2.4.3 A saída da casa dos pais**

Quando completou dezesseis anos, Joana começou a namorar Roberto, que também residia no bairro. Logo decidiram morar juntos em uma parte do terreno dos pais de Joana: “Meu pai cedeu um pedaço do terreno para o meu marido. Na época, ele (o marido) construiu um cômodo e eu fiquei morando lá”. De início, Joana deixa claro que o acordo foi firmado entre o pai e o marido, ou seja, o estabelecimento de um “contrato” entre homens.

Logo no ano seguinte tiveram o primeiro filho, Matheus, e depois de três anos, Marina. Joana não considera que tenha sido uma época boa em sua vida e ressalta que os conflitos com Roberto eram constantes, “a vida não era muito legal, eu passei por um sofrimento com ele... hoje em dia chamam de abuso, ou abusivo, né?”. Roberto não deixava Joana sair de casa e não permitia que ela acessasse o dinheiro da casa, “só ele podia comprar e eu tinha que esperar em casa ele trazer as coisas”.

Gisele relata que o início da sua própria história, o *andar com as próprias pernas*, se deu ao mudar-se da casa dos pais, aos 21 anos, para morar na casa do namorado Lucas. A casa estava situada na rua de trás da de seus pais, em uma construção de alvenaria de um tamanho que Gisele considerava *bom o suficiente* para o casal. Diferentemente da vida que levava na casa dos seus pais, onde havia as restrições impostas por Josefa, além da presença dos irmãos e agregados, no seu novo lar Gisele tinha mais liberdade e privacidade.

Lucas trabalhava com vendas em uma empresa de carros e Gisele fazia alguns trabalhos pontuais como manicure e produção de salgados. Ela considera que neste período viveu uma *vida boa*, com frequentes saídas e festas. No entanto, isto mudou com a chegada da primeira filha, a Julia: “Quando eu tinha 24 anos eu tive a Julia. Aí minha vida virou um inferno. Porque ele queria sair, a gente estava acostumado a sair bastante antes. Mas eu não dava mais para sair com bebezinho, sair com o bebê no colo e ele não entendia” (Gisele).

Depois de um ano do nascimento de Julia, quando Gisele estava grávida da segunda filha (Larissa) descobriu estar sendo traída pelo marido. Muito revoltada com a situação, conta que estava disposta a se separar de Lucas, no entanto “ele não deixou” e ela acabou ficando por mais um tempo na casa. Diante das constantes situações de violência, eles acabam se separando, Lucas muda-se para São Paulo e ela permanece com as duas filhas na casa.

Após o nascimento de Larissa, Gisele passou alguns dias na casa de Josefa, para receber cuidados da mãe no pós-parto e auxiliá-la com a bebê. Neste mesmo período, Lucas decidiu retornar de São Paulo para Jundiapéba e após conversarem, decidiram *dar mais uma chance* para o relacionamento, “mas aquilo, sempre brigando, depois que tem a traição perde a confiança”. Poucos meses após o retorno, Gisele descobriu estar grávida da terceira filha (Ana), “quando eu engravidei da Ana, a gente não parava de brigar e decidimos nos separar de vez”.

\*\*\*

As trajetórias das irmãs evidenciam o fato de saírem da casa dos pais *para se casar*. O casamento assume um lugar de “liberdade” e “autonomia”, assim como pode representar a combinação dos papéis sociais de esposa, dona de casa e mãe, conforme evidenciado por Sarti (2003). A permanência no território é um aspecto que se evidencia. Nesse sentido, os nós familiares e territoriais não são desatados, mesmo no contexto de “sair de casa”:

Ainda que em nível ideal o projeto de casar venha junto com o de ter uma casa, como núcleo independente, os vínculos com a rede familiar mais ampla não se desfazem com o casamento, pelas obrigações que continuam existindo em relação aos familiares, sobretudo diante da instabilidade das uniões conjugais entre os pobres. Nos casos das frequentes uniões instáveis, que se devem às dificuldades de atualizar o padrão conjugal, ressalta-se a importância da diferenciação entre a casa e a família para se entender a dinâmica das relações familiares (Fonseca, 1987; Woortmann, 1982 e 1987). (SARTI, 2003, p. 28).

Nos relatos foi possível constatar que a leitura de Gisele e Joana sobre os relacionamentos que viveram estão permeados de traição, conflitos, violências e privações. As rupturas conjugais (que veremos na subseção a seguir) são vistas como potência, ou seja, a força que tiveram para romper com essas relações ou ainda, com a “espiral da violência”. Dialogando sobre as formas de opressão e violência e o desenvolvimento de estratégias de resistência, Bell Hooks, em crítica ao feminismo branco *mainstream*, reforça que mulheres negras adquirem consciência sobre a política patriarcal a partir de suas próprias experiências de vida:

Frequentemente, as feministas brancas agem como se as mulheres negras não soubessem que a opressão machista existia até elas expressarem a visão feminista. Elas acreditam estar proporcionando às mulheres negras "a" análise e "o" programa de

libertação. Não entendem, não conseguem sequer imaginar, que as negras, assim como outros grupos de mulheres que vivem diariamente em situações de opressão, muitas vezes adquirem uma consciência sobre a política patriarcal a partir de sua experiência de vida, da mesma forma com que desenvolvem estratégias de resistência, mesmo que não consigam resistir de forma sustentada e organizada (HOOKS, 2015 p. 203)

#### **2.4.4 Mulheres no circuito do trabalho e cuidado**

A interdependência entre as categorias sociais referentes aos marcadores de diferença de classe, gênero e raciais, vem sendo tema de diversas pesquisas no campo dos estudos feministas. O desenvolvimento dos trabalhos aponta para a necessidade de olhar essas categorias como unidade indissociável. De acordo com Helena Hirata (2014)<sup>50</sup>, a indissociabilidade está no plano teórico/análítico, assim como nas práticas e experiências cotidianas que moldam a vida das mulheres, negras, trabalhadoras e mães, sugerindo que as relações conformam um nó que não desata.

A compreensão de interseccionalidade para designar a interdependência entre raça, gênero e classe foi mobilizada pela primeira vez por Kimberlé W. Crenshaw (1989) jurista afro-americana, na pesquisa denominada *Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color*. Crenshaw desenvolve o conceito de “interseccionalidade estrutural”, enquanto “a maneira como o posicionamento das mulheres negras, na intersecção de raça e gênero, torna sua experiência concreta da violência conjugal, da violência sexual e das medidas para remediá-las qualitativamente diferente da experiência concreta das mulheres brancas” (CRENSHAW, 1994 *apud* KERGOAT, 2010 p. 97,98).

Em contexto brasileiro, vale destacar que Lélia Gonzales, antes mesmo da definição de interseccionalidade de Crenshaw, já abordava em seus estudos a articulação entre o sexismo e o racismo e os efeitos violentos sobre as mulheres negras:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele que habitualmente vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar à

---

<sup>50</sup> No artigo Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais, Hirata apresenta as principais controvérsias nos debates das relações entre trabalho e gênero em torno das categorias interseccionalidade e da consubstancialidade. Desenvolve ao longo do texto as conceituações que integram, numa unidade indissociável, sexo, raça e classe, tomando um ponto de vista "situado".

questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (GONZALES, 1984, p. 224).

Vale mencionar que, entre as mulheres negras, a desvalorização do trabalho com cuidados domésticos não vem antes da exploração do trabalho, ou seja, desvalorizado a partir de argumentos raciais, não de gênero. Não por acaso, todos os trabalhos um dia já realizados por pessoas escravizadas são mal pagos e isso inclui o trabalho doméstico. Em outras palavras, o cuidado doméstico sendo expropriado do ambiente familiar acompanhou os demais trabalhos aos quais foram submetidas mulheres negras escravizadas (DAVIS, 2016). Ainda, conforme destacado por Gutiérrez Rodríguez (2011), a atribuição de baixos salários ao trabalho doméstico não é por acaso, mas está relacionado a um processo social de produção de sentido, sendo resultado da “luta hegemônica” (RODRIGUEZ, 2011, p.1).

Quando olhamos para os trabalhos remunerados de cuidado com outrem, o *care*, verificamos uma articulação com a divisão sexual e racial do trabalho. Para Joan Tronto (2009) o trabalho da cuidadora está frequentemente representado não só como um trabalho da mulher, mas também da mulher pobre (aqui incluo as mulheres negras) - e sendo este um trabalho subvalorizado monetariamente e quem recebe os cuidados são os que têm poder e meios para acessarem.

Nessa discussão, a desvalorização do trabalho doméstico e do cuidado, incluindo a não remuneração pela sua execução, é uma importante dimensão para compreender o modo como as mulheres negras, que vivem nas periferias, se inserem, ou não, no mercado de trabalho, mas também como se organizam no cotidiano. De acordo com Sorj et. al. (2007) as mulheres pobres contam essencialmente com os serviços públicos (em especial as escolas e creches) a fim de conciliar o trabalho doméstico e atividades profissionais. Todavia, ao acompanhar as rotinas dessas mulheres, fica evidente que esses serviços não *dão conta* de atender às suas necessidades, ou mesmo as necessidades impostas pelo trabalho. Assim, essas mulheres buscam estratégias para conciliar todas as demandas, como, por exemplo, contar com a rede de apoio de familiares e vizinhas, das filhas mais velhas que cuidam dos irmãos mais novos, levar as crianças para o serviço. Na impossibilidade de conciliação, vão em busca de trabalhos com menores jornadas de trabalho (em geral em condições informais, precárias e de baixa remuneração).

\*\*\*

Após quatro anos, Joana conseguiu se separar de Roberto e é ela quem permanece na casa, “só aí foi que eu virei a dona da casa mesmo”. Ou seja, é quando Joana se separa de

Roberto que passa a se sentir “dona” da sua própria casa, fato este que vem carregado de significados simbólicos, mas também materiais: ser a dona da casa significa garantir o sustento dos filhos, sobretudo para trazer o dinheiro para a casa.

Joana logo conseguiu um emprego em uma lanchonete localizada em frente ao Hospital das Clínicas Luzia de Pinho Melo, no centro de Mogi das Cruzes. Como o trabalho era realizado no horário noturno, “a minha mãe tomava de conta dos meus filhos”. Após três anos trabalhando na lanchonete em Mogi, Josefa indicou Joana para a empresa terceirizada de limpeza que trabalhava e a filha foi contratada para trabalhar na lanchonete do Museu da Imigração, na cidade de São Paulo.

No dia a dia, Joana passou a acompanhar a dinâmica e rotina do museu, um lugar que nunca havia frequentado, despertando nela o interesse em atuar como monitora. Fez amizade com os monitores que a indicaram para os diretores do museu para uma vaga e, depois de passar por um processo seletivo, foi contratada por outra empresa terceirizada, responsável pelo contrato da monitoria do museu. Esta empresa terceirizada também atuava na Pinacoteca do Estado e Museu da Língua Portuguesa, onde Joana eventualmente também trabalhou.

Trabalhar como monitora foi algo que trouxe muito orgulho para Joana, que compreende este momento como um *progresso* em sua vida, sobretudo pela possibilidade de fazer cursos e ampliar os seus conhecimentos. Além disso, não se tratava de um trabalho de “cuidado” ou “doméstico”. Joana reforça que estava caminhando em direção a um *futuro melhor*, mesmo que financeiramente o trabalho de monitora representasse pouca diferença em relação à lanchonete.

Durante o período de trabalho como monitora, Joana conheceu o pai do seu filho Ronaldo<sup>51</sup>, que trabalhava na limpeza do museu. Depois de alguns meses de namoro, ela engravidou e então o rapaz foi morar em sua casa. Continuou trabalhando até o nascimento do filho e depois fez um acordo com a empresa e saiu do museu, “porque era muito longe e o Ronaldo era pequeno”. Ainda assim, ela precisava manter a casa e garantir o sustento dos filhos, decidindo então voltar para a lanchonete que trabalhava em Mogi. Após três anos, Joana se separou do pai de Ronaldo.

Anos após a separação, Joana conheceu Edson, seu atual marido, com quem teve um filho, Enzo. Edson trabalhava na área da construção civil, especificamente na produção de

---

<sup>51</sup> No seu relato é desta maneira que ela o denomina, então optei por não o nomeá-lo.

muros de placa de cimento e pré-moldados. Joana já não conseguia mais trabalhar devido a um problema de saúde na sua perna direita. Passou então a estar centrada no cuidado dos filhos e era Edson quem trazia o dinheiro da casa.

Gisele, recém-separada, grávida de oito meses, recebeu a notícia de que a mãe de Lucas venderia a casa e então ficou sem ter onde morar. Gisele foi *morar de favor* na casa de seu irmão, mas, logo após o nascimento da filha, *não aguentava mais morar lá*. Decidiu construir um *barraco de madeira*<sup>52</sup> no terreno dos seus pais até conseguir se organizar e sair de lá. Só que esse período durou mais tempo do que o esperado por Gisele, que permaneceu alguns anos neste *barraco, aguentando muita coisa*, como ela diz.

Gisele tinha três filhas pequenas e, para “ganhar a vida” e “manter a casa” trabalhava com limpeza em empresas terceirizadas, assim como sua mãe, mas não chegou a trabalhar fixo por muito tempo, especialmente pela dificuldade de ter com quem deixar os filhos. Então ela buscava estratégias de *ganhar dinheiro* no próprio bairro, “Fazia unha, vendia salgado, vendia lingerie. Ganhava bebê hoje, amanhã já estava fazendo unha”. Como forma de complementar a renda, Gisele também vendia produtos para as vizinhas, como *lingeries*, roupas e cosméticos.

Na época recebia um valor de pensão de Lucas, por volta de R\$ 300,00. Com esse dinheiro conseguia comprar *apenas o básico para as meninas*. Usava também parte do dinheiro para comprar os materiais para fazer unha: esmalte, algodão, alicates. Conta que era frequente *tomar calote* das clientes: “O pessoal pedia para fazer e pagar depois, aí tudo bem. Mas no dia de pagar, o pessoal não pagava. Aí eu gastava todo material, todo o dinheiro que ele mandava”.

Na formação de uma rede de solidariedade, as mulheres assumem o cuidado dos filhos, das casas, garantem a alimentação, levam as crianças para a escola, buscam o leite, entre tantos outros trabalhos, para que outras mulheres possam *trabalhar fora*. Considerando que, são as mulheres negras as que estão inseridas nos postos de trabalho mais precarizados, incluindo a categoria de empregadas domésticas, em que são responsáveis pelo cuidado de outras casas, crianças e idosos, é estabelecido um “circuito do cuidado” ou “circuito do trabalho reprodutivo”, estrutural e continuamente formado por mulheres.

---

<sup>52</sup> Em geral, o termo barraco está relacionado à construção de madeira. Nas falas de Gisele, quando trata de construções de alvenaria, ela denomina como “casa”. Na tese, quando tratamos do *fazer e perder casas* incluímos todas as formas de construção.

Josefa aparece como um alicerce de Joana e Gisele. É ela quem assume o cuidado dos netos para que as filhas possam trabalhar, assim como é ela quem continua cuidando das filhas quando estão grávidas, bem como dos netos. No fazer e desfazer dos arranjos conjugais verificamos “a casa da mãe” é o lugar *para onde voltar*, mesmo que provisoriamente. Ao mesmo tempo, Josefa continua sendo a provedora da sua casa, *trabalhando fora* nos serviços de faxina. As filhas, na ausência da mãe, tecem redes mais amplas entre mulheres, formada pelas irmãs, cunhadas, tias e vizinhas.

As três relatam que em diversas vezes acionaram suas vizinhas quando precisavam de alguém para *olhar as crianças*, assim como também foram acionadas. Na maior parte das vezes são situações em que precisam de alguém para *olhar as crianças* enquanto vão resolver questões dentro do próprio bairro, como ir ao mercado, ao posto de saúde, às reuniões nos equipamentos da assistência e escolas, buscar o leite, entre outras tantas atividades. Todavia, as vizinhas podem também assumir o lugar do cuidado diário das crianças quando outra mulher precisa *trabalhar fora*.

Há ainda casos em que esse cuidado é atravessado por situações de violência, como o que fora relatado por Gisele. Indicada por uma amiga, conta que começou a trabalhar no Serviço Social do Comércio (SESC) Belenzinho, no setor da limpeza, com carteira assinada. Gisele saía de casa de madrugada e se deslocava de trem da CPTM até a estação Belém, que fica próxima ao SESC Belenzinho. Apesar da distância, era um trabalho que gostava muito, fazendo questão de descrever a sua rotina, vestimentas e atividades:

Eu trabalhei no Sesc Belenzinho, gostava demais de trabalhar lá. Era assim: tinha o pessoal que trabalhava na limpeza, outros na salubridade. Recebia R\$ 100,00 a mais e trabalhava de uniforme branco. Os outros que era só na limpeza trabalhava de uniforme azul. Eu trabalhava na cozinha na salubridade, então eu tirava os pratos do refeitório, varria, limpava as mesas, ficava com uma flanelinha e um borrifador de álcool (Gisele).

Após dois meses de trabalho, o filho mais novo, Luca, ficou doente. Soube por meio de uma amiga, que a vizinha caminhava com Luca pelas ruas do bairro por muitas horas no dia, mesmo com chuva e frio. Gisele, inconformada com a situação, foi questionar a vizinha, que compartilhou o motivo:

A menina sofria assédio dentro da casa dela, por parte do marido da irmã. A irmã saía para trabalhar junto comigo e o marido assediava a menina. Ela contava para a irmã, mas a irmã não acreditava. Aí o que ela fazia? Ficava na rua o dia inteiro com o Luca, para não ficar na casa. Nisso ele ficou muito doente e eu tive que sair do serviço. Só fiquei 2 meses lá e tive que largar (Gisele).

Essa história lança luz aos desafios que as mulheres encontram no atravessamento do cuidado por uma situação de violência sexual, dentro da própria casa. Frente a incredulidade da irmã sobre o estupro, vemos que, enquanto estratégia de sobrevivência, a mulher passa a andar exaustivamente pelo bairro com Luca no colo, até que a irmã retornasse para a casa. A exposição do bebê à rua trouxe consequências à sua saúde, que acarretou a necessidade de Gisele abdicar do trabalho para assumir o cuidado do filho.

#### ***2.4.5 Mercados informais e negócios imobiliários***

Era o ano de 2011 e Gisele continuava residindo no *barraco de madeira* com seus quatro filhos no terreno cedido pelos pais, situação que se tornou insustentável por conta do tamanho da construção: “lá a gente tava morando em cinco pessoas, num barraco muito pequeno”, mas também pelos conflitos na convivência familiar: “eu tava desempregada, não tinha onde morar, vivendo de favor, ouvindo desaforo e com quatro crianças pequenas, não tinha condições de manter as crianças, ainda mais de poder pagar um aluguel”.

Joana e Edson viviam uma situação semelhante: “lá molhava, o piso era fundo, estava ruim. Fora que a casa era pequena para os meus três filhos e os três do Edson”. No entanto, diferentemente de Gisele, decidiram alugar uma casa por um período determinado, enquanto reformavam e ampliavam a casa onde moravam. Assim, o aluguel seria uma condição por um tempo determinado, até que pudessem finalizar a obra. Alugaram um imóvel de três cômodos em Jundiapéba no valor de R\$ 400,00, localizado à beira do afluente do rio Tietê. Fizeram as contas e, de início, consideraram possível arcar com os custos do aluguel, além da reforma de ampliação da casa.

Se parar um aluguel não era viável financeiramente para Gisele, permanecer *de favor* na casa dos familiares também não era mais uma possibilidade. Em relação aos aluguéis, ela argumenta: “é como jogar dinheiro fora, porque você paga por algo que não é seu”. Nessa perspectiva, Gisele considera *mais vantajoso* gastar o dinheiro com o material de construção e ter um *cantinho que seja seu*. A questão que se colocava é que, diferentemente da época em que seus pais chegaram a Jundiapéba, neste período já não era tão fácil encontrar terrenos vazios e, os que ainda se encontravam disponíveis, estavam situados em áreas *próximas às torres de energia*, considerada uma *área de risco*.



Na busca por um lugar para morar, Gisele é apresentada para Dona Cida, conhecida no bairro por ocupar os terrenos vazios para *fazer negócio*: os terrenos recém-ocupados eram *loteados* e vendidos informalmente para as pessoas construírem os seus *barracos*. Nesse contexto, Dona Cida permitiu que os ocupantes dividissem seus lotes com outras pessoas e a área ficou repleta de construções. Ao longo das conversas, Gisele demonstrava de diferentes formas a satisfação e nostalgia de Gisele ao lembrar-se da estrutura do *barraco*, buscando romper com os estigmas e preconceitos em torno do fato de morar em um *barraco*, enquanto um “ato desviante” (BECKER, 2008). Sendo o “desvio” um componente para a materialização de determinada definição social, a rotulação pejorativa dos indivíduos, evidencia a identidade “deteriorada” dos que são estigmatizados (GOFFMAN, 1975) pela sua condição de viver em *barracos*:

Consegui fazer um barraco enorme lá, era o melhor barraco que eu já tive. O meu banheiro, Fernanda, era enorme, parecia um quarto. Tinha a área de lavar roupa, a cozinha, tinha os quartos (Gisele).

Eu não acho que morar no barraco deva ser motivo de vergonha para ninguém, é melhor morar no barraco do que morar de favor na casa dos outros, não é? O barraco que eu morava era muito mais ajeitado do que muita casa de bloco por aí (Gisele).

Ao longo da tese venho discutindo os variados fatores para a produção e reprodução dos territórios populares, mas aqui reforço, com algumas linhas, reflexões sobre os mercados imobiliários informais nas periferias, sobretudo para não correr o risco de interpretações simplificadas sobre o *fazer negócio* descrito. Em consonância com a argumentação de Araujo Silva (2016):

A invisibilidade e a desconsideração dos mercados imobiliários informais, em que a autoconstrução vira bem de capital e circula como mercadoria, não permite compreender a questão do patrimônio dos moradores das favelas e contribui para uma oposição reducionista entre aqueles que querem deixar a favela como “cooptados” e aqueles que querem permanecer como “resistentes” (ARAUJO SILVA, 2016, p. 246).

Para tanto, recorro a Pedro Abramo (2007), que ao analisar os mercados formais e informais de solo sugere que as cidades latino-americanas possuem uma estrutura particular quando comparada aos modelos de “cidade mediterrânea compacta” e “cidade anglo-difusa”<sup>53</sup>. Segundo o pesquisador, as cidades na América Latina produzem simultaneamente e de forma

---

<sup>53</sup> De acordo com Abramo (2007): “A cidade moderna ocidental tem dois modelos paradigmáticos de conformação estrutural em termos materiais do seu ambiente construído. O primeiro desses dois modelos é identificado com o “modelo mediterrâneo” ou “continental”, e a sua estrutura urbana se configura como uma “cidade compacta”, onde o uso do solo é intensivo. O segundo modelo de cidade é o anglo-saxão, e a sua manifestação espacial é a de uma “cidade difusa” com um uso do solo fortemente extensivo, de fraca intensidade e baixa densidade predial e residencial” (ABRAMO, 2007, p. 26).

retroalimentada estruturas compactas e difusas, o que denominou como “cidade COM-FUSA”. Neste modelo de “cidade COM-FUSA”, os mercados imobiliários formais e informais produzem e promovem a difusão e a compactação, “em que a compactação alimenta a difusão e a difusão alimenta a compactação” (p. 26).

Conforme ainda explicitado por Abramo (2007), os mercados imobiliários informais, sejam eles de compra/venda ou locação, tornaram-se o principal mecanismo de acesso à moradia da “população de baixa renda”. Ainda, dentre os diversos fatores para a existência do mercado informal, destaca que o modelo de cidade formal concebido na legislação urbanística brasileira (também latino-americana): “impõe um conjunto de requisitos normativos que produziu uma verdadeira barreira institucional para a provisão de moradias para os setores populares” (p. 28). Este processo resultou na indução de ocupações populares nos territórios periféricos. Duas características definem o núcleo básico das instituições informais do mercado informal de solo:

O mercado informal de solo nos assentamentos consolidados depende da existência de relações de confiança e lealdade entre as duas partes do contrato informal, em geral sustentadas pela trama de relações de amizade e/ou parentesco que permite uma personalização opaca ou transparente da relação mercantil e o estabelecimento de contratos implícitos e da figura de uma “autoridade local” que serve de fiador desses contratos em termos inter-temporais e intergeracionais (ABRAMO, 2007, p. 33).

Na história relatada por Gisele, Dona Cida assumia o lugar de “autoridade local”, sobretudo na determinação de quem poderia ou não morar na localidade, organizando os lotes e fazendo a gestão das ocupações. As relações de proximidade e parentesco também eram fundamentais para conseguir uma parte do terreno, pois havia uma preocupação de que apenas pessoas *de confiança* residirem no local. No que tange a rede de solidariedade entre parentes e amigos, Gisele reforça a importância desses vínculos para a construção do *barraco*:

Eu consegui fazer tudo lá com ajuda das pessoas que eu conhecia. As telhas eu tirei daqui do barraco e levei para lá, mas um conhecido meu levou de kombi para mim, aí eu fiquei dormindo lá uns quatro meses sem porta, eu e as crianças. Por isso eu falo que eu sou meio louca, se eu tô aqui e não tô bem, eu não quero saber o que vai dar lá na frente, eu só vou. Peguei, larguei tudo e fui para lá (Gisele).

Outro aspecto importante que vale destacar é que, dada a expansão das construções de empreendimentos do PMCMV nas cidades, identificou-se forte especulação de que as moradias em *áreas irregulares* seriam removidas e as famílias seriam atendidas nos apartamentos. Gisele inclusive relembra que houve uma época em que uma Organização Não Governamental (ONG) *de Guarulhos* fez um cadastro para um empreendimento do PMCMV Entidades, mas que não teve nenhum desdobramento efetivo de atendimento habitacional posterior ao cadastramento.

A produção de demanda para programas de habitação social é um fenômeno identificado em pesquisas sobre periferias (GEORGES e RIZEK, 2016; ARAUJO SILVA, 2016; SHIMBO, 2010) e o Programa Minha Casa Minha Vida<sup>54</sup>, enquanto confluência do Estado, mercado imobiliário e capital financeiro, vem desempenhando um importante papel na produção da “habitação social de mercado” (SHIMBO, 2010).

O cadastramento social, enquanto mediação entre o espaço social e o espaço urbano (ARAUJO SILVA, 2016), parte de parâmetros, categorias e estatísticas, assumindo um poder classificatório das populações “mais vulneráveis” (MOTTA, 2017) para serem (ou não) atendidas pelos programas habitacionais. Como é mencionado por Araujo Silva (2016), são dois os tipos de cadastramento do PMCMV para a “população de baixa renda”: o “espontâneo”, em que os próprios moradores pleiteiam o subsídio conforme a faixa de renda; e o “social” em que a própria Prefeitura cadastra *in loco* as casas que serão removidas (geralmente em “áreas de risco”), sendo neste caso as unidades habitacionais ofertadas como alternativa de moradia.

Aqui incluo também o PMCMV Entidades, modalidade em que Gisele e os demais moradores da área foram cadastrados pela ONG. A modalidade “Entidades”, uma forma de produção habitacional autogestionária e fruto das reivindicações dos movimentos populares de luta por moradia, está enquadrada no Faixa 1, onde as entidades são responsáveis pela contratação dos empreendimentos por organizações populares, associações, cooperativas que se responsabilizam por todas as etapas de produção dos condomínios populares (RIZEK, AMORE, CAMARGO; 2014).

Levando em consideração que as famílias de Jundiapéba, cadastradas por essa *ONG de Guarulhos*, não foram atendidas pelo PMCMV considero que, para além de discutir o desenho do programa, critérios de elegibilidade e as formas de reprodução de desigualdade e segregação socioespacial – tema debatido com profundidade pelos pesquisadores citados – é importante chamar atenção para o principal achado de campo relacionado ao cadastramento social: o fato de haver a possibilidade de atendimento habitacional gerava, em alguma medida, expectativas

---

<sup>54</sup> O PMCMV foi criado no ano de 2009 pelo Governo Federal visando contribuir com a redução do déficit habitacional no País por meio da construção de unidades habitacionais. A formulação do programa contava com três faixas, sendo estas: Faixa 1 destinada ao atendimento de famílias com renda mensal de até R\$1.600,00; Faixa 2 com renda mensal entre R\$1.600,00 e R\$3.100,00; e a Faixa 3 com renda mensal entre R\$3.100,00 e R\$5.000,00. Ao longo dos anos o MCMV passou por reformulações das faixas e atualmente o programa foi extinto no Governo de Jair Bolsonaro (2018-2022) e substituído pelo Programa Casa Verde Amarela.

dos moradores nas ocupações, assim como uma expressiva expansão nas construções de novos *barracos*:

Muitas pessoas construíam e alugavam os barracos... tem muita gente que não quer morar no barraco, achava que poderia ganhar alguma coisa (unidade habitacional), ou mesmo um dinheiro com aluguel. Aí construía, alugava, e pagava aluguel em outro canto (Gisele).

A fala de Gisele traz diversos elementos interessantes, que vale ser esmiuçado. Primeiro reforça a tese de Abramo (2007) sobre o mercado imobiliário informal, onde a população encontra na autoconstrução formas de obtenção de dinheiro. Segundo, que as ocupações operariam também enquanto estratégia de moradia provisória, com o objetivo fim de um atendimento habitacional.

A partir dos elementos apresentados, proponho que as ocupações operaram como ponto de aglutinação que esbarra nas fronteiras das categorias “para moradia” e “por moradia”. A compreensão sobre “categorias” se mobiliza enquanto “intervalos de sentido delineados pelas fronteiras do plausível, em cada contexto” ou ainda “um intervalo em si de valores (...), uma régua de possibilidades eleita socialmente por dado grupo como adequada para avaliar dada situação” (FELTRAN, 2017, p. 3). Assim, as fronteiras/ balizas das categorias são produzidas conforme as experiências de vida de cada um, assim como o sentido produzido. Com o caso aqui apresentado foi possível compreender que as experiências vividas de cada um dos sujeitos se materializam no modo como compreendem as fronteiras do plausível entre as categorias “para moradia” e “por moradia”.

Destarte, o mundo pode ser caracterizado pela miríade de ações e relações que os sujeitos estabelecem entre si e que geram estreitamento dos laços ou tensionamentos. Trazendo ainda a perspectiva relacional, Simmel nos ensina que “(...) estamos continuamente nos orientando, mesmo quando não empregamos conceitos abstratos, para um ‘acima de nós’ e um ‘abaixo de nós’, para a direita ou a esquerda, para mais ou para menos, algo mais estrito ou mais frouxo, melhor ou pior”. (SIMMEL, 2010, p.01)

Buscando interpretar e dar sentido às ações sociais a partir da construção de tipologias que auxiliem a ordenar os achados empíricos (WEBER, 2009), a primeira categoria diz respeito à ação de morar no território enquanto *fim*. Já a segunda refere-se à ação de morar enquanto *meio* para a obtenção da moradia definitiva. O cruzamento das duas categorias diz respeito a vidas como a de Gisele, que dentro do *continuum* de possibilidades ora se aproxima mais da luta “por moradia”, mas que cotidianamente vivenciam as experiências do espaço “para

moradia”. É importante deixar claro que a pesquisa não busca o simples enquadramento dos sujeitos em categorias “para” ou “por” moradia. Na verdade, é o oposto disso. É compreendendo a miríade de situações que orientam as ações dos indivíduos, ou seja, os sentidos visados para determinada ação, que refletimos sobre a complexidade da (re)produção do espaço nas cidades.

\*\*\*

Na história de Gisele foi possível perceber que os conflitos podem interromper as experiências vividas em determinada casa. Compreendendo que a sociedade está orientada em um conjunto de aproximações e afastamentos (SIMMEL, 2006), a vida (fluxo das experiências) aparece enquanto fonte energética que alimenta as relações de recíprocas dos elementos (COHN, 1998). Verificamos na perspectiva simmeliana que o “conflito” pode ser entendido enquanto forma de *sociação*, sendo esta:

(...) a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (SIMMEL, 2006, p. 60).

O conflito, enquanto forma prevalecente nas interações sociais entre indivíduos na sociedade, se manifesta sob a forma de um gradiente que vai desde as relações sociais até os confrontos físicos, “ele é uma ação desencadeadora de reviravoltas, mudanças sociais, constituindo-se num componente regular do próprio cotidiano e substância existentes nos diversos movimentos efetuados pelas mudanças nas relações humanas” (ALCANTARA JR., 2005, p.10). Nos relatos, Gisele busca evidenciar a recorrência de casos de violência cotidiana partilhada por moradores de favelas e periferias nas cidades (BIRMAN e PIEROBON, 2021). Só que desta vez ela que passou a ter problemas com um casal de vizinhos: “Ela tinha ciúmes de mim, mas o cara era um cachaceiro, batia nela”. Gisele desenvolve o assunto sobre a decepção que sentiu pela desconfiança, ressaltando sua parceria em fazer a casa com a mulher: “Pior que eu que ajudei ela lá a construir o barraco dela, maior sol e a gente pregando madeira, depois ela começou a encrencar comigo de ciúmes, sem nenhum motivo”.

Por conta dos conflitos com a vizinha, Gisele decide mudar-se do local e vende o barraco no valor de R\$ 2.000,00. Novamente as trajetórias lançam luz para o mercado informal imobiliário que se reproduz nos territórios populares, em que a compra e venda, ou mesmo locação de barracos e casas, assumem dinâmicas e racionalidades específicas. Joana pagava R\$ 400,00 no seu aluguel, em um contrato informal. Gisele vendia seu barraco por R\$ 2.000,00

também sem contratos e escrituras. Se esse é um negócio não regulado pelo mercado imobiliário formal, como é definido o valor dos imóveis? Quem define os preços? Quais são os parâmetros utilizados para a definição dos valores?

A pesquisa de Abramo (2003) revela que diversas variáveis são consideradas na hora de definir preço de venda ou locação no mercado imobiliário informal, ressaltando a heterogeneidade das favelas, bem como dos imóveis inseridos nelas. Aspectos como os vínculos de familiaridade e vizinhança são externalidades que podem influenciar no valor, mas há também questões relativas à localidade, a possibilidade de expansão do imóvel, o tipo de material de construção, o investimento realizado, entre outros. Acrescento também a possibilidade de ser cadastrado e atendido por programas habitacionais, o que estou chamando de ocupação “por moradia”.

No caso da ocupação que resultou na reintegração de posse, Gisele e Joana contam que não pagaram pelo terreno. Na perspectiva delas, por se tratar de uma área situada exatamente sob as linhas de transmissão de energia elétrica, o “risco” era considerado alto, seja pela presença das torres, mas também pela possibilidade de *serem tirados* pela concessionária responsável pela transmissão de energia elétrica, que realizava com certa frequência a fiscalização dos terrenos. Ainda assim, no cálculo das irmãs, era um risco que estavam dispostas a assumir: “você gasta dinheiro com o material, mas se for pagar aluguel, vai gastar mais. Eu não tenho condições de assumir um aluguel todo o mês”, argumenta Gisele.

Joana comenta que no seu caso a situação financeira *apertou muito*. O trabalho de Edson, que era intermitente e incerto, passou por uma queda significativa na demanda de serviços e clientes. Com o aluguel atrasado e com a antiga casa destelhada, Edson começou a *limpar o terreno* que ficava embaixo nas torres de alta tensão de energia, local onde algumas pessoas já estavam construindo *barracos*:

No começo, para sair do aluguel, até porque a dona pediu a casa, o Edson construiu um cômodo embaixo das torres, um cômodo malfeito e um banheiro. Ele fez uma fossa e o restante cobriu com lona. A gente ficou um bom tempo assim. Com o tempo, ele foi arrumando, fazendo mais um cômodo, mais um cômodo (Joana).

Gisele também decidiu entrar na mesma empreitada da irmã e do cunhado: “Meu cunhado tava limpando um terreno grandão, aqui embaixo das torres. Aí eles me deram um pedaço para construir o meu barraco também”. Com a ajuda do pai, do irmão e do cunhado, Gisele construiu um *barraco de madeira*. Ao contrário do anterior, este era bem menor. Como

havia vendido o *antigo barraco*, teve que comprar o material para a construção, utilizando parte dos R\$ 2.000,00 adquiridos na venda.

Em 2014, após alguns meses da ocupação, Gisele e Joana, assim como os demais que residiam *embaixo das torres*, receberam notificações sobre o processo de reintegração de posse solicitado pela CTEEP. Segundo a concessionária, as famílias sofriam “risco de vida” ao viver nestas áreas, mas também a presença das casas no perímetro das linhas de energia trazia risco para “o fornecimento de energia elétrica”. O processo de reintegração de posse tramitou no judiciário durante cinco anos e neste período Gisele, Joana e seus vizinhos permaneceram na “área de risco”. O anúncio das remoções abre um novo tempo na vida de Gisele, Joana, assim como de centenas de moradores que residiam sob as linhas de transmissão de energia em Jundiapéba. Veremos, no capítulo a seguir, como a remoção se entrelaça no tempo do cotidiano destes sujeitos, que passam a lidar cotidianamente com a possibilidade de perder a casa e se lançam para a luta política a fim de reverter este processo.

\*\*\*

Este capítulo buscou articular tempo, espaço e eventos políticos a partir da trajetória de vida da família Silveira, apresentando os problemas cotidianos da casa conectados com os problemas públicos, sobretudo acerca dos acessos e bloqueios à moradia para uma parcela da população residente em territórios periféricos. Acompanhando as trajetórias de vida compreendemos que, se de um lado, a transitoriedade do lugar de moradia seja uma condição permanente entre as gerações desta família, há uma intencionalidade em permanecer no bairro e, neste sentido, esforços são despendidos para refazerem a casa no mesmo território. Família, vizinhos e amigos assumem um importante papel na produção das casas, seja para conceder espaços provisórios e/ou definitivos para que parentes possam morar, seja no próprio ato de *fazer a casa*. As relações de interdependência, também se manifestam em forma de conflitos e por vezes “morar de favor” é um ponto de grande desconforto.

Casar e ter uma casa aparecem como ideais de autonomia e liberdade, mas podem também a combinação dos papéis sociais de esposa, dona de casa e mães, em relações conjugais permeadas de conflitos, violências e rupturas. Até aqui foi possível notar que as casas foram se reconfigurando à medida que também se reconfiguram as vidas dos que lá habitam. As casas mudam de tamanho, de formas, de lugares, nascem e morrem com as histórias de vida dos indivíduos que tecem suas relações familiares dentro e com elas. Lugares como a *varandinha*

de Josefa operam como ponto de aglutinação das gerações. Veremos, ao longo da tese, esse espaço sendo reconfigurado no tempo e nas situações vividas.

Neste capítulo também sugeri que as áreas à margem operam como pontos de aglutinação das trajetórias de vida dos que estão em transitoriedade permanente dos seus locais de vida “para” e “por” moradia. Essa reflexão busca ampliar nossas lentes para os modos de se fazer política e de reinventar o cotidiano, sobretudo sobre as estratégias da conquista da casa própria ou da formação de novos espaços urbanos. Neste arranjo vemos a combinação e constelação de agentes, escalas e formas de mediações distintas que marcam as sociabilidades e institucionalidades ali presentes, revelando fissuras nos discursos heterogêneos que não dão mais conta de explicar o fenômeno urbano pelos dualismos, tal como fora/dentro, legal/ilegal, centro/periferia (TELLES, 2013).



### Capítulo 3 – Vão passar o trator em cima da minha casa: temporalidades e mobilizações por moradia

*A gente foi para tudo que é canto para tentar reverter essa história (Gisele)*

A história da reintegração de posse foi marcada por tentativas de resistência e negociações para que a remoção não fosse de fato consumada. Conforme relatado no capítulo anterior, no ano de 2014 os moradores da *área embaixo das torres* receberam notificações informando sobre a reintegração de posse, “veio aqui em casa um oficial de justiça, **não sei muito bem o que era, na verdade**, mas eles entregavam um papel falando que iam tirar as casas” (Gisele). Ao longo dos relatos de Gisele veremos as formas de identificação, classificação, entrega de documentos, visitas domiciliares, reuniões e audiências, lançam luz para as *ilegibilidades* do Estado nas margens (SCOTT, 1998; DAS, 2020). O que fazer quando a casa está ameaçada de remoção? A quem recorrer? Quem são essas pessoas que estão trazendo a informação sobre a remoção? Ou ainda, quem está *tirando a minha casa*?

Em um *novelo de dimensões* que é parte das ilegibilidades do Estado e de suas formas de governo que pretendemos adentrar. Para tanto, uma perspectiva metodológica possível é a etnografia dos documentos (VIANNA, 2014; GUTTERRES, 2017; LOWENKRON e FERREIRA, 2014, SOUZA LIMA, 1995, entre outros). Se, de um lado, não pretendia com a pesquisa esmiuçar o processo judicial e como a ‘máquina da justiça’ operou em suas variadas instâncias; do outro, em uma vida permeada por documentos (DAS, 2020), compreender as “assinaturas do Estado” nas margens (ibid.) passava também pela produção de *legibilidades* (SCOTT, 1998) pelos diferentes agentes estatais (MOTTA, 2017). Diante dessas questões, entendi que precisaria me debruçar sobre o processo, sem que me perdesse nas 1.660 páginas<sup>55</sup> contidas nele<sup>56</sup>.

Para além dos aspectos jurídicos<sup>57</sup>, busquei compreender as temporalidades e seus respectivos desdobramentos no território e na vida dos sujeitos. Como será possível observar,

<sup>55</sup> Os autos do Processo n. 1011319-44.2014.8.26.0361 estão disponíveis no site do TJ-SP:

<https://esaj.tjsp.jus.br/>.

<sup>56</sup> Essa questão por vezes me gerou dúvidas e angústias: por não ter um vasto repertório no campo do Direito, não tinha clareza sobre o *modus operandi* de um processo judicial, suas instâncias, instrumentos, atribuições e mesmo a linguagem. Essas questões me faziam refletir sobre os ensinamentos de Foucault (2008) sobre “saber” e “poder” e serão desenvolvidas ao longo da tese, em especial, no capítulo 4.

<sup>57</sup> Ao tentar trazer uma síntese do processo, confesso que me senti dentro de um “labirinto jurídico” (DAL BÓ DA COSTA, 2019), tentando encontrar sentido nos arranjos, as estratégias e “manobras” do imbróglho jurídico (ibid.).

o processo judicial foi protocolado pela CTEEP no ano de 2014 e a efetivação da reintegração de posse ocorreu em 2018. Nesse período, durante a disputa entre a permanência e a remoção, encontramos uma miríade de novas solicitações, pedidos, protocolos, assinaturas, comprovantes, carimbos, documentos, além de uma infinidade de informações materializando as múltiplas assinaturas do Estado, bem como moldando a sua relação com ele (DAS, 2020; JARAMILLO, 2012). Para além do Estado enquanto conjunto de práticas, instituições e ideias, ele passa a assumir uma dimensão fantasmagórica (JARAMILLO, 2012).

Por conseguinte, nas dobraduras do tempo-espaço e no encadeamento das ações, estaríamos então diante de um “território da espera”<sup>58</sup> (VIDAL et. al., 2011)? A “espera”, sob essa perspectiva, longe de ser concebida como “tempo morto” (FALCÃO e FARIA, 2016), comporia as dinâmicas e condições da vida cotidiana de populações que convivem com a ameaça de perderem suas casas, ou como Gutierrez (2014) denomina, a convivência com o “fantasma da remoção”. Essa espera não significava uma *inação*, pelo contrário, é justamente nesses espaços de negociação – seja na produção de documentos, como também nas mobilizações de luta por moradia - onde a espera (e a esperança) são vivenciadas. Neste sentido, buscando trilhar esses espaços de “espera” e de “esperança” apresentarei algumas das ações que tive a oportunidade de participar.

Assim, esse capítulo se divide em três tempos: O primeiro trata do tempo dos desdobramentos a partir do anúncio da remoção, impondo no encadeamento das ações um tempo lento, fino e precário, uma espécie de “suspensão temporal”. No segundo, os relatos de Gisele, Joana e Josefa subsidiam o entendimento sobre o tempo da remoção, apresentando o evento sob uma perspectiva de situação radical em que as famílias ficam pós remoção, onde se lança luz também para os esforços de continuidade dos cotidianos frente ao desastre. Por fim, apresento o tempo da mobilização na luta por moradia, reconstituindo os processos de formação da Comissão de moradores e apoiadores do Movimento Jundiapéba por Moradia, as ações realizadas por esses sujeitos, bem como uma constelação de atores que passaram a orbitar em torno do caso.

---

<sup>58</sup> Esse é um conceito cunhado pelo grupo de estudos TERRIAT definido como: “territórios da espera são espaços destinados voluntariamente ou servindo involuntariamente para por em espera populações deslocadas ou em deslocamento, sendo por isso, vivenciados de modo transitório” (p. 1).

### 3.1 O tempo a partir do anúncio da remoção

Anteriormente ao recebimento das notificações, a CTEEP já havia *marcado as casas*. Sendo a fiscalização das “faixas de servidão”<sup>59</sup> uma das atribuições contratuais da concessão, a empresa realizava periodicamente visitas de monitoramento das novas ocupações nos territórios. Na existência de novas construções, atribuía-se ao imóvel uma numeração feita com tinta *spray*. Nesse momento, os técnicos da empresa solicitavam também a identificação nominal do ocupante. Acerca do processo de identificação dos domicílios, Gisele relembra que “eles (CTEEP) vieram aqui, marcaram as casas da gente, disseram que a gente tinha trinta dias para sair e entregaram um papel”.

Nas imagens disponíveis nos autos do processo, é possível verificar a identificação realizada nas moradias (figura 3) e a notificação de irregularidades nas faixas de servidão (figura 4):

Figura 3 - Foto de moradias identificadas pela empresa transmissora de energia elétrica com numerações (2014)



Fonte: Fotografias disponíveis nos autos do processo judicial

<sup>59</sup> As “faixas de servidão” estão determinadas no Projeto de linhas aéreas de transmissão de energia elétrica - NBR 5422, de fevereiro de 1985, editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Figura 4 - Notificação de irregularidade(s) Servidão

Notificação de Irregularidade(s) Servidão N° [REDACTED] **LSA** CTEEP

Para [REDACTED]

CPF nº [REDACTED]	RG nº [REDACTED]
Endereço <u>RUA VERACIDADE NITO SOMA / S/N</u>	Assunto <u>Ocupação Irregular</u>
Local <u>JUNDIAÍPEBA - MOGI DAS CRUZES</u>	Propriedade <u>LT: 440 KV [REDACTED] SAA Vão 245/206</u>

No exercício de minhas funções de Eletricista / Técnico de manutenção de Linhas de Transmissão, verifiquei que, no imóvel onde está implantada a Linha de Transmissão de propriedade desta empresa, situado RUA VERACIDADE NITO SOMA S/N,

vem sendo praticado(s) a(s) seguinte(s) atividade(s) irregular(es) CONSTRUÇÃO DE MONÁDIAS NA FAIXA

ressaltamos que tal atividade contraria as restrições impostas pela implantação de Linhas de Transmissão, contidas na instrução TE/124/03, em conformidade os ditames da NBR-5422/85 da Associação Brasileira de Normas Técnicas:

- não efetuar construções de quaisquer natureza
- não alterar cercas de arame
- não cultivar cana de açúcar
- não manter plantações de porte elevado (altura superior a quatro metros)
- não cultivar eucalipto, pinus, etc.

Constatando que V.Sa. é o(a) responsável por essa(s) irregularidade(s), venho notificá-lo(a) para de imediato interrompe-la(s), bem como saná-la(s) dentro do prazo de 30 (TRINTA) dias a contar desta data, sob pena de serem adotadas as medidas legais adequadas à defesa dos interesses e direitos desta Concessionária de Serviços Públicos.

Para os esclarecimentos porventura necessários, V. Sa. deverá contatar:  
**Divisão Regional Taubaté**  
 Endereço: Rod. Presidente Dutra km 116  
 CEP.: 12010-970 - Barreiro CX Postal 286 - Cidade: Taubaté - SP  
 Tels.: (12) 3609-1506 - (12)3609-1537  
 Contatos: Eng. Benedito Roberto ou  
 Téc. Edson W. Martimiano

MOGI DAS CRUZES, 29 de OUTUBRO de 2014





Nome/Prontuário [REDACTED] / S/N [REDACTED]

Recebi o Original	Assinatura	Nome	Doc
Data <u>29/10/14</u>	[REDACTED]	[REDACTED]	[REDACTED]

Testemunhas  
 1 - Nome [REDACTED] 2 - Nome [REDACTED]

Doc. [REDACTED] Doc. [REDACTED]

End. [REDACTED] End. [REDACTED]

COMPANHIA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA PAULISTA   
 Rua Casa de Azevê, 1105   
 Cep: 06596-004 - São Paulo - SP - Brasil   
 T: + 55 (11) 21287200 - F: + 55 (11) 21287209   
 www.lsaetep.com.br

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ALFREDO ZUCCA NETO e Tribunal de Justiça São Paulo, liberado nos autos em 11/03/2014 às 09:06.

Como já relatado no capítulo 1, a CTEEP acionou o Poder Judiciário em 14 de dezembro de 2014 solicitando a reintegração de posse das faixas de servidão de 50 e de 60 metros de largura, sendo 25 e 30 metros de cada lado das Linhas de Transmissão denominadas LT 440kV Bom Jardim – Santo Ângelo e LT 440kV Araraquara – Santo Ângelo, especificamente entre as torres 245/246 da LT BOJ/SAA e entre as torres 741/742 da LT ARR/SAA. O autor justifica que a largura da faixa de servidão é estipulada em função da potência da Linha de Transmissão, em obediência ao disposto na Norma Técnica, NBR 5422, de fevereiro de 1985, editada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). No entanto, as principais justificativas mobilizadas pela empresa no processo são o “risco iminente de morte dos moradores” e o “prejuízo no fornecimento da energia elétrica”<sup>60</sup>.

Logo após o pedido da reintegração, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP-SP), Promotoria de Justiça de Mogi das Cruzes, é acionado para dar seu parecer ao processo. O MP-SP se manifesta favorável ao deferimento da liminar apresentando três considerações: 1. Os réus invadiram a área de servidão da autora e lá construíram precárias moradias com a intenção de permanência; 2. Trata-se de local perigoso, uma vez que há diversos cabos de alta tensão. Sugere ainda a atuação da Prefeitura no sentido de deslocar as famílias que estão no local e providenciar alternativas.

Em fevereiro de 2015, o Juiz da Vara Cível do Foro de Mogi das Cruzes (primeira instância) argumentou que, antes da liminar de reintegração de posse ocorrer, seria necessário o cumprimento de uma série de providências: 1. Identificação do número exato de *barracos* existentes na área, número de moradores por construção, listando os idosos, crianças, pessoas com necessidades especiais, qualificando-os, além dos animais; 2. Reunião com Ministério Público, o Comandante da Polícia Militar, o Prefeito, a Secretaria Municipal de Assistência Social, o representante do Conselho Tutelar e os Oficiais de Justiça, para definição de uma data para cumprimento da liminar, com prévia fixação sobre o destino das pessoas e dos bens materiais, caso não retirados por seus possuidores, além das responsabilidades relativas às despesas e ao tempo de depósito/abrigo. Ainda, instituições como Zoonose e Conselho da Criança e do Adolescente também foram notificadas para o apoio na ação.

É a partir dessa exigência que os oficiais de justiça vão ao território no dia determinado pelo Juiz (7 de fevereiro de 2015) para fazer a identificação e classificação dos indivíduos,

---

<sup>60</sup> A discussão sobre risco está presente no capítulo 4, onde refletimos sobre os efeitos produzidos pela miríade de ações legitimadas e orientadas pelo risco.

como foi relatado por Gisele no início do capítulo. Vale mencionar que no processo há a solicitação do acompanhamento de força policial para essa ação, especificamente da Polícia Militar, para a garantia da ordem e a segurança dos oficiais de justiça, ficando autorizado o “arrombamento” dos domicílios, se necessário. Foi apresentado então os “autos de constatação”, onde os oficiais de justiça listam os domicílios identificados e respectivos moradores, contendo o RG do responsável, a idade de todos que residem, a presença de pessoas com deficiência e a posse de animais.

Frente à situação, os moradores decidiram permanecer na ocupação e *buscar ajuda* para que a remoção não acontecesse. Essa interdependência coloca estes sujeitos em uma condição de “receber dos ‘outros’, ou da coletividade, sem poder definir-se por uma relação de complementaridade e de reciprocidade frente aos demais, em condições de igualdade” (IVO, 2008, p. 172). A *busca por ajuda* se dava em diferentes instituições e atores dos diversos campos, como, por exemplo: assistentes sociais do CRAS, líderes religiosos, professores das escolas próximas, vereadores, militantes de partidos políticos, chefes ou gerentes no trabalho, entre outros. A atuação desses atores será desenvolvida ao longo do capítulo, mas aqui chamo atenção para a Defensoria Pública<sup>61</sup>, instituição para qual, em geral, os moradores são encaminhados.

A Defensoria Pública assumiu a defesa de parte dos moradores ameaçados de remoção. Na minuta de agravo requereu a suspensão imediata da reintegração de posse, diante das seguintes considerações no pedido: 1. as regras que garantem a proteção integral de crianças e idosos; 2. as possibilidades de danos irreparáveis; 3. a não imposição de responsabilidade social à concessionária de serviço público por não zelar pelas áreas não edificáveis. No que tange aos riscos (*periculum in mora*), alegou que o deferimento da liminar literalmente colocaria as famílias desabrigadas na rua, destruindo os poucos recursos que possuem.

Nesse sentido, veremos que a atuação na defesa das famílias e na reversão da reintegração de posse foi relevante e está expressa no processo judicial. Todavia, gostaria aqui de evidenciar os aspectos relativos à provisão de documentos, bem como os efeitos na temporalidade da vida. De início, como bem relatado por Anelise Gutterres (2017) em sua

---

<sup>61</sup> Conforme o artigo 134 da Constituição Federal (CF 1988): A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal.

análise dos documentos produzidos no Núcleo especializado da Defensoria Pública do estado do Rio de Janeiro - instituição que atuou na defesa de moradores em territórios ameaçados de remoção no contexto dos megaeventos - a habilitação do morador à categoria de “assistido” se dá a partir da entrega de conjunto de documentos:

Entre os documentos principais do Processo que asseguravam a atuação da Defensoria Pública, estava o atestado de hipossuficiência, geralmente realizado por autodeclaração, preenchido e assinado pelo “assistido”. Inicialmente, também era anexado ao Processo algum comprovante de residência – e, para tal, era aceita uma gama muito variada de documentos, como notas fiscais de materiais de construção, atestado de frequência dos filhos na escola ou prontuários médicos –, uma cópia da carteira de identidade e, algumas vezes, fotografias do local de moradia (mostrando ou não a ação ilegal do município). A partir desse momento, o simbolismo dos documentos, tal qual nos fala Peirano, ganhava importância cotidiana, já que as famílias e/ou os sujeitos assistidos começavam também a vivenciar uma lógica de recolhimento e guarda de papéis que julgavam ser potenciais provas da autenticidade de suas declarações, capazes de materializar a violência à qual estavam expostos. (GUTTERRES, 2017, p. 211)

No caso dos moradores de Jundiapéba é possível constatar que nem todos *buscaram ajuda* na Defensoria em um primeiro momento. Ao longo do processo, novos moradores vão sendo “habilitados” à condição de assistidos. Nos autos, são anexados tanto a “declaração de necessidade de assistência jurídica e informação”, como toda a documentação disponibilizada pelo morador. Nota-se que há um “mínimo” de documentos solicitados, que seria um documento de identidade com foto – Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou carteira de trabalho - e a “declaração de necessidade de assistência jurídica e informação”.

Para além da documentação obrigatória, os moradores levavam à Defensoria documentos complementares, que foram peticionados ao processo: título de eleitor, página dos registros na carteira de trabalho, certidão de nascimento dos filhos, comprovantes de antigos endereços de residência e reservista do exército. Compreende-se que essa é uma estratégia que visa garantir o “estatuto de cidadania” (SANTOS, 1979; PEIRANO, 1982) desses sujeitos, ou seja, uma tentativa racional de afastar a imagem de “marginal” ao classificá-los como “cidadão de direitos”. Conforme nos ensina Mariza Peirano, na sociedade brasileira, em que os documentos assumem um caráter simbólico, sobretudo como símbolos de identidade cívica, “documentos são fornecidos por órgãos públicos apenas para aqueles que preenchem determinados requisitos estipulados por lei. Eles preenchem, portanto, a função de distinguir o cidadão do ‘marginal’” (PEIRANO, 1982, p. 53).

Na tentativa de reversão da reintegração de posse, é possível afirmar que a Defensoria se torna um lugar que estes sujeitos passam a frequentar, à medida em que são notificados sobre o processo judicial. Sendo assim, ir até a Defensoria envolvia tempo e planejamento, tendo em vista o deslocamento e o custo financeiro necessário para o transporte público. Em Mogi das Cruzes a Defensoria Pública dista aproximadamente 10 km de Jundiapéba e o tempo médio de deslocamento em transporte público é de 40 minutos. O horário de funcionamento é de segunda a sexta, das 9h às 11h30 e das 13h às 16h. Ir à Defensoria, passar pela triagem, aguardar o atendimento na sala de espera, conversar com o/a Defensor/a, entregar a documentação, assinar papéis e sair com um protocolo de atendimento são exemplos das ações que envolvem *estar* dentro do processo judicial.

A Defensoria era apenas um dos lugares em que o tempo de vida era despendido para a reversão do processo de remoção. Segundo Gisele: “a gente participou de **reuniões em vários lugares** e recorremos, a gente não acreditava que eles iam tirar, né? Aí até o último dia antes de tirar a gente ainda correu atrás, mesmo assim a gente perdeu”. Peço para Gisele me contar em quais lugares participou de reuniões e ela responde com uma longa lista: Prefeitura, Defensoria Pública, com a CTEEP, com o Ministério Público, com os vereadores na Câmara Municipal de Mogi das Cruzes e no Fórum da Comarca de Mogi das Cruzes, onde o processo foi julgado em primeira instância.

\*\*\*

Dando continuidade ao desenvolvimento dos principais momentos do processo judicial, buscarei evidenciar as temporalidades, o posicionamento das partes e os desdobramentos dessas dimensões jurídicas e seus sentidos. De início, por se tratar de questões possessórias, vale destacar que no Código de Processo Civil (CPC) de 2015 considera “posse velha” aquela exercida em um período que exceda um ano e um dia (art. 558 do CPC) e, geralmente, não se concede liminar nessas circunstâncias. No entanto, nesse caso, a questão sobre “posse velha” foi afastada porque se alegava a urgência da remoção, em virtude do “risco iminente” da permanência das pessoas no local. Ao longo do processo, a questão do “risco” será reafirmada pelas diversas partes, ou seja, será utilizada para justificar as liminares, seja pelo juiz de primeira instância, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, pela autora (CTEEP) e pelo Ministério Público.



No ano de 2015, após o processo ser protocolado pela empresa concessionária perante a Vara Cível, o Juiz de primeira instância foi favorável à liminar de reintegração. Para tanto, intimou os moradores e diversos atores a participarem de uma Audiência Pública, realizada no dia 13 de março de 2015. Nessa Audiência foram distribuídas as respectivas atribuições e responsabilidades:

- Prefeitura de Mogi das Cruzes: ofertou abrigo provisório (ginásio municipal) pelo prazo de 60 dias para as famílias que não tivessem abrigo imediato com familiares;
  - Secretaria de Assistência Social: ofertou apoio para o direcionamento dos moradores para as famílias de origem e o direcionamento para as políticas assistenciais do município;
  - Secretaria de Assuntos Jurídicos: alegou impossibilidade de cadastramento das pessoas em programa social de moradia, uma vez que o cadastro não está disponível, mas sobretudo porque as famílias não atendem os requisitos de moradia em área de risco e tempo mínimo de residência;
- CTEEP: ofertou galpão de bens móveis e transporte de caminhão para mudanças realizadas em um raio de até 50 km do local da reintegração;
- Zoonose e ONG de proteção animal: ofertaram a castração dos animais e apoio para abrigar os animais abandonados no local;
- Os representantes dos moradores (defensor público, advogado de associação e vereador): requereram o fornecimento pela Prefeitura ou pela Empresa do pagamento de aluguel social, além do cadastramento em programas de moradia popular, bem como um prazo de seis meses para que a reintegração de fato ocorresse;
- Comando da Polícia Militar: solicitou um prazo de trinta dias para o cumprimento da liminar;
- Oficiais de Justiça: solicitaram que uma semana antes da expedição da reintegração de posse pudessem visitar o local para informar os moradores sobre a remoção e sobre a conveniência da desocupação voluntária.

Na Audiência definiu-se a data da reintegração de posse para o dia 2 de maio de 2015. Ainda, na ata, foi possível constatar que o Juiz foi favorável às ofertas e solicitações de todos os atores. Em relação à Prefeitura, sugeriu a realização de cadastro das famílias e inclusão em programas de moradia, todavia “a verificar-se oportunamente na esfera administrativa se preenchem ou não requisito de local de risco e outras exigências legais”.

No entanto, a Defensoria Pública recorre à liminar se manifestando sobre a necessidade de suspensão do processo. No dia 13 de março de 2015, a liminar de reintegração de posse foi suspensa por meio de um Agravo de Instrumento proferido pelo Relator do Tribunal de Justiça de São Paulo. Segundo o Relator:

Tendo-se em vista que os agravantes alegam posse longeva da área em questão e que as notificações promovidas pela agravada não serviria, nesta hipótese, para configurar a data do esbulho alegado, bem como não há alegação, com base em dados concretos, por parte da agravada, de risco de dano grave e iminente com a permanência dos agravantes no local, recebo, por isso, com fulcro no artigo 558 Código de Processo Civil, o presente agravo com efeito suspensivo.

Com base no Agravo de Instrumento com efeito suspensivo, o Juiz de primeira instância solicitou a notificação dos diversos atores sobre a suspensão do cumprimento da liminar de reintegração de posse.

Com o processo suspenso, a Defensoria Pública elaborou uma petição que alegava a incompetência absoluta da Vara Cível para julgar este processo. Aqui vale um parêntese sobre essa questão: ao acompanhar outros casos de remoção, pude compreender que a questão sobre competências é amplamente debatida em âmbito jurídico, gerando controvérsia quando trata de uma empresa privada com a concessão de um serviço público (como as transmissões de energia elétrica). No entanto, a argumentação da Defensoria, em síntese, reside no fato da empresa ser uma “concessionária de serviço público” e, quando o Estado aparece em processos como parte ativa, o julgamento em tese deve ocorrer nas Varas de Fazenda Pública e não em Vara Cível, onde são julgados processos pertinentes ao âmbito “privado”. Nesse sentido, a Defensoria sugere a redistribuição dos autos para a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Mogi das Cruzes.

Verificou-se que no acordão de julgamento do mérito do agravo de instrumento, proferido pela Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo em julho de 2015, o Relator entendeu que a liminar deveria ser retomada, ou seja, que fazia sentido a remoção das pessoas da área. No entanto, em consequência da alegação trazida pela Defensoria Pública sobre a incompetência da Vara Cível para julgar esse processo, ele seria, então, atribuído à Vara da Fazenda Pública.

Em março de 2017, após a tramitação do processo e redistribuição dos autos, o juiz da Vara da Fazenda Pública decidiu favoravelmente à reintegração de posse. Contudo, em dezembro de 2017 a Defensoria Pública se manifestou solicitando a suspensão da reintegração

de posse até que as famílias fossem contempladas no Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, o qual haviam sido cadastradas. Essa solicitação da Defensoria foi pautada nos documentos apresentados por uma moradora, acerca do cadastramento que a Entidade estava realizando no território. No processo há uma listagem de 307 pessoas cadastradas pela Entidade. O cadastramento é justamente àquele citado por Gisele, realizado pela *ONG de Guarulhos*, que não se efetivou da construção do empreendimento habitacional.

A Prefeitura de Mogi das Cruzes, especificamente a Coordenadoria de Habitação, também se manifestou no processo confirmando a informação sobre a intenção de parceria estabelecida entre o Município e a Entidade e observando que, aguardavam a finalização da aprovação do projeto e autorização para início das obras, com uma previsão de conclusão em um ano e meio. Em março de 2018, frente a alegação de provisão habitacional apresentada pela Defensoria e Prefeitura, o Juiz da Vara da Fazenda Pública suspende a liminar de reintegração pelo prazo de 120 dias prorrogáveis.

Em face da decisão de suspensão de liminar, a CTEEP interpôs um agravo de instrumento em segunda instância. No mês de abril de 2018, o Tribunal de Justiça recebeu o agravo da empresa. O Relator do processo acolheu todas as argumentações proferidas pela empresa no processo. De início, o Relator alegou que a suspensão da liminar não fazia sentido por não ter fundamento legal e jurídico. No que tange o provimento de habitação, o Relator alegou que a Prefeitura não se configura, a priori, como parte dessa relação processual e que a construção das unidades habitacionais era uma mera possibilidade sem data para inicialização. Assim, o Relator deferiu a expedição do mandado de reintegração de posse para um prazo de 20 dias da publicação da decisão, cabendo ao Juiz *a quo* (da instância inferior) providenciar as medidas de execução. O Juiz da primeira instância – o mesmo que havia deferido a liminar de suspensão por 120 dias – pede o cumprimento da decisão, ou seja, a efetivação da reintegração de posse em 20 dias.

Um dia antes da reintegração de posse ocorrer, o vereador do PT, se manifestou no processo enquanto advogado de um dos moradores, apresentando a necessidade de suspensão da liminar e a remessa do processo ao Grupo de Apoio às Ordens Judiciais de Reintegração de Posse (GAORP). No entanto, a solicitação não foi acatada e a reintegração permanece mantida para o dia 22 de maio de 2018.

Por fim, um dia antes da reintegração de posse, quando já sabiam que as remoções estavam em vias de acontecer, o vereador do PT organizou uma caminhada com as famílias, como ele disse em certa ocasião: “foi uma última cartada”. Saíram de Jundiapéba até a Vara de Fazenda Pública, em Mogi das Cruzes, uma distância de aproximadamente oito quilômetros. Após mais de duas horas de caminhada, tentaram contato com o Juiz, mas não foram atendidos. No dia seguinte, a remoção foi consumada.

\*\*\*

À medida em que os moradores se relacionam com o Estado, é possível afirmar que as “ilusões” são mobilizadas, no sentido de “expectativas de futuro” (JARAMILLO, 2012). Esta é uma manifestação que se faz presente a partir da produção de um conjunto de documentos, assim como ao participarem das reuniões na igreja, atos em frente à Prefeitura e a sede da CTEEP, audiências, idas à defensoria, contato com parlamentares, entre tantas outras atividades. Sendo o Estado uma máquina de “distribuição de esperanças” (HAGE, 2003 *apud* JARAMILLO, 2012), cabe a ele administrar quem pode ou não acessar a tal “esperança”. Jaramillo (2012) reforça que a “dívida com o Estado” assume um padrão de acumulação de capital e dívida, que não segue apenas os termos monetários, mas também na adesão a comunidades políticas.

Se, de um lado, a noção de “esperança” pode ser lida como uma confiança de resultados positivos, ou seja, da expectativa por um *futuro melhor*; do outro, em diálogo com Nietzsche e Spinoza, Jaramillo (2012) apresenta a “esperança” como o adiamento da vida associado a impossibilidade de atingir as expectativas de futuro. Ouvindo os relatos passei a pensar sobre o tempo da “espera” permeado pela “esperança”:

Eu não consigo me esquecer nunca daquele dia. Que a gente tinha **esperança**. Eram audiências e mais audiências. No último dia foi que veio a certeza. Eu não tinha tirado nada de dentro de casa, **porque eu tinha a esperança**” (Joana).

Gisele faz *planos para o futuro* e para isto apresenta *duas esperanças*: a primeira seria conseguir um trabalho, o que permitiria alugar uma casa e colocar os filhos em um *lugar adequado*. A segunda é que “a Prefeitura tenha misericórdia do povo e dê um apartamento para quem não tem condições”. Ainda, dialogando com a noção de dívida de Jaramillo (2012), Gisele lança luz para relação da Prefeitura com a população orientada pela *misericórdia*, termo

bastante utilizado sob a perspectiva religiosa, que se relaciona ao sentimento de solidariedade frente ao que sofre de uma desgraça ou dor.

Ao refletir sobre a dimensão da “esperança”, não pude deixar de pensar na Caixa de Pandora, um objeto extraordinário e central da mitologia grega. Vale lembrar que a “esperança”, compreendida como um dos “males” do mundo, é a única que permanece presa dentro da caixa. O sentimento de “esperança” atrelado à permanência no território, ou da contrapartida de atendimento habitacional, mantinha a população resistindo a um cotidiano permeado por reuniões, conversas e audiências, assim como acompanhado do “fantasma da remoção” e das formas de ameaças e coerção. Afinal, “a esperança é a última que morre”.

### 3.2 O tempo da remoção

Eles chegaram de madrugada e quando deu 6h00 não podia tirar mais nada. Chegaram cheio de polícia, tudo armado marchando, parecia uma cavalaria. Eles tiravam a gente da casa e a máquina passava derrubando. Deram um papel e a ordem para derrubar, era um oficial de justiça... Aí derrubaram. A gente perdeu tudo, né? A cama, as coisas, a única coisa que eu consegui tirar um pouco foram as roupas. A gente não acreditou que eles teriam coragem de derrubar (Gisele).

Aquele dia foi triste, muito triste, agonizante... Deus me livre! Não consigo esquecer, a última coisa que eu fui tirar dentro do quarto foi a cama, porque meu filho pequeno estava deitado lá. Na hora que tirei ele de cima da cama, ele viu tudo o que estava acontecendo... Foi um choque (Joana).

Nossa senhora! Foi o dia mais triste da minha vida, pior do que morrer uma pessoa, não gosto nem de lembrar daquele dia que já me sinto mal (Josefa).

Enquanto as três mulheres descreviam o momento da remoção, era possível notar as frustrações e traumas. A escolha das palavras, os silêncios, o semblante, a voz engasgada ao lembrar do dia, dos esforços despendidos e da impossibilidade de resistir: *a gente perdeu tudo*. A partir dos relatos, passei a refletir sobre os sentidos de *perder a casa* atrelados ao *perder tudo*. Nesse sentido, a noção de “morte da casa” apresentada por Motta (2021), parece ser consonante à essa reflexão. Nas remoções, as casas “morrem”, “desaparecem” e, sobretudo, fracassam enquanto “projetos coletivos” (ibid.). É fato que casas nascem e morrem, assim como qualquer elemento vital. No entanto, a morte acarretada por uma remoção é aquela morte trágica. É aquela que não segue o “fluxo natural” da vida. É o acidente que gera traumas, que marca a história de todos que vivenciam.

O sentido de *perder tudo*, tão explicitado nos relatos, também pode estar relacionado ao que Eliane Alves da Silva (2020) apresenta como “evento de interrupção das experiências” no contexto das remoções urbanas. A partir do conceito de “experiência”<sup>62</sup> de Walter Benjamin, é possível pensar sobre a desmoralização da experiência, perante o lugar de insignificância das próprias histórias, mas, sobretudo, como algo que não é passível/digno de ser narrado e transmitido (SILVA, 2020).

A quebra da experiência se expressa no silêncio provocado pelo trauma, combinado com a desvalorização e deslegitimação dos moradores, seja da fala em sua própria defesa, mas também da experiência pregressa do *fazer a casa*, assim como pela condição de sem lugar (ibid.). Nesse sentido, ao abordar o evento das remoções a partir da noção de “experiência” - sobretudo as experiências de vida nas ocupações e os efeitos produzidos pelas remoções na subjetividade dos moradores - Silva (2020) lança luz para uma dimensão de extrema valia também essa tese: “as experiências tornadas invisíveis de tanto que já se tornaram banais na história das grandes cidades brasileiras” (p. 1407).

O dia da reintegração de posse foi descrito como um *cenário de guerra*. Os moradores tentaram resistir até o último momento com seus corpos e casas. Buscavam convencer a polícia com súplicas *para não derrubar*, mas foi sem sucesso. Ao descrever o aparato militar mobilizado para o dia, Gisele lamenta a impossibilidade de *enfrentar a polícia*. Naquele momento, parte do corpo policial interagia com os moradores os classificando como “invasores”, “pobres”, “vagabundos” e “oportunistas”. Marcadas pelo “uso da força física” do Estado (WEBER, 2009) as reintegrações de posse expressam as formas de coerção e repressão de qualquer resistência dos indivíduos “potencialmente perigosos”. Após a evacuação das casas, estas são então demolidas com o uso de retroscavadeiras. A cena era testemunhada pelos policiais, assistentes sociais, oficiais de justiça e vivenciada pelos moradores.

---

<sup>62</sup> De acordo com Silva (2020) o conceito de “experiência” nas obras de Walter Benjamin pode ser compreendido como: “conteúdo do vivido, algo construído ao longo do tempo, tecido pelas vivências individuais e que se converte em patrimônio desse indivíduo. Algo passível de ser transmitido, comunicado como experiência válida e valorizada, e que possa ser apropriado não somente por quem a escuta, mas pelo próprio coletivo do qual faz parte” (SILVA, 2020, p. 1407).

Figura 5 - Foto da polícia militar para a realização da reintegração de posse, 2018



Fonte: Imagem disponibilizada por interlocutores de campo via grupo de Whatsapp

Quando compreenderam que não havia mais o que ser feito, Gisele destaca a solidariedade dos vizinhos: “a gente teve que sair, aí um vizinho tentava ajudar o outro. O pouco tempo que deu, a gente ia tirando um pouquinho de cada casa, um ajudava o outro”. Como de costume, a casa de Josefa - especificamente a *varandinha* - operava como *ponto de encontro das gerações*. No entanto, nesse momento, a *varandinha* é reconfigurada como um lugar onde as irmãs e outras pessoas removidas passavam a maior parte dos dias e noites após o evento. Lá era possível *tomar conta* dos pertences *espalhados na rua*, que não couberam no interior da casa. Havia também a situação do espaço físico da casa de Josefa ser insuficiente para abrigar as filhas, netos e genros. A estratégia então era alternar a estadia na casa da mãe e de alguns vizinhos: “a gente tomava banho na casa dos vizinhos, eles preparavam comida para a gente também”, lembra Gisele.

Permanecer na rua se configurava também como uma forma de chamar atenção para o evento ocorrido. Isto porque, havia um entendimento por parte dos moradores removidos que se eles *dessem um jeito* de imediato, a história seria esquecida e apagada. Era preciso mostrar para os habitantes da cidade que a reintegração de posse resultou em famílias literalmente despejadas na rua. Dialogando que a noção de *experiências desmoralizadas* no sentido benjaminiano, as famílias tentavam contornar o silenciamento frente ao despojamento da fala e experiência vivida (SILVA, 2020).

De fato, o ocorrido ganhou visibilidade sendo noticiado pelos diversos veículos de comunicação. Em uma das reportagens fotografaram Gabriel, o filho de Gisele, deitado em um colchonete ao lado de uma fogueira. A imagem do menino repercutiu na região e a população atribuía a Prefeitura *a culpa* pelas famílias estarem na rua naquelas condições. Nas entrevistas para os jornais, os representantes da Prefeitura buscavam eximir-se da responsabilidade pela reintegração, alegando posicionamento contrário à remoção no processo judicial e de que a principal responsável pelo ocorrido era a empresa, a autora do pedido. No que tange a provisão habitacional, reiteravam que os moradores removidos não atendiam aos requisitos de “moradia em área de risco” e “tempo mínimo de residência”. Ora, se os moradores residiram na localidade por pelos menos quatro anos – período em que o processo tramitou no judiciário – e, se a justificativa para a reintegração era o *risco de vida* dos habitantes, os requisitos da Prefeitura eram, no mínimo, contraditórios.

Joana relata que, após alguns dias com os pertences espalhados na rua, “foi cair a ficha mesmo do que tinham feito com a gente”. É no momento do *cair a ficha do ato injusto* que o sentimento de revolta também emergiu. Ainda, as justificativas mobilizadas pelos representantes da Prefeitura reiteravam a condição de *invasores* (do território em que viviam, como também da própria cidade), portanto, *não merecedores* de atendimentos habitacionais. Falas estas que *desmoralizavam* a experiência vivida pelos sujeitos. Falas que colocavam *em xeque* toda a trajetória de vida que viveram até o momento. Conforme observado por Silva (2020): “Só a revolta tira de novo o ‘removido’ do lugar de *assujeitamento* para reintegrá-lo à condição de *sujeito agente*, capaz de fazer a crítica, rebelar-se e exigir reparação” (p. 1418).

A análise de Silva (2020) sobre a condição de recusa ao *assujeitamento* promovido pela reintegração de posse é uma chave interessante para pensar os desdobramentos dessa história, sobretudo em relação às mobilizações coletivas por moradia: “E é nos embates travados que se passa de uma experiência individual de acesso à casa para a da experiência coletiva da luta por nela permanecer ou retornar” (p. 1426).

No entanto, as irmãs compreenderam que a *luta por justiça* não teria resultados imediatos e que precisariam refazer suas casas em outro lugar, mesmo que de forma provisória e transitória. No terreno da casa dos pais havia um pequeno cômodo de madeira, onde Josefa pensava em construir um comércio no futuro. Diante da situação, cederam esse cômodo para Gisele morar com os filhos. Já Joana e Edson ocuparam um terreno exatamente em frente ao



local onde haviam sido despejados, também nas *faixas de servidão* das linhas de transmissão de energia, ou seja, *área de risco*. Na voz de Josefa:

Eu não deixaria minhas filhas de jeito nenhum morando para sempre na rua, mas ficou tudo mais difícil, mais gente. Ela mesmo (Gisele) tem o quartinho lá, mas passa o dia todinho aqui porque lá não dá para passar o dia inteiro. Eu nem gosto de ir lá que é apertado demais, de noite dorme um em cima do outro porque não tem conforto. Aqui hoje mora eu, meu marido, meu filho, minha filha e mais dois netos. Fora esses que passam o dia aqui comigo. Aqui em casa mesmo tô te falando, se você comprar um pacote de arroz é dois ou três dias. Porque eles vêm aqui comer, e tem que comer mesmo (Josefa).

Gisele mudou-se para o cômodo cedido pelos pais *no improvisado*. Era formado por apenas um cômodo e o banheiro ainda não existia. A construção era em material misto (alvenaria e madeira) e havia também panos que dividiam os ambientes. Não era o lugar onde Gisele gostaria de estar e lamenta a construção do imóvel: “as paredes estão caindo, não tava acabado, tá sem porta e tudo. A única coisa que eu fiz foi o cercadinho por conta das crianças. Lá é muito pequeno, não tem espaço”. Na parte de frente, no canto esquerdo, era o ambiente da cozinha, composto por um fogão e uma geladeira. No canto direito havia uma cama de solteiro, onde dormiam as filhas Ana e Amanda. Ao fundo, tinha outra cama de solteiro, onde dormia Gisele e os outros dois filhos (Bruno e Luca).

Era nessas casas que Gisele e Joana moravam quando as conheci. Acompanhando as rotinas das moradoras pude acompanhar as transformações das casas. Seja na chegada de um novo móvel ou eletrodoméstico, na construção de um novo cômodo, na colocação de uma porta ou abertura de uma janela, mas também nas relações de chegadas e partidas de seus habitantes. As dinâmicas que envolvem as relações familiares são constantemente redesenhadas e alteradas, fazendo com que muitas vezes as histórias pareçam sinuosas e embaralhadas. De fato, são. Essas dinâmicas me colocavam a pensar se era a casa que se transformava para atender as necessidades das famílias ou são as famílias que se reconfiguravam para caber dentro da casa? Entendo, até aqui, que são as duas coisas que vão tecendo e moldando a vida cotidiana dentro e com as casas.

### ***3.3 O tempo das mobilizações por moradia***

Para analisar a mobilização coletiva por moradia em torno do caso de Jundiapéba, é importante evidenciar que nas *faixas de servidão* não residiam apenas as 61 famílias que foram removidas; havia aproximadamente 400 imóveis construídos nesse perímetro. De início, me

perguntava sobre o porquê de a CTEEP ter escolhido especificamente aquela área que Joana e Gisele moravam para reintegrar. Durante a pesquisa de campo, e em contato com os advogados populares que acompanharam o caso, compreendi que a empresa havia adotado a estratégia de protocolar os pedidos de reintegração de posse *em lotes*, ou seja, aquela remoção era apenas a primeira de outras que poderiam acontecer no território.

Nesse sentido, com a efetivação da reintegração de posse das 61 famílias, sobretudo da forma como ocorreu, houve um *desespero generalizado* das famílias residentes nessas áreas. Sucedia ainda mais um agravante: outras famílias também já haviam sido autuadas pela empresa com as mesmas notificações recebidas pelos moradores removidos em 2014. Em conversas que tive com moradores das áreas *ameaçadas de remoção*, ouvi com certa frequência sobre a descrença de que uma remoção de fato ocorreria. Em outras palavras, o “risco” de perder a casa não estava contido no repertório do plausível daquelas famílias até aquele momento. No entanto, ao verem as moradias de seus vizinhos serem derrubadas, a perda da casa tornou-se plausível. Isso se manifestou na reunião organizada pelo vereador do PT, momento que contou com a participação de mais de mil pessoas:

Eu fiz uma reunião com mais de mil pessoas. Foi a maior reunião que eu vi na minha vida, porque estava com muita adesão. Depois a gente fazia reuniões gigantescas na própria igreja, as famílias morando na igreja, a gente fazia assembleias lá. Conforme o tempo foi passando, a reintegração foi ficando esquecida (Vereador do PT)

Por essa perspectiva veremos que as mobilizações ocorreram em duas frentes: a primeira tratava da reivindicação por atendimento habitacional para as famílias removidas; a segunda tratava da suspensão dos novos pedidos de reintegração de posse das famílias ameaçadas de remoção. Assim, as duas demandas se aglutinavam nas mobilizações coletivas que sucederam após à reintegração de posse e que enquanto pesquisadora tive a oportunidade de acompanhar.

No entanto, a situação das famílias era distinta, uma vez que as construções presentes no perímetro das *faixas de servidão* também eram bastante heterogêneas. Assim como existiam *barracos de madeira*, semelhantes aos que Gisele e Joana moravam, havia também antigas casas de alvenaria, que contavam com serviços de infraestrutura regular das concessionárias de luz, água e esgoto, além dos que pagavam *o carnê de IPTU*. Partindo dessa heterogeneidade, apresento a seguir a história de Márcio, morador de uma casa de alvenaria ameaçada de remoção, evidenciando a sua trajetória de liderança *na luta* por moradia em Jundiapéba.

### 3.3.1 Tornar-se liderança: a história de Márcio

“Em primeiro lugar, eu vou lembrar da minha falta de atenção aqui, ou um exame de consciência, com o que acontecia bem debaixo dos meus olhos, mas eu só fui entender a grandiosidade disso quando bateu na minha porta, né?”. Foi com essa frase que Márcio começou a nossa conversa sobre o caso. Márcio é um homem de 40 anos, que se mudou para Jundiapéba no ano de 2010. Anteriormente morava em uma periferia de São Paulo e trabalhava em um supermercado situado na Rua Oscar Freire, bairro de classe alta da cidade. Foi por intermédio de duas amigas que trabalhavam com ele que conheceu Mogi das Cruzes, especificamente, o bairro de Jundiapéba.

Naquele momento, Márcio passava por dificuldades financeiras e procurava um lugar para morar onde não precisasse mais arcar com o valor do aluguel. Soube por intermédio das amigas de um terreno em Jundiapéba que estava à venda em um valor *bem abaixo do mercado*. Mesmo com diversas dívidas em seu nome, ainda tinha um crédito pré-aprovado no banco. Decidiu então *pegar R\$ 4.000,00 de empréstimo*, valor que estavam lhe cobrando pelo terreno. No entanto, esse montante se multiplicava por conta dos juros do banco, agravando a dificuldade financeira de Márcio: “foi um grande sofrimento esse empréstimo, porque se eu achava que eu *estava ferrado*, eu fiquei muito mais *ferrado*, porque o empréstimo do banco triplicou”.

Após o pagamento do terreno, Márcio esperou três meses pela saída da família que então residia no local, composta por um casal e sete filhos. Conta que no terreno havia apenas um cômodo de madeira construído, o esgoto era a céu aberto e o entorno era repleto de mato, “era um cenário horrível”, lamentando sobre a *situação precária* que a família residia. Com o passar dos anos, Márcio foi construindo e reformando a sua casa de alvenaria e passou a participar das reivindicações por melhorias do entorno. Inclusive, foi na luta por asfaltamento da rua, que conheceu o vereador do PT: “a gente estava numa luta sobre o calçamento aqui, que levou vários anos para ocorrer. E para falar a verdade, foi o meu primeiro contato com um vereador, o que é bem ruim. A população tem que estar próxima dos vereadores que elegeu”.

Embora participasse das reivindicações por melhorias na infraestrutura do entorno da sua moradia, Márcio considera o recebimento da notificação administrativa emitido pela CTEEP como o momento em que tomou “um tapa na cara”. Relata que em um primeiro momento não tinha compreensão sobre o teor da notificação, tampouco quem a havia expedido:

Eu estava trabalhando e a minha ex-esposa também. A gente recebeu um comunicado em casa. Quando eu cheguei, os vizinhos já estavam *tudo ouriçados*, já perguntando,

todo mundo desorientado, falando que foi da SEMAE e que a SEMAE falou que essa área toda seria removida. Primeiramente eu estava achando que era SEMAE mesmo. Eu não tinha nem conhecimento de nada (Marcio).

Vale mencionar que diferentemente dos terrenos em que Gisele e Joana residiam, a casa de Márcio não estava exatamente embaixo das linhas de transmissão de energia e era relativamente distante das torres. Por conseguinte, existia um desconhecimento por parte dos moradores dessa localidade sobre o fato de residirem no perímetro das *faixas de servidão*. Na notificação recebida, a empresa exigia a saída da área em um prazo de até 45 dias, o que causou revolta e desespero nos moradores: “De repente, você recebe uma notificação depois de você passar sete, nove anos fazendo sua construção e alguém chegar lá com uma notificação falando que em 45 dias você tem que sair, que eles vão derrubar, é bem assustador”.

Nesse sentido, compreender o significado daquele documento era fundamental. Existia um processo judicial em curso? A empresa poderia remover as famílias após os 45 dias? A casa de Márcio e de seus vizinhos estava de fato no perímetro das *faixas de servidão*? Buscando respostas para tantas dúvidas, Márcio decidiu retomar o contato com o vereador do PT, o mesmo que auxiliou a população na época do asfaltamento. A partir da interação com o vereador, que explicou sobre os processos judiciais em curso e o imbróglio jurídico das *áreas de risco*, Márcio passou a estudar e se apropriar do caso que poderia afetar diretamente a sua casa.

É possível afirmar que a situação a princípio era completamente *ilegível* para Márcio e seus vizinhos. Primeiro porque os moradores não sabiam de fato quem estava exigindo a remoção das casas; segundo não havia clareza sobre a localidade estar ou não no perímetro da *faixa de servidão* da concessionária de energia; terceiro não se sabia até que ponto aquela notificação que receberam era efetiva. Na tentativa de encontrar um caminho de saída do *labirinto jurídico* que foram colocados, os moradores são tensionados a aprender a gramática dos documentos produzidos:

Aí eu fiquei sabendo que era um processo da companhia de energia elétrica, que ainda não era um processo judicial. O documento vem como uma notificação administrativa. Mas a gente não entende isso. Até então eu não entendia. Depois a gente vai se aprofundando. **A gente vai aprendendo a diferenciar um documento de outro** (Marcio).

Na visão de Márcio, a ameaça de remoção e, conseqüentemente, o seu envolvimento na “luta” e na “resistência”, reconfiguraram completamente a sua vida, inclusive acarretando a ruptura do seu casamento:

Eu fui para a resistência, eu fui para a luta, mas infelizmente minha companheira não queria isso. Ela achava arriscado. Ela ficava com medo da exposição, então achava que ia sofrer retaliação. Nisso ela entrou em depressão. Então sim, teve vários desdobramentos em cima disso. Não é só o fato de perder sua casa, porque moradia é

isso, moradia ela envolve diversos aspectos na família e, no meu caso, o caso abalou bastante o casamento até chegar ao ponto que não deu mais (Márcio).

Márcio relembra da primeira reunião que participou, a convite do vereador do PT, no terreno onde Joana e Gisele moravam. Poucos dias depois a reintegração ocorreu e “daí por diante a luta começou e estou até hoje ainda brigando por isso aqui”. Em mais de quatro anos de atuação nas mobilizações coletivas de luta por moradia, Márcio hoje faz parte do Movimento Jundiapéba por Moradia, da Campanha Despejo Zero (Núcleo Mogi das Cruzes), além de ser filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

A Comissão de moradores e *apoiadores* do Movimento Jundiapéba por Moradia foi criada no início de junho de 2018, após a reintegração de posse das 61 famílias. Na época, as reuniões ocorriam na Igreja Santa Maria Goretti, local onde parte das famílias desabrigadas residiram temporariamente. Como relembra Márcio: “quem sempre puxava essa reunião era o pessoal do gabinete do vereador do PT”. Vale lembrar que, naquele momento, as sete famílias que residiram na igreja receberam auxílio-aluguel, por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), pactuado entre Ministério Público, Prefeitura de Mogi das Cruzes, associação ligada à Igreja e vereador do PT. Por conta dessa situação, havia um contexto de revolta e descontentamento dos demais moradores que *deram um jeito*. Nesse sentido, a reunião marcada pelo vereador e pelos membros da Igreja tinha como intuito explicar o ocorrido, buscando *unidade entre os moradores*.

Essa foi a primeira reunião que participei na igreja. Cheguei por volta das 18h00 e em minhas lembranças (também descritas no diário de campo) fiquei impressionada com a quantidade de pessoas presentes. Todos os bancos de madeira da igreja estavam ocupados, além de muitas pessoas estarem em pé, entre os corredores e próximas à porta. A quantidade de pessoas evidenciava que a ocorrência da remoção mobilizou outros moradores, também residentes em *faixa de servidão*, a participarem dessas reuniões. Havia um clima bastante tenso e de expectativa sobre as justificativas dos atendimentos. Todos aguardavam a chegada do vereador do PT, o que aconteceu com alguns minutos de atraso do horário marcado. O vereador, ao adentrar o espaço físico da igreja, transitou entre os bancos cumprimentando os moradores e se dirigindo diretamente ao altar para dar início à reunião.

Era notória a construção de legitimidade do vereador do PT para com os moradores. De um lado, é possível afirmar que o vereador utilizava o seu “capital político” (BOURDIEU, 2011) para barrar as remoções. De outro, a questão das moradias era uma pauta que permitia ao vereador construir a sua imagem de político e, sobretudo, estabelecia vínculos entre o seu

mandato e as demandas de um bairro bastante populoso e empobrecido da cidade, sendo estes seus potenciais eleitores.

Em sua fala, o vereador fez um resgate histórico do caso, evidenciando a atuação dos moradores, lideranças, Defensoria Pública e dos gabinetes dos vereadores do PT. O fato de a remoção ter levado tantos anos para acontecer era evidenciado pelo vereador como *fruto da mobilização* desses diversos atores. Em um *discurso crítico* à atuação da Prefeitura, ressaltou a falta de um cadastramento das famílias removidas que resultasse em alternativas ou programas habitacionais. No momento de sua fala, o vereador foi interrompido pelos moradores, que questionavam a exclusividade do atendimento em auxílio-aluguel para as sete famílias. O vereador justificou que os atendimentos aos que residiram na igreja significavam apenas o *primeiro passo na luta*, mas que “lutariam pelo atendimento habitacional para as 61 famílias removidas e para que mais nenhuma família perdesse a sua casa”.

Nesse mesmo dia, o vereador do PT sugeriu a formação de uma *comissão de lideranças do bairro* para o acompanhamento do caso. Esse processo foi descrito por Márcio:

Na época, eu lembro que foi no púlpito da igreja, porque as reuniões eram feitas dentro da igreja. O vereador levantou essa questão de montar uma comissão de moradores. Aí algumas pessoas levantaram a mão se voluntariando, inclusive eu. Cada um subiu lá na frente, falou um pouco e aí eles pediram aprovação do povo. Se o pessoal aprovava essas pessoas para seguir, como para representar eles como moradores. E aí todo mundo aceitou. Não teve nenhuma recusa de nenhum nome que estava lá na frente. E aí a gente começou com essa comissão (Marcio).

Diante da heterogeneidade das construções, havia uma preocupação da comissão ser representada por moradores das diferentes localidades da *faixa de servidão*. Nesse sentido, Joana e Gisele, por exemplo, representavam os moradores removidos. Márcio representava os moradores das casas de alvenaria em um entorno *mais consolidado*. Ricardo, morador que conheci naquele dia, representava os moradores em *barracos de madeira* na Marginal Adutora, a *área dos canos*<sup>63</sup>.

Ficou deliberado nessa reunião que a Comissão também estaria aberta para a participação de *apoiadores da luta*. Compreendendo que esse era um espaço em que eu poderia fortalecer os vínculos com os moradores, decidi acompanhar essa Comissão como *apoiadora*. Entre os *apoiadores*, a Comissão contava também com a presença da assistente social da associação, do vereador do PT, de advogados populares e militantes do chamado *campo progressista* (PT, PSOL e UP).

---

<sup>63</sup> A região dos canos consiste em uma área formada por casas de madeira, em frente à tubulação de água da SEMAE e embaixo das linhas de transmissão de energia da empresa de energia.

Em um sentido ampliado, a *questão da moradia* era o mote que aglutinava os diferentes atores. Ao longo do processo, frente a diversidade desse grupo – que se expressava nos diferentes interesses e sentidos para a participação - essa Comissão se configurou também como um espaço de conflitos, disputas e rupturas.

### 3.3.2 Ato na prefeitura

No dia 22 de junho de 2018, uma sexta-feira à noite, ocorreu uma Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Mogi das Cruzes. Para esse evento foi enviado ofício/convite formal para a Prefeitura e para a CTEEP, emitidos pelo gabinete do vereador do PT. No entanto, nem a Prefeitura, tampouco a CTEEP, estiveram presentes. A Audiência contou com um amplo público de moradores, dos vereadores da cidade, de um deputado federal e outra estadual, os dois do PT, de representantes da associação ligada à Igreja, filiados de partidos políticos (PSOL, PT e UP) e de ativistas sociais que atuam na defesa da educação, saúde, assistência social, entre outras. Em se tratando de uma cidade média, compreendi que eventos como este aglutinavam os diversos setores organizados da cidade, considerados *progressistas*.

Pude notar que os moradores participavam desse tipo de reunião com a perspectiva de obterem *respostas concretas* sobre o caso. Serão suspensos os processos de reintegração de posse? As famílias removidas serão atendidas por programas habitacionais? Nesse sentido, nas interações que tive com moradores ao final da Audiência, era evidente a frustração por parte deles. Havia também uma insatisfação pelo evento ter assumido um *caráter político partidário*, com discursos de parlamentares e convidados, ainda que tivesse como *pano de fundo* o caso de Jundiapéba. A despeito disso, aprovou-se a proposta de um ato na porta da Prefeitura, enaltecido pela população com aplausos e palavras de ordem “Jundiapéba por Moradia”.

O ato ocorreu no dia 18 de julho de 2018 e somou aproximadamente 120 pessoas na porta da Prefeitura de Mogi das Cruzes. Contou com a participação dos moradores, além de representantes da igreja, militantes de movimentos de luta por moradia – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e União dos Movimentos de Moradia (UMM) - filiados de partidos políticos, advogados populares e ativistas sociais da cidade. Os moradores produziram cartazes com dizeres como “moradia é um direito”, “Jundiapéba por Moradia”, “A Prefeitura deixou 61 famílias na rua”. Os membros da associação da igreja trouxeram um carro com caixa de som e microfone, que era utilizado pelos participantes para expressarem seu

descontentamento, revolta, ou mesmo na tentativa de se destacarem enquanto *figuras políticas* com falas de defesa ao direito à moradia e críticas às Prefeitura.

Após aproximadamente duas horas de manifestação, a Prefeitura aceitou atender uma comissão formada por moradores e apoiadores. Naquele momento, os moradores e membros da Comissão Jundiapéba por Moradia (Gisele, Joana, Ricardo e Márcio) foram apontados pelo grupo como representantes. Enquanto apoiadores, o grupo entendeu ser importante a presença do vereador do PT, do advogado popular e coordenador da UMM, da assistente social da associação e eu, enquanto pesquisadora/especialista do assunto.

Entramos pela porta principal do prédio da Prefeitura e fomos direcionados a uma sala da Secretaria de Assuntos Jurídicos. Na sala estavam presentes dois técnicos da Coordenadoria de Habitação e a Procuradora de Assuntos Jurídicos. Do ponto de vista da Comissão, foram apresentadas as duas *pautas* das mobilizações coletivas: 1. Todas as famílias removidas fossem contempladas com atendimento habitacional provisório e definitivo; 2. Constasse nos autos do processo o pedido de suspensão das novas reintegrações de posse.

Um primeiro ponto trazido pela Procuradora foi a incapacidade da Prefeitura de Mogi das Cruzes em solucionar o *déficit* habitacional do município, que excedia vinte mil moradias. Acerca do caso em específico, a Procuradora eximia a Prefeitura da responsabilidade de atendimento habitacional, com a alegação de que a responsável pelas remoções era a CTEEP. Os técnicos da Coordenadoria apontaram a falta de programas habitacionais na cidade. Todavia que buscavam constantemente articulação com o Ministério das Cidades, Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e com a própria CTEEP, visando solucionar o *problema habitacional* no município.

As falas dos representantes da Prefeitura colocavam em questão a *legitimidade* das ocupações, apontando que o sentido visado pelas pessoas que habitavam a área era o atendimento por um programa de moradia, ou seja, uma *ocupação para moradia*. Essas falas deixaram Gisele e Joana extremamente constrangidas, que traziam informações da vida pessoal - por exemplo, a dificuldade financeira para pagar aluguel e o tempo que residiam em Mogi das Cruzes - como forma de se contrapor o argumento da Prefeitura. Ainda assim, os técnicos reafirmavam que não havia perspectiva de atendimento habitacional para as 61 famílias. Ao final da reunião, a Procuradora afirmou o compromisso da Prefeitura se posicionar contrariamente às remoções nos demais processos judiciais, o que não significava necessariamente a suspensão das reintegrações de posse.



Nos meses seguintes, realizamos reuniões entre a Comissão e com os moradores. Entretanto, pela *falta de novidades*, seja dos atendimentos habitacionais ou mesmo novas remoções, o movimento se dispersou. No início de 2019, a Comissão decidiu marcar uma reunião para retomar as discussões. Havia uma preocupação de que a empresa transmissora de energia ingressasse com novos processos de reintegração de posse, já que a Prefeitura não apresentou soluções habitacionais para o caso.

Neste mesmo período, a presença dos técnicos da CTEEP nas áreas passou a ser cada vez mais frequente e semanalmente os moradores relatavam visitas de monitoramento. Geralmente as visitas eram realizadas por dois técnicos da empresa, que orientavam os moradores sobre os riscos das construções na localidade e na tentativa de convencê-los a deixarem as suas casas. Como contrapartidas, ofereciam o serviço de deslocamento dos pertences com um caminhão ou pagamento de passagem de ônibus para outra cidade/estado. Nessas interações, os moradores buscavam entender se tratava de uma imposição ou apenas recomendação. Os técnicos reforçavam a questão do risco, a existência de um processo judicial em curso, ainda que, naquele momento, não tivessem *força de polícia* para exigir a remoção.

Neste sentido, compreendi que se tratava de uma tentativa de *negociação* com as famílias de maneira extrajudicial, enquanto aguardavam o tempo dos processos judiciais. Evidentemente as contrapartidas ofertadas pela empresa não eram atrativas e as famílias não consideravam sair das suas casas nessas condições. Sendo assim, o tempo dos processos judiciais era também o tempo para as mobilizações e tentativas de reversão do caso.

### **3.3.3 Cadastros e o (não) atendimento habitacional**

Estávamos no mês de maio, um ano após as remoções. Márcio enviou no grupo do *WhatsApp* uma mensagem dizendo que a CTEEP iniciaria um cadastramento das famílias. Gisele respondeu ao grupo confirmando que estaria no território acompanhando esse processo. No primeiro dia do cadastramento, eu estava na UFSCar. Recebi uma ligação da Gisele no período da tarde, que queria compartilhar uma informação:

Tava lá um pessoal da empresa e da Prefeitura também. Perguntei para eles se esse cadastramento tinha a ver com as remoções e eles disseram que sim. Aí eu disse que não participaria então, porque sabia que não seria algo bom para a população, e inclusive depois a população poderia se voltar contra mim e contra os demais que estão participando desse processo (Gisele).

Segundo eles, o cadastro tinha por objetivo conhecer a população e fazer o *congelamento da área*, o que não significava necessariamente que todas as famílias seriam removidas, mas que a empresa estudaria *caso a caso*. Na ligação ela cita um exemplo dado pelo técnico: “uma família que veio do Rio Grande do Norte e que não tem dinheiro para voltar, eles providenciariam uma passagem. Ou ainda o caso de um pai de família desempregado, eles poderiam tentar um emprego dentro da empresa”.

O cadastramento gerou discordância entre os moradores membros da Comissão. Parte acreditava que esse era um processo necessário, que traria soluções para o caso e que era importante a presença dos demais moradores. Gisele apresentava preocupação sobre ter a sua imagem vinculada ao cadastramento. Além de sua experiência pregressa, Gisele também já havia se apropriado dos *documentos*. Era notório seu o repertório sobre o caso, que se manifestava em suas argumentações e capacidade de correlacionar as informações: “porque eles estão cadastrando justamente o lado das torres que tem processo na justiça”. Gisele sabia os nomes e números de cada torre, as ruas e as casas que estão envolvidas no processo, assim como o nome dos proprietários das terras, entre outros dados específicos.

Até certo ponto, havia consenso entre os membros da Comissão sobre a necessidade do cadastramento e *congelamento da área*. No entanto, havia uma preocupação por parte de Gisele e dos *apoiadores* da Comissão (onde eu me incluo), sobre os interesses da empresa em realizar esse cadastramento e obter essas informações neste momento. Ricardo, que decidiu acompanhar o cadastramento, demonstrou insatisfação na ausência de moradores participando ativamente do processo, especialmente pelo posicionamento de Gisele. Diante da discordância, Ricardo a questionava indiretamente e apresentava a necessidade de reformular a composição da Comissão:

Essa comissão no decorrer das coisas que vem acontecendo ela foi desintegrando. E hoje os únicos que se encontram sou eu e o Márcio. Infelizmente ele não pode estar acompanhando direto, ele tem os compromissos dele. Nesses últimos tempos ele colocou algumas pessoas na intenção de ajudar, mas as pessoas só vêm na intenção de curiosidade, só para ver o que se passa, mas quando eles veem que precisa estar junto participando, eles pegam e se espirram. De que forma eu vejo, eu a partir do momento que eu faço parte de uma comissão, eu me vejo na obrigação de estar sempre participando para eu ter argumentos e uma pauta de reunião para a população em geral. Infelizmente com essas pessoas não é o que tá acontecendo. Eles vêm para ver o que quer e quando percebem que tem um peso maior eles se excluem. Infelizmente esse tipo de pessoa atrapalha nós. Então desde segunda-feira eu venho acompanhando o trabalho do cadastramento e seria importante se houvesse mais pessoas da comissão daqui de Jundiapéba acompanhando. Mas pelo fato de não haver um ponto de obrigatoriedade, o povo não participa. Tô passando essas informações porque acho importante a gente reformular essa comissão (Ricardo).

Após o término do cadastramento, a Comissão agendou uma reunião no gabinete do vereador do PT para sexta-feira. Neste dia saí aproximadamente às 12h30 de São Carlos, imaginando que conseguiria chegar às 18h00 em Mogi das Cruzes, em tempo de participar da reunião. Devido ao trânsito me atrasei e só cheguei às 19h00. Quando adentrava a Câmara me encontrei com o vereador na porta. De imediato, pedi desculpas pelo atraso e demonstrei a minha frustração por perder a reunião. Ele se solidarizou pela distância que havia percorrido para não chegar a tempo, lamentando ter outro compromisso em seguida. No entanto, Gisele, Márcio e Ricardo estavam me esperando no gabinete.

Constrangida pelo atraso, fui acolhida por eles com palavras de agradecimento por estar lá. Conversamos sobre o cadastramento realizado e Ricardo relatou como foi a semana de trabalho para a realização desse cadastro. Percebi que Ricardo estava desanimado com a falta de participação dos demais, mas também com o fato de ter trabalhado a semana inteira nesse processo sem ser remunerado. Sobre o cadastramento, informou que a empresa contabilizou 459 famílias no perímetro da *faixa de servidão*. Ainda, que o técnico da CTEEP se comprometeu a entregar uma cópia de todos os cadastros realizados para a Comissão.

Márcio também estava com um semblante bastante preocupado. Ao término da fala de Ricardo, relatou que horas antes da nossa reunião recebeu uma ligação do técnico da CTEEP. O técnico solicitou a presença dos membros da Comissão no território na próxima segunda-feira, no período da manhã, pois os moradores das *faixas de servidão* receberiam *um ofício*. Perguntei qual era o teor deste ofício e ele disse que o técnico não soube explicar. Decidimos então acompanhar a entrega do ofício na segunda-feira para entender melhor a situação.

### **3.3.4 Mandados de intimação - a casa está em jogo**

Na segunda-feira fui para Jundiapéba logo cedo para acompanhar a entrega do ofício. Durante o trajeto, Márcio me enviou uma mensagem dizendo que não estaria conosco, pois não conseguiu dispensa no trabalho. Liguei para Gisele, que disse para passar na casa dela para irmos juntas. Quando cheguei em sua casa, não havia ninguém. Logo a avistei do outro lado da rua: “Eu estava na casa da Joana carregando o celular, porque tô sem energia aqui”. Pediu para que a filha de 11 anos cuidasse das crianças enquanto ia *resolver a situação*. Entramos no meu carro e fomos para a rua na qual Márcio combinou de encontrar o técnico CTEEP.

Avistamos quatro pessoas que entregavam os *ofícios*. Estacionei o carro e fomos em direção a eles. Eram dois homens, vestidos de camisa preta e calça escura, sem nenhuma identificação e duas mulheres, que usavam um crachá de identificação de oficiais de justiça. Nós nos apresentamos. Um dos homens disse ser da CTEEP e que estavam apenas “acompanhando as oficiais de justiça” e que “os *ofícios* não tinham nada a ver com a empresa”. Perguntei para eles qual era o conteúdo desse *ofício* e a oficial de justiça me respondeu tratar de um mandado de intimação nominal aos moradores para uma audiência no mês julho sobre as reintegrações de posse requeridas pela empresa. Pedi para ver o *ofício* e ela me entregou uma cópia. Perguntei sobre a quantidade de famílias envolvidas nesse processo e eles responderam que 230 famílias receberiam esse documento.

Aproveitei a interação com os técnicos para questionar o cadastramento, se havia alguma relação com a entrega dos *ofícios*, ao que me respondeu: “o cadastramento foi outra coisa, que era uma atualização para o *congelamento da área*. Não tem a ver com esse *ofício*”. O rapaz começou a explicar sobre os riscos que as famílias corriam ao morarem nessas áreas, evidenciando aspectos técnicos como a metragem permitida para construções em torres com tal voltagem. Falou também sobre a preocupação da empresa com *acidentes* que poderiam comprometer a *capital reputacional da empresa*. Citou os casos em Brumadinho e Mariana como exemplos dos *riscos* que a CTEEP corria ao manter as famílias na localidade.

Enquanto conversávamos, um grupo de mulheres se aproximou de nós e uma delas disse: “ô moça, a gente tá aqui tentando ouvir a conversa de vocês para entender o que tá acontecendo”. Nisso os técnicos da CTEEP e as oficiais de justiça se afastaram e continuaram a entrega dos documentos. Gisele e eu continuamos a conversa com as mulheres. Nessa conversa Gisele já se mostrou mais *à vontade*<sup>64</sup>. Com as mulheres, Gisele assumiu seu lugar de liderança, argumentando que “agora a empresa tá entrando com um novo pedido de reintegração de posse, a população precisava se unir, ir às reuniões, porque as remoções acontecem aos poucos para enfraquecer a luta”.

Uma das mulheres estava com um copo americano na mão, contendo uma bebida alcoólica. Segundo ela: “desde o dia em que eu soube dessa história de *perder a casa*, eu não passo um dia sem beber”. Gisele respondeu ser *difícil mesmo*, que desde que perdeu a casa, toma remédio controlado para depressão e ansiedade. Gisele lembrou-se do *Seu João*, que

---

<sup>64</sup> Lendo os meus diários de campo, questionei a minha atuação em campo neste dia. Diante da minha ansiedade e aflição com a situação, considero que interferi demasiadamente nas possíveis interações.

também teve a casa removida e, após o evento, teve dois acidentes vasculares cerebrais (AVC). Gisele fez questão de recontar às mulheres o caso do filho que *quase foi levado pelo Conselho Tutelar* após a remoção, por conta da foto dele deitado em frente à fogueira. Gisele as convidou para a reunião agendada para o dia 31 de maio na igreja. Elas confirmaram presença e se comprometeram a convidar os vizinhos.

Decidimos andar pelo bairro para convidar outras pessoas para essa reunião. Paramos para conversar com uma mulher, que estava sentada em uma cadeira de plástico em frente ao *barraco de madeira*. Era uma mulher bem magra, de batom vermelho, que tirava pelos da sobrancelha com uma pinça, se olhando em um espelho de mão. Gisele a conhecia, então logo começou a conversa brincando “olha, tá aí se arrumando!” e logo perguntou se a mulher recebeu *o papel*. Ela respondeu que sim. Gisele falou sobre a reunião do dia 31 e a importância das mobilizações, pois a situação que ocorreu com ela no ano passado poderia se repetir.

Virando a rua vimos uma roda formada por quatro mulheres<sup>65</sup>, em frente a outro *barraco de madeira*. As convidamos também para a reunião e conversamos um pouco sobre a situação, sobre a audiência e a possibilidade de remoção. Do outro lado dessa mesma rua havia uma mulher encostada na porta de sua casa, que Gisele também conhecia. Logo que nos aproximamos, a mulher iniciou a interação com o relato sobre o dia do cadastramento. Segundo ela, os técnicos perguntaram *um tanto de coisa* sobre a sua família, além de terem fotografado a fachada da casa. Agora, com a intimação nas mãos, estava muito preocupada de *perder a casa*. Novamente Gisele reafirmou a importância de participarem das reuniões, “para não acontecer com vocês o que aconteceu comigo”.

É possível afirmar que, entre as moradoras, Gisele assume um protagonismo e legitimidade enquanto representante da luta por moradia. Em suas interações, relembra a remoção ressignificando a sua experiência. Ou seja, de que o sentido de sua experiência serviria para que outras pessoas não vivenciassem a mesma tragédia que viveu. Apresentava a importância da *luta* e de participar das reuniões como forma de impedir que a remoção ocorresse. Gisele se coloca como uma *liderança pela necessidade*, ou seja, foi o conjunto de situações que ocorreram em sua vida, em especial a situação da perda de casas, que fez com que ela se tornasse protagonista desse tipo de luta. Ao mesmo tempo, nunca teve o interesse em participar de movimentos organizados de luta por moradia, “porque eles não estiveram aqui

---

<sup>65</sup> Mesmo sem ter deixado explícito uma para a outra, Gisele e eu buscávamos as mulheres para conversar.

quando mais precisamos”. Neste sentido, Gisele acreditava que eram as pessoas que realmente estavam envolvidas nas remoções que deveriam se juntar para lutar pelas suas casas, embora acreditasse na importância da ação de parlamentares, militantes e apoiadores, que se materializava na formação Movimento Jundiapéba por Moradia.

### 3.3.5 Constelação de novos atores

Quando cheguei à igreja para a reunião, diversos moradores já estavam presentes. Sem dúvidas, havia muito mais pessoas do que de costume e inclusive pude notar o comparecimento de novos sujeitos. Era evidente que o aumento de participantes estava relacionado ao recebimento do mandado de intimação. Diversas pessoas seguravam o papel recebido pelos oficiais de justiça e, antes do início da reunião, buscavam os apoiadores individualmente para maiores explicações. Eu mesma fui abordada por um grupo de moradores que me perguntaram: “esse papel significa que vão tirar as casas?”, “você acha que vai levar quanto tempo para isso acontecer?”. Buscava em minhas respostas explicar o que significava o processo judicial e de que ainda não havia uma resposta concreta para as questões colocadas, mas de que a intenção das movimentações populares era reverter o processo. No entanto, era notória a frustração destes sujeitos diante da falta de respostas concretas (e provavelmente meu semblante também manifestava frustração por não ter uma resposta melhor).

Em vista do recebimento dos ofícios, o advogado popular da UMM, um dos apoiadores que participava pontualmente das reuniões da Comissão, indicou a presença de uma militante do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST) da cidade de Suzano e de um advogado popular, que compõe a comissão de direitos humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Ambos confirmaram presença. Naquele momento, o advogado popular já estava presente na igreja e sua aparência física permitia fazer a distinção: era um homem vestido com roupa esporte fino e estava trabalhando em um notebook. Me apresentei e começamos a conversar sobre o processo jurídico. A população que chegava já se acomodava no espaço físico da igreja, especificamente nos bancos de madeira; já os convidados *de fora*, apoiadores e lideranças se reuniram próximos ao altar.

Quando o vereador do PT e a assistente social da associação chegaram, a reunião teve início. Desta vez, a assistente social fez a abertura da reunião, agradecendo a presença de todos e o padre pelo espaço da igreja. Logo passou a palavra para Márcio, que fez a sua fala explicando o caso, o cadastramento, as dificuldades de negociação com a Prefeitura, bem como

a dificuldade de mobilização da população. Pediu para que Ricardo mostrasse aos presentes a quantidade de cadastros realizados pela CTEEP. Ricardo tirou de uma mochila quatro apostilas contendo um calhamaço de papel e todos se surpreenderam com a quantidade de cadastros.

Em seguida, Márcio passou o microfone para o vereador do PT que fez uma fala com o foco na necessidade de *mobilização popular*. Sugeriu ainda, que no dia 25 de julho de 2019 (dia da audiência), fosse realizado um ato em frente ao Fórum da Fazenda Pública de Mogi das Cruzes. Pediu a aprovação do ato aos moradores presentes, que levantaram as mãos em concordância com a proposta.

Estava presente um sindicalista da Companhia Suzano que pediu a fala. Era a primeira vez que participava de atividades sobre o caso de Jundiapéba. Falou sobre a importância de a população cobrar da empresa Suzano “responsabilidade social”, afinal a empresa está situada nas imediações de Jundiapéba e tem diversos terrenos ociosos no bairro. Segundo ele, o sindicato estava na tentativa de negociação com a Prefeitura para a disponibilização de um terreno para a construção de unidades habitacionais para a população de Jundiapéba.

A fala seguinte foi a da militante do MTST. Ela explicou sobre o trabalho desenvolvido pelo MTST nas periferias de São Paulo, e disse que o movimento poderia auxiliá-los com a parte de *mobilização popular* e *assistência jurídica*. Em sua fala, em contraponto ao sindicalista da Suzano, trouxe a necessidade de ter *foco nas ações* e que: “cobrar a responsabilidade social da Suzano neste momento só enfraquece a luta. É um momento muito decisivo para o futuro das famílias”.

A última fala foi do advogado da comissão de direitos humanos da OAB, que apresentou para as famílias a situação jurídica do caso. Em sua visão, dificilmente as famílias conseguirão permanecer no local por muito tempo, ressaltando que os esforços deveriam estar centrados em garantir atendimento habitacional para todos os que tiverem suas casas removidas.

Ao final todos já estavam bastante dispersos e houve um esvaziamento da reunião. Nesse dia, ficou explícita a disputa por espaço e narrativa por parte dos diferentes atores políticos que se manifestavam enquanto *apoiadores da causa*. A maioria dos moradores estavam presentes apenas como espectadores dessa disputa, incomodados com a falta de perspectivas para solucionar, de uma vez por todas, *o problema da casa*.

### 3.3.6 Desdobramentos da Audiência Pública

Após a audiência, *os intimados* no processo judicial precisavam entregar as documentações pessoais para que os advogados populares pudessem *assumir o caso*. Os advogados populares agendaram com os moradores a entrega dos documentos, realizado no dia 1 de agosto. Quando cheguei à igreja, os advogados já estavam presentes, e estavam sentados em cadeiras, no altar, organizando as documentações. Havia também alguns moradores sentados nos bancos da igreja, assim como outros aguardando ao lado de fora. Conversei com os advogados para compreender os próximos passos no processo jurídico e quais seriam as estratégias de ação. Segundo eles, após a audiência, utilizariam a estratégia de entrar com recurso para *ganhar tempo* no processo, mas tinham poucas esperanças sobre a suspensão das remoções.

As famílias foram chamadas para dentro da igreja. A advogada explicou o que fariam e tentou operacionalizar com uma fila, ressaltando a preferência para idosos e mulheres com crianças. Nesse meio tempo, as pessoas começaram a se aproximar do altar para perguntar individualmente sobre seus casos. Percebi que as pessoas estavam um pouco dispersas, não estavam compreendendo muito bem o que significava essa procuração que estavam assinando, sobretudo o que exatamente estavam fazendo lá. No entanto, para os advogados, estava claro que a ação naquele momento se limitava ao recolhimento da documentação e assinaturas.

Gerou-se, então, uma certa confusão e tumulto. As pessoas queriam tirar dúvidas individuais e os advogados não conseguiam dar conta da quantidade de pessoas que estavam perguntando. Os advogados reforçaram então a estratégia da fila e pediram a colaboração dos presentes. As pessoas se organizaram em fila e começaram o processo de entrega da documentação, enquanto os advogados preenchiam as procurações. Fiquei auxiliando os advogados, preenchendo também as procurações das pessoas, tirando dúvidas e anotando telefones dos que ainda não estavam adicionados no grupo de *WhatsApp*.

Acompanhar essa situação me fez refletir sobre as *ilegibilidades* na produção de novos documentos. As pessoas, naquele momento, não tinham compreensão do que estavam fazendo lá. Em meio ao tumulto e desinformação, os advogados que representariam as famílias no processo tentavam operacionalizar a burocracia “na ponta”.



### 3.3.7 Desfile dos excluídos

Em Mogi das Cruzes ocorre anualmente o evento de aniversário da cidade, que conta com um desfile tradicional com intervenções artísticas, apresentações das escolas públicas com a participação de um grande público. Buscando visibilidade para o caso de Jundiapéba, a Comissão decidiu sugerir para as famílias uma manifestação em meio ao desfile, cobrando um posicionamento da Prefeitura frente às intimações nominais de reintegração de posse que as famílias estavam recebendo.

Uma semana após a Audiência Pública, onde a proposta foi aprovada pelos moradores, Márcio recebeu um telefonema do Coordenador de Habitação do município. Márcio relatou essa interação em mensagens no grupo de *WhatsApp* da Comissão:

Márcio: A Coordenadoria de Habitação quer marcar uma reunião hoje às 17h na Prefeitura, quem pode comparecer? Eles queriam falar especificamente com a comissão de moradores! Ele me ligou agora a pouco!

Assistente Social: Pessoal pede para ele mandar e-mail pra associação ou para o gabinete do vereador com possíveis datas, não vamos aceitar de última hora. Eles querem desmobilizar o ato de setembro (ato no aniversário de Mogi das Cruzes). Avisa que precisa formalizar com antecedência por e-mail pois somos uma comissão e não decidimos sozinho. Cuidado. Depois vão dizer que dialogaram conosco!

Márcio: Oi pessoal, liguei agora para eles, já pedi para desmarcar a data de hoje porque é ruim mesmo, não dá para mobilizar todo mundo na hora que eles querem, eu concordo com isso e passei o contato de e-mail da associação para eles formalizarem outra data, mas é provável que eles continuem me ligando. Mas que bom que eles estão ligando para mim, talvez eu consiga até resolver com eles uma melhor data, eu vou informando. Não vou decidir nada sozinho, podem ficar tranquilos, porque eu sei da importância do trabalho da associação, então reconheço a importância de todo mundo e nunca, jamais tomaria uma decisão sozinho. A gente tem que tomar em conjunto, tanto a associação não pode tomar decisões sem conversar com a comissão de moradores e vice-versa, a gente é bem alinhado com isso. Mas tá bom? Qualquer novidade eu retorno para vocês aí e vou passando e atualizando. Abraços e rumo a revolução (risos).

Nas mensagens trocadas entre a assistente social e Márcio era possível perceber um desconforto por parte de Márcio sobre o posicionamento incisivo de centralizar as informações do movimento na *institucionalidade* da associação. Márcio reafirma o compromisso de tomar as decisões de forma coletiva, sem que houvesse hierarquização do movimento, tampouco sobreposição nas ações entre moradores/liderança e *apoiadores*. Um dia após essa troca de mensagens, um membro do grupo de *WhatsApp* dos moradores<sup>66</sup> enviou mensagem informando

---

<sup>66</sup> Eu participava de dois grupos de *WhatsApp*. O primeiro era apenas da comissão, que contava com aproximadamente 20 pessoas entre apoiadores e moradores. O outro era de moradores, que contava com quase 100 pessoas.

que a Prefeitura gostaria de ter uma conversa com as famílias e que estavam agendando uma reunião para o dia 30 de julho, às 15h00, no batalhão da Polícia Militar de Jundiapéba.

Quando cheguei ao batalhão, havia muitos moradores reunidos na porta, aguardando o início da reunião. Durante o tempo da espera, as interações eram em maior parte na tentativa de saber quem estaria presente nessa reunião, especialmente quem da prefeitura viria, o Prefeito? O corpo técnico? Havia também a especulação de que a reunião tinha como intuito informar sobre uma *nova reintegração*. Era um clima bastante tenso, seja pela falta de informações, seja pelo fato de terem marcado uma reunião dentro o batalhão da polícia militar.

Dado momento, chegou um carro com a identificação da Prefeitura. Os técnicos desceram do veículo, sendo recepcionados por duas moradoras que aparentemente estavam auxiliando na organização da reunião. A população foi conduzida ao estacionamento do batalhão. A recepção da reunião foi realizada pelo policial chefe do batalhão, que tinha ao lado direito os gestores da Prefeitura e ao lado esquerdo três moradores (que não eram membros da Comissão). Segundo o policial:

Nós estamos aqui em virtude de algumas manifestações, alguma coisa do tipo aí, então eu quero deixar claro para vocês que a PM está aqui para prestar esse apoio, como sempre, desde atuações nossas aí com reintegrações de posse que foram feitas no passado. Mas não é o intuito da PM entrar em confronto, em conflito, tentar usar de força física para que isso seja feito, coisas que podem ser resolvidas judicial e legalmente, junto ao poder público, entre a comunidade, entre a Prefeitura e entre o Poder Judiciário. Saibam que estão usando aqui o espaço a pedido da Prefeitura para que seja dialogado de forma civilizada com os representantes aqui em relação ao espaço e o que pode ser feito ou não. Vou deixar aqui com o pessoal da prefeitura explicarem para os senhores como é que tá a ação, ou não, se vai acontecer ou não, para que saibam o que pode ser feito de forma organizada, à disposição (policial).

O Coordenador da Habitação<sup>67</sup> do município de Mogi das Cruzes iniciou sua fala:

Sou o Coordenador de Habitação do município, na verdade, a gente tá aqui aguardando a presença da Procuradora, que é a nossa secretaria de Assuntos Jurídicos, mas a gente vai iniciando e também a hora que ela chegar se der tempo, porque ela está em uma reunião no Ministério Público. Algumas pessoas ontem vieram nos procurar lá na Prefeitura questionando sobre o posicionamento da Prefeitura no processo de reintegração de posse que a empresa de energia está movendo contra vocês moradores. Na verdade, o que a gente queria expor para vocês e deixar de uma forma clara para que ninguém tenha dúvidas: o posicionamento da Prefeitura é totalmente contra a reintegração (...) O que a gente quer é que a empresa, que é a companhia responsável e proprietária por estar áreas em que passam as redes de alta tensão, venha até o Município, converse com a Prefeitura, para que a gente encontre soluções habitacionais conjuntamente (...) Até porque é totalmente ilógico a gente pensar em tirar as pessoas

---

<sup>67</sup> Conforme já mencionado, Mogi das Cruzes não contava naquele momento com uma Secretaria Municipal de Habitação, sendo então uma pasta dentro da Secretaria de Assistência Social. No entanto, em vista do processo judicial, a Secretaria de Assuntos Jurídicos também estava envolvida no caso.

das casas delas e deixá-las nas ruas. Nós temos o entendimento social que isso geraria um problema maior do que o que a gente tem hoje (coordenador da habitação).

Em seguida, trouxe o assunto das mobilizações no desfile de aniversário da Cidade:

Nós ficamos sabendo do ato que estão programando na Av. Cívica. Uma coisa que a gente tentou entender a partir do momento em que a gente recebeu essa informação, o porquê isso seria feito visto que a Prefeitura está do lado de vocês e não contra vocês. O que a gente entendeu conversando com a Procuradora, que as vezes o nosso diálogo tava um pouco distante de vocês (...) o que queremos mostrar para vocês é que, claro uma manifestação é um direito constitucional, vou citar o vereador que é advogado, então sabe dizer até melhor sobre isso porque sou arquiteto. Uma manifestação pode ser feita a qualquer momento em qualquer lugar. Porém a gente vai ter um desfile no dia 1 com aproximadamente 8 mil pessoas participando, fora os espectadores. A gente sabe que isso pode virar um problema um pouco maior, por questão de segurança. A PM sempre acompanha a gente nos desfiles do 1º de setembro, a guarda municipal também vai toda participar do desfile, então assim a gente preza pela segurança e integridade de todo mundo (Coordenador da Habitação).

Um homem interrompeu a fala do Coordenador dizendo “acho que a preocupação da Prefeitura é com a manifestação e não com o pessoal que tá aqui!”. O Coordenador responde “de maneira nenhuma”, sendo interrompido por mais moradores “vocês nunca aparecem aqui, só apareceu hoje por causa da manifestação, que vocês ficaram sabendo e vieram para intimidar”. O técnico da Habitação então assume a fala:

Em primeiro lugar queria me desculpar pela Procuradora que marcou a reunião e que queria ter vindo aqui, mas ela teve uma audiência no Ministério Público e se atrasou lá. Para não demorar aqui, já que está todo mundo debaixo do sol, nós vamos fazer com vocês e ela não vai poder participar, ok? (técnico da Habitação)

Em seguida, retomou a mesma argumentação apresentada pelo Coordenador, sobre as tentativas de negociação com a empresa de energia e a preocupação da Prefeitura com os moradores. Passou então a falar sobre o ato:

Em relação a protestos, evidentemente que é uma coisa inconveniente, até porque qual é o objetivo de um protesto? Quando a gente protesta contra alguma coisa a gente vai reclamar ‘olha a gente quer isto ou a gente não quer aquilo’. Todos concordam aqui que todos não querem a reintegração de posse do modo como ela tem sido feita. Todos concordam aqui que a empresa tem responsabilidade em encontrar junto com a Prefeitura uma solução para a questão de vocês da moradia. Se vocês vão protestar contra a Prefeitura, a gente não consegue compreender qual é o motivo e qual é objetivo disso (técnico da Habitação).

Alguns moradores passaram a concordar e outros não – inicia-se um *burburinho*. O técnico retoma a fala: “se o protesto fosse marcado lá na porta da CTEEP faria sentido, mas não é o caso”. Os moradores começam a questionar sobre como saber se a Prefeitura *tá mesmo ao lado da população* e os técnicos respondem que *basta olhar nos autos do processo*. Outros

falavam que *o Prefeito só estava preocupado com a imagem dele e*, no meio da confusão, o vereador do PT pede a palavra:

Queria agradecer à Prefeitura por estar aqui conversando com a gente. De fato, neste momento, a Prefeitura ela tá numa posição melhor. Eu lembro que quando as 61 famílias saíram, a Prefeitura falava que não tinha nada a ver com isso e a gente teve que fazer uma grande manifestação lá em frente (...) depois daquele desgaste todo não foi a empresa que foi cobrada pela sociedade, foi a Prefeitura. Por causa disso a Prefeitura está tendo um posicionamento diferente dessa vez, nunca é tarde para reconhecer a omissão lá de trás. (...) Para as audiências eu convido todos vocês, juiz, promotor, prefeitura e não apareceu ninguém na reunião, ninguém! Como que a Prefeitura está do lado dos moradores? (vereador do PT)

O vereador foi extremamente aplaudido e ovacionado pela população. Naquele momento, os moradores se exaltaram e ficaram à vontade para falarem sobre as suas angústias e o que pensavam sobre aquela reunião. Muitos ressaltaram o interesse da Prefeitura em *manter a imagem dela* e de que estavam preocupados apenas com o evento do dia do aniversário da cidade. Uma moradora fez um relato sobre a sua irmã, que perdeu a casa no ano passado e que estava recebendo a intimação: “vão colocar ela na rua pela segunda vez? Vão colocar uma família no meio da rua? Qual é o respaldo que a Prefeitura tá dando para ela, se já tem um ano que está nessa situação? Nenhum, não adianta vocês dizerem que tem, porque não tem!”. As respostas dos técnicos eram sempre de responsabilização à empresa CTEEP. Ao final da reunião, em vista da impossibilidade de consenso com a Prefeitura, os moradores decidiram: “até domingo na manifestação!”.

Confesso que estava bastante eufórica com a reação dos moradores frente à tentativa de desmobilização do ato por parte da Prefeitura e ansiosa para o *grande evento*. Enquanto voltava para a casa, o vereador enviou no grupo de *WhatsApp* da Comissão um documento em pdf: era uma liminar solicitada pela Prefeitura ao Ministério Público proibindo a manifestação popular, com risco de multa de R\$ 100.000,00 e delimitando um raio de três quilômetros onde não poderia haver nenhum tipo de manifestação<sup>68</sup>. Neste momento a comissão chegou no seguinte impasse: *respeitar ou não essa liminar?* Após diversas conversas, houve consenso entre os membros da Comissão sobre o *risco* de infringir a liminar. Assim, decidiram realizar um *Desfile dos Excluídos* em Jundiapéba.

---

<sup>68</sup> Possivelmente a Procuradora do Município estava no Ministério Público, justamente entrando com essa ação. No entanto, não conseguiu chegar a tempo de Jundiapéba com essa informação na reunião. Este processo (1014148-22.2019.8.26.0361) pode ser encontrado no portal do TJ-SP, em Consulta de Processos do 1º Grau.

### 3.3.8 *Vamos para a porta da empresa*

No dia seguinte ao *Desfile dos Excluídos* em Jundiapéba, havia uma grande frustração dos membros da Comissão pela baixíssima participação popular e pela desmobilização do evento que efetivamente a população estava engajada em participar. Assim, buscando *reengajar* a população, ficou definido um ato em frente à sede da CTEEP, localizada no bairro da Vila Olímpia, São Paulo. Devido à distância, os membros dos sindicatos dos professores e metalúrgicos *garantiram os ônibus* para levar a população.

Era uma segunda-feira e o ponto de encontro era em frente à igreja. Logo que cheguei, fui reconhecida por diversos moradores, que faziam questão de vir me cumprimentar. Percebi que por conta das atividades que participamos juntos nos últimos meses, estávamos *mais próximos*. As pessoas me conheciam pelo nome e eu também já sabia o nome da maioria deles. Conversávamos sobre o ocorrido, em especial a postura da Prefeitura de impedir o ato no aniversário da cidade com um processo judicial. Uma moradora inconformada dizia para mim: “eles ainda têm coragem de falar que estão ao lado do povo!”.

Ficamos aguardando por volta de duas horas a chegada dos ônibus, fato que deixou muitos moradores bravos e impacientes. Durante esse tempo, fiquei sentada ao lado da Gisele. Ela estava um pouco quieta, então comecei a puxar assunto: “Vi que a Julia (sua filha) tem participado agora das coisas, né?”, ela respondeu: “Sim, agora ela montou o barraquinho dela com o namorado, tem que participar né?”. Seguimos conversando mais um pouco, até que me pediram para que fizesse uma lista com os nomes dos moradores dividindo-os em dois grupos. Fui listando o nome de cada um deles e por fim tínhamos um total de setenta e dois moradores.

No ônibus fui novamente sentada ao lado de Gisele, mas, como comentei, ela não estava muito comunicativa e sentia que as minhas tentativas de interação não estavam funcionando como normalmente. No meio do caminho, ela comentou que a outra filha, a Larissa, está morando com o pai e que a Ana também queria ir embora da casa, mas que não deixou. Disse que a filha caçula chama a irmã muitas vezes de mãe, porque é ela quem assume a maior parte dos cuidados. Lamentou a dificuldade de *dar conta* de todas as crianças.

Conversamos um pouco sobre outros assuntos, e ela passou a falar sobre São Paulo, relacionando os pontos da cidade que ela reconhecia. Disse que o seu último trabalho remunerado foi na parte de limpeza de um evento no Expo Center Norte e apontou para o lugar. Enquanto passávamos pela Marginal Tietê percebi que as crianças estavam olhando pela janela

as capivaras às margens do rio. Aquela paisagem gerava estranhamento em muitos deles, adultos e crianças. Estavam com os *olhos de turistas*: prestavam atenção nos lugares que passamos e comentavam a paisagem da cidade de São Paulo.

Quando adentramos ao bairro da Vila Olímpia, diversos moradores ficaram ainda mais impressionados “Meu Deus, eles estão tirando nossas casas e olha onde eles ficam?”, “Nesse bairro eu não tenho dinheiro nem para um almoço!”, “Não conseguiria comprar nem meio metro quadrado com todo trabalho de uma vida!”, “Olha esses restaurantes, a gente vê o lugar quando é chique só pelos restaurantes!”.

Quando nos aproximamos do prédio, vimos uma viatura da Polícia Militar e os técnicos da CTEEP na porta. Possivelmente já sabiam do ato e por isso chamaram a polícia. A conversa com os técnicos da empresa já estava sendo realizada pelas pessoas que estavam no primeiro ônibus, que chegou cerca de 10 minutos antes do ônibus que eu estava. O técnico dizia que receberiam apenas cinco pessoas dentro da empresa, o que gerou uma discussão entre os presentes. Uma das apoiadoras da Comissão, professora do sindicato, debatia com o técnico dizendo que *quem daria as regras éramos nós e não eles*. O técnico da empresa disputava força corporalmente e se aproximava para falar, de forma intimidatória.

Destaco aqui que a presença do ato no bairro de classe alta causou espanto dos que lá frequentavam e/ou trabalhavam. Olhava para os prédios no entorno e havia muitas pessoas observando pelas janelas. Os que andavam pelas calçadas também pareciam assustados, mas tentavam circular normalmente. Fomos até a porta do prédio com as faixas e gritos de ordem “Jundiapéba por moradia”. Nisso, o vereador do PT sugeriu a entrada de dez moradores *fora os apoiadores*. O técnico não aceitou: “dez pessoas no total”. Nesse momento, os membros da Comissão foram se aproximando do *cordão de entrada* e fiquei sem saber se entrava ou não. Não queria *tomar o lugar* de outra pessoa que poderia participar. Me perguntaram se eu entraria e, no meio do *empurra-empurra*, acabei entrando junto. Subimos para uma sala de reunião e era uma sala grande com uma mesa retangular com capacidade de mais de vinte pessoas. Sentamo-nos à mesa e chegaram sete representantes da empresa. Estávamos em catorze pessoas representando Jundiapéba, sendo dez moradores e quatro *apoiadores*.

O vereador iniciou a fala apresentando a situação de Jundiapéba, as tentativas de negociação com a Prefeitura e as dificuldades de encontrar uma solução. Disse que, após a reunião do Orçamento Participativo, que aconteceu naquele mês na cidade, os Deputados

Estaduais que presidiram a ação apoiaram a iniciativa de entrar com uma emenda parlamentar para solicitar verba estadual para fins de habitação para Jundiapéba. Neste sentido, apresentou a proposta para que a empresa suspendesse o processo até que o Município e o Estado de São Paulo encontrassem uma solução definitiva.

O técnico da empresa responsável pelo setor jurídico fez sua argumentação em torno do *risco* que as famílias sofriam em residir nas áreas em que passam os fios de alta tensão. Houve uma discussão sobre o risco de ficar sem moradia, *de ficar debaixo da ponte*, algumas situações colocadas pelos próprios moradores. Discutiu-se também o fato de as pessoas permanecerem em outras partes da *faixa de servidão* após a remoção, ou seja, que não se resolvia o problema de nenhuma das partes. Perguntei para eles se havia algum critério de decisão ou priorização das remoções, e eles disseram que não, que fazem as remoções *por quadras*.

Enquanto isso, uma moradora buscava constranger os técnicos: “então me dá a sua casa, você tem cara de quem mora bem”, “você está rindo, mas não sabe o que a gente está passando, a gente não dorme mais pensando que qualquer momento o trator pode chegar”. Os técnicos respondiam que se solidarizavam pela situação, mas que nada poderiam fazer. Saímos da reunião sem respostas concretas, o que gerou uma frustração dos moradores que imaginavam que lá o caso seria resolvido. Voltamos para o ônibus. Fiquei em São Paulo e eles voltaram para Jundiapéba.

\*\*\*

Neste capítulo busquei articular as temporalidades em três momentos: o tempo do anúncio das remoções, o tempo do evento da remoção e o tempo da mobilização na luta por moradia. Nesses espaços de “espera” e de “esperança” me deparei com as múltiplas formas de identificação, classificação, entrega de documentos, visitas domiciliares, reuniões e audiências, lançando luz para as *ilegibilidades* do Estado nas margens. Analiticamente, tentei desenrolar parte desse *romance de dimensões* que é justamente parte das *ilegibilidades* do Estado e de suas formas de governo.

Ao acompanhar o tempo da remoção, refletimos sobre o *perder tudo* ao *perder a casa*. Neste sentido, na ruptura da experiência vivida, o *perder a casa* pode ser comparado à “morte trágica”. A morte que gera traumas, frustrações, que marca permanentemente a vida dos sujeitos. O *perder a casa* representa também o “fracasso coletivo” do *fazer a casa*. É a

impossibilidade de permanecer. É o apagamento, desvalorização e deslegitimação das experiências. Ainda assim, foi possível acompanhar as estratégias, redes e relações entre pessoas e casas na tentativa de *refazer a casa*.

Também busquei lançar luz para a miríade de novos arranjos e desarranjos, os grupos de interesse, unificações e organizações e na formação de novos quadros sociais nas mobilizações por moradia. Destarte, o Movimento Jundiapéba por Moradia surgiu no contexto da ocorrência da reintegração de posse das 61 famílias, somado à ameaça de novas remoções. No entanto, ao passo que as novas reintegrações não ocorreram, houve uma dispersão da população, mesmo com a existência de processos judiciais em curso, como é relatado por Márcio:

O pessoal entrou na mobilização com uma grande preocupação, especialmente quando houve a reintegração. Depois esfriaram um pouco. As pessoas foram se dispersando. Então, hoje a gente tem até um pouco de dificuldade de fazer essa mobilização das pessoas, porque com o passar do tempo elas esquecem. Eu espero que isso demore, mas eu sei que vai acontecer. Infelizmente, esse processo uma hora vai ser executado. (Márcio).

Sugiro, por fim, que as mobilizações coletivas por moradia em Jundiapéba operaram em *movimentos de ondas*, onde a cada novo acontecimento que representasse uma ameaça concreta de remoção (documentos, ofícios, visitas dos técnicos da CTEEP no território) fazia com que a população voltasse a realizar reuniões e mobilizações. O *risco de ser removido*, por vezes, foi operado enquanto importante ferramenta discursiva para manter as mobilizações coletivas ativas por parte dos apoiadores. Em outras palavras, o *sentido de urgência*, trazido principalmente pelos membros da Comissão à população, seja na realização dos atos, manifestações e reuniões, era também uma forma de não haver o *esfriamento* e dispersão do movimento.

Até o presente momento não houve novas reintegrações de posse no território. Vale destacar que, em virtude da pandemia de COVID-19 parte dos processos judiciais se mantiveram em suspenso. No entanto, as mobilizações populares em Jundiapéba também entraram em um estado de suspensão. Nesse sentido, o caso parece evidenciar que as necessidades mais urgentes da vida ganham um lugar de primeiro plano à medida em que há um maior risco de o *desastre* ocorrer. Com essa compreensão, o próximo capítulo discorrerá sobre as articulações relativas ao risco, sobretudo os cálculos de probabilidade para os diferentes atores e as formas de gestão e governo pelo risco.



## Capítulo 4 – Viver em risco

Ao longo da pesquisa foi possível constatar que o termo “risco” está incorporado na gramática dos moradores, apoiadores, empresa, judiciário e prefeitura. Mas de quais riscos estão falando? Será que os diferentes atores têm diferentes entendimentos sobre o que é risco? Quais riscos decide-se mitigar e quais decide-se ignorar? Ou ainda, é possível hierarquizar os riscos? Buscando refletir sobre essas questões, o conceito de risco será abordado a partir da mobilização teórica das principais correntes sociológicas: a teoria culturalista (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1982), a sociedade de risco (BECK, 1997;2010) e a governamentalidade (FOUCAULT, 2008a; 2008b; O’MALLEY, 2009).

Nesse sentido, para além de discutir se há ou não risco em morar nas áreas das *faixas de servidão* das linhas de transmissão de energia, a intenção do capítulo reside em analisar os efeitos produzidos pela miríade de ações legitimadas e orientadas pelo risco, lançando luz para os desdobramentos do problema de perder a casa enquanto um problema (e um risco) público.

### **4.1 O risco enquanto conceito: Do que estamos falando?**

As preocupações em torno da noção de “estar em risco” vêm em uma crescente nas sociedades contemporâneas. Sendo o risco um *continuum* que nunca desaparece completamente, as sociedades estariam permanentemente em risco (DEAN, 1999), ou ainda não existiria como ameaças reais, mas a sua percepção é real nas consequências que produzem (AREOSA, 2010). Diante das incertezas e inseguranças que permeiam a vida, a ocorrência de determinados eventos futuros passa a ser calculada com o uso de técnicas estatísticas e probabilísticas que subsidiam as formas de classificação, orientação e gestão dos riscos (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1982; O’MALLEY, 2009). Por conseguinte, a gestão de risco parte do princípio de que não haveria possibilidade de anulação ou extinção dos riscos, mas sim na constatação e regulação a partir da construção dos marcos aceitáveis (TEIXEIRA, 2014). Se, de um lado, há um descompasso entre a lógica probabilística e os novos riscos, que são imprevisíveis e de consequências incalculáveis, do outro, a “cultura do risco” passaria a produzir os “perigos” da sociedade contemporânea (CASTEL, 2011).

Para Douglas e Wildavsky, autores de *Risk and Culture* (1982), a definição dos riscos é de natureza cultural, ou seja, os riscos são culturalmente construídos e determinados. A

percepção de risco, baseada nesse constructo teórico, tenta desvendar como as diferentes características da vida social suscitam respostas diferentes aos perigos. Assim, partindo das diferenças e das próprias contradições presentes na nossa sociedade, os culturalistas vão questionar a aceitabilidade de certos riscos em detrimento de outros. Para tanto, Douglas e Wildavsky (1982) analisam os tipos particulares de perigos, os quais são selecionados, para serem alvos de atenção. Segundo os autores:

Our answer will be that the choice of risks to worry about depends on the social forms selected. The choice of risks and the choice of how to live are taken together. Each form of social life has its own typical risk portfolio. Common values lead to common fears (and, by implication, to a common agreement not to fear other things) (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1982, p. 8).

A escolha sobre a aceitabilidade dos riscos estaria necessariamente associada a valores sociais, morais e políticos, ou seja, não há *value-free* para as escolhas entre as alternativas arriscadas. Buscando colocar os problemas em perspectiva, os autores sugerem que o risco deve ser visto como o cruzamento entre o conhecimento sobre o futuro e o consentimento sobre as perspectivas mais desejadas. Sendo a percepção do risco uma combinação entre as noções de “confiança” e “medo”, é possível afirmar que os diferentes princípios sociais que orientam os nossos comportamentos (físicos e sociais) afetam o julgamento sobre o “custo-benefício” dos riscos e, sobretudo, quais sujeitos estão expostos a eles. Há, portanto, uma clara distinção entre os riscos “voluntários” e involuntários”, atrelando o primeiro a noção de “escolha” e “liberdade” e o segundo a “imposição”. Partindo dessas noções, Douglas e Wildavsky constroem um *frame* contendo os quatro problemas do risco:

Figura 6 - Os quatro problemas do risco

**FOUR PROBLEMS OF RISK**

*Knowledge*

		Certain	Uncertain
Consent	Complete	<b>Problem:</b> <i>Technical</i>  <b>Solution:</b> <i>Calculation</i>	<b>Problem:</b> <i>Information</i>  <b>Solution:</b> <i>Research</i>
	Contested	<b>Problem:</b> <i>(dis)Agreement</i>  <b>Solution:</b> <i>Coercion or Discussion</i>	<b>Problem:</b> <i>Knowledge and Consent</i>  <b>Solution:</b> ?

Fonte: Douglas e Wildavsky (1982)

Em consonância ao *frame*, as quatro categorias de problema do risco estariam correlacionadas a duas variáveis, sendo estas: o conhecimento (*knowledge*) e o consentimento (*consent*). No primeiro quadrante, quando o conhecimento é certo e há consentimento, é possível afirmar que o problema é técnico e a solução estaria pautada nos cálculos. No segundo quadrante o conhecimento é certo, mas há contestação, o problema seria então de discordância sobre as consequências e a solução seria coerção ou aprofundamento das discussões. No terceiro quadrante, o conhecimento é incerto, mas há consenso, fazendo com que o problema seja da ordem da informação e assim, a solução seria a realização de pesquisa. Por fim, no quarto e último quadrante, o conhecimento é incerto e o consentimento é contestado, sendo “precisely how any informed person would characterize the contemporary dilemma of risk assessment” (DOUGLAS e WILDAVSKY, 1982, p. 6).

Na perspectiva da *sociedade de risco*, termo cunhado por Ulrich Beck (1997; 2010), o risco também estaria diretamente relacionado às incertezas e a impossibilidade de controle. No entanto, conforme o autor, a *sociedade de risco* teria emergido em resposta à redução gradual da sociedade industrial, em que “o processo de modernização se torna ‘reflexivo’, convertendo-se a si mesmo em tema e problema” (BECK, 2010, p. 24). Em uma perspectiva temporal, Beck (1997) afirma que a principal diferença das sociedades contemporâneas é justamente o conhecimento acerca das impossibilidades de controlar as consequências de determinados riscos, refutando a ideia de que a atualidade estaria “mais exposta” a riscos. Em outras palavras, não se trata de um aumento na quantidade de riscos, mas sim do conhecimento ou percepção acerca de sua existência.

Em *sociedade de risco*, diferentemente da teoria culturalista, o risco é assumido em uma perspectiva global, direcionando as lentes especialmente para os riscos tecnológicos e ambientais. Por conseguinte, em um mundo marcado pelo avanço tecnológico e os impactos da ação humana, as decisões civilizacionais envolveriam consequências dos perigos globais. Na leitura de Beck (2010) o compartilhamento dos riscos, ou “democratização” destes, vai à contramão dos culturalistas, que deslocam a análise para as experiências locais e para as susceptibilidades para determinados grupos.

É a partir da noção da impossibilidade de mensuração de determinados riscos que Beck cria a categoria de *incertezas fabricadas*. Ao mesmo tempo, a sociedade moderna é marcada pela institucionalização das promessas de segurança, ou contratos de risco, como se houvesse a possibilidade de controle e compensação dos riscos: “a promessa de segurança avança com

os riscos e precisa ser, diante de uma esfera pública alerta e crítica, continuamente reforçada por meio de intervenções cosméticas ou efetivas no desenvolvimento técnico-econômico” (BECK, 2010, p. 24). Raquel Teixeira (2014) ao analisar a lógica do risco em um contexto de controle ambiental dos efluentes industriais, contrapõe a teoria de Beck acerca dos processos de relativização e destronamento da *expertise*.

Alinhada a argumentação apresentada por Teixeira (2014), o caso de Jundiapéba também aponta para um monopólio do debate técnico-jurídico em que a população é deslegitimada e silenciada nas diversas instâncias de negociação e de debate pelo direito à moradia. Novamente, reforço que a intencionalidade sociológica da pesquisa, que não trata de argumentar e definir a existência ou inexistência dos riscos nas *faixas de servidão* das linhas de transmissão de energia, mas sim de mapear as formas de controle e gestão pelo risco, bem como a mobilização dos poderes e esforços a fim de garantir a “segurança de vida” dos sujeitos nas margens.

#### **4.2 Governando pelo risco – o que está em jogo?**

Em *Segurança, Território e População* (Aula de 1º de fevereiro de 1978) Foucault apresenta que a gestão governamental tem como alvo a população, dispondo de mecanismos que são os dispositivos de segurança. Longe de compreender uma “sociedade de governo” como a substituição da sociedade de disciplina, que teria anteriormente substituído a sociedade de soberania, é sugerida a formação do triângulo: soberania, disciplina e gestão governamental. Em outras palavras, a partir da vinculação dos três pontos desse triângulo nas práticas e técnicas de governo, Foucault apresenta a formação de uma série histórica a partir do século XVIII constituída pelos movimentos de governo, população e economia política, aspectos que não se dissociaram até hoje (p. 143).

Avançando nessa linha, estaríamos diante da regulação do Estado na gestão de populações, operando na produção de documentos, laudos, perícias, relatórios, estatísticas, probabilidade, ou seja, na produção de poder, verdade e dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2007). Sendo assim, importa-nos olhar para o Estado enquanto conjunto de práticas, bem como sobre as formas de exercício de poder, gestão e controle a nível da

população, ou seja, olhar para a governamentalidade enquanto racionalidade de governo (FOUCAULT, 2008a):

Por essa palavra “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer esta forma bem específica e embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por principal instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes (FOUCAULT, 2008a, p. 143).

Se as questões e noções do “risco” não estavam diretamente no cerne das discussões de governamentalidade, coube aos autores foucaultianos acionarem e mobilizarem a teoria para discutir as noções de risco atreladas à vigilância, disciplina e regulação da população (AREOSA, 2010). Nesse sentido, o risco se apresenta enquanto um dispositivo específico (TEIXEIRA, 2014). Ainda, identificou-se que as questões relativas aos riscos passaram a compor o campo do “saber” e “poder”, que são articulados pelas diversas tecnologias de governo e dispositivos de controle e regulação na era da governamentalidade (MARTINHAGO e ROMANI, 2019).

O controle social pelo risco opera sob a estratégia de acionar o medo e o perigo em relação à possibilidade de uma catástrofe no futuro e a prevenção é trazida enquanto “solução” para antecipar os eventos indesejáveis. Ao mesmo tempo, é constituído um campo de disputa dos “poderes em rede”, sendo o próprio Estado parte constitutiva na ordenação e hierarquização dos saberes e das técnicas na gestão dos riscos (e consequentemente das populações). Ao analisar as formas de controles sociais, especializados ou explícitos (ROMANI, 2013), os autores afirmam que:

Há duas formas de controles sociais: os controles sociais informais, caracterizados pelas relações sociais cotidianas da vida em todas as sociedades, de onde surgem os processos de socialização primária e de cultura permanente, os quais produzem modos de subjetivação dos indivíduos; e os controles sociais formais, que são especializados, produzidos por profissionais que atuam em instituições do Estado. Embora este tipo de controle social já exista desde antes da sociedade moderna, tornou-se um marco na contemporaneidade, tendo como destaque a sua justificativa ideológica embasada na sua racionalidade burocrática para prevenir situações futuras, assim como a criação de realidades como, por exemplo, a de Bem-estar (MARTINHAGO e ROMANI, 2019, p. 63).

Assumindo que as formas de concepção de risco são orientadas por diferentes sentidos e interesses, a produção e gestão de “liberdade” e “segurança” também caminhará para

diferentes feixes de sentido, em um lugar de arbitragem. Nesse sentido, o Estado seria o responsável pela gestão dos diferentes interesses, seja ele de ordem econômica, como também do controle da vida e morte dos indivíduos e coletivos. De acordo com Foucault (2008b):

vai se ver obrigada a determinar exatamente em que medida e até que ponto o interesse individual, os diferentes interesses – individuais no que têm de divergente uns dos outros, eventualmente de oposto – não constituirão um perigo para o interesse de todos. Problema de segurança: proteger o interesse coletivo contra os interesses individuais. Inversamente, a mesma coisa: será necessário proteger os interesses individuais contra tudo o que puder se revelar, em relação a eles, como um abuso vindo do interesse coletivo (FOUCAULT, 2008b, p. 89).

A acomodação dos interesses em jogo, aqui olhando para as remoções vinculadas ao risco, não parte de um direito absoluto e inviolável, mas sim de uma constante adaptação e flexibilização da ordem legal frente a miríade de intencionalidades e interesses. Conforme apontado por Teixeira (2014): “Se faz necessária uma ação reguladora do Estado com o intuito tanto de assegurar as condições para a livre iniciativa econômica, quanto controlar os efeitos que esta mesma liberdade pode produzir sobre a saúde e a vida da população” (p. 174).

A tese jurídica que embasa a reintegração de posse em Jundiapéba aponta para o *problema de segurança*, especialmente no que tange o conflito entre interesses individuais e públicos. O argumento traçado coloca em perspectiva o risco de vida individual dos moradores, ao “escolherem” residir nas *faixas de servidão*, como também o risco de a coletividade ser impactada pela falta de energia no caso de um acidente. Dito de outra forma, o discurso que pautou a remoção teria como efeito a garantia de segurança para indivíduos e coletivos. Nota-se também a regulamentação a partir da delimitação de marcos aceitáveis. No caso, quantos metros da linha são admitidos para estar seguro? Se no início das ocupações não havia clareza, a constatação e gestão de riscos por meio de cálculos de probabilidades e uso de instrumentos estatísticos permite regulamentar a área com base em parâmetros, normas técnicas, obedecendo às distâncias de segurança prescritas pela norma NBR-5422, por exemplo.

Conforme mencionado pelos técnicos da empresa, um possível acidente nessas localidades traria *riscos ao capital reputacional* da empresa. Por esse ângulo, a intervenção na garantia da segurança de vida dos sujeitos que moram em *áreas de risco* não está desvinculada da acomodação dos interesses econômicos. Ao que parece, a constatação do *risco iminente* (de morte e no fornecimento regular de energia) permitiria a intervenção governamental no sentido de atender ao duplo interesse: gestão e controle da vida, assim como a garantia dos contratos e a propriedade privada. Ainda assim, a remoção das famílias resolveria o “problema do risco”?

### *4.3. O risco e as formas de classificação da população*

Conforme apresentado por Douglas e Wildavsky (1982) sujeitos diferentes podem ter preocupações diferentes sobre os mesmos riscos, ou seja, não há um estatuto ontológico sobre os riscos, uma vez que atingem e produzem efeitos desiguais sobre determinados grupos, corpos e territórios. Trazendo a discussão sobre o caso da reintegração de posse em Jundiapéba, veremos que a percepção sobre risco não é compartilhada entre os diferentes atores, sendo então frequentemente contestada, ou colocada em perspectiva controversa: “ficar sem casa não é um risco maior do que morar embaixo das linhas de transmissão?”. Se o risco está incorporado na gramática e no cotidiano dos moradores, é possível afirmar que ele carrega diferentes sentidos e valores. Para Joana e Gisele, por exemplo, o “risco” é atribuído às ameaças constantes de perder a casa e os efeitos produzidos por essas remoções, como doenças e sofrimento:

Eu peguei uma depressão. Fiquei tomando remédio, atingiu até a minha mente, eu fico muito esquecida, muito sensível, qualquer coisa me fazia chorar, eu tive esse problema de ansiedade, problema que eu achava que ia morrer, eu fiquei muito magra, isso tudo foi depois da remoção. Eu não podia ver ninguém batendo na porta que eu já achava que era uma notícia, a gente não podia ver um trator ou um ônibus que a gente já achava que tava cheio de polícia dentro, então atingiu muito minha saúde (Gisele).

Durante as interações em campo, pude perceber que o risco de sofrer um acidente ao residir nas áreas próximas às linhas de transmissão de energia não está no repertório do plausível dos moradores, que nunca viram esse tipo de evento dessa magnitude acontecer no território. Ao mesmo tempo, já viram e vivenciaram perdas de casas. Ou seja, no cálculo das probabilidades de risco, perder a casa ocorreria “com maior frequência” do que um acidente nas linhas de transmissão. Na voz de Joana: “insegura em acidente não fico, porque são muitos anos morando aqui, né? O único medo que eu tenho hoje é de fazerem a mesma coisa, de tirarem a minha casa. Eu não quero passar por isso de novo”.

Há a compreensão de que ocorreria um deslocamento do “viver em risco” (KOWARICK, 2009) à medida em que uma reintegração de posse ocorre sem que haja atendimentos em programas habitacionais, como o ocorrido em Jundiapéba. Isto porque as famílias passariam então a ocupar outras “áreas de risco” ainda disponíveis nas periferias da cidade: encostas, morros, beira de córregos, linhas de transmissão de energia, entre outros, o que passa a ser avaliado pelas famílias como um “risco maior”. É justamente nesse campo de disputas e interesses que o “risco” se torna um instrumento de poder (com muita potência) e, no limite, onde ele ganha materialidade a partir das consequências que produz.

Retomando o evento da reintegração, Gisele e Joana relataram que, enquanto retiravam os pertences de dentro das casas, havia também no território, agentes do Estado acompanhando a reintegração e questionando às mães sobre a destinação das crianças: “tinha uma assistente social, não sei bem o que era, mas ela perguntava para a gente se ia deixar as crianças em algum abrigo, alguma coisa. Eu disse que não, que onde eu ficasse, eles ficariam comigo” (Gisele). Nessas interações Gisele lança luz para a culpabilização da mulher que não dá conta dos cuidados maternos (FERNANDES, 2011) enlaçada com a categoria de “vulnerabilidade”. Em outras palavras, são as “escolhas” de Gisele em residir nesse contexto que exporiam a família a uma condição de “vulnerável” e de “risco”, cabendo então ao Estado assumir “os cuidados” dos filhos.

Posteriormente, diversas foram as denúncias feitas ao Conselho Tutelar contra Gisele pela falta de cuidados e negligência dos filhos. No entanto, na sua concepção, as denúncias eram feitas por vizinhas com quem tinha desavenças e, ao receber a visita do Conselho Tutelar, conseguia provar que o problema da “falta de cuidados” não estava relacionado às suas condutas como mãe, mas as condições de vida que lhe eram impostas após a remoção. Sobre essa questão, evidencia que se tornou alvo de denúncias após a repercussão da foto de Gabriel em frente à fogueira. Em situações extremas de ameaça de *levarem seus filhos*, pôde contar com a ajuda de certos vizinhos, que advogavam em seu favor, ou, em suas palavras: “colocavam eles para correr”.

São frequentes os relatos de Gisele acerca da sua agência e esforços despendidos para manter seus filhos com ela, mesmo diante das adversidades impostas. Compreendia, entretanto, que certas atividades do cotidiano ficariam em suspenso e que isso poderia trazer consequências para si e para os filhos. Exemplificando, perder a casa era situação difícil de contornar com a rotina escolar dos filhos:

Uma das dificuldades foi a escola das crianças. Eles não iam para a escola. Porque como no começo a gente ficou na rua, era difícil. A gente perdeu o pouquinho que a gente tinha, a gente não tinha quase nada. É muito difícil conquistar alguma coisa né? Isso prejudicou, **porque não podia faltar na escola** e até se encaixar tudo foi muito difícil. A gente não tinha cabeça para levar as crianças para a escola, não achava a mochila, as crianças também ficaram traumatizadas com o trator passando na casa (Gisele).

Quando Gisele diz que as crianças “não podiam faltar na escola”, está falando sobre as condicionalidades do Bolsa Família, do qual é beneficiária. Se, por um lado, a perda da casa era uma situação incontornável para manutenção das atividades cotidianas, como levar as crianças



para a escola, por outro, as faltas (enquanto condicionalidades do PBF) poderiam acarretar o bloqueio do benefício. Em se tratando de um marco temporal posterior aos anos 2000, Gisele e Joana passam a fazer parte do “público-alvo” e serem “beneficiárias” ou “titulares” (GEORGES e SANTOS, 2016) das políticas sociais construídas no contexto dos governos do PT, em especial o PBF<sup>69</sup>, programa de transferência condicionada de renda<sup>70</sup>. Na intervenção do Estado via políticas sociais, um duplo sentido é colocado à população: de um lado, o de cuidado e assistência da população historicamente excluída e de ruptura com o ciclo intergeracional da pobreza; do outro, o de “controle dos assistidos” (GEORGES, RIZEK e CEBALLOS, 2014; SANTOS, 2015), onde as condicionalidades operam enquanto instrumentos estratégicos<sup>71</sup>.

As mulheres, em geral, as mães, assumem um lugar de mediação entre o Estado e a família: a orientação do PBF é de que as mulheres assumam a titularidade do cartão para o recebimento do benefício. No que tange à discussão sobre gênero e o Programa, evidencia-se duas grandes tensões. Se de um lado, recai a estas mulheres a responsabilidade sobre a gestão da renda transferida à família e, conseqüentemente, a não ruptura com a reprodução dos papéis sociais construídos historicamente no interior da família. Por outro lado, o acesso ao recurso pode permitir às mulheres o alcance de outras possibilidades, que parte desde o poder de compra até o empoderamento através de suas escolhas (GEORGES e SANTOS, 2016).

Assim como evidenciado na pesquisa de campo de Isabela Vianna Pinho (2019), Gisele e Joana também reforçam que, embora o valor do PBF *seja baixo, ele ajuda*. Considerando a condicionalidades enquanto um paradoxo Programa, assim como do próprio Estado: “os paradoxos seriam, por exemplo, a coexistência no cotidiano do controle e do cuidado, da

---

<sup>69</sup> O Programa Bolsa Família (PBF) consiste em um programa de transferência de renda para famílias em situação de pobreza (famílias com renda entre R\$89 a R\$178 por pessoa) ou de extrema pobreza (famílias com renda de até R\$89 por pessoa). O Programa tem a finalidade de promover acesso aos direitos sociais básicos e romper com o ciclo intergeracional da pobreza.

<sup>70</sup> Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) as condicionalidades são compromissos que as famílias assumem nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social. Na Saúde consiste no acompanhamento do calendário de vacinação e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de anos, pré-natal para gestantes e acompanhamento para as mães que amamentam. Na Educação consiste na frequência escolar de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos. Na Assistência consiste no acompanhamento de ações socioeducativas para crianças em situação de trabalho infantil. O não cumprimento das condicionalidades pode acarretar sanções, que são gradativas: desde a advertência, até o desligamento do Programa, passando pelas etapas de ter benefício bloqueado ou suspenso.

<sup>71</sup> No governo de Jair Bolsonaro, a instituição do Programa Auxílio Brasil (MP 1.061/2021) vem acompanhada da extinção do PBF e, conseqüentemente, da articulação das políticas sociais via condicionalidades. Por conseguinte, conforme aponta Denise de Sordi (2021), o Auxílio Brasil tem provocado uma corrosão da rede de proteção social ao evocar a “emancipação cidadã”, transmitindo a responsabilidade da pobreza intergeracional para os próprios indivíduos.

autonomia ou da reificação das divisões de gênero no cotidiano das titulares” (PINHO, 2019, p. 190).

Mensalmente as irmãs Joana e Gisele participam das reuniões no CRAS e Gisele é atendida também pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Joana relata que nunca teve o benefício cortado, que cumpre com as condicionalidades *certinho*. Já Gisele, conta que aconteceu algumas vezes de ser “advertida”, principalmente por conta da frequência escolar dos filhos. Nesse sentido, Gisele apresenta as formas de negociar e lidar com as condicionalidades do Bolsa Família quando bloqueado: “Fui lá no CRAS porque o Bolsa tava bloqueado. A gente participa de uma reunião, leva a frequência da criança da escola e lá eles arrumam. Eles têm a maneira deles lá, colocam em acompanhamento para não suspender”. Viver na fronteira do conflito faz com que mulheres como Gisele administrem cotidianamente as perdas e estabeleçam estratégias de sobrevivência. Gisele, por sua vez, tensiona e questiona a atuação do Estado quando pergunta: “como cumprir levar as crianças na escola depois de perder a casa?”

Por conseguinte, assim como sugere Roselene Breda<sup>72</sup> (2016) para o conceito de “vulnerabilidade social”, inspirada em Machado da Silva (2002) acerca da “informalidade”, me parece que o conceito de “risco” também seria ativado de maneira situacional, ou ainda, sem potência analítica, mas conferindo inteligibilidade para os diferentes atores e interesses. Nessa perspectiva operaria enquanto “categoria ônibus” (GEORGES e RIZEK, 2016) a ser preenchido por uma multiplicidade de conteúdos<sup>73</sup>. Assim como o conceito de “vulnerabilidade social”, o “risco” configura um campo de práticas e de conflitos, bem como um campo semântico, transitando entre a linguagem científica, política e operatória (BREDA, 2016). São nesses campos que se manifestam os níveis de poder assinalados por Foucault (2004): as “relações estratégicas”, as “técnicas de governo” e os “estados de dominação”.

---

<sup>72</sup> As formas de classificação e intervenção, bem como os efeitos do manejo discursivo da vulnerabilidade social na estrutura da assistência social, estão presentes na dissertação de mestrado de Roselene Breda (2016) intitulada Efeitos da vulnerabilidade social: notas sobre o cotidiano de trabalho em um CRAS na cidade de São Paulo.

<sup>73</sup> Agradeço à Isabel Georges por me instigar sobre o conceito de “risco” operando como “categoria ônibus”.

#### 4.4 A vulnerabilidade social e as famílias “em risco” e “de risco”

Acompanhando as rotinas das famílias removidas e ameaçadas de remoção, pude verificar que os “moradores de áreas de risco” eram também classificados pelas instâncias ordenadoras do Estado como “população em risco” ou “população vulnerável”. Frequentemente, os técnicos e operadores dessas instâncias, como, por exemplo, dos equipamentos ligados à assistência social (CRAS e CREAS), ressaltavam os aspectos do “risco social” dessas famílias:

Então o conceito de risco. A gente fala muito em risco social, risco pessoal. São vários os fatores que colocam a família em situação de risco. Hoje, a ausência do Estado na garantia dos direitos socioassistenciais, por exemplo, coloca essa família em risco (...) Tem essa questão da carga elétrica, concordo. Mas tem tantas outras situações de risco que não levam em consideração. E o que é mais angustiante é que isso é usado muito no Judiciário como uma preocupação maior. Eles não têm a preocupação do risco da fome e do risco da ausência de um teto de uma mulher que está na rua com os filhos. Mas uma carga de energia é um risco, então eu acho contraditório. (assistente social da associação)

Para essa discussão, vale retomar as formas de intervenção e operação das vulnerabilidades sociais na “ponta” (BREDA, 2016; MOTTA, 2017). Nos territórios o acompanhamento social das famílias pobres é realizado inicialmente pelo CRAS, o equipamento “porta de entrada” da assistência social. É lá que são cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) e as famílias que atendem os critérios de elegibilidade são direcionadas para os programas da assistência social e programas de transferência de renda, como era o caso do Programa Bolsa Família, atualmente, o Auxílio Brasil. Por meio dos atendimentos sociais, as técnicas avaliam as condições de vulnerabilidade social das famílias: se as crianças estão indo para a escola, se há situações de violência doméstica, se há insegurança alimentar, se estão passando em consultas em postos de saúde, entre outras demandas. Caso seja identificado situações de “risco pessoal e social”, com violação de direitos<sup>74</sup>, as famílias são encaminhadas para o CREAS.

Sendo assim, a gestão dos riscos está atrelada às classificações da vulnerabilidade social e as formas de intervenção e direcionamento das famílias. Para essa mensuração, são consideradas probabilidades de um risco social ocorrer, orientadas por um conjunto de

---

<sup>74</sup> Conforme o site do Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, a violação de direitos é caracterizada como: “violência física, psicológica e negligência; violência sexual; afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção; situação de rua; abandono; trabalho infantil; discriminação por orientação sexual e/ou raça/etnia; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos; cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade por adolescentes, entre outras”. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/creas>

indicadores. Sendo assim, uma rede de causalidades é tecida a partir da construção de políticas para prevenção dos riscos e vulnerabilidades sociais (BREDA, 2016; ROSE, 1987) e políticas de urbanização, no intuito de conter o “risco social” frente à desigualdade social constituída no espaço urbano (CAVALCANTI, 2008). Nesse sentido: “um conjunto de saberes se entrecruzam na elaboração de indicadores mobilizados na construção das probabilidades de que o risco se efetive, cujo efeito é a determinação de uma situação como sendo ou não de vulnerabilidade social” (BREDA, 2016, p. 22).

No contexto nacional de redemocratização e promulgação da Constituição Federal de 1988 há também o reconhecimento da assistência social como política pública, direito social e de responsabilidade do Estado, orientado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993). Após onze anos, foi realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social, onde se deliberou a construção do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, à luz do Sistema Único de Saúde (SUS). É nesse momento em que a Política Nacional da Assistência Social (PNAS/2004) é aprovada, apresentando diretrizes para a garantia da efetivação da assistência social como direito de cidadania (PNAS, 2004).

A construção dos conteúdos presentes neste conjunto de leis e ordenamentos da assistência no Brasil foi orientada por documentos e classificações produzidos por organismos e agências internacionais, em especial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) acerca do combate à pobreza, atrelados a noção de vulnerabilidade social e riscos. Esses são documentos alinhados à perspectiva de Amartya Sen (2000) em que a pobreza passa a ser vista não apenas pela perspectiva da falta de bens e renda (noção meramente econômica), mas sim pela privação de capacidades básicas, ou as liberdades disponíveis para realizar escolhas, no enfrentamento dos riscos (MOTTA, 2017; BREDA, 2016).

Assim, quando Gisele afirma que “todo mundo da assistência me conhece, sou acompanhada pelo CRAS, pelo CREAS, até pelo Conselho Tutelar” ou ainda “O Conselho Tutelar sabe mais da minha vida do que eu mesma” significa que os acompanhamentos e classificações da assistência social estão presentes e rotinizados na vida cotidiana. Conforme apresentado por Motta (2017), a noção de vulnerabilidade materializa o pressuposto de associação entre pobreza e violência, abrangendo também outras dimensões sociais como, por exemplo, o local de moradia. Atenta-nos que as formas de classificação não são apenas

operações técnicas, mas sim da produção de um “mundo classificável” a partir de pressupostos e valores:

Nesse sentido, a vulnerabilidade não apenas remete à ideia de pobreza, mas é um modo de nomear a pobreza e os pobres. Por isso, é uma forma de objetivar, produzir verdade, saber, controle, gestão e governo sobre determinados territórios e populações. E, nesse modo de nomear e objetivar a pobreza, a vulnerabilidade passa a se referir e remeter aos riscos que essa pobreza poderia trazer para a ordem social, notadamente o risco de violência. Trata-se de dizer que níveis de vulnerabilidade importam, porque alguns não causam preocupação, outros requerem certa atenção e cuidado e outros são perigosos, devem ser prevenidos, temidos e, no limite, combatidos (MOTTA, 2017, p.186).

O conceito de sofrimento social também passa a compor um campo de estudos que está particularmente interessado em compreender “as relações profundas entre a experiência subjetiva do mal-estar e os processos históricos e sociais mais amplos” (BRAZZABENI e PUSSETTI, 2011, p. 468). Em diálogo com Kleinman, Das e Lock (1997), os autores afirmam que “mal-estar não pode ser observado e explicado independentemente das dinâmicas sociais e dos interesses políticos e econômicos que o constroem, reconhecem e nomeiam” (ibid.). Se os efeitos do sofrimento social estão atrelados às relações desiguais de poder, é possível afirmar que, no limite, consiste na (in)capacidade de agência e ação de determinados sujeitos.

Ao propor um olhar para o sofrimento social a partir das formas de intervenção ao nível político, social e econômico, ou seja, para além dos mecanismos que criam esse sofrimento, Brazzabeni e Pussetti (2011) sugerem que “as soluções propostas para responder à questão impertinente do sofrimento social gravitam à volta de ações que têm por objetivo cuidar dos vulneráveis e, ao mesmo tempo, controlar os riscos desta vulnerabilidade” (ibid, p. 175).

Nas dobraduras da associação entre pobreza e violência, a população “em risco” é lida também como uma população “de risco” (BRAZZABENI e PUSSETTI, 2011; MOTTA, 2017). Assim, políticas de intervenção passam a considerar, de um lado, a necessidade de combater as vulnerabilidades a que a população pobre está exposta; do outro, garantir a segurança e a proteção da sociedade frente ao que a população “de risco” pode vir a provocar. Parece-nos importante salientar, a partir dos achados empíricos em diálogo com as dimensões teóricas, a mobilização de uma ordem discursiva do “risco”, na qual as formas de intervenção acabam por ser moduladas e ordenadas em uma “espécie de gradiente”. No caso aqui exposto vimos até o momento que, no limite dos ilegalismos, as formas de classificações e tipificações dos riscos relacionados a à perda das casas, passaram também a se conectar com os “riscos” que esta população pode provocar enquanto problema público.

Entretanto, no contexto de Gisele, assim como na vida de diversas outras famílias das periferias urbanas, há um aspecto que adiciona novos conteúdos para a classificação de “risco”: as filhas de Gisele passam também a “transitar pelas fronteiras do mundo do crime” (FELTRAN, 2008). Compreendendo que a chegada do “mundo do crime” nas periferias urbanas sugere alterações nas formas de gestão da população “vulnerável”, apresento alguns fios narrativos sobre a vida das duas filhas mais velhas de Gisele: Julia e Larissa.

#### 4.4.1 Julia

Julia tem 16 anos, a filha mais velha de Gisele, transita por diferentes casas desde que a conheci: às vezes está morando na casa de um namorado, na casa de uma amiga, de familiares e às vezes na casa da própria mãe. Também havia períodos em que Julia sumia do bairro e *ficava dias sem dar notícias*. Para Gisele os relacionamentos afetivos e amorosos são as balizas da situação das filhas. Ou seja, quando estão namorando *rapazes direitos*, significa que a filha está bem, do contrário, é o momento em que ela demonstra preocupação e busca intervir.

Certo dia, Gisele me contou que a menina fazia o uso de drogas e que, por chegar em sua casa muito *alterada*, as duas discutiram e Gisele a agrediu fisicamente. O envolvimento de Julia com pessoas ligadas ao comércio ilícito de drogas também ressoava na vida da mãe: “até em *debate*<sup>75</sup> ela já me fez ir por conta de briga que ela arranjou com um namorado depois do roubo de uma moto. *Os caras* foram me buscar em casa para me levar para o *debate*, porque ela é de menor”.

Com a chegada do “mundo do crime” (FELTRAN, 2008) nas periferias urbanas, foi possível observar o tensionamento de “outros sujeitos e instâncias legítimas de sociabilidade” (FELTRAN, 2018, p.162), como a família, mas também da escola, da religião, do trabalho e do próprio Estado. Assim como sugere Feltran (2018), Gisele compõe o conjunto de mãe das periferias “não sabe o que fazer” com a filha “na droga”. Segundo ela: “a droga hoje bate na porta, é muito difícil controlar os filhos para eles não entrarem, olha como tá a Julia. Perdeu

---

<sup>75</sup> Conforme apresentado por Feltran (2018), os debates seriam instâncias de justiça da facção criminal Primeiro Comando da Capital (PCC). Conforme o pesquisador: “Os debates no mundo do crime são agonísticos, permitem ampla argumentação e se propõem a embasar deliberações. No limite, pode-se decidir nessa instância quem vive, quem mata e quem morre. Há espaço para argumentação ampla de acusação e, sobretudo, de defesa – na qual a virtude do indivíduo deve aparecer em ações. A sentença é invariavelmente amparada tanto no respeito aos princípios da facção como nas performances e nos depoimentos de acusados e vítimas. Sendo assim, jamais será uma sentença prescritiva, mas autorizativa (FELTRAN, 2018, p. 209).

completamente o respeito. Até as crianças hoje sabem o que é maconha, cocaína”. Josefa, no que lhe concerne, sugere a internação compulsória da neta, mas na leitura de Gisele “ela não é uma viciada, usa só pela farra”.

Era uma tarde de domingo e eu estava reunida com a família Silveira na *varandinha*. O assunto que todos comentavam era de que no dia anterior, o namorado de Julia (um rapaz *ligado ao crime*) passou a noite rondando de moto as mediações da casa de Josefa, intimidando a família com uma arma de fogo. Segundo Gisele, o rapaz estava atrás de Julia para matá-la, em decorrência do término do relacionamento. Com o intuito de protegê-la, Gisele obrigou a filha a ficar escondida na casa de um amigo da família. Perguntei a Gisele se tinham feito boletim de ocorrência ou recorrido a alguma instância de justiça, ao que ela respondeu: “não adianta Fernanda, nem perco meu tempo”. Em vista do problema a ser enfrentado, Gisele assume que as entidades legais e as instâncias de justiça do Estado não são eficazes. E não é por acaso que ela faz essa leitura. A busca reiterada por essas instâncias e as inúmeras negativas por justiça faz com que moradores de periferia busquem outras instâncias ordenadoras (FELTRAN, 2018).

Naquele momento em que conversávamos na *varandinha*, vimos Julia se aproximando da casa. A aparição da menina gerou uma revolta nos familiares, que esbravejavam frases do tipo: “ela quer morrer mesmo”, “essa menina não tem jeito”, “o pior é que ela coloca todo mundo em risco”. Julia não respondia nada, mas segurava o riso, com um semblante de deboche para os familiares. A situação deixou Josefa extremamente furiosa: “a culpa é dela mesmo, é ela quem não presta”. Antônio complementou: “Se fosse minha filha, eu faria alguma coisa, mas não vou me meter nessa história, a Gisele que se vire”. Gisele, que frequentemente fala sobre o peso da responsabilidade em relação à criação dos filhos, demonstrou tristeza com a situação e com os comentários dos familiares: “porque é assim, a minha família tá toda aqui perto, mas quando se refere a filho é cada um com os seus, cada um que cuide dos seus filhos”.

Acompanhando as idas e vindas de Julia, sugiro que a *transitoriedade permanente* não está apenas relacionada ao “perder a casa” em uma remoção. A precariedade da vida molda as experiências de meninas como Julia, que passam a integrar novas formas de sociabilidade em busca de sentido para as suas vivências e que transitam entre/nos territórios tecendo vínculos e redes. Vínculos que, por vezes, são etéreos e frágeis, transitórios e voláteis. Quando rompidos, Julia retorna a casa da família, também em uma condição de temporalidade e transitoriedade.

#### 4.4.2 Larissa

Larissa, a segunda filha de Gisele, tinha 15 anos na época e namorava um rapaz chamado Guilherme. Um mês após o início do relacionamento, ele foi preso por descumprimento de saída temporária, *a saidinha*. Dois anos atrás, Guilherme havia sido preso por tráfico de drogas, mas na perspectiva de Gisele agora ele estava *andando na linha e decidido a mudar de vida* e que merecia uma *segunda chance*: “A Larissa também já fez umas coisas erradas, mas mãe de verdade apoia os filhos, ajuda e acredita neles, e eu trato o Guilherme como se fosse meu filho”. Dias após a prisão de Guilherme, Gisele me enviou uma mensagem contando que decidiu fazer *negócio com um cara*: comprou um terreno por R\$ 2.000,00 para a filha e o genro morarem quando ele saísse da prisão:

É área de risco, mesmo assim é bom. Porque eles vão ter o cantinho deles quando o Guilherme sair da prisão, eles querem se casar. Eu quero o melhor para os meus filhos, só não faço mais porque não posso. Faço o possível e necessário. Eu tô pagando de R\$ 100,00 em R\$ 100,00 e já paguei duas parcelas. E é assim que a gente vai fazendo (Gisele).

Orgulhosa do feito, Gisele queria que eu fosse até Jundiapéba quanto antes para conhecer o local. Era um sábado à tarde, dia em que combinei essa visita. Estacionei o carro em frente à casa e Gisele já estava na porta me aguardando. As crianças estavam na rua e demonstraram alegria com a minha chegada, “tia, que saudades de você”, disse Amanda. Guilherme estava sentado na calçada, em frente à casa. Confesso que não compreendi muito bem os desdobramentos acerca da soltura de Guilherme, mas soube por Gisele que, poucos dias depois, ele foi *liberado* e estava morando em sua casa, com Larissa.

Gisele avisou aos filhos que visitaríamos o terreno e pediu para Guilherme *ficar de olho* nas crianças. Andamos aproximadamente uma quadra até chegar no terreno. Na entrada tinha uma rampa pequena de madeira para o acesso da rua ao local. Apontando para o terreno, ela me explicou “é esse o meu, vai daqui até o fundão, até ali na grade”. O terreno era estreito de largura (aproximadamente três metros), mas era bastante profundo, em torno de 20 metros. Ao lado esquerdo já havia um *barraco* construído com madeiras aparentemente novas. Ao lado direito, tinha um córrego e depois mais um terreno vazio.

Adentramos ao lote e ficamos embaixo de uma goiabeira, que formava sombra e nos protegia do sol, “meu genro disse que não vamos cortar essa árvore, vamos deixar, é bonita e faz uma sombrinha”, ela disse. Contou novamente sobre o pagamento do terreno e do sacrifício que estava fazendo *pelo futuro de Larissa*. Perguntei a ela por que dessa vez teve que pagar o



terreno. Ela me respondeu que quando tem *terreno livre*, dá para ocupar sem pagar, mas agora não tem mais terreno disponível, então tem que pagar porque *tem dono*. Gisele não demonstrou insatisfação pelo pagamento, pelo contrário: “não vejo como errado pagar, o dono estava lá cuidando do terreno, né? Então para ter uma parte preciso contribuir também”. Segundo ela:

Muita gente me criticou de comprar, que gastei dinheiro num lugar que vai sair. Mas é assim, para ter um lugarzinho não tem mais o que fazer, tem que comprar, não tem mais lugar para ocupar, que nem a gente fez, eu e a dona Cida lá no outro terreno. E penso assim, o tempo que a gente ficar já valeu a pena, porque é melhor do que pagar aluguel (Gisele).

A compra do terreno me fez refletir sobre a reprodução do conflito em torno do lugar da casa e pela revivência intergeracional das estratégias para adquirir a casa. Ao mesmo tempo, no estatuto moral de Gisele cabe a ela buscar cumprir o lugar de *provedora*, ou seja, enquanto mãe é seu papel auxiliar neste processo de autonomia da filha, sendo isso possível a partir do casamento e da casa. Há também uma tentativa de Gisele em equacionar o problema de falta de espaço da casa:

Em casa também tá muito apertado, eu durmo com as três crianças em uma cama de solteiro, o Guilherme e a Larissa no chão e a Ana na outra cama, a gente acorda tudo com dor nas costas. Por isso também resolvi comprar o terreno, para a Larissa e o Guilherme terem um cantinho deles (Gisele).

Nos meses seguintes Larissa e Guilherme permaneceram na casa de Gisele e neste período a adolescente engravidou. Nesse mesmo contexto, uma série de conflitos se desencadearam dentro da casa: desde situações cotidianas como o fato de Guilherme não contribuir financeiramente e nas demandas domésticas até episódios de agressões físicas contra Larissa. Ela, terminava o relacionamento a cada interação violenta, mas o retomava em poucos dias. A família passou a intervir na situação, como disse Gisele: “a gente não quer mais a presença dele aqui, meu irmão falou que se ele aparecer aqui de novo quebra ele na porrada”. Mas, depois de alguns dias, o rapaz voltou para a casa de Gisele.

No sexto mês de gestação, Larissa entrou em trabalho de parto, internada em estado de emergência no Hospital da Santa Casa de Mogi das Cruzes. No período de internação Gisele ficou como acompanhante da filha e conversávamos frequentemente por telefone. Em uma das ligações ela me contou sobre a discussão que teve com as enfermeiras do hospital:

Eu preciso voltar para casa para olhar os pequenos. Só que toda vez as enfermeiras dizem que vão chamar o Conselho Tutelar, porque ela a Larissa é menor, não pode ficar sem acompanhante. Eu não posso deixar uma menina de 15 anos no hospital, mas posso deixar um monte de criança sozinha em casa? Esses dias uma vizinha me denunciou

para o Conselho porque as crianças estavam sozinhas em casa. Eu não sei como fazer (Gisele).

Se as intervenções estatais tinham como finalidade incidir no problema da vulnerabilidade social e, conseqüentemente, conter situações de violência ou negligência, Gisele aponta para os impasses vivenciados quando as mesmas intervenções *colidem*. Nessa articulação discursiva do risco e violência, situações como tal mostram as fissuras e porosidades das intervenções. Ao expor as contradições, Gisele tensiona as múltiplas formas de intervenção que a ela são determinadas e, no limite, as relações de poder.

\*\*\*

Neste capítulo, com olhar para as remoções, o risco pôde ser identificado enquanto instrumento específico das formas de governo que vem produzindo políticas. Ao compreender o risco enquanto um *continuum* que nunca desaparece, a sua gestão está relacionada ao uso de técnicas estatísticas e probabilísticas que subsidiam as formas de classificação, orientação e gestão. Neste sentido, os riscos passam a compor o campo do “saber” e “poder”, articulados pelas diversas tecnologias de governo e dispositivos de controle e regulação.

Por ser mobilizado de maneira situacional, diferentes sentidos são conferidos ao conceito, bem como inteligibilidade para os diferentes atores e interesses. No campo das escolhas sobre a aceitabilidade dos riscos, verificamos a associação com valores sociais, morais e políticos. É neste sentido, para além da discussão sobre a existência ou inexistência do risco, explicitada nos discursos mobilizados pelos “saberes técnicos”, que a presente pesquisa buscou compreender os efeitos práticos na vida cotidiana dos sujeitos são produzidos pelas ações legitimadas e orientadas pelo risco.

Acompanhar as populações que residem em ‘áreas de risco’ permitiu apreender que, na articulação entre pobreza e violência, esses sujeitos são classificados também como uma *população em risco*, ou ainda *de risco*. Neste sentido, à medida que são enquadrados nessas categorias, diretrizes e intervenções estatais são realizadas com duplo intuito: atuar na gestão da pobreza deste público-alvo, como também controlar os riscos desta vulnerabilidade para a sociedade. Exemplos como as histórias de Julia e Larissa evidenciam a chegada do “mundo do crime” nas periferias urbanas, sugerindo alterações nas formas de gestão da população “vulnerável”, também, nas formas de sociabilidade. Revelam também que há uma dimensão

intergeracional nas estratégias para adquirir a casa, onde a condição de transitoriedade permanente é permeada de aspectos materiais e subjetivos.

No cerne das intervenções estatais, entre as promessas de garantias e ameaças, as trajetórias lançam luz para mulheres das periferias urbanas que administram cotidianamente as perdas e estabelecem estratégias de sobrevivência. Mulheres que, ao entrar em disputa e luta política, ousam esperar e tecer outros horizontes, para o agora, ou para o futuro.

## Notas Finais

A necessidade de seguir diante do inacabado é uma sensação que me acompanhou ao longo da trajetória de pesquisa. Uma angústia *me tomava* quando refletia sobre o descompasso entre o tempo para a realização de uma pesquisa de campo e o tempo das dinâmicas territoriais. Se, de um lado, era preciso sair de campo, do outro, não conseguia encontrar a possibilidade da chegada de um “fim”. Até hoje questiono-me sobre o que seria então a finalização que buscava. Ilusão (ou talvez ingenuidade) achar que chegaria em um ponto final. Ao contrário disso, a investigação abriu horizontes para inúmeras discussões, reflexões e possibilidades, cabendo então definir os caminhos que seriam trilhados com a tese e, por conseguinte, deixar caminhos abertos para futuros estudos.

Visando compreender os efeitos produzidos pelas remoções nas dinâmicas práticas do *fazer e perder a casa*, essa é uma tese que buscou refletir sobre as experiências de vida de sujeitos que vivenciam as remoções e despejos forçados nas periferias paulistas, mobilizando e articulando três categorias analíticas: a casa, o risco e o tempo. O que significa conviver cotidianamente com a possibilidade de perder a casa? Como refazer a vida depois de um evento tão extraordinário, presente e rotinizado nas periferias urbanas? Como esses sujeitos administram cotidianamente as perdas e estabelecem estratégias de sobrevivência? Essas foram algumas perguntas que, a partir dos achados empíricos, busquei responder. Indutivamente, ao olhar primeiro para as situações do cotidiano e da vida material, em uma periferia que convive com a ameaça de remoção, a pesquisa mapeou processos interconectados multiescalares, como as políticas urbanas e sociais, gestão e governo, financeirização e privatização, que permitiram ampliar a compreensão sobre os processos de transformação no ordenamento urbano.

Um primeiro aspecto que a pesquisa evidencia é a condição de transitoriedade permanente nos tempos-espços das trajetórias. É fato que há a intencionalidade em permanecer no bairro e, neste sentido, acompanhamos os múltiplos esforços despendidos para refazerem a casa no espaço vivido. Esses esforços estão relacionados com a própria compreensão de território. Mudar de bairro significa refazer a rede das relações sociais construídas com/no território ao longo da vida. No plano do tangível, também significa não poder contar com a vizinha ou a família que mora *logo ao lado*, ou ter de mudar os filhos de escola, não conhecer mais a agente de saúde que passa na casa e a assistente social que acompanha a família no CRAS.

A partir das trajetórias, também foi possível constatar que o *fazer e refazer a casa* é uma “operação coletiva” (MARCELIN 1999; MOTTA, 2014), ou seja, só é possível em conjunto com outros sujeitos. Na tessitura das relações com/entre as casas, diversas ações são realizadas: desde ocupar ou comprar um terreno, adquirir materiais de construção, erguer a casa, garantir a infraestrutura de água e luz, trazer os móveis, eletrodomésticos, como também garantir as rotinas domésticas e as formas de trazer *o dinheiro da casa* (MOTTA, 2014; ARAUJO SILVA, 2017). Se o tempo da produção das casas se materializa no espaço, re-configurado (ARAUJO SILVA, 2017) nas histórias de vida, verificamos uma interrupção violenta desses processos com o advento das remoções. Na pesquisa, *perder a casa* a partir das remoções foi compreendida enquanto excepcionalidade ordinária (PIEROBON, 2018) presente nas rotinas e cotidianos das famílias. Por conseguinte, no cálculo feito pelos que convivem com o “fantasma da remoção” (GUTTERRES, 2017), *perder a casa* é o risco que assume a maior *probabilidade*. Pudemos acompanhar também a banalização e invisibilidade das histórias dos que vivem histórias de *perder a casa*, onde a fala perde a potência e a experiência deixa de ser comunicável.

É possível afirmar que o campo nos levou para lugares inesperados. Um exemplo é a constatação da existência de 338 processos judiciais em 1º grau em 75 cidades, solicitados pela empresa CTEEP no estado de São Paulo. Esses processos lançaram luz para uma miríade de remoções que acontecem no estado de São Paulo com pretextos muito semelhantes à Jundiapéba: a impossibilidade de residir sob as linhas de transmissão de energia elétrica. Algumas perguntas permanecem em aberto e aqui foi possível, no limite, evidenciar algumas pistas. Por exemplo, quais seriam os sentidos visados por parte da empresa para o ingresso a *toque de caixa* de diversas ações de reintegração de posse simultaneamente? Em campo, algumas hipóteses foram levantadas pelos interlocutores, tal como o aumento do investimento estrangeiro no setor elétrico no Brasil, em um contexto de privatização das infraestruturas, atrelado à necessidade do cumprimento de requisitos e responsabilidades contratuais.

Ainda assim, as incursões etnográficas, bem como o conteúdo dos processos judiciais, contribuíram para a construção de um quadro analítico sobre o risco, conceito que vem sendo mobilizado pelos diferentes atores para legitimar as reintegrações de posse, seja do ponto de vista do fornecimento de energia elétrica, da vida/morte dos sujeitos, ou ainda, dos interesses econômicos e capital reputacional da empresa. Ao compreender o risco enquanto forma, a ser preenchido por uma infinidade de conteúdos, evidenciamos as diferentes percepções e

preocupações frente ao termo, bem como a inexistência de um “estatuto ontológico do risco”. Ainda, para além da discussão sobre a existência do risco, um debate caro aos planejadores urbanos, a pesquisa propôs um olhar analítico para essa categoria, enquanto instrumento que vem produzindo excepcionalidades, como, por exemplo, as remoções desatreladas de atendimentos por políticas habitacionais, ou mesmo um pico de pedidos no judiciário em contextos como a pandemia de COVID-19.

\*\*\*

A partir daqui, considero importante evidenciar as adversidades de viver uma pandemia, ao mesmo tempo, do desenvolvimento da pesquisa. Administrar a vida em uma realidade completamente desconhecida e assustadora foi um desafio para todos os habitantes desse tempo-espaço. Enquanto sociedade, tivemos que lidar com o medo, com a morte física, social e coletiva, permeada pelo luto, pela saudade dos nossos familiares e amigos, pela saudade de, no limite, viver. Cotidianos atravessados por mentes exaustas de um olhar com baixíssimas perspectivas, visuais e de futuro. Vivemos o tempo da espera de um fim, sentimos os efeitos nos nossos corpos e nas nossas subjetividades, que nos acompanham até hoje. Para nós, brasileiras e brasileiros, viver a pandemia de COVID-19 sob o governo Bolsonaro, foi ainda mais aterrorizante. As 700 mil mortes, a falta de vacina, o agravamento das desigualdades sociais, sobretudo uma gestão da/pela morte, foram marcas de um governo que produziu efeitos nefastos na sociedade brasileira.

Apesar de a pesquisa de campo ter sido realizada em um período pré-pandêmico, é impossível não esboçar algumas linhas sobre as vivências desiguais do isolamento social, somada às experiências de *perder a casa*. No último levantamento realizado pela Campanha Despejo Zero, cerca de 35.285 famílias foram despejadas durante a pandemia no Brasil e 188.621 estão ameaçadas de perderem suas casas. Se, de um lado, mobilizações populares como a Campanha Despejo Zero e a ADPF 828 se constituíram enquanto importantes instrumentos para suspender temporariamente os despejos forçados no Brasil no período de pandemia, de outro, as ameaças de remoções permaneceram em voga, principalmente nas *áreas de risco*. Ainda assim, no período pandêmico, não houve novas execuções de reintegrações de posse em Jundiapéba. No entanto, nesse momento (novembro/2022), estamos acompanhando uma retomada nas movimentações processuais nos casos de reintegração que estavam em suspenso.

Durante a pandemia conversei diversas vezes com Gisele em videochamadas. Certo dia, ela me contou sobre o aumento das ocupações nas *áreas de risco* e que um vizinho se interessou em comprar o terreno onde pensava em fazer a casa de Larissa e Guilherme. Decidiu então vender pelo valor de R\$ 800,00 e uma televisão usada, seguido da justificativa: “é bom, porque agora as crianças podem ficar aqui assistindo e me dão um pouco de paz”. A venda do terreno me fez refletir sobre as estratégias de *manter a casa*, seja pelas formas de obtenção de dinheiro, mas também sobre o equacionamento das rotinas diante da impossibilidade de as crianças frequentarem a escola. Ainda, na tentativa de garantir o aprendizado das crianças nesse período, Gisele se deparava com mais dificuldades: “fui buscar as apostilas deles na escola, mas não consigo ensinar não. O Gabriel mesmo só sabe escrever o nome dele e olhe lá, faz o E do lado contrário. Eu falo para ele, mostro, mas ele não consegue entender”. Nesse sentido, esses relatos apontam para a administração das perdas frente à precariedade da própria vida em um contexto de tantas excepcionalidades.

No começo do ano de 2021 fui visitar os Silveira. Ficamos como de costume na *varandinha*, só que dessa vez com máscaras PFF2. Frente ao cenário da COVID-19, a interação não era como antes e confesso que estava um pouco apreensiva. Nesse dia, Josefa contou-me que estava com muitas dores no corpo e que nos últimos meses não conseguia mais se alimentar, pois tudo que ingeria lhe causava mal-estar. Notei estar bastante magra e com a pele amarelada. Algumas semanas depois, Gisele me enviou uma mensagem dizendo que Josefa fora diagnosticada com câncer no fígado.

Após o diagnóstico, o sofrimento *inundou* a casa, as vidas, as rotinas. Josefa aguardava em casa para iniciar o tratamento de câncer e, enquanto isso, as filhas passaram a ficar mais tempo com ela, para auxiliar nos cuidados, para cozinhar os alimentos que a mãe ainda conseguia comer e para cuidar dos afazeres domésticos. Gisele buscava tratamentos alternativos pela internet e frequentemente compartilhava links de páginas que prometiam a cura do câncer com determinados alimentos. Em abril, Josefa foi internada por conta de um sangramento intenso. Dois dias depois, ela veio a falecer. Gisele me enviou mensagem de voz ainda do hospital. Tomada por um choro copioso, dizia que o seu consolo era a certeza de que Deus livrou a mãe do sofrimento.

Após seis meses da morte de Josefa, a filha de Larissa também foi a óbito. A bebê, que nasceu prematura, permaneceu internada no hospital, enquanto a mãe recebeu alta. Quando Larissa foi liberada para ir para casa, organizou um espacinho para as *coisas da bebê* na casa

de Gisele. A bebê, que chegou após passar um mês internada, viveu poucos dias na casa. Nesse período, eu estava no doutorado-sanduíche, o que me impediu de estar fisicamente com elas. Conversamos por telefone, mas, como há de se imaginar, não havia palavras que pudessem consolá-las. No dia seguinte da morte da bebê, Gisele escreveu uma carta para sua mãe e publicou no *Facebook*:

Mãe hoje faz 6 meses  
 Como é difícil falar  
 Sinto uma dor imensa  
 Um nó na garganta  
 Uma dor no peito  
 Minha alma chora  
 Hoje faz 6 meses que a senhora me deu o último abraço  
 E um dia que o papai do céu  
 Fez da minha neta a estrela mais linda do céu  
 Eu queria ter cuidado da minha princesinha.  
 Mas Deus não quis e levou  
 Mas mãe cuida dela aí para mim  
 Que um dia vamos nos encontrar  
 Vovó sempre vai amar  
 Meu pacotinho  
 (Gisele)

Confesso que até hoje penso sobre as mortes e o sentimento de profunda tristeza que me toma quando penso sobre a impossibilidade das despedidas. Ao mesmo tempo, ao buscar compreender esses processos, posso afirmar que as palavras de Motta (2020) sobre a morte e as formas como as casas participam do morrer no cotidiano contribuíram substancialmente para essa reflexão:

A morte se espalha no tempo e no espaço. A forma como as pessoas continuam a interpretar, explicar e lembrar das pessoas e da forma como deixaram de existir fisicamente atualiza o morrer, o torna presente e o faz um processo de transformação contínua. Quando uma pessoa adoece, envelhece ou coloca sua vida em risco, sua morte é experimentada em vida e tudo isso tem a participação daquele que em breve se vai. (MOTTA, 2021, p. 792).

Finalmente, ao longo da tese, descrevi a *varandinha* enquanto ponto de encontro das gerações. Quando voltei do doutorado-sanduíche, fui até Jundiapéba rever a família. Imaginei que nos encontraríamos na *varandinha*, como de costume. No entanto, Gisele disse-me que estava no estacionamento do tio Chico: “a gente não fica mais lá na casa da minha mãe como antes, era ela quem juntava todo mundo”. Essa situação me fez pensar sobre a relação entre a morte e a reconfiguração dos lugares. Se pessoas e casas estão enlaçadas no tempo, pontos de encontro das gerações como a *varandinha* são reconfigurados com eventos como a morte. Nesse sentido, me parece que a morte de Josefa representou também a morte da *varandinha*.



A pesquisa lançou luz para circuitos inacabados. Histórias marcadas pela reprodução das desigualdades sociais históricas e estruturantes, que estão diretamente relacionadas à gestão das vidas precarizadas nas margens. Vidas geridas por um conjunto de dispositivos, intervenções e instrumentos do próprio Estado, que operam entre a “proteção” e a “ameaça” (DAS e POOLE, 2008). Assim, ao refletir sobre vida e morte, assim como fazer e perder, estamos falando de pessoas, de casas, de relações, de riscos e de tempo.

## Referências bibliográficas

AALBERS, M. **Financialization of Housing: A Political Economy Approach**. Nova York: Routledge, 2016.

ABRAMO, P. A cidade COM-FUSA: A mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. [S. l.], v. 9, n. 2, p. 25-54, nov. 2007.

ABRAMO, P. **A cidade da informalidade: O desafio das cidades latino-americanas**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2003.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ALCANTARA JUNIOR, J. O. Georg Simmel e o conflito social. **Revista Pós Ciências Sociais**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 7-15, 2010.

ALMEIDA, I. M; UNGARETTI, D.; SANTORO, P. F.; CASTRO, U. A. PPPs habitacionais em São Paulo: Política habitacional que ameaça, remove e não atende os removidos. In: MOREIRA, F. A.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. F. **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares**. São Paulo: Observatório das Remoções, 2020. p. 181-222.

ANEEL. **Sistema de Informações de Geração da ANEEL**. <<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibjNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSIiImMiOjR9>> Acesso em: 10, out. 2022.

ARAÚJO SILVA, M. C. Entre as estatísticas e a cidade: O cadastramento e a produção da demanda social por apartamentos, no Programa Minha Casa Minha Vida. **Cadernos. Metrópole**, São Paulo. v. 18, n. 35, p. 237-256, abr. 2016. DOI: <<http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3511>>

ARAÚJO SILVA, M. C. **Obras, casas e contas: Uma etnografia de problemas domésticos de trabalhadores urbanos, no Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

AREOSA, J. O risco nas ciências sociais: uma visão crítica ao paradigma dominante. **Revista Angolana de Sociologia**, [S. l.], n. 5 e 6, p. 11-33, jun./ dez. 2010.

AZAIS, C. A zona cinzenta do assalariamento: Os contornos da legalidade. In: SILVA, V. T.; KESSLER, G.; AZAÏS, C. (orgs.). **Ilegalismos, cidade e política: Perspectivas comparativas**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 167-198.

BECK, U. A Reinvenção da Política: Rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. (orgs.). **Modernização Reflexiva: Política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP, 1997. p. 11-71.

BECK, U. **Sociedade de Risco: Rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BECKER, H. S. **Outsiders**: Estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: Ensaio sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet, Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BIRMAN, P.; PIEROBON, C. Viver sem guerra? Poderes locais e relações de gênero no cotidiano popular. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 64, n. 2, p. 1-23, 2021. DOI: 10.11606/1678-9857.ra.2021.186647.

BÓGUS, L. M. M; PASTERNAK, S. (orgs.). **São Paulo**: Transformações na Ordem Urbana. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

BOURDIEU, P. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 5, p. 193-216. 2011.

BRASIL. Decreto n. 79.212, de 7 de fevereiro de 1977. Declara de utilidade pública, para fins de constituição de servidão administrativa, faixa de terra destinada à passagem de linha de transmissão da LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A., no Estado de São Paulo. Brasília: **Secretaria- Geral da Mesa (Senado Federal)**, 1977.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos prevista no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 1995.

BRASIL. Lei n. 8.031, de 12 de abril de 1990. Cria o Programa Nacional de Desestatização, e dá outras providências. Brasília: **Divisão de Orçamentos, Finanças e Contabilidade**, p. 7-103. 13 de abril de 1990.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Secretaria Nacional de Assistência Social**. 2014.

BRAZZABENI, M.; PUSSETTI, C. Sofrimento Social: idiomas da exclusão e políticas do assistencialismo. **Etnográfica**, Lisboa, v. 15, n. 3, p. 467-478, 2011.

BREDA, R. **Efeitos da vulnerabilidade social**: notas sobre o cotidiano de trabalho em um CRAS na cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlo, São Carlos, 2016.

CABANES, R. Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações. In: TELLES, V.; CABANES, R. (orgs.). **Nas tramas da cidade**: Trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 389-428.

ÇAGLAR, A.; GLICK SCHILLER, N. **Migrants and City-Making**. Duke: Duke University Press, 2018.

CASTEL, R. **La Inseguridad Social**. ¿Qué es estar protegido? Buenos Aires: Manantial, 2011.

CAVALCANTI, M. **Of shacks, houses, and fortresses: an ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro.** PhD thesis, University of Chicago, 2007.

CAVALCANTI, M. “Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada”. **RBCS**, 24(69): 69-80, 2008.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: Artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 2003.

COHN, G. As diferenças finas: de Simmel a Luhmann. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 13, n. 38, p. 53-62, 1998.

CORDEIRO et. al. Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas e desde as margens da cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. [S. l.] v. 23, p. 1-27, jan./dez. 2021. DOI: <<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202130>>

COSTA, A D. B. **Luta social e a produção neoliberal do espaço: As trajetórias das ocupações Vila Soma, Zumbi dos Palmares e Pinheirinho.** Tese (Doutorado em arquitetura e urbanismo). Universidade de São Paulo, 2019.

CPTM. **Movimentação de passageiros.** <<https://www.cptm.sp.gov.br/negocios/Pages/Movimentacao-de-Passageiros.aspx>> Acesso em: 05, set. 2022.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics and violence against women of color. In: FINEMAN, M. A.; MYKITIUK, R. (orgs.). **The public nature of private violence.** Nova York: Routledge, 1994. p. 93-118.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G. ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **América Latina: Cidade, campo e turismo.** São Paulo: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, 2006. p. 135-147.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAS, V. **Vida e palavras: A violência e sua descida ao ordinário.** Tradução Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DAS, V.; POOLE, D. El Estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**. [S. l.], n. 27, p. 19-52, 2008.

DATASUS. **Informações de Saúde, Epidemiológicas e Morbidade.** <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php>> Acesso em: 10, out. 2022.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DEAN, M.: Risk, calculable and incalculable. In: LUPTON, D; (ed.), **Risk and Sociocultural Theory: New Directions and Perspectives.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 131-159.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DOMINGUES, J. M. Gerações, modernidade e subjetividade. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.14, p. 67-89, mai. 2002.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risk and Culture: An Essay on the Selection of Technological and Environmental Dangers**. Berkeley: University of California Press, 1983.

FALCÃO, D. A; FARIA, T. J. P. As políticas públicas criam territórios da espera? O caso do programa Morar Feliz da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (RJ- Brasil). **Nuevo Mundos, Mundos Nuevo**, [S. l.] out. 2016. DOI: <<https://doi.org/10.4000/nuevomundo.69727>>

FELTRAN, G. A categoria como intervalo: A diferença entre essência e desconstrução. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.1590/18094449201700510005>>

FELTRAN, G. **Irmãos: uma história do PCC**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FELTRAN, G. S. **Fronteiras de tensão: Um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FELTRAN, G. S. O valor dos pobres: A aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**. Salvador, v. 27, n. 72, set./dez. 2014.

FERNANDES, C. “**Ficar com**”: Parentesco, criança e gênero no cotidiano. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2011.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica**. [s. l.] 5 ed. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

FERREIRA, C. K. L. Privatização do setor elétrico no Brasil. In PINHEIRO, A. C.; FUKASAKU, K (orgs.). **A Privatização no Brasil: O caso dos serviços de utilidade pública**. Rio de Janeiro, BNDES-OCDE, fev. 2000. p. 179-220.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: Uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**. [S. l.]. v. 14, n. 2, p. 50-59, mai./ago. 2005. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0104-12902005000200006>>

FOUCAULT, M. **Des súplices aux cellules**. Dits et Écrits II. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, M. **Ética, sexualidade, política**. Organização e seleção de textos Manoel Barros da Mota, Tradução Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 25 ed., Rio de Janeiro: Editora Graal, 2012.

- FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil: 2016-2019**. Belo Horizonte: FJP, 2021.
- GEORGE, I. P. H.; SANTOS, Y. G. **As novas políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência**: Produção local do serviço e relações de gênero. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- GEORGES, I. P. H.; RIZEK, C. S. Práticas e dispositivos: Escalas, territórios e atores. **Contemporânea**: Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 6, n. 1, p. 51-73, jan./jun. 2016.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1975.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, [S. l.], v.2, n.1, p. 223-244, 1984.
- GRAFMEYER, Y.; DANSEREAU, F. **Trajectoires familiales et espaces de vie en milieu urbain**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1998.
- GUATTARI, E; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GUTTERRES, A. S. O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro. **Revista Mana**, [S. l.] v. 22, p. 179-209, 2016.
- GUTTERRES, A. S. As múltiplas assinaturas do Estado: Práticas do município-réu nos processos de (des)habitação no Rio de Janeiro. **Anuário Antropológico**, [s. l.] v. 42, n. 2, p. 207-238, 2017. DOI: <<https://doi.org/10.4000/aa.2259>>
- GUTTERRES, A. S. **A resiliência enquanto experiência de dignidade**: Antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 Tese. (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Rio Grande do Sul, v. 29, p. 11-24, jan. 2003.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite**: Território e multi/trans territorialidade em tempos de insegurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A Desterritorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, p. 7-22, set. 2009. DOI: <<https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2002.v4i7.a13419>>
- HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

HOLANDA, S. B. Caminhos do sertão (I). **Revista de História**, [S. l.], v. 28, n. 57, p. 69-111, 1964. DOI: <10.11606/issn.2316-9141.rh.1964.122666>.

HOOKS, B. Mulheres negras: Moldando a teoria feminista. In: Dossiê Feminismo e Antirracismo. **Revista Brasileira de Ciência Política**. [S. l.] v. 16, p. 193-210, jan/abr. 2015. DOI: <<https://doi.org/10.1590/0103-335220151608>>

IANNONE, R. A. **Evolução do Setor Elétrico Paulista**. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Perfil dos Estados e Municípios em 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/mogi-das-cruzes.html>> (Acesso em 20 de fevereiro de 2022).

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

IVO, A. Georg Simmel e a "sociologia da pobreza". Resenha Temática. **Cadernos CRH**. [S. l.] v. 21, p. 171-180, 2008. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792008000100013>>

JARAMILLO, P. Deuda, desesperación y reparaciones inconclusas en la Guajira, Colombia. **Antípoda**. Revista de Antropología y Arqueología, [S. l.], n. 14, p. 41-65, 2012. DOI: <https://doi.org/10.7440/antipoda14.2012.03>

KOWARICK, L. **A Espoliação Urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KOWARICK, L. **Viver em Risco**. Sobre a Vulnerabilidade Socioeconômica e Civil. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LACERDA, L.; GUERREIRO, I.; SANTORO, P. Por que o déficit habitacional brasileiro é feminino? **LabCidade**, São Paulo, 2021, 22 abr. 2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/por-que-o-deficit-habitacional-brasileiro-e-feminino/>. Acesso em: 15 out. 2022.

LANGENBUCH, J. R. **Estruturação da Grande São Paulo: Estudo de geografia urbana**. 1 ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, M. P. Dor, sofrimento e luta: Fazendo religião e política em contexto de violência. **Ciências Sociais e Religião**, Campinas, v. 15, n. 19, p. 31-47, 2013. DOI: <10.22456/1982-2650.44575>

LIMA, A. C. S. **Um grande cerco de paz**: Poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1995.

LOWENKRON, L.; FERREIRA, L. Anthropological perspectives on documents: Ethnographic dialogues on the trail of police papers. **Vibrant**. Virtual Brazilian Anthropology, [S. L.], v. 11, p. 75-111, 2014.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In FORACCHI, M. M. (org.), **Karl Mannheim: Sociologia**. Tradução Cláudio Marcondes. São Paulo, Ática, 1982. p. 67-95.

MARCELIN, L. A linguagem da casa entre os negros do Recôncavo Baiano. **Mana**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 5, p. 31-60, 1999.

MARICATO, E. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, O.; VAINES, C. e MARICATO, E. (orgs.). **A cidade do pensamento único**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 121-192.

MARINO, A.; ROLNIK, R.; LINS, R. Observatorio de Desalojos: Investigación-acción en la “ciudad informal” de la Región Metropolitana de São Paulo (RMSP). **Revista Planeo**. [s. l.], v. 1, n.40, [s. p.], 2019.

MARQUES, E. C. L. A metrópole de São Paulo no início do século XXI. **Revista USP**. São Paulo, n. 102, p. 23-32, 2014.

MARTINHAGO, F.; ROMANI, O. Risco, biopolítica e governamentalidade: Tecnologias de controle social. **Gavagai**. Revista Interdisciplinar de Humanidades, [s. l.]. v. 6, n. 2, p. 56-71, ago.2020.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 2004.

MITJAVILA, M. O risco como recurso para a arbitragem social. **Tempo social**, São Paulo, v.12(2), p. 129-145, out. 2002.

MOGI DAS CRUZES. **Plano Diretor de Mogi das Cruzes**. [Diretrizes para Implantação Urbana de Mogi das Cruzes – Projeto de Lei Regulador do Uso e Ocupação da Terra]. Mogi das Cruzes: Prefeitura de Mogi das Cruzes, 2019.

MOREIRA, F. L.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. F. (orgs.) **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares** Observatório de remoções: Relatório bianual 2019-2020. São Paulo: FAUUSP, 2020.

MOTTA, E. Fazendo casas, pessoas e mundos (no Recôncavo baiano e em uma favela carioca). **Mana**. Rio de Janeiro, v. 27, [s. p.] 2021. DOI: <10.1590/1678-49442021v27n2a552>

MOTTA, E. Houses and economy in the favela. **Vibrant**, Florianópolis, v. 11, p. 118- 158, 2014.

MOTTA, E. Uma casa boa, uma casa ruim e a morte no cotidiano. **Revista Etnográfica**, [s. l.] vol. 24, p. 775-795, 2020. DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.9603>



MOTTA, L. Fazer Estado, produzir ordem: Sobre projetos e práticas na gestão do conflito urbano em favelas cariocas. Tese (Doutorado em sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

ONS. **Dados Abertos**. <<https://dados.ons.org.br/>> Acesso em: 10, out. 2022.

O'MALLEY, P. Governmentality and risk. Social theories of risk and uncertainty: An introduction. **Legal Studies Research Paper**, [S. l.], n. 09/98, p. 52-75, set. 2009.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: Crítica à razão dualista**. São Paulo: Brasiliense/Edições Cebrap, 1972.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEIRANO, M. G. S. “Sem lenço, sem documento”: Reflexões sobre cidadania no Brasil. **Sociologia Estado**, vol. 1, n. 01, p. 49–63, ago. 2022.

PIEROBON, C. Fazer a água circular: Tempo e rotina na batalha pela habitação. **Mana**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 1-31, 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1678-49442021v27n2a203>>.

PIEROBON, C. **Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

PINHO, I, V. **Casa de mulher: Os circuitos cotidianos de cuidado, dinheiro e violência em São Carlos/SP**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

PINHO, I, V.; BREDA, T. V.; MALLAK, F. K. “Ganhar” e “perder” casa: As (i)mobilidades de mulheres nas periferias paulistas. **Contemporânea**. Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 12, n. 2, p. 545-567, mai./ago. 2022.

RIZEK, C. S. Limites e limiães/ Corpo e experiência. **Revista Redobra**, [S. l.] n. 10, p. 33-39, 2012a.

RIZEK, C. S. Trabalho, moradia e cidade: Zonas de indiferenciação? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 78, p. 40-49, 2012b.

RIZEK, C. S. Viração e trabalho: algumas reflexões sobre dados de pesquisa. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 11, n. 21, p. 49-58, 2006.

RIZEK, C. S.; AMORE, C. S.; CAMARGO, C. M. Política social, gestão e negócio na produção das cidades: O Programa Minha Casa Minha Vida entidades. **Caderno CRH**. Salvador, v. 27, n. 72, p. 531-546, set./dez. 2014.

RODRÍGUEZ, E. G. **Politics of affects: Transversal conviviality**. European Institute for Progressive Cultural Policies, 2011.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROMANI, O. La reducción de riesgos, entre l'experiència i els experts. **QuAderne Institut Catalá d'Antropologia**, Paris, n. 18(1), p. 52-64, 2013.

ROSA, Thaís Troncon. **Cidades Outras: Pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

ROSE, Nikolas. Governing risky individuals: The role of psychiatry in new regimes of control. **Psychiatry, Psychology an Law**, [s. l.], v. 5/2, p. 177-195, 1998.

ROY, A; ROLNIK, R. Metodologias de pesquisa-ação para promover a justiça habitacional. In: MOREIRA, F. L.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. F. (orgs.) **Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares**. Observatório de remoções: relatório bianual 2019-2020. São Paulo: FAUUSP, 2020. p. 17-30.

RUFINO, B. Privatização e financeirização de infraestruturas no Brasil: agentes e estratégias rentistas no pós-crise mundial de 2008. **Urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, [s. l.], v. 13. p. 1-15. 2021. DOI: <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20200410>>

RUFINO, B; FAUSTINO, R.; WEHBA, C. Infraestrutura em disputa: da construção crítica de um objeto de pesquisa à compreensão das transformações no contexto da financeirização. In: RUFINO, B; FAUSTINO, R.; WEHBA, C. (orgs.). **Infraestrutura na reestruturação do capital e do espaço: Análises em uma perspectiva crítica**. 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021. p. 9-34.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988.

SAINT-HILAIRE, A. **Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Geraes e a São Paulo (1822)**. Tradução de Affonso de Taunay. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SANTANA, A. C. P. A. **A organização e inserção da produção de pequenas unidades agrícolas nos mercados paulistanos: os agricultores do bairro rural de Santo Ângelo**. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça: A política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SANTOS, Y, G. As mulheres como pilar da construção dos programas sociais. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 27, n. 72, [S. p.], 2015. DOI: <[10.9771/crh.v27i72.19739](https://doi.org/10.9771/crh.v27i72.19739)>.

SARTI, C. A. Famílias enredadas. In: ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. F (orgs.). **Família: Redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: IEE-PUC/SP, 2003. p. 21-38.

SCHMITT, C. **Teologia Política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

SCOTT, J. **Seeing like a state: How certain schemes to improve human condition have failed**. Yale: Yale University Press, 1998.

SCOTT, P. Gerações e famílias: Polissemia, mudanças históricas e mobilidade. **Revista Sociedade e Estado**. v. 25, n. 2, mai/ago. 2010.

SEADE. **Perfil dos Municípios Paulistas**. Disponível em: <<https://perfil.seade.gov.br/>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

SHIMBO, L. Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado**: A confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Carlos, 2010.

SILVA, E. A. Ocupação irregular e disputas pelo espaço na periferia de São Paulo. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V (orgs.). **Saídas de emergência**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 359-376.

SILVA, E. A. Ocupação irregular e narrativas: As remoções como apagamento da experiência. **Contemporânea**. Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 10 n. 3, set./dez. 2020.

SILVA, L. A. M. Da informalidade à empregabilidade (reorganização e dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, [S. l.], v. 37, p. 81-109, 2002.

SILVA, L. A. M. **Vida sob cerco**: Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira/ FAPERJ, 2008.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999.

SILVA, R. F. **Trilhamento elétrico sobre materiais poliméricos pela análise da energia absorvida devido as descargas elétricas superficiais**. Tese (Doutorado em Engenharia e Ciência de Materiais), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SIMMEL, G. **Life as Transcendence**. **Journal Aphorisms**. Chicago: University of Chicago Press, 2010. p. 1-18.

SIMMEL, Georg. **On individuality and social forms**. Chicago: University of Chicago Press, 1971.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**: Indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SORDI, D. Auxílio Brasil é um retrocesso que corrói rede de proteção social. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 23 out. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/10/auxilio-brasil-e-um-retrocesso-que-corroi-rede-de-protecao-social.shtml>>. Acesso em: 16 nov. 2022.

SORJ, B.; FONTES, A.; MACHADO, D. C. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, set/dez. 2007.

TEIXEIRA, R. **A gente tem que falar aquilo que a gente tem que provar**: A geopolítica do risco e a produção do sofrimento social na luta dos moradores do bairro Camargos, em Belo Horizonte-MG. Tese (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

TELLES, V. **A cidade nas fronteiras do legal e ilegal**. Belo Horizonte: Editora Argumentum, 2010.

TELLES, V. **Espaço urbano em tempos de urgência**. São Paulo: Fundação Luxemburgo, 2016.

TELLES, V. Jogos de poder nas dobras do legal e do ilegal: Anotações de um percurso de pesquisa. **Serviço Social & Sociedade**, [S. l.] n. 115, [S. p.], 2013. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282013000300003>>.

TELLES, V. Nas dobras do legal e ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas**, v. 2, n. 5, p. 97-126, 2009.

TELLES, V. Trajetórias urbanas: Fios de uma descrição da cidade. In: TELLES, V.; CABANES; R. (orgs.). **Nas tramas da cidade: Trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 69-116.

VIANNA, A. Etnografando documentos: Uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO S.; LIMA, A. C. S.; TEIXEIRA, C. C. (orgs.). **Antropologia das práticas de poder: Reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2014. p. 43-70.

VIANNA, A.; LOWENKRON, L. O duplo fazer do gênero e do Estado: Interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, [S. l.], v. 1, n. 51, p.1-61, 2017.

VIDAL, L.; MUSSET, A.; VIDAL, D. Sociétés, mobilités, déplacements: Les territoires de l'attente. **Confins**. Revista franco-brasileira de geografia. [S. l.], v.13, [S. p.], 2011.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILLAÇA, F. São Paulo: Segregação urbana e desigualdade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 25, n. 71, p. 37-58, jan./abr. 2011.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2009.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociologia do Estado**. [S. l.], v. 25, p.205-224, ago, 2010. DOI: <<https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000200004>>

YIFTACHEL, O. Critical theory and 'Gray space': Mobilization of the colonized. **City**, [S. l.] v. 13, p. 246-263, 2009. DOI: <<https://doi.org/10.1080/13604810902982227>>

YIFTACHEL, O. From displacement to displaceability, **City**, [S. l.], p. 151-165, 2020. DOI: <<https://doi.org/10.1080/13604813.2020.1739933>>